

2º ciclo de Estudos

Mestrado em História Contemporânea

# *O Protesto Operário e o socialismo em Portugal, 1882-1894*

João Daniel Dias Rodrigues

**M**

2018



**João Daniel Dias Rodrigues**

***O Protesto Operário e o socialismo em Portugal, 1882-1894***

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada  
pelo Professor Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018



*O Protesto Operário* e o socialismo em Portugal,  
1882-1894

João Daniel Dias Rodrigues

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea, orientada  
pelo Professor Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira

Membros do Júri

Professor Doutor Jorge Fernandes Alves  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 19 valores



## Índice

Declaração de honra.....	8
Agradecimentos.....	9
Resumo.....	10
Abstract.....	11
Introdução.....	13
1. O socialismo e <i>O Protesto Operário</i> .....	16
1.1. O socialismo em finais do século XIX: questões de partida.....	16
1.2. <i>O Protesto Operário</i> .....	32
2. Referências ideológicas.....	37
2.1. O socialismo entre a esperança e a rutura.....	37
2.1.1. Convivência inicial.....	42
2.1.2. “Sementes” de discórdia.....	49
2.2. O socialismo e o operariado.....	57
2.2.1. Da expectativa à frustração.....	60
2.2.2. O renascer do “espírito” de 1872.....	63
2.2.3. A mulher operária.....	67
2.2.4. A instrução.....	69
2.2.5. A emigração.....	70
2.3. Socialismo e republicanismo.....	72
2.3.1. A “burguesia democratizada”.....	74
2.3.2. Socialismo: republicanismo social.....	80
2.3.3. A “questão religiosa”.....	84
2.4. Socialismo e anarquismo.....	89
3. O movimento socialista em Portugal.....	96
3.1. A 1. <sup>a</sup> Conferência Nacional Socialista (1882).....	96
3.2. Participação eleitoral.....	99
3.3. Associativismo laboral, greves e movimentações.....	104
3.3.1. Um período de certa acalmia: 1882-1885.....	105
3.3.2. O “renascer” do movimento operário: 1886-1890.....	109
3.3.3. O impulso legislador: 1891-1894.....	121
3.4. Reflexos da II Internacional em Portugal.....	128

3.4.1. O Congresso Internacional de Paris (1889).....	129
3.4.2. O 1.º de Maio em Portugal.....	133
3.5. Comemorações e homenagens.....	138
Conclusão.....	145
Fontes e Bibliografia.....	149
Anexos.....	154

## **Índice de Anexos**

Anexo 1 – Ficha hemerográfica.....	155
Anexo 2 – Delegados com voto deliberativo na Conferência Socialista.....	163
Anexo 3 – O Partido Operário Socialista nas várias eleições entre 1882 e 1894.....	164
Anexo 4 – Cronologia do associativismo laboral entre 1882 e 1894.....	166
Anexo 5 – Greves registadas entre 1882 e 1894.....	170
Anexo 6 – Outras manifestações e ações operárias entre 1882 e 1894.....	172
Anexo 7 – Tentativa de união das várias doutrinas no seio do Partido Operário Socialista.....	173
Anexo 8 – O “possibilismo” sustentado à luz da doutrina marxista.....	175
Anexo 9 – O “indiferentismo” da classe trabalhadora e o apelo ao associativismo.....	178
Anexo 10 – O “renascer” do movimento operário – o caso da “lei das licenças para trabalhar”.....	180
Anexo 11 – O protecionismo económico e a aplicação de pautas alfandegárias.....	184
Anexo 12 – Os socialistas e o republicanismo.....	187
Anexo 13 – Os socialistas e o anarquismo.....	189
Anexo 14 – O Congresso Internacional de Paris.....	192
Anexo 15 – Manifesto de apelo às primeiras manifestações do 1.º de Maio.....	195

### **Declaração de honra**

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 7 de setembro de 2018

João Daniel Dias Rodrigues



## **Agradecimentos**

Ao Professor Doutor Gaspar Martins Pereira por toda a dedicação, amabilidade e orientação prestadas ao longo do período de investigação e redação desta dissertação.

Aos meus pais pelo imprescindível apoio de sempre.

Aos amigos da faculdade pelo aconselhamento e por toda a paciência.

## **Resumo**

O estudo do movimento socialista e operário português entre 1882 e 1894, através da análise do órgão nacional de informação do Partido Operário Socialista, *O Protesto Operário*, é o nosso propósito com este trabalho.

Depois de mais de uma década de relativa apatia, o movimento socialista e operário foi capaz de se reerguer em torno da questão do monopólio dos tabacos, da “lei das licenças para trabalhar”, da luta pelas 8 horas de trabalho diário e dos aumentos salariais, entre outras reivindicações. A partir de 1887, o socialismo começava a tornar-se num movimento verdadeiramente popular em Portugal.

Contudo, o conflito que opôs “marxistas” e “possibilistas” no seio do Partido Operário Socialista, durante a última década de oitocentos, contribuiu de forma decisiva para provocar uma crise interna, culminando numa rutura definitiva. Os socialistas portugueses tiveram ainda que lidar com a eficiente campanha do republicanismo, por um lado, e com a emergência de uma nova força à sua esquerda, o anarquismo.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Socialismo

Movimento operário português

Marxismo

Possibilismo

Finais do século XIX

## **Abstract**

The study of the Portuguese socialist and workers' movement between 1882 and 1894, through the analysis of the national information organ of the Socialist Workers' Party, *O Protesto Operário* (The Workers' Protest), is our purpose with this work.

After more than a decade of relative apathy, the socialist and workers movements were able to reassert themselves around the monopoly of tobacco issue, the "law of licenses to work", the struggle for 8 hours of daily work and wage increases, among other claims. From eighteen eighty-seven, socialism began to become a truly popular movement in Portugal.

However, the conflict between "marxists" and "possibilists" within the Socialist Workers' Party during the last decade of the nineteenth century contributed decisively to provoking an internal crisis, which culminated in a definitive breakdown. The Portuguese socialists still dealt with the efficient campaign of republicanism, on the one hand, and with the emergence of a new force on their left, anarchism.

## **KEYWORDS**

Socialism

Portuguese Workers movement

Marxism

Possibilism

Late 19<sup>th</sup> century

*Fear the time when Manself will not suffer and die  
for a concept, for this one quality is the foundation of Manself,  
and this one quality is man, distinctive in the universe.*

(STEINBECK, John — *The Grapes of Wrath*, 1939)

## Introdução

O objeto da presente dissertação centra-se no estudo do movimento socialista português, num período compreendido entre os anos 1882 e 1894, através da análise da fonte de informação principal, o periódico *O Protesto Operário*<sup>1</sup>.

“Numa época em que o isolamento anula todos os esforços [...], um punhado de operários [...] não podia deixar de estudar e pôr em prática o meio de conseguir mais facilmente os seus nobres intentos”<sup>2</sup>. Este excerto que destacámos foi retirado do número inaugural da nossa fonte e sintetiza de forma perfeita o principal intento dos socialistas portugueses, isto é, a união de esforços entre o operariado para melhor resistirem ao que entendiam tratar-se de uma crescente atomização e iniquidade sociais.

Cremos que a abordagem desta dissertação se torna relevante, na medida em que há uma escassez de obras mais focalizadas sobre o tema em questão, isto é, uma análise institucional e política do Partido Operário Socialista, não obstante a evolução historiográfica que o estudo do socialismo conheceu. Contudo, trata-se de sínteses gerais, ainda que relevantes para um enquadramento sobre o tema. Nesse sentido, destacam-se as *Notas para a História do Socialismo em Portugal*<sup>3</sup>, da autoria do líder socialista César Nogueira, a *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*<sup>4</sup>, de Carlos da Fonseca, *O Socialismo em Portugal 1850-1900*<sup>5</sup>, de César Oliveira e, por último, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*<sup>6</sup>, da autoria de Maria Filomena Mónica. Já a dissertação de mestrado *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*<sup>7</sup>, da autoria de Maria João Castro, revelou-se útil por se tratar de um estudo focalizado no movimento socialista português, num período anterior ao analisado na presente dissertação.

A escolha da fonte revelou-se fundamental para uma análise institucional e política, uma vez que se trata do primeiro órgão do Partido Operário Socialista de âmbito

---

<sup>1</sup> *O Protesto Operário. Órgão do Partido Operário Socialista*. Lisboa/Porto, 1882-1894.

<sup>2</sup> [A redação] – “Ao Público”. *O Protesto Operário*, 5.3.1882, p. 1.

<sup>3</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugal, 1964.

<sup>4</sup> FONSECA, Carlos da – *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d., 4 volumes.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, César – *O Socialismo em Portugal 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973.

<sup>6</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

<sup>7</sup> CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*. Porto: FLUP, 1999. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

nacional. Além do mais, permitiu uma análise mais pormenorizada e detalhada a certo tipo de questões referentes à nossa problemática. Quanto ao método utilizado, procedeu-se à elaboração de uma base de dados a partir da criação de uma ficha temática para cada artigo, evidenciando-se alguns aspetos relevantes, como o número do jornal, a data, o autor, o título, um breve sumário e, ainda, algumas observações. Foram levantadas, na totalidade, 4590 fichas, selecionadas de acordo com a temática pretendida.

Se procurarmos a definição de socialismo no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, percebe-se que “os caminhos para o socialismo apresentaram-se sempre divergentes quanto aos meios – democráticos ou autoritários – embora convergentes quanto à aspiração universal que o caracteriza”<sup>8</sup>. Ainda que o nosso objetivo não seja enveredar pelo campo da filosofia política, na abordagem a qualquer história do socialismo há que ter em conta a complexidade que o conceito encerra, não obstante o projeto aspiracional partilhado por todos os que se intitularam como tal. Procuraremos, pois, dar resposta a um conjunto de questões de partida:

- i. aprofundar o conhecimento sobre a dimensão ideológica dos socialistas portugueses;
- ii. compreender o diferendo que opôs “possibilistas” e “marxistas”, no seio do Partido Operário Socialista;
- iii. analisar o papel e a influência dos socialistas no seio do movimento operário;
- iv. clarificar a relação dos socialistas com a restante oposição à Monarquia Constitucional, quer com o movimento republicano (à sua direita) quer com o anarquismo emergente (à sua esquerda);
- v. analisar as principais linhas de ação do movimento socialista e operário em Portugal, de 1882 a 1894.

No capítulo 1 desta dissertação, procurar-se-á proceder a uma análise contextual do socialismo dos finais do século XIX, quer a nível internacional quer em Portugal, com particular destaque aos contornos que marcaram o início da publicação da nossa fonte principal, o periódico *O Protesto Operário*. Procuraremos ainda enquadrar a evolução historiográfica nacional dedicada a esta temática.

No capítulo 2, procuraremos desenvolver um estudo acerca do ideário dos socialistas portugueses, bem como das suas relações com o operariado, com o

---

<sup>8</sup> SERRÃO, Joel – “Socialismo” in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 6. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, p. 11.

republicanismo e com o anarquismo, sem esquecermos algumas realidades deste período, como a “questão religiosa”, o debate acerca do protecionismo e a emigração.

Por último, no capítulo 3, é nosso intento historiar as principais coordenadas de ação do Partido Operário Socialista, desde a realização da Conferência Nacional Socialista, em 1882, à participação em atos eleitorais, mas também o associativismo laboral e as greves, sem esquecer a participação no Congresso Internacional de Paris, em 1889, e, por fim, a realização do 1.º de Maio em Portugal, bem como outras comemorações relevantes.

## 1. O socialismo e *O Protesto Operário*

### 1.1. O socialismo em finais do século XIX: questões de partida

O socialismo nunca se mostrou homogéneo. Aliás, foi marcado por tendências e dissidências ao longo da sua história e, como qualquer outra corrente política e filosófica, não ficou imune à inconstância característica da natureza humana. Por exemplo, em meados da década de 1870, na Bélgica, “viu-se um César De Paepe passar pelo proudhonismo ao marxismo e depois adotar contra Marx posições bakuninistas; e segundo se limita em Bruxelas ou em Gand, é-se orientado para o anarquismo em liberdade ou para o socialismo marxista”<sup>9</sup>.

A razão por que se considerou este exemplo não terá sido em vão. Uma boa parte da historiografia portuguesa tem realçado a especificidade de Portugal no que diz respeito à coexistência de tendências e doutrinas socialistas. A verdade é que esta realidade é mais abrangente, pelo menos durante as décadas de 1870 e 1880<sup>10</sup>. Apenas a partir do término do século XIX e do dealbar do XX é que a doutrina marxista adquire a sua primazia no seio dos vários partidos socialistas europeus<sup>11</sup>. De facto, entre a década de 1880 e os dias que antecederam a I Guerra Mundial, assistiu-se a um crescimento exponencial de vários partidos socialistas e trabalhistas europeus. Por exemplo, na Alemanha e nos países escandinavos, estes chegaram a ser os partidos mais votados, obtendo entre 35% e 40% dos votos. Para além disso, constituíram “gigantescos exércitos” de operários mobilizados. No ano em que espoletou a I Guerra Mundial, os resultados obtidos pelos partidos socialistas francês e italiano também não foram despidiendos<sup>12</sup>.

Mas como é que o socialismo se transformou num movimento de massas? De que forma se deu a passagem para a organização da classe trabalhadora? É isso que, em linhas gerais, se vai tentar compreender.

Tal como defende René Rémond na sua *Introdução à história do nosso tempo*, o socialismo apenas se entrosou no movimento operário na 2ª metade do século XIX. Aliás, a preocupação inicial do operariado emergente fora o restabelecimento da

---

<sup>9</sup> DROZ, Jacques (dir.) – *História geral do socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, vol. III, 1972, p. 864.

<sup>10</sup> Há a exceção dos casos alemão e britânico. No primeiro, o marxismo exerceu desde o início uma forte influência no Partido Social Democrata; no segundo, a tradição trade-unionista esteve sempre bastante enraizada no movimento operário e sindical.

<sup>11</sup> Sobretudo a partir da II Internacional, realizada em Paris em 1889.

<sup>12</sup> HOBSBAWM, Eric – *A Era do Império: 1875-1914*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 152.



regulamentação das corporações de artes e ofícios, perdidas com a nova ordem liberal<sup>13</sup>. Contudo, o “estabelecimento industrial moderno” começou a pouco e pouco a ganhar terreno à “velha” oficina de artesãos, utilizando, para isso, a “mecanização e o controlo da rentabilidade do trabalho operário”<sup>14</sup>. A revolução industrial apoiou-se também num “exército” de mão-de-obra rural e periférica dos grandes centros urbanos, constituindo, nas grandes cidades, massas de população desenraizadas em contínuo crescimento: “Nos fins do século XIX, perto de dois terços da população com ocupação nas grandes cidades (isto é, as cidades com mais de 100 000 habitantes) exerciam ocupações industriais”<sup>15</sup>.

Convém notar que, apesar de tudo, o trabalho artesanal não desapareceu na sua totalidade. Aliás, permaneceu ainda em certos setores tradicionais<sup>16</sup>. Verificou-se, por vezes, “uma espécie de casamento entre a destreza manual e a tecnologia do vapor”, na medida em que “a procura incidia sobre os antigos trabalhadores dotados de capacidade artesanal, ou a esta adaptados, como os ferreiros e os serralheiros que iam trabalhar nas novas indústrias de fabricação de maquinaria”<sup>17</sup>. Dirigentes socialistas como Luís de Figueiredo, tipógrafo, e Auguste Bebel, torneiro, teriam, pelo menos, algo em comum: os elementos mais ativos do movimento socialista fizeram parte desta “aristocracia operária”, fundamentalmente constituída por artesãos<sup>18</sup>.

Uma das razões fundamentais para a emergência de movimentos socialistas e trabalhistas teve que ver com as dinâmicas económicas e com a evolução do capitalismo que, inicialmente, privilegiara o investimento graças a uma baixa salarial, a um desemprego “estrutural” considerável, ao recrutamento de mulheres e crianças nas fábricas e, portanto, compelindo as classes trabalhadoras à miséria<sup>19</sup>. A depressão económica, particularmente notória ao longo das décadas de 1870 e 1880, prolongou esta redução dos preços e dos lucros, mesmo que a produção mundial e o comércio tenham

---

<sup>13</sup> Mais evidente, sobretudo, nas primeiras reações operárias no Reino Unido: RÉMOND, René – *Introdução à história do nosso tempo: do Antigo Regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva, 1994, p. 200-201.

<sup>14</sup> RIOUX, Jean-Pierre – *A Revolução Industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1973, p. 180.

<sup>15</sup> HOBBSBAWM, Eric – *A Era do Império*, p. 151.

<sup>16</sup> RIOUX, Jean-Pierre – *A Revolução Industrial*, p. 186. No caso português, a pequena oficina, muitas vezes de tipo familiar, subsistiu até bastante tarde. Por exemplo, no Porto, mais de metade dos chapeleiros (cerca de 56%) laborava em pequenas oficinas: SANTOS, Maciel Morais – “O Partido Socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas”. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 2ª série. Vol. XI, 1994, p. 292.

<sup>17</sup> HOBBSBAWM, Eric – *A Era do Império*, p. 149.

<sup>18</sup> A composição profissional dos delegados dos primeiros congressos do Partido Operário Socialista em Portugal ilustra bem esta realidade: SANTOS, Maciel Morais – “O Partido Socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas”, p. 293-294.

<sup>19</sup> RIOUX, Jean-Pierre – *A Revolução Industrial*, p. 187.

continuado a crescer<sup>20</sup>. Contudo, começou a reconsiderar-se o problema do consumo interno, através de um aumento salarial, com o objetivo de tentar manter a produção e os lucros. Assiste-se, portanto, à passagem de um capitalismo de investimento para um de consumo<sup>21</sup>. Fatores como o progresso técnico, a emigração ou a procura de novos mercados funcionaram, muitas vezes, como “válvulas de segurança” que mitigavam a pressão social<sup>22</sup>.

Outro fator que ajudou a viabilizar uma tomada de consciência por parte do movimento operário e, posteriormente, por si suscitado, foi a “democratização da política”, segundo Eric Hobsbawm<sup>23</sup>. Para além da concessão de leis favoráveis à sua organização, a tomada de consciência dos poderes públicos terá sido particularmente visível no lançamento de inquéritos para aferir as condições da classe trabalhadora<sup>24</sup> e na elaboração de uma regulamentação social, a partir dos finais do século XIX, que afastou os governos do liberalismo inicial: desde a limitação da duração do trabalho de mulheres e crianças a medidas protetoras contra riscos sociais, como seguros contra acidentes de trabalho, doença e até sistemas de reforma (como na Alemanha, a partir da década de 1880)<sup>25</sup>. É obvio que, se este conjunto de regulamentações de carácter social teve como consequência a “crescente posição central das massas”, a pressão por ela exercida junto dos governos nacionais terá sido crucial para esta viragem<sup>26</sup>. Por outro lado, a emergência da II Internacional constituiu um fator decisivo para uma posição concertada do movimento operário internacional, tendo como objetivo a exigência de reformas sociais. A consagração do 1.º de Maio como Dia Mundial dos Trabalhadores, a partir de 1890, foi a face visível deste apelo.

Para além destes objetivos imediatos que visavam retirar o operariado das condições miseráveis em que se encontrava, a verdade é que a perspetiva de uma transformação social através de uma revolução fora o objetivo primordial para uma

---

<sup>20</sup> HOBBSAWM, Eric – *A Era do Império*, p. 51-52.

<sup>21</sup> RIOUX, Jean-Pierre – *A Revolução Industrial*, p. 202.

<sup>22</sup> HOBBSAWM, Eric – *A Era do Império*, p. 53. Particularmente evidente em Portugal no período da Regeneração.

<sup>23</sup> *Idem*, p. 114.

<sup>24</sup> Estes inquéritos tornaram-se comuns em França e Inglaterra durante a segunda metade do século XIX. A posição dos socialistas portugueses foi sempre de alguma apreensão relativamente à utilidade dos mesmos, não deixando, porém, de apelar aos operários para que respondessem com rigor.

<sup>25</sup> RÉMOND, René – *Introdução à história do nosso tempo: do Antigo Regime aos nossos dias*, p. 208.

<sup>26</sup> HOBBSAWM, Eric – *A Era do Império: 1875-1914*, p. 128.

grande parte dos socialistas (esta questão dividiu e, em parte, ainda continua a dividir o movimento socialista).

Voltando ao início, já se disse que a doutrina marxista dominou os partidos socialistas continentais, bem como a II Internacional<sup>27</sup>. Esta adesão fez-se, sobretudo, pelo discurso coeso do chamado “socialismo científico”, pela certeza “outrora oferecida pela religião” da “inevitabilidade do seu triunfo”<sup>28</sup>. Contudo, o movimento operário apresentou diferenças consideráveis, tanto no plano sociológico como no ideológico ou doutrinal<sup>29</sup>. Neste último, as divergências acentuaram-se ainda durante a Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864, com uma querela entre marxistas e bakuninistas. Aliás, ainda nos primeiros congressos realizados pela I Internacional, são notórias as influências de Proudhon através da defesa do mutualismo e do federalismo, evoluindo para posições coletivistas nos congressos seguintes<sup>30</sup>. A cisão ocorrida em 1872, no contexto do Congresso de Haia, entre “autoritários” e “antiautoritários”, decorre de um confronto com origens ainda dos finais da década de 1860, mas que teve um momento decisivo com a Comuna de Paris<sup>31</sup>. Aliás, a sua espontaneidade inicial e a forma como foi reprimida deu a Marx o pretexto da necessidade de centralizar o movimento proletário internacional<sup>32</sup>.

Mas o anarquismo não desapareceu, isto é, o bakuninismo e a “propaganda pelo facto” foram sendo complementados por um anarquismo sindicalista, muito influenciado pelo coletivismo de Kropotkine, nos vários países europeus, sobretudo mediterrânicos<sup>33</sup>. Ainda nas últimas décadas do século XIX, houve um dilema sobre se o movimento socialista deveria apostar as suas forças na atividade política ou, pelo contrário, no

---

<sup>27</sup> DROZ, Jacques (dir.) – *História geral do socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, Vol. IV, 1972, p. 12. Aliás, apesar da diversidade de tendências no momento criador da II Internacional, tendo existido dois congressos, um “possibilista” (mas que contou também com a presença de trade-unionistas) e outro “marxista” (juntamente com anarquistas que, mais tarde, terão sido expulsos), a verdade é que foram as disposições do segundo que mais vingaram. Desde logo, foram adotadas, pelos vários partidos socialistas continentais, deliberações sobre a organização política e a conquista do sufrágio universal.

<sup>28</sup> HOBSBAWM, Eric – *A Era do Império: 1875-1914*, p. 171.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 155. O operariado não constituía uma “massa homogénea”, distinguindo-se pela sua origem social, geográfica, cultural, de género, etc. Voltar-se-á a este tema mais à frente, quando se discutir o estado da arte e a análise sociológica do movimento operário português.

<sup>30</sup> DROZ, Jacques (dir.) – *História geral do socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, Vol. III, 1972, p. 836-838.

<sup>31</sup> TOUCHARD, Jean (dir.) – *História das Ideias Políticas*. Mem-Martins: Publicações Europa-América, Vol. 4, 1991, p. 68. Por um lado, verifica-se uma profusão ideológica dos elementos que compuseram a Comuna (desde blanquistas, mutualistas, coletivistas e anarquistas). Contudo, a influência de Marx até este momento terá sido escassa.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 70.

<sup>33</sup> DROZ, Jacques (dir.) – *História geral do socialismo*. Vol. IV, p. 9.

sindicalismo<sup>34</sup>. Este último constituiu mesmo uma “doutrina” própria, uma vez que o sindicato (ou a associação de classe) era entendido como a célula da sociedade pós-estatal e não apenas como um instrumento de pressão junto dos governos para a obtenção de certas reformas laborais<sup>35</sup>. As áreas de influência desta doutrina “apolítica” (a França, a Bélgica, a Espanha, Portugal e o norte da Itália) é bastante reveladora, pois, tal como Jean Touchard defende na *História das Ideias Políticas*, trata-se de regiões onde “as organizações sindicais são numericamente fracas e orientadas por operários muito cultos” e cujas elites “burguesas” no poder não permitiam “às massas operárias exercerem uma influência política importante”<sup>36</sup>.

Mesmo no campo marxista, começaram a surgir críticas e “revisões”. O período entre a última década de oitocentos e 1914 correspondeu, ao contrário da precedente, a uma época de prosperidade e de subida geral dos preços<sup>37</sup>, o que provocou uma discussão em torno da viabilidade do capitalismo, ou melhor, uma certa descrença na falência rápida do mesmo e de uma inexequibilidade revolucionária<sup>38</sup>. Mesmo os mais ortodoxos tornaram-se hesitantes, como o teórico marxista Karl Kautsky que se referiu ao Partido Social Democrata alemão como “um partido que, embora revolucionário, não faz uma revolução”<sup>39</sup>. Em todo o caso, a perspectiva revolucionária, que já não ocupava o

---

<sup>34</sup> RÉMOND, René – *Introdução à história do nosso tempo: do Antigo Regime aos nossos dias*, p. 210-211. Esta questão constituiu tema de debate entre os socialistas portugueses, como se verá.

<sup>35</sup> Mesmo o sindicalismo apresentou diversas tendências com impacto em países como Portugal. Por um lado, gerou um sindicalismo “possibilista” ou reformista, tendo como principal mentor o socialista francês Paul Brousse, que, numa certa altura, mostrou disponibilidade de pactuar com os governos franceses; por outro, um socialismo “integral” disposto a concentrar todos os progressistas, tendo sido influenciado por Benoît Malon, e que teve forte impacto no Partido Operário Socialista em Portugal, como se explicará mais à frente; por fim, um sindicalismo com raízes no anarquismo, como o anarcossindicalismo, sobretudo a partir do dealbar do século XX, e o sindicalismo revolucionário, “precedente” do primeiro mas mais “politizado” e insurreccional, através da utilização de meios como a greve geral: TOUCHARD, Jean (dir.) – *História das Ideias Políticas*, p. 75-77.

<sup>36</sup> *Idem*, p. 76.

<sup>37</sup> HOBBSBAWM, Eric – *A Era do Império*, p. 64-65.

<sup>38</sup> DROZ, Jacques (dir.) – *História Geral do Socialismo*. Vol. IV, p. 16. Este “revisionismo” foi teorizado por Eduard Bernstein, socialista alemão que, na sua obra *Premissas do socialismo*, propôs uma reforma do capitalismo. Há ainda patente uma crítica filosófica de negação dos princípios do marxismo, isto é, a defesa da espontaneidade da história como contraponto com o determinismo dialético defendido por Marx: “Não existe necessariamente um efeito que provenha de uma causa que é a sua contrária dialética. Primeiro do que tudo, existe o imprevisto. Existe necessariamente a vontade humana e os imperativos éticos que podem surgir na história e modificar-lhe o curso”: TOUCHARD, Jean (dir.) – *História das Ideias Políticas*, p. 84.

<sup>39</sup> HOBBSBAWM, Eric – *A Era do Império*, p. 172-173. Em Portugal, sobretudo a partir do século XX, pode ser também considerada a estratégia do Partido Socialista Português. Mas não no período em análise. A perspectiva de uma revolução nunca foi colocada em causa entre as décadas de 1880 e 1890 pelos socialistas portugueses.

imaginário socialista como outrora, fora sendo substituída pelo combate parlamentar e pela constituição de grupos de pressão junto dos governos nacionais<sup>40</sup>.

Para concluir esta análise do socialismo internacional, mesmo entre os vários partidos socialistas europeus, o português inclusivamente, podem encontrar-se diferenças substantivas. Diferem, sobretudo, tendo em conta fatores como o nível de desenvolvimento industrial do país em questão, a natureza do regime político e, ainda, a “tradição revolucionária”<sup>41</sup>.

Esta breve resenha tenta mostrar a complexidade do movimento socialista que jamais encontrou fórmulas unitárias e definitivas de ação. Nunca constituiu um movimento estanque nem homogêneo. Tentar-se-á, portanto, explicar que o socialismo em Portugal, apesar das devidas ressalvas, não passou ao lado destas dinâmicas europeias e que, uma boa parte da sua história durante os anos em análise terá sido, por vezes, resultado de um reflexo internacional, ainda que com suas particularidades.

No caso português, torna-se necessário ter em conta as especificidades sociais e económicas do país que, de certa forma, ajudaram a moldar o pensamento socialista à realidade portuguesa – um enorme défice industrial e uma estrutura essencialmente agrária, o que contrastava com o desenvolvimento industrial e capitalista no norte da Europa e nos Estados Unidos da América, um escasso operariado, na sua maioria analfabeto, ainda que concentrado maioritariamente nas duas principais cidades do país, Lisboa e Porto, e pouco dimensionado por unidade fabril<sup>42</sup>. Importa ainda acrescentar que subsistia uma atividade de tipo artesanal e familiar, uma vez que uma grande parte dos dirigentes socialistas teriam uma proveniência das várias artes manuais, como chapeleiros, sapateiros e tipógrafos<sup>43</sup>.

Nos inícios dos anos 50 do século XIX, claramente influenciados pela Revolução Francesa de 1848 que inaugura a participação política das classes laboriosas, figuras de relevo como Sousa Brandão e Lopes de Mendonça terão assimilado as ideias de Fourier, Cabet e Louis Blanc. Esta influência do “socialismo utópico” na pequena burguesia portuguesa da primeira metade do século XIX foi devidamente estudada por Victor de Sá

---

<sup>40</sup> SANTOS, Maciel Moraes – “O Partido Socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas”, p. 289.

<sup>41</sup> DROZ, Jacques (dir.) – *História geral do socialismo*. Vol. IV, p. 14.

<sup>42</sup> Segundo dados de César Oliveira, laboravam cerca de 15.000 operários na década de 1850 e, mais de metade destes, na fiação de tecido: OLIVEIRA, César – *O Socialismo em Portugal 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973, p. 40-41.

<sup>43</sup> SANTOS, Maciel Moraes – “O Partido Socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas”, p. 293-294.

que, na sua tese de doutoramento, salientou que a emergência das ideias socialistas terá surgido numa fase de discussão do liberalismo face aos problemas sociais que estariam por resolver<sup>44</sup>. Surgiu, então, uma nova fase do movimento associativo, o que terá contribuído para a emergência do Centro Promotor para o Melhoramento das Classes Laboriosas. Este centro terá sido fundamental para o fomento do associativismo de natureza mutualista, ainda marcado pela colaboração entre classes<sup>45</sup>. Aliás, pode também ser entendida como uma fase de resposta da burguesia à Revolução de 1848, no sentido de tentar submeter a classe operária à sua vontade, assistindo-se ainda à integração de diversos “socialistas utópicos” na edificação da sociedade capitalista da Regeneração como forma de “pressionar” a burguesia no sentido de a encaminhar para uma via mais progressista<sup>46</sup>.

No contexto do Porto, entre 1852 e 1870 terão sido recenseadas 17 organizações operárias e, através de uma análise mais detalhada, facilmente se consegue distinguir dois tipos de associações. Umas, pertencentes a um grupo profissional específico, mais ligadas aos ofícios e às atividades artesanais; outras, de caráter mais abrangente a que pertenciam, por exemplo, os tecelões e que estiveram ligadas à média e grande indústria responsável pelo emergente proletariado. Nas primeiras, apesar de em menor número, concentravam-se os grupos mais dinâmicos do operariado<sup>47</sup>. Uma certa “nostalgia” do corporativismo dominava ainda estas associações ligadas aos ofícios, ao contrário das nascentes associações de “todas as classes”, uma vez que “nelas se vão organizar os setores mais proletarizados da população trabalhadora portuense”<sup>48</sup>.

Contudo, começou a verificar-se uma “reorganização” das classes sociais, colocando em causa a hegemonia da “paz social” e do “sistema racional” que o capitalismo português oferecera<sup>49</sup>. Foi, sobretudo, nos anos 70 do século XIX que se iniciou uma mudança ideológica no socialismo português. À “integração” do movimento

---

<sup>44</sup> SÁ, Victor de – *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978, p. 11-18.

<sup>45</sup> Aliás, é revelador o apoio a este Centro por parte de alas mais progressistas da Regeneração.

<sup>46</sup> SÁ, Victor de – *A crise do liberalismo*, p. 267-294.

<sup>47</sup> PEREIRA, José Pacheco – “A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)”. *Análise Social*, n.º 65, 1981, p. 139-141.

<sup>48</sup> *Idem*, p. 142.

<sup>49</sup> Apesar das limitações, o capitalismo português evoluiu num “sistema racional” e “cosmopolita”, reduzindo “ao menor denominador comum da sua lógica interna as ideologias políticas, morais e religiosas”: FONSECA, Carlos da – *Integração e rutura operária. Capitalismo, associativismo, socialismo, 1836-1875*. Lisboa: Estampa, 1975, p. 39.

operário português, seguiu-se a “rutura” provocada pelo internacionalismo da AIT<sup>50</sup>. Ou seja, da cooperação entre classes – que dominou o pensamento socialista “utópico” ou de natureza mutualista desde os anos 50 – passou-se para o confronto entre classes. O historiador César Oliveira é bastante incisivo nas razões que aponta para esta transformação<sup>51</sup>:

i. O crescimento do operariado. Se até aos anos 1850, o liberalismo português fora pouco elaborado e marcado por um capitalismo incipiente, o certo é que a denominada Regeneração e a “política de melhoramentos materiais”, liderada por Fontes Pereira de Melo, permitiu o fomento dos meios de transporte, o desenvolvimento da atividade industrial e do crescimento urbano, favoráveis ao aumento do operariado e, sobretudo, à transformação da sua composição social;

ii. A Comuna de Paris. As “jornadas” revolucionárias da Primavera de 1871 provaram que o movimento operário organizado seria capaz de conquistar o poder, ainda que de um modo efémero. De resto, teve um grande impacto em Portugal, não apenas entre a classe operária e os socialistas mas também entre a burguesia, que se “escandalizou”<sup>52</sup>;

iii. As Conferências Democráticas do Casino. Estas sessões, realizadas no Casino Lisbonense durante o ano de 1871, abalaram os alicerces do sistema político e cultural do país, daí que tivessem sido proibidas, ainda no seu decorrer, através de uma Portaria do Ministério do Reino. Revelou-se ainda assaz importante para a fundamentação ideológica do socialismo português um discurso proferido nestas Conferências por Antero de Quental – *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* – que, para além de, como o filósofo Eduardo Lourenço salienta, se ter tornado numa “referência mítica da cultura portuguesa moderna”, inaugura também uma crítica teórica do liberalismo em Portugal<sup>53</sup>. João Medina fala de uma mentalidade “setentista”, particularmente sensível à ideia de revolução (uma palavra bastante utilizada no programa das Conferências) e de socialismo<sup>54</sup>;

---

<sup>50</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>51</sup> CÉSAR, Oliveira – *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, p. 145-146.

<sup>52</sup> ALVES, Ana Maria – *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971, p. 9.

<sup>53</sup> QUENTAL, Antero de – *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Três Últimos Séculos: Discurso pronunciado na noite de 27 de maio na sala do Casino Lisbonense*. Prefácio de Eduardo Lourenço. Lisboa: Tinta-da-China, 2017, p. 11-15.

<sup>54</sup> MEDINA, João – *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984, p. 15-19.

iv. A fundação de núcleos da Associação Internacional dos Trabalhadores. Os primeiros núcleos da I Internacional em Portugal surgiram num contexto de falta de coesão interna e de grandes divergências entre marxistas e bakuninistas (o que viria a ser parcialmente resolvido no Congresso de Haia, realizado em 1872, com a expulsão dos últimos). O certo é que, movidos pelos recentes acontecimentos em Paris, uma delegação de três espanhóis da Internacional se encontrou clandestinamente, a bordo de uma barca no rio Tejo, com José Fontana, Antero de Quental e Jaime Batalha Reis. Pouco tempo depois, foi fundada a Fraternidade Operária, considerada a primeira grande associação operária revolucionária em Portugal, contando, logo em 1872, com cerca de 3.000 trabalhadores associados, segundo dados de Maria Filomena Mónica<sup>55</sup>. É de referir também que esta associação terá sido responsável por impulsionar e protagonizar o primeiro grande surto grevista, que eclodiu no verão de 1872.

Importa ainda referir que o socialismo português contou sempre com uma enorme influência do pensamento de Proudhon, sobretudo através do seu mais importante intelectual orgânico – Antero de Quental. Este acérrimo defensor da “república democrática federativa” e da organização de “corporações livres”, propôs ainda o gradualismo como forma de alcançar a revolução<sup>56</sup>. A propósito da efémera República Espanhola, adiantou que Portugal deveria caminhar para a democracia e para a federação<sup>57</sup>. Aconselhou ainda a “abstenção” como orientadora de um futuro programa político do socialismo português: “O programa político das classes trabalhadoras, segundo o Socialismo, cifra-se em só uma palavra: *abstenção*. Deixemos que esse mundo velho se desorganize, apodreça, se esfacele, por si, pelo efeito do vírus interior que o mina”<sup>58</sup>. Todavia, por meio de uma breve análise das páginas de *O Pensamento Social* – um periódico que funcionou como órgão da Fraternidade Operária e que contou com

---

<sup>55</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *O Movimento Socialista em Portugal*, p. 191.

<sup>56</sup> Esta ideia está bem vinculada no opúsculo *O que é a Internacional* e é algo que marca, posteriormente, de forma indelével, as linhas de ação do Partido Operário Socialista. “Não: não é revolucionariamente, e duma hora para a outra, que uma tão vasta transformação, que abrange todas as relações dos homens em sociedade, se pode efetuar, mas sim evolutivamente, por meio de sucessivas transformações, por uma lenta preparação, que eduque os homens para uma nova ordem de coisas, e torne possível, sem se passar pelo caos, o novo génesis social”: QUENTAL, Antero de – *Prosas sócio-políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, p. 343.

<sup>57</sup> No opúsculo *Portugal perante a Revolução de Espanha – considerações sobre o futuro da política portuguesa no ponto de vista da democracia ibérica*: QUENTAL, Antero de – *Prosas sócio-políticas*, p. 230.

<sup>58</sup> QUENTAL, Antero de – *Prosas sócio-políticas*, p. 349. Algo que será interiorizado por uma parte dos dirigentes socialistas e que está na origem de desentendimentos entre diversas fações, como se verá no decorrer da dissertação.



Antero de Quental como seu principal colaborador –, pode concluir-se que era comum a coexistência de artigos de teor anarquista, ao mesmo tempo que se publicava pela primeira vez no país o *Manifesto Comunista*, de Karl Marx<sup>59</sup>. Portanto, as divergências que assolavam o movimento socialista e operário na Europa “esclarecida” tardavam a chegar a Portugal.

As agitações operárias de 1872-1873, organizadas pela Fraternidade Operária, e a fundação da primeira secção da Internacional em Portugal – a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa – tiveram um enorme impacto no movimento operário e socialista português, revelando-se importantes para a criação do Partido Socialista, em janeiro de 1875<sup>60</sup>. Nos seus primeiros programas, é notória a influência libertária. Aliás, inicialmente, anarquistas como Gonçalves Viana e Ermelindo Martins colaboraram nestas duas organizações. Contudo, após este primeiro momento de gênese e confluência de ideias, segue-se um período tumultuoso, que será objeto de análise neste projeto de investigação.

Encontram-se, fundamentalmente, duas linhas de orientação para esta investigação. Ou seja, há que discernir entre aquilo que se insere no plano ideológico e a ação do movimento socialista ao longo deste período.

Começando pelo pensamento, há que aprofundar a compreensão das divisões ou fações internas no seio do Partido Operário Socialista, nomeadamente entre as alas “possibilista” e “marxista”, durante as décadas de oitenta e noventa do século XIX, e de que forma terão afetado a prática política, mas também a relação com as associações de classe. Depois, há que perceber a posição dos socialistas face à emergência do republicanismo que, a partir dos anos oitenta, protagonizou uma enorme propaganda em torno de questões como o colonialismo e do triplo centenário da morte de Camões. Há, também, à esquerda, o emergir do anarquismo, quer com uma primeira divisão protagonizada no Porto, com a fundação da Associação União dos Trabalhadores, em 1881, quer com os grupos comunistas-anarquistas do Porto e de Lisboa, em 1887, sendo fundamental relacionar a disputa entre estes e os socialistas na liderança do movimento operário. Convém ainda não esquecer, apesar de não ser o tema central desta dissertação, as posições dos socialistas portugueses face a questões como a indústria e o protecionismo

---

<sup>59</sup> *O Pensamento Social*. Lisboa, 1872-1873.

<sup>60</sup> As greves de 1872-1873 seriam apenas ultrapassadas em dimensão pelas de 1895: SANTOS, Maciel Morais – “O Partido Socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas”, p. 296.

económico, as posições face à “questão religiosa” e ao laicismo, bem como a defesa de questões sociais relevantes como a instrução, o papel da mulher e a emigração.

Quanto à ação, é importante perceber a conjuntura que marcou o movimento operário e socialista português entre 1882 e 1894. Também se torna primordial inserir nesta investigação um estudo sobre orgânica do Partido Operário Socialista, desde a análise de programas, regulamentos internos e congressos, não esquecendo os meios de propaganda utilizados, como certas comemorações, homenagens e realização de cortejos (por exemplo, o aniversário da Comuna de Paris ou as comemorações do 1.º de Maio, que começou a ser comemorado em Portugal em de 1890, como, de resto, noutros países).

Há ainda que salientar, no campo da ação, a questão da participação eleitoral, do associativismo laboral e das greves. É fundamental não esquecer ainda a inclusão do partido no movimento socialista internacional, por exemplo, em fenómenos importantes como a fundação da II Internacional Socialista, em 1889, e tentar perceber de que forma é que os socialistas portugueses espelhavam as dinâmicas que caracterizaram o movimento socialista internacional.

Neste ponto, o que se pretende é proceder à recolha e crítica de estudos que mais contributos prestaram sobre este tema e que, de alguma forma, consigam ajudar a perceber e a contextualizar as questões de investigação. É ainda essencial relacionar a temática com as próprias especificidades cronológicas da sua produção historiográfica, na medida em que há uma evolução ao nível metodológico na análise do movimento socialista.

Há uma abordagem primordial, na sua maioria constituída por notas e reflexões dos próprios protagonistas do movimento socialista e operário, e que é essencial, na medida em que constituiu uma base de estudo por parte de investigadores posteriores. É o caso do líder socialista César Nogueira e das suas *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*<sup>61</sup>. Embora de natureza factual e, não poucas vezes, de conteúdo opinativo, as suas notas são importantes porque partem de uma linha cronológica, com destaque para certas atividades do Partido Operário Socialista, como congressos, conferências, manifestações, a participação eleitoral, as dissensões partidárias e as suas repercussões junto do movimento operário e das associações de classe<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal*.

<sup>62</sup> É de referir que se trata, talvez, do autor que mais atenção prestou à fonte de informação *O Protesto Operário*, para além de outras fontes hemerográficas que utilizou.

Desta fase, destaque-se ainda *A Evolução Anarquista em Portugal*, da autoria de Gonçalves Viana<sup>63</sup>. Este opúsculo é importante para compreender as várias cisões à esquerda no movimento socialista, desde a criação da Associação União dos Trabalhadores, em 1881, por dissidentes como o serralheiro Ermelindo Martins e o próprio autor da obra, até à formação dos primeiros grupos comunistas-anarquistas, em Lisboa e no Porto, em 1887. Paralelamente, há uma breve abordagem ao estudo da corrente sindicalista do movimento operário, no sentido de uma crescente autonomização, ainda durante os anos oitenta do século XIX. Ou seja, há informações que podem ajudar a uma melhor compreensão de algumas questões levantadas na problemática, como as divisões no seio do movimento socialista ou a relação entre o partido e o operariado.

Para concluir a análise desta fase inicial, há que referir a obra *O Sindicalismo em Portugal*<sup>64</sup>, um importante estudo acerca do movimento associativo e sindical em Portugal, em particular no que toca ao período da sua “absorção política” (com a fusão entre o Partido Socialista e a Associação dos Trabalhadores) em 1878, até ao “sentimento de independência” que despontou nos anos seguintes, para além de uma resenha dos principais congressos operários durante os anos oitenta e noventa<sup>65</sup>. Também merece destaque o advento anarquista, bem como as divisões entre possibilistas e revolucionários e o seu impacto junto das associações de classe<sup>66</sup>.

O Estado Novo constituiu um verdadeiro interregno na produção historiográfica, em parte devido à desconfiança no que toca ao período do liberalismo constitucional mas, sobretudo, à hostilidade declarada aos movimentos sociais e aos estudos do operariado. A crença no “país essencialmente agrícola” redundou num profundo desconhecimento da História de Portugal<sup>67</sup>.

É, sobretudo, a partir dos anos sessenta e, ainda mais, com a abertura democrática, que desperta um novo interesse, apesar de um certo fervor ideológico, por parte de historiadores coevos como César Oliveira, Carlos da Fonseca e Victor de Sá, através da publicação de algumas sínteses gerais sobre o movimento socialista e operário em Portugal.

---

<sup>63</sup> VIANA, J. M. Gonçalves – *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

<sup>64</sup> SOUSA, Manuel Joaquim de – *O Sindicalismo em Portugal*. 5ª ed. Porto: Afrontamento, 1976.

<sup>65</sup> *Idem*, p. 47-57.

<sup>66</sup> *Idem*, p. 59-71.

<sup>67</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *A formação da classe operária portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 10.

Um estudo incontornável desta época é a *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, dividida em quatro volumes, da autoria de Carlos da Fonseca<sup>68</sup>. No volume I encontra-se uma aturada cronologia dos principais acontecimentos de relevo para a história do movimento operário e socialista, ao longo dos séculos XIX e XX. O autor preocupou-se ainda em delimitar a cronologia por épocas históricas específicas, sendo que o período desta dissertação cobre duas fases importantes: a primeira delas, entre 1877 e 1886, que diz respeito a uma época de crise da política dos “melhoramentos materiais” incentivada pela Regeneração e de fortalecimento do Partido Operário Socialista. A outra, entre 1886 e 1897, respeitante a uma fase em que a uniformidade ideológica dá lugar à diversidade de organizações e doutrinas, como o anarquismo e o autonomismo sindical<sup>69</sup>. O volume II é dedicado à catalogação dos diversos congressos socialistas e de associações de classe, para além da reprodução de certos programas e regulamentos, entre os anos 1864 e 1894. Já o volume III diz respeito às relações entre o operariado e a questão social da Igreja, a partir da *Rerum Novarum*, podendo ser um importante contributo à problemática da posição dos socialistas face à questão religiosa e ao anticlericalismo. Por fim, o volume IV é centrado no estudo dos processos de industrialização e na sistematização e análise das principais greves e agitações operárias ocorridas em Portugal.

Há outras obras fundamentais do mesmo autor. Por exemplo, na *Integração e rutura operária*, são explicadas as dinâmicas do período em que a “colaboração” entre classes deu lugar à “rutura”<sup>70</sup>. Também na obra *O 1.º de Maio em Portugal* estão problematizadas questões relacionadas com a génese desta manifestação em Portugal, desde a participação no Congresso Socialista Internacional de Paris e das diretivas de promoção da jornada do 1 de Maio, até à sua concretização no ano de 1890, mas também as rivalidades geradas posteriormente, em torno desta questão, entre as várias tendências socialistas e entre estas e os anarquistas<sup>71</sup>.

Por sua vez, a obra de César Oliveira procura sintetizar a génese do socialismo moderno em Portugal, bem como as principais coordenadas da ação e do pensamento socialista oitocentista, desde as transformações económicas e sociais até às inovações

---

<sup>68</sup> FONSECA, Carlos da – *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 4 vol., s.d.

<sup>69</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>70</sup> FONSECA, Carlos da – *Integração e rutura operária. Capitalismo, associativismo, socialismo, 1836-1875*. Lisboa: Estampa, 1975.

<sup>71</sup> FONSECA, Carlos da – *O 1.º de Maio em Portugal 1890-1990*. Lisboa: Antígona, 1990.

culturais, e a sua influência junto do operariado. O autor traça uma evolução do movimento socialista português durante a segunda metade do século XIX, desde a fase do associativismo operário de cariz mutualista (bastante influenciada pela revolução de 1848) até à crítica ao liberalismo e à introdução do conceito de luta de classes<sup>72</sup>.

Outro autor fundamental deste período que também contribuiu para o estudo deste tema, Vítor de Sá, procurou fazer uma síntese muito geral sobre a história do movimento operário em Portugal, desde o “despertar” da consciência de classe à “fascização” dos sindicatos no período do Estado Novo<sup>73</sup>. O mesmo autor debruçou-se ainda sobre os alicerces das ideias socialistas na pequena burguesia da primeira metade de oitocentos, no quadro da implantação do liberalismo em Portugal<sup>74</sup>.

Ao longo dos anos oitenta, uma série de estudos promovidos pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa<sup>75</sup>, fortemente influenciados pela viragem metodológica introduzida por Edward P. Thompson na sua obra *The Making of the English Working Class*<sup>76</sup>, marcam a interdisciplinaridade entre a história e a sociologia. Este autor reformula o conceito de “classe”, concebida não apenas como estrutura com existência própria mas como fenómeno histórico das relações humanas. Além disso, entende ser impossível a compreensão deste conceito sem atender à formação sociocultural de determinado contexto<sup>77</sup>. Os estudos mais relevantes desta fase, no que toca ao movimento operário português foram, certamente, os de Maria Filomena Mónica. Em *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, procura-se analisar, desde a fundação do Partido Socialista até à sua proibição, as principais divisões internas, mas também a importância do republicanismo e do anarco-sindicalismo como “ameaças” aos próprios socialistas, quer na oposição à monarquia constitucional, no primeiro caso, quer

---

<sup>72</sup> OLIVEIRA, César – *O Socialismo em Portugal 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973.

<sup>73</sup> SÁ, Vítor de – *Movimento Operário e Sindicalismo em Portugal*. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário em Portugal, 1981.

<sup>74</sup> SÁ, Vítor de – *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

<sup>75</sup> No *Boletim de Estudos Operários* e na revista *Análise Social* foram publicados alguns estudos importantes para a história do socialismo, como: MÓNICA, Maria Filomena – “Bibliografia sobre o Socialismo em Portugal: 1875-1914”. *Boletim de Estudos Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. N.º 5, maio 1984; MÓNICA, Maria Filomena – Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914). *Análise Social*. Vol. XV (60), 1979. No que toca à história do anarquismo, pode ser importante consultar uma obra deste período: FREIRE, João (introd.) — *100 anos de anarquismo em Portugal 1887-1987*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987.

<sup>76</sup> THOMPSON, E. P. – *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin, 1963.

<sup>77</sup> *Idem*, p. 9-11.

na disputa pelo operariado, no segundo. Contudo, trata-se de uma síntese geral e, portanto, sem o aprofundamento do tema<sup>78</sup>.

Mas há outras obras da mesma autora que demonstram, a partir de “estudos de caso”, as consequências do processo de industrialização na formação dos trabalhadores, distintas quer se trate de artesãos ou operários<sup>79</sup>. Em *A Formação da Classe Operária Portuguesa*, a autora enfatiza a preponderância dos artesãos no processo industrial e na formação de uma consciência de classe, para além de colocar a tónica na diversidade de composição do movimento operário. De resto, são obras inseridas numa análise global e que privilegiam o estudo das bases e dos quotidianos em detrimento das organizações<sup>80</sup>. Resta ainda acrescentar que se tratam de estudos importantes para esta investigação, nomeadamente para perceber a relação entre o operariado e a estrutura política<sup>81</sup>.

Mais recentemente foi publicada uma obra da autoria de António Ventura sobre os grupos de oposição ao rotativismo monárquico, dissertando, nomeadamente, acerca de alguns aspetos comuns a esses grupos<sup>82</sup>. Para o tema em questão, será fundamental prestar atenção a um dos capítulos que trata do anticlericalismo, da propaganda e das campanhas “antijesuíticas” nos finais do século XIX, levadas a cabo por republicanos, socialistas e anarquistas, funcionando como “elemento aglutinador” das oposições.

Finalmente, os temas mais focalizados e, muitas vezes, fundamentados em análises intensivas de imprensa periódica ou de um período específico da história do movimento operário e socialista português, desenvolveram-se nos últimos anos. É o caso de algumas dissertações apresentadas no Porto e em Lisboa<sup>83</sup>. Para este tema específico,

---

<sup>78</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*.

<sup>79</sup> Por exemplo, em obras como: MÓNICA, Maria Filomena – *A Formação da Classe Operária Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982; MÓNICA, Maria Filomena – *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.

<sup>80</sup> A autora, tal como E. Thompson, critica as “interpretações estáticas de uma certa sociologia funcionalista”: MÓNICA, Maria Filomena – *A Formação da Classe Operária Portuguesa*, p. 14-20.

<sup>81</sup> Para perceber, por exemplo, por que é que os artesãos forneceram, em grande parte, os primeiros dirigentes socialistas portugueses.

<sup>82</sup> VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

<sup>83</sup> PEREIRA, Augusto de Castro – *O Operariado no Noroeste português (1834-1934)*. Guimarães e Viana do Castelo. Porto: FLUP, 2010. Dissertação de doutoramento em História; PEREIRA, Joana Dias – *A formação da solidariedade operária: o caso de estudo da Península de Setúbal*. Lisboa: Universidade nova de Lisboa, 2013. Dissertação de doutoramento em História; CORREIA, Fausto – *Os Socialistas portugueses e a Grande Guerra*. Porto: FLUP, 2016. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea; FREITAS, João – *A Casa do Povo Portuense (1900-1914)*. Porto: FLUP, 2014. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea; SANTOS, Licínio – *Cultura e Lazer Operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1893-1914)*. Porto: FLUP, 2014. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea; ZENHAS, Eduardo – *O movimento operário portuense no final da Monarquia*

o trabalho apresentado sobre o movimento socialista portuense revela-se fundamental porque parte de uma análise intensiva do periódico *O Operário*, destacando não só a atividade partidária e política, mas também levantando um conjunto de questões similares às aquelas apresentadas na nossa problemática<sup>84</sup>. Há também alguns trabalhos de catalogação e inventariação relativos à imprensa operária e socialista, fundamentais como obras de consulta de informação no que toca à nossa fonte de informação principal, *O Protesto Operário*<sup>85</sup>.

Parece claro que o socialismo, por advogar um ideário internacionalista, requer um vasto conhecimento bibliográfico. Um dos acontecimentos internacionais que se inserem no período temporal deste tema de investigação foi o ressurgimento da Internacional, em 1889, fundamental para um reforço dos vários partidos socialistas à escala nacional. Autores como Jacques Droz e Annie Kriegel debruçaram-se sobre este período do socialismo internacional organizado<sup>86</sup>.

Aliás, uma das obras fundamentais para a compreensão estrutural do movimento socialista internacional durante o período em análise, a *História Geral do Socialismo*, (sobretudo os últimos três volumes), apresenta as várias dinâmicas que caracterizaram o socialismo desde a esmorecimento da I Internacional à constituição da II Internacional em 1889. Esta obra exprime também o desenvolvimento dos principais partidos nacionais até ao princípio da Primeira Guerra Mundial, expondo ainda as principais diferenças ideológicas e programáticas entre si.

Para além destas obras, há outros trabalhos de autores britânicos, como Edward P. Thompson ou Eric Hobsbawm que, como se disse, marcam uma viragem no estudo do movimento socialista e operário porque privilegiam a questão sociológica, nomeadamente, a formação de uma consciência de classe (não apenas a partir das condições do trabalho fabril mas das experiências de vida do operariado)<sup>87</sup>.

---

*Constitucional (1909-1910)*. Porto: FLUP, 2016. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea; SILVA, João – *Representações da questão colonial no periódico socialista O Protesto Operário (1882-1891)*. Porto: FLUP, 2017. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

<sup>84</sup> Esta dissertação revelou ser um auxílio no que se refere, entre outras questões de conteúdo, ao tratamento da fonte hemerográfica e análise metodológica: CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*. Porto: FLUP, 1999. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

<sup>85</sup> MATOS, Luís Salgado; MÓNICA, Maria Filomena – “Inventário da imprensa operária”. *Análise Social*. Vol. XVII, 1981; SÁ, Vítor de – *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991.

<sup>86</sup> DROZ, Jacques (dir.) – *História Geral do Socialismo*. 9 vol., Lisboa: Horizonte, 1972-1977; KRIEGL, Annie – *As Internacionais Operárias (1864-1943)*. Amadora: Livraria Bertrand, 1974.

<sup>87</sup> HOBBSAWM, Eric – *A Era do Império (1875-1914)*. Lisboa: Editorial Presença, 1990; THOMPSON, E. P. – *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin, 1963.

## 1.2. *O Protesto Operário*

O período de publicação de *O Protesto Operário*, a principal fonte de informação utilizada nesta dissertação, coincidiu com o que Georges Weill designou como a “idade de ouro da imprensa”, ou seja, a época entre a surgimento da Terceira República Francesa, em 1870, e o eclodir da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Tal correspondeu a um período, em termos genéricos, de prosperidade e de desenvolvimento económico e social<sup>88</sup>.

Paralelamente, assistiu-se a uma transformação industrial da imprensa, resultante do aumento de capitais empregues e da aplicação de processos mecânicos inovadores<sup>89</sup>. Por um lado, estas transformações tiveram como consequência uma certa despolitização, com o aumento da informação generalista e a difusão de algumas práticas jornalísticas como a reportagem e a correspondência internacional nos periódicos de maiores tiragens como, por exemplo, o *Diário de Notícias*. O desígnio de ampliação do mercado, através da diminuição do preço dos periódicos avulsos, tornou-se possível com o intensificação da publicidade e dos rendimentos obtidos por esta<sup>90</sup>.

Todavia, a opinião e a propaganda não desapareceram da imprensa portuguesa. Há, aliás, até um incremento, quer em periódicos de orientação republicana quer socialista. No primeiro caso, José Tengarrinha afirmou ter sido no início dos anos 70 que surgira verdadeiramente o jornalismo republicano, com a revolução republicana em Espanha e, sobretudo, com a constituição dos antecedentes do Partido Republicano Português, em 1876<sup>91</sup>. Em 1881, a imprensa republicana atingiu uma posição mais relevante com a fundação de *O Século*, sob a direção do federalista Magalhães Lima<sup>92</sup>. Na década de 80, a influência do republicanismo não seria despicienda e, em 1887, possuía já “quatro diários, dezenas de semanários, aulas e gabinetes de leitura”<sup>93</sup>.

A “rutura” provocada no movimento operário nos anos 70 do século XIX, de que já se falou anteriormente, incitou também a uma mudança organizacional e ideológica na sua imprensa periódica. Esta, que até então adquirira uma natureza mutualista e

---

<sup>88</sup> WEILL, Georges – *El Periódico: orígenes, evolución y función de la prensa periódica*. Sevilla-Zamora: Comunicación Social ediciones y publicaciones, 2007, p. 203.

<sup>89</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989, p. 213.

<sup>90</sup> *Idem*, p. 215-225.

<sup>91</sup> *Idem*, p. 236.

<sup>92</sup> Viria a ser o órgão do Partido Republicano Português, alcançando elevadas tiragens.

<sup>93</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, p. 237.



associativa, passou a defender mais claramente a “luta de classes” através, por exemplo, do auxílio material e do incentivo a grevistas, mas também através da publicação de propaganda de natureza revolucionária: “Só agora os operários se apercebem da importância fundamental dos jornais como instrumentos da sua organização e da sua luta”<sup>94</sup>.

Pode afirmar-se que *O Pensamento Social*, órgão da Fraternidade Operária de Lisboa, onde colaboraram personalidades distintas do socialismo português como Antero de Quental e José Fontana, inaugurou esta nova conjuntura. Em 1875 é criado o Partido Socialista, tendo como órgão oficial, em Lisboa, *O Protesto*. Já em 1879 surge *O Operário*, fundado por elementos da Associação dos Trabalhadores do Porto mas que, em 1880, no contexto do IV Congresso do partido, passa igualmente a órgão oficial do Partido Operário Socialista<sup>95</sup>. É importante não esquecer *A Voz do Operário*, fundada em 1879, como órgão da classe dos manipuladores de tabaco, tendo tido, inclusivamente, uma preponderância nas associações de classe, em geral, e cuja relevância para o movimento operário é atestada pelo elevado número de tiragens, entre 40.000 a 50.000<sup>96</sup>. A esta fase fundadora, seguiu-se um período de tentativa de consolidação da imprensa socialista com a fusão dos dois órgãos do Partido Operário Socialista, na I Conferência de Lisboa, dando origem à publicação do seu primeiro órgão nacional, *O Protesto Operário*.

O semanário enquadra-se num período de florescimento da imprensa socialista com a fundação de vários periódicos, quer os mais localizados em termos regionais quer ligados a vários setores profissionais, não esquecendo também o despontar do anarquismo que, a partir de 1887, inaugura uma imprensa periódica própria<sup>97</sup>. Para além da coesão do movimento operário, outro fator fundamental para este crescimento teve que ver com a liberdade de imprensa, notória, sobretudo, durante os anos 80 do século XIX<sup>98</sup>. Contudo, o Decreto de 29 de março de 1890, de acordo com José Tengarrinha, “constitui um dos pontos culminantes da repressão à imprensa pela monarquia agonizante”, para além de

---

<sup>94</sup> *Idem*, p. 241.

<sup>95</sup> CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, p. 45.

<sup>96</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, p. 243.

<sup>97</sup> Em 1887, o periódico *Revolução Social* assume primazia neste panorama por ter sido o primeiro órgão fundado pelo Grupo Comunista-Anarquista do Porto.

<sup>98</sup> CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, p. 45.

algumas medidas de censura impostas após o golpe republicano fracassado do 31 de Janeiro de 1891<sup>99</sup>.

Apesar da imprensa republicana ter sido especialmente visada, levando mesmo à prisão de alguns diretores e redatores republicanos relevantes, como Magalhães Lima e Heliodoro Salgado, os periódicos socialistas e, mais concretamente, *O Protesto Operário*, foram sempre bastante veementes na indignação contra os abusos praticados pelos governos da monarquia.

A informação respeitante às características formais do periódico socialista encontra-se devidamente detalhada na Ficha Hemerográfica, presente nos Anexos. Contudo, pode dizer-se que o semanário socialista iniciou a sua publicação no dia 5 de março de 1882 e teve a sua última edição no dia 22 de abril de 1894<sup>100</sup>. Foi um semanário matutino que se publicou aos domingos. O título e o subtítulo do periódico, *O Protesto Operário: Órgão do Partido Operário Socialista*, mantiveram-se inalterados ao longo de todo o período de publicação. A administração e a redação foram partilhadas por duas sedes: no Porto, situou-se durante toda a publicação no Largo da Fontinha, n.º 50; já em Lisboa, variou ao longo do tempo. Estas sedes pertenciam, simultaneamente, à Associação dos Trabalhadores, ao Partido Operário Socialista e, no caso do Porto, também à Cooperativa de Tecidos, liderada por Eduardo de Carvalho e Cunha.

*O Protesto Operário* recorreu a uma série de tipografias ao longo do tempo, quer em Lisboa quer no Porto. As razões para a escolha de determinada tipografia eram, por vezes, determinadas pelo custo das mesmas, já que o periódico passou por graves dificuldades económicas. Aliás, eram constantes os “Expedientes” de primeira página em que se lamentava o facto de determinado número anterior não ter sido publicado por escassez de recursos. Por vezes, a mudança de tipografia era ainda motivada por afinidades ideológicas ou pessoais como, por exemplo, na escolha de cooperativas de produção tipográfica<sup>101</sup>.

Não é nosso objetivo aflorar neste capítulo as questões técnicas, uma vez que se encontram disponíveis na Ficha Hemerográfica. Contudo, pode adiantar-se que se trata

---

<sup>99</sup> TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, p. 247.

<sup>100</sup> Este estudo baseou-se na análise do periódico, disponível para *download*, através da coleção da Biblioteca Nacional de Portugal (biblioteca nacional digital)/Fundo Geral Jornais. *O Protesto Operário*. Lisboa/ Porto, 1882-1894. Disponível em: <http://purl.pt/24870>. Também se encontra disponível para consulta na coleção da Biblioteca Pública Municipal do Porto/Hemeroteca. *O Protesto Operário*. Lisboa/ Porto, 1882-1883.

<sup>101</sup> A lista de tipografias encontra-se devidamente discriminada na Ficha Hemerográfica, disponível nos Anexos.

de um periódico de 4 páginas com recurso muito pontual a ilustrações (que também se encontram discriminadas nos anexos). No que diz respeito às secções, a primeira página era dedicada ao editorial que, na maioria das vezes, era anónimo e, pontualmente, assinado pelos redatores socialistas como Luís de Figueiredo, Bessa de Carvalho e Victor de Sousa. Predominava o teor nacional das notícias e, raramente, relevavam-se alguns aspetos internacionais como o aniversário da Comuna de Paris, a morte de Karl Marx, a condenação dos “Mártires” de Chicago ou o Congresso Internacional de Paris. O periódico continha alguns artigos de opinião, quer na primeira página (quando sobrava espaço) quer na segunda e terceira. As restantes secções variaram bastante ao longo do tempo, à exceção de “Avisos” – um espaço dedicado à convocação de assembleias gerais dos Conselhos Federais do Partido Operário Socialista, das Federações do Norte e do Sul da Associação dos Trabalhadores e, ainda, de secções de classe –, que se manteve constante ao longo do tempo. Contudo, podem destacar-se algumas das secções que mais perduraram, como “À última hora”, “Publicações recebidas”, “Folhetim”, “Comunicados” (sobre a situação do movimento socialista e operário a nível internacional), “Revolucionários ilustres” (panegíricos de revolucionários, normalmente niilistas russos) e “Atualidades”. Por fim, a última página era, regra geral, dedicada à secção “Anúncios”.

*O Protesto Operário* foi fundado por elementos do Partido Operário Socialista, no contexto da I Conferência Nacional Socialista, realizada em Lisboa em 1882. Durante algum tempo não foi possível determinar a existência de um editor responsável pelo periódico socialista. Todavia, a partir do dia 13 de abril de 1890 e até ao final da publicação, o socialista Victor José de Sousa cumpriu esse papel.

Apesar de não ter sido possível determinar o nome dos administradores do jornal, sabe-se que eram eleitos pelo Conselho Central do Partido Operário Socialista. A sua principal tarefa passava por gerir a situação financeira do periódico, cujos fundos provinham maioritariamente das vendas. Os leitores podiam proceder à subscrição do periódico nas sedes de Lisboa e do Porto e, ainda, através do correio. Já o preço da venda avulso era 10 réis por número (que, de resto, se poderiam obter nestes mesmos sítios e ainda em certos quiosques de Lisboa e do Porto). Os administradores podiam ainda recolher fundos através da publicidade, cuja tarifa correspondia a 20 réis por linha, abatendo-se 50% aos anúncios permanentes.

A comissão redatora era eleita pelos órgãos federais do Partido Operário Socialista. Apesar de não ter sido possível aferir a existência da figura do diretor do jornal, alguma bibliografia adianta que esse cargo terá sido ocupado pelo tipógrafo possibilista Manuel Luís de Figueiredo<sup>102</sup>. Também não foi possível determinar com exatidão a lista de redatores que passou pelo jornal. Sabe-se apenas que em 1882 foram eleitos por Lisboa os socialistas Azedo Gneco, Luís de Figueiredo e Victor de Sousa. No caso do Porto, pela frequência com que escreviam, pode supor-se que José Ribeiro, Bessa de Carvalho e Manuel José Martins fariam igualmente parte da redação. De acordo com Maria João Castro, o papel dos redatores passava por comentar notícias de órgãos generalistas e realizar propaganda partidária<sup>103</sup>, daí a sua importância para a identificação das posições ideológicas no diferendo que opôs “possibilistas” e “marxistas”, a partir de finais da década de 80 do século XIX. O semanário socialista contou com diversos colaboradores socialistas e operários, mas também alguns republicanos federalistas, que se encontram identificados nos anexos.

*O Protesto Operário*, como órgão do Partido Operário Socialista, foi um periódico de propaganda política direcionado, fundamentalmente, para um determinado segmento da população, o operariado. Veiculava, portanto, as linhas gerais do seu programa partidário saído da I Conferência Nacional Socialista. O seu foco principal centrava-se no combate à burguesia, ao capitalismo e à Igreja Católica. Apesar da convivência inicial, o jornal traduz o ambiente adverso dos anos finais da sua publicação, marcados por várias querelas e divisões.

---

<sup>102</sup> SÁ, Victor de – *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1936*, p. 70-71.

<sup>103</sup> CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, p. 55.

## 2. Referências ideológicas

### 2.1. O socialismo entre a esperança e a rutura

Neste subcapítulo, privilegiar-se-ão as divergências metodológicas e o ecletismo ideológico dos socialistas portugueses. Contudo, não se deve esquecer alguns pontos e objetivos em comum e que se refletem ao longo de toda a publicação do periódico.

Em primeiro lugar, pode destacar-se uma base filosófica assente no pensamento iluminista que enfatiza a ideia de que, ao longo da história, um facto é sempre consequência do outro. É a tese do determinismo histórico, cujo protagonista é o povo, tendo como lei constante da humanidade o progresso<sup>104</sup>. Esta crença na inexorabilidade da história e no progresso linear da humanidade, tendo como pilares fundamentais o uso da razão e da ciência, a fé no progresso e a secularização, conflui, pois, na revolução socialista: “O socialismo é uma verdade, logo triunfará”<sup>105</sup>. Acreditava-se que, com o progresso como motor da sociedade, tinham sido introduzidos direitos e garantias ao longo da história através de um certo gradualismo e da evolução da ordem natural das coisas<sup>106</sup>.

A “velha” ordem social inscrita pela burguesia seria derrubada através de uma transformação profunda da sociedade, protagonizada pela classe trabalhadora, daí a necessidade da sua autonomização como partido distinto e “oposto a todos os outros”<sup>107</sup>. Aliás, a célebre “máxima” inscrita no *Manifesto do Partido Comunista* – “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos mesmos trabalhadores” – encontra-se presente em inúmeros artigos do semanário socialista<sup>108</sup>. Por sua vez, a organização do proletariado “trouxe logo, na maioria dos países, o benefício de caracterizar, de uma maneira perfeita, a luta de classes”<sup>109</sup>. Contudo, entendia-se que esta incompatibilização entre “classes”, verificada com maior clarividência em países fortemente industrializados, teria de ser

---

<sup>104</sup> “A Obra do Nosso Século”. *O Protesto Operário. Órgão do Partido Operário Socialista*, 16.6.1889, p. 1.

<sup>105</sup> QUINHONES, Guedes – “Dez de Janeiro”. *O Protesto Operário*, 10.1.1885, p. 4.

<sup>106</sup> “Resignação e revolta”. *O Protesto Operário*, 6.10.1889, p. 1.

<sup>107</sup> “Dez de Janeiro”. *O Protesto Operário*, 9.1.1887, p. 1. O que, aliás, está de acordo com as disposições tomadas no Congresso de Haia realizado em 1872, após o fracasso da Comuna.

<sup>108</sup> SOUSA, Victor de – “Efeitos do indiferentismo”. *O Protesto Operário*, 20.1.1884, p. 1-2.

<sup>109</sup> “O que temos de fazer”. *O Protesto Operário*, 13.1.1884, p. 1. “A luta de classes” era igualmente entendida como um processo histórico, desde o regime sacerdotal e “teocrático” ao capitalista.

ajustada à realidade do país<sup>110</sup>. Na formulação da “luta de classes”, citava-se recorrentemente Antero de Quental que defendia que “as classes não se convertem, morrem, mas morrem impenitentes”<sup>111</sup>.

Entendia-se que o desaparecimento da pequena indústria e da indústria familiar, dando origem a grandes sociedades, estaria de acordo com a evolução capitalista necessária para o despontar da revolução socialista<sup>112</sup>. Caberia, pois, à classe operária impulsionar a revolução, “dando a cada homem o direito à subsistência e ao bem estar, pela organização coletiva do trabalho e da indústria”<sup>113</sup>. Ou seja, uma revolução social e não apenas política, tal como era defendida pelos republicanos. O derradeiro objetivo seria o alcance do comunismo, considerado “o termo final da associação e do progresso, a última palavra da civilização humana”<sup>114</sup>. Contudo, a revolução social era compreendida como o culminar da evolução lógica da sociedade, não devendo ser decretada de um dia para o outro<sup>115</sup>. Mesmo certas medidas de regulamentação do trabalho por parte do governo, no início da década de 90 do século XIX, embora não fossem medidas eminentemente socialistas, eram entendidas como naturais à luz da evolução humana, refletindo “um sinal característico dos tempos que correm, impondo aos filósofos e aos homens de Estado a obrigação iniludível de olharem para os interesses do maior número, encarando como devem estas grandes questões de ordem económica e social”<sup>116</sup>.

Outra questão recorrente que unia os socialistas centrou-se no princípio da igualdade para todos como fundamental para o alcance da liberdade<sup>117</sup>. Já o individualismo “burguês” era considerado como uma “tirania” e uma forma de impor a superioridade de um indivíduo em relação a outros<sup>118</sup>, asseverando-se que a liberdade seria uma consequência da igualdade, da instrução e da educação: “Não há liberdade sem Socialismo”<sup>119</sup>. A transformação coletiva da propriedade era entendida como uma

---

<sup>110</sup> “Luta de classes”. *O Protesto Operário*, 15.6.1884, p. 1.

<sup>111</sup> “Quem fará a revolução?”. *O Protesto Operário*, 2.9.1883, p. 1.

<sup>112</sup> “Fenómenos económicos”. *O Protesto Operário*, 8.1.1893, p. 1.

<sup>113</sup> FRANCO, João – “A missão dos proletários”. *O Protesto Operário*, 2.10.1887, p. 2.

<sup>114</sup> FRANCO, João – “O comunismo”. *O Protesto Operário*, 4.04.1886, p. 2.

<sup>115</sup> “As revoluções não se fazem, nem se decretam. São um produto natural das necessidades postas à prova em certo momento. Vêm quando têm que vir”: FIGUEIREDO, Luís de – “Evolução ou revolução?”. *O Protesto Operário*, 17.12.1882, p. 1.

<sup>116</sup> “As propostas do governo”. *O Protesto Operário*, 7.2.1886, p. 1.

<sup>117</sup> FIGUEIREDO, Luís de – “Viva a liberdade!”. *O Protesto Operário*, 9.7.1882, p. 1.

<sup>118</sup> FRANCO, João – “Apreensões futuras”. *O Protesto Operário*, 13.11.1887, p. 2.

<sup>119</sup> SALGADO, Heliodoro – “Liberdade”. *O Protesto Operário*, 12.8.1888, p. 2.

fórmula necessária à igualdade e à “justiça universal”<sup>120</sup>. Alás, a defesa da coletivização da propriedade era fundamentada com a ideia de que todas as revoluções tinham por base uma transformação da terra, o que teria acontecido durante a Revolução Francesa, com o confisco dos bens do clero e da nobreza<sup>121</sup>. Tal era acompanhado, não raras vezes, por uma crítica veemente à posse privada da propriedade por um número restrito de indivíduos<sup>122</sup>, bem como o “capital que se apodera da sobreprodução pelo juro, pela renda, pela usura, o trabalho resta como uma mercadoria, sujeita à oferta e à procura”<sup>123</sup>. Aliás, assegurava-se que a industrialização e os melhoramentos materiais, uma vez que se mantivera o carácter individual da distribuição dos produtos, não trouxera nenhuma melhoria às condições dos trabalhadores<sup>124</sup>. Antes, pelo contrário, teria apenas servido a classe “burguesa”<sup>125</sup>.

A crítica ao cooperativismo era outro aspeto comum entre muitos socialistas, uma vez que se desconsiderava o papel das cooperativas na resolução da questão social, sendo apenas úteis para a “economia doméstica”<sup>126</sup>. O foco principal de contestação centrava-se nas associações “conservadoras” que não estariam filiadas no Partido Operário Socialista, tão pouco teriam um carácter operário<sup>127</sup>. Muitas vezes se elucidava acerca do estado financeiro de algumas destas associações, denunciando-se certos “vícios” e “opulências”<sup>128</sup>. Há apelos no sentido de uma melhor orientação destas associações “para o seu verdadeiro fim”<sup>129</sup>, isto é, a criação de cofres de resistência e cooperativas de produção com o objetivo de melhorar as condições da classe<sup>130</sup>. Contudo, no início dos

<sup>120</sup> FIGUEIREDO, Luís de – “Uma questão de propriedade”. *O Protesto Operário*, 9.4.1882, p. 1.

<sup>121</sup> “A propriedade”. *O Protesto Operário*, 27.12.1891, p. 2.

<sup>122</sup> SALGADO, Heliodoro – “A Propriedade”. *O Protesto Operário*, 11.5.1884, p. 3. Estas críticas eram, por vezes, realçadas com a utilização de citações lacónicas de Proudhon como, por exemplo, “a propriedade é um roubo”.

<sup>123</sup> J. R. [José Ribeiro] – *O Protesto Operário*, 1.10.1882, p. 2.

<sup>124</sup> *O Protesto Operário*, 12.9.1886, p. 2.

<sup>125</sup> “Os produtos da terra e da indústria”. *O Protesto Operário*, 1.01.1888, p. 3. Acusava-se a burguesia de ser a principal responsável pela escassez de produtos, derivado da prática de monopólios por pequenos grupos “capitalistas” e sociedades anónimas.

<sup>126</sup> *O Protesto Operário*, 27.5.1883, p. 3.

<sup>127</sup> E. [Ermelindo Martins] – “Carta”. *O Protesto Operário*, 11.5.1884, p. 2.

<sup>128</sup> Por exemplo, da Associação Humanitária dos Operários Lisbonenses: “Associações”. *O Protesto Operário*, 10.4.1887, p. 3. Ou acerca da Associação de Socorros Mútuos O Pelicano: “Associações”. *O Protesto Operário*, 17.4.1887, p. 3. Sobre a inauguração de um sede da Cooperativa Caixa Económica Operária: *O Protesto Operário*, 21.8.1887, p. 2. Por fim, a propósito da Associação de Socorros Mútuos Passos Manuel, asseverava-se que “o montepio é um estabelecimento, um templo, um monumento, um livro, e, por cima de tudo isto, ainda é mais um meio de exercer a caridade!”: *O Protesto Operário*, 7.4.1889, p. 2.

<sup>129</sup> “Crónica portuense”. *O Protesto Operário*, 2.8.1885, p. 3-4.

<sup>130</sup> *O Protesto Operário*, 15.7.1888, p. 2.

anos 90 do século XIX, há uma radicalização deste discurso. Por um lado, defendia-se a total expropriação das associações de socorros mútuos e montepios, sendo substituídas por uma caixa nacional na doença<sup>131</sup>. Por outro, afirmava-se que apenas as cooperativas destinadas a auxiliar a propaganda operária e socialista seriam úteis<sup>132</sup>. Tudo o que não se enquadrava nestes parâmetros era considerado “uma planta exótica do capitalismo”<sup>133</sup>.

Há ainda um outro tema que unia os militantes do Partido Operário Socialista, isto é, a condenação contundente que era feita ao designado “socialismo de Estado”. O seu principal impulsionador, Bismarck (chanceler da Alemanha), era o principal alvo das críticas<sup>134</sup>. Entendia-se que o facto de certos políticos abandonarem o liberalismo clássico para adotarem medidas de carácter mais equitativo significava apenas uma necessidade de preservação, ainda que um sintoma importante de desmoronamento da sociedade capitalista<sup>135</sup>. O socialismo “autoritário” e “conservador”, que incidia na ideia de que a melhoria da condição dos trabalhadores dependia exclusivamente de medidas legislativas, era igualmente rejeitado por “confundir as aspirações populares, prevendo a eventualidade fatal e não longínqua da união das classes trabalhadoras”<sup>136</sup>. A passagem de Oliveira Martins para o “socialismo de Estado” constituiu um enorme abalo. Em 1891, um dirigente socialista, num artigo em que o comparava a Antero de Quental, acusou-o de “traição ao socialismo operário”, ao contrário do poeta socialista que se manteve “fiel”, nunca tendo exigido um lugar de destaque no partido, pois entendia que este deveria ser dirigido pela classe trabalhadora<sup>137</sup>.

Também a Comuna de Paris constituiu de forma indelével um ponto de união entre os socialistas. São inúmeros os artigos ao longo de toda a publicação do periódico que apresentam a listagem das principais medidas tomadas pela Comuna, considerada a data mais marcante do movimento socialista revolucionário até ao início das comemorações

---

<sup>131</sup> “Instigando”. *O Protesto Operário*, 8.10.1893, p. 1.

<sup>132</sup> Como, por exemplo, o sistema cooperativista belga ou, ainda, a Cooperativa de Silves que sustentou uma escola operária naquela região: *O Protesto Operário*, 12.11.1893, p. 3.

<sup>133</sup> “Atualidades”. *O Protesto Operário*, 7.1.1894, p. 1.

<sup>134</sup> A propósito da decreto alemão concedido por Bismarck, que garantia o estabelecimento do socorro na doença e aposentadoria em idade avançada, bem como o seguro contra acidentes de trabalho, afirmava-se que o “socialismo de Estado” “não passa contudo de uma burla, que nenhuma influência terá sobre o povo alemão”: “O socialismo do Estado”. *O Protesto Operário*, 15.7.1888, p. 2.

<sup>135</sup> “Sintomas”. *O Protesto Operário*, 26.8.1888, p. 1.

<sup>136</sup> A propósito de um projeto de lei sobre o trabalho de menores apresentado por Saraiva de Carvalho, mas que teria sido da iniciativa da Associação dos Trabalhadores desde 1879, e ainda uma representação sobre as horas de trabalho, concluíu-se que apenas o Partido Operário Socialista representava as aspirações populares: “Questões operárias”. *O Protesto Operário*, 12.4.1885, p. 1.

<sup>137</sup> FRANCO, João – “A semana”. *O Protesto Operário*, 27.9.1891, p. 3.



do 1.º de Maio. Considerava-se, inclusivamente, o Partido Operário Socialista em Portugal como “filho” da Comuna e, portanto, a sua comemoração era sempre um motivo de união<sup>138</sup>.

Uma outra questão fundamental teve que ver com a total rejeição do “socialismo utópico”, característico da geração anterior. Por outro lado, defendiam o socialismo contemporâneo baseado nas leis económicas e científicas. Já Antero de Quental, bastante influenciado por Proudhon, definia o socialismo contemporâneo baseado na “Ciência económica”, teorizando a emergente “luta de classes”<sup>139</sup>.

Mas, se a influência de Proudhon esteve longe de ser uníssona entre os socialistas portugueses, a verdade é que a defesa do “socialismo científico”, de Karl Marx, terá sido praticamente unânime, pelo menos em teoria, durante o período em análise<sup>140</sup>. Com a sua morte, em março de 1883, assistiu-se a uma profusão de conceitos como “socialismo científico”, “moderno movimento socialista”, “materialismo histórico” e “luta de classes”, em artigos do periódico socialista<sup>141</sup>. Mesmo republicanos federalistas, como Heliodoro Salgado, sublinhavam o apoio ao “moderno movimento socialista, orientado positivamente pelas teorias científico-sociológicas de Karl Marx”<sup>142</sup>. Realizou-se, inclusivamente, na sede da Associação dos Trabalhadores, uma sessão fúnebre em sua honra, contando com a presença de oradores que, mais tarde, estariam em fações distintas, como Bartolomeu Constantino Pereira, o “marxista” Azedo Gneco e o “possibilista” Luís de Figueiredo<sup>143</sup>. Aliás, era dito, por vezes, que todos os socialistas deveriam obedecer às leis do “socialismo científico”, quer os “possibilistas” quer os “marxistas”<sup>144</sup>.

---

<sup>138</sup> Tal como se verá no próximo capítulo. “18 de março”. *O Protesto Operário*, 16.3.1884, p. 1.

<sup>139</sup> QUENTAL, Antero – *Prosas sócio-políticas*, p. 333.

<sup>140</sup> César Oliveira alerta para a incongruência entre a “definição” marxista, por parte do Partido Operário Socialista, e as “estruturas mentais” ainda influenciadas por Proudhon e Fourier: OLIVEIRA, César – *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, p. 183. Também Alfredo Margarido levanta a hipótese do marxismo ter sido introduzido em Portugal por anarquistas. “Quer dizer que pode ter acontecido – como aconteceu – que as ideias e as teses de Marx e de Engels tenham sido introduzidas sem dar aso à criação de partidos ou de grupos tendo como objetivo a prática de um qualquer marxismo”: MARGARIDO, Alfredo – *Introdução do marxismo em Portugal (1850-1930)*. Lisboa: Guimarães e C.ª Editores, 1975, p. 10.

<sup>141</sup> Por exemplo, em várias homenagens, nos editoriais que se seguiram à data da sua morte: “Karl Marx”. *O Protesto Operário*, 25.3.1883, p. 1-2; “Marx”. *O Protesto Operário*, 5.4.1883, p. 1.

<sup>142</sup> SALGADO, Heliodoro – *O Protesto Operário*, 3.06.1883, p. 3; num outro artigo, chega a assumir a sua preferência por Marx, em detrimento de Proudhon: SALGADO, Heliodoro – “Filosofia social”. *O Protesto Operário*, 19.8.1883, p. 2.

<sup>143</sup> *O Protesto Operário*, 22.4.1883, p. 4. No ano seguinte, uma conferência realizada por Nobre França, também na sala “cheia” da Associação dos Trabalhadores, em que expôs as teorias marxistas, recebeu inúmeros aplausos: “Conferência”. *O Protesto Operário*, 8.5.1884, p. 1-2.

<sup>144</sup> A propósito das divisões políticas no seio do Partido Socialista Francês: “Eleições em França”. *O Protesto Operário*, 6.10.1889, p. 2. Ainda quanto à volatilidade entre as duas fações, asseverou-se que o

De resto, *O Protesto Operário* publicou biografias de Marx e Engels, bem como extratos de algumas das suas obras mais importantes<sup>145</sup>, ainda que houvesse queixas relativamente à indiferença do operariado português quanto à necessidade de criação de uma biblioteca do operariado<sup>146</sup>. Num dos traços biográficos, Marx era visto como “o mais notável vulto do socialismo, infelizmente prostrado já pela morte, mas cujo nome é pronunciado com profundo respeito em todo o mundo revolucionário, e mesmo em Portugal, apesar das suas obras se não acharem anda traduzidas”<sup>147</sup>. Também o marxista Paul Lafargue que, como se sabe, representou Portugal no Congresso de Haia de 1872, exerceu sempre uma influência considerável entre os socialistas portugueses. Várias das suas obras foram publicadas em folhetim ao longo da publicação do periódico.

### 2.1.1. Convivência inicial

A questão política, isto é, a possibilidade do partido se envolver em “lutas” no terreno político, assumiu um papel de relevo entre os socialistas. Há uma tentativa de aproximação do Partido Operário Socialista ao campo político, através de artigos que realçam a importância do Estado<sup>148</sup>. Vinculada a esta posição estava a ideia de que os socialistas deveriam intervir no meio social para o transformar<sup>149</sup>. Contudo, a política, que assumiu um relevo suplementar no movimento operário a partir do Congresso de Haia, foi considerada um meio e não um fim em si e, portanto, distinta da dos partidos “burgueses”. Esta tese foi sendo repetida em vários artigos e, até, em contexto de assembleias de associações de classe. Por exemplo, numa reunião da classe dos chapeleiros apelou-se ao reforço da luta política de forma a servir a classe<sup>150</sup>. Ou seja,

---

“possibilismo” se sustentava na ideia de Marx de que, para qualquer revolução ter êxito, seria necessário a sociedade estar preparada para a receber: “Socialismo e revolução”. *O Protesto Operário*, 7.8.1892, p. 1.

<sup>145</sup> Em 1893 aconselhava-se a compra do *Manifesto do Partido Comunista*, publicado no Porto: “Bom livro”. *O Protesto Operário*, 5.3.1893, p. 3. De resto, considerou-se *O Capital* como “a mais poderosa obra moderna económica política”: *O Protesto Operário*, 12.2.1888, p. 3.

<sup>146</sup> A propósito da publicação de *O Capital* em Espanha, “quando poderemos nós anunciar como um facto a criação de uma biblioteca socialista, auxiliada pelo proletariado português? É sina do nosso país: andar sempre a coxear atrás dos demais povos”: *O Protesto Operário*, 4.12.1887, p. 3.

<sup>147</sup> LOURENÇO, Ramos (trad.) – “O desenvolvimento do socialismo teórico na França e na Alemanha”. *O Protesto Operário*, 23.1.1887, p. 2.

<sup>148</sup> Além do mais, o Partido Social Democrata alemão era visto como um exemplo a seguir, de acordo com o marxista José Ribeiro, pela sua feição intervencionista no campo político: RICARDO, João [José Ribeiro] – “A civilização e a política”. *O Protesto Operário*, 3.9.1882, p. 1.

<sup>149</sup> “Não podem isolar-se [...]. Devem antes intervir em todas as manifestações da vitalidade coletiva”: “Para a frente!”. *O Protesto Operário*, 21.4.1889, p. 1.

<sup>150</sup> *O Protesto Operário*, 23.10.1887, p. 3.

todos os meios, económicos ou políticos, tornar-se-iam credíveis se o objetivo fosse o melhoramento das condições do operariado<sup>151</sup>. Daí que a diversidade de ação dos vários partidos socialistas europeus fosse vista com naturalidade<sup>152</sup>. Para além da greve e do associativismo, o envolvimento na esfera política era igualmente considerado como uma forma de lidar com o desenvolvimento da indústria e o aumento da concentração da riqueza<sup>153</sup>. Por vezes, relevavam-se os esforços do movimento socialista internacional para a constituição de partidos e sua consequente ação política<sup>154</sup>. Por sua vez, criticava-se a “fobia” ou indiferença das classes trabalhadoras para com a política<sup>155</sup>.

A indignação pela falta de representação do operariado no Parlamento gerava, não raras vezes, uma crítica às classes trabalhadoras por sustentarem, com o seu voto (ou com a abstenção), os partidos “burgueses”<sup>156</sup>. Todavia, entendia-se o Parlamento português apenas como uma “chancela”, sendo, portanto, urgente a revolta da classe operária contra tal situação. Tal passaria pela eleição de deputados socialistas, como nalguns países europeus. Por exemplo, logo em 1882 foi notório o regozijo com que se recebeu a notícia da eleição de socialistas italianos ao Parlamento<sup>157</sup>. Ainda a propósito de, em 1888, ter sido eleito na Roménia um deputado socialista, afirmou-se o seguinte: “Só nós, em Portugal, vamos coxeando, agarrados às muletas do burguesismo!”<sup>158</sup>. Também as eleições municipais em França foram muito elogiadas pelo facto dos socialistas “apostarem” em várias frentes, não esquecendo a célula base, o município<sup>159</sup>. Assegurava-

---

<sup>151</sup> CAMPOS, Viterbo de – “Questões necessárias I”. *O Protesto Operário*, 23.10.1885, p. 2

<sup>152</sup> Por exemplo, a questão do sufrágio universal, que foi uma das bandeiras dos socialistas belgas, era considerada uma questão insignificante para outros: FRANCO, João – “O sufrágio universal”. *O Protesto Operário*, 15.8.1886, p. 2.

<sup>153</sup> “Progressos do capitalismo nos EUA”. *O Protesto Operário*, 12.2.1893, p. 2.

<sup>154</sup> Por exemplo, o elogio da compreensão gradual da importância das “lutas” políticas pelos Trade Unions em Inglaterra: “Carta de Inglaterra”. *O Protesto Operário*, 7.10.1888, p. 2. Também o agrado, a propósito de um bom resultado eleitoral obtido pelos socialistas franceses, apesar de divididos: “Não se consegue, no terreno económico, tudo quanto se quer? Vamos apoiar também a nossa ação no campo político. Juntamos os esforços desses todos que sabem querer. Os outros não terão remédio senão voltar a nós, passado o primeiro momento de inconsciente pânico. Fugir é que nunca!”: MARIUS [Luís de Figueiredo] – “O movimento operário”. *O Protesto Operário*, 25.3.1894, p. 1.

<sup>155</sup> “Organização operária”. *O Protesto Operário*, 19.9.1886, p. 1. Esclarecia-se aos abstencionistas que “a simples união dos operários, o seu acordo sobre um dado ponto, constitui já de si um ato político, com consequências políticas”: “A política do trabalho”. *O Protesto Operário*, 14.12.1890, p. 1.

<sup>156</sup> “Depois do combate”. *O Protesto Operário*, 6.7.1884, p. 1.

<sup>157</sup> *O Protesto Operário*, 12.11.1882, p. 1.

<sup>158</sup> *O Protesto Operário*, 22.4.1888, p. 1.

<sup>159</sup> “O socialismo em França”. *O Protesto Operário*, 26.7.1893, p. 3.

se que o socialismo apenas seria temido em Portugal quando se conseguisse eleger deputados ao Parlamento<sup>160</sup>, tal como era já uma realidade na Alemanha<sup>161</sup>.

De resto, pode dizer-se que a opinião maioritária foi a de uma valorização do ato eleitoral, mesmo a de um “possibilista” como Luís de Figueiredo que definiu a eleição como uma meio de protesto: “Um voto só, exprimindo o sentir de um homem, vale mais que milhares deles, traduzindo o aviltamento de escravos”<sup>162</sup>. Aliás, incentivava-se à participação eleitoral como forma de acompanhar o movimento socialista dos outros países<sup>163</sup>. Com isto não se esperava que a revolução surgisse da urna, sendo antes um meio de ação complementar à greve e à constituição de associações de classe<sup>164</sup>. O operário não deveria desprezar nenhum dos meios ao seu alcance, já que o objetivo, a curto prazo, não era eleger deputados, pois havia a noção das várias dificuldades, mas uma forma de “afirmar princípios”<sup>165</sup>.

Sempre que os socialistas se apresentavam às urnas<sup>166</sup>, apesar de não acreditarem na vitória, justificavam a sua participação pelas “circunstâncias especiais” da conjuntura nacional<sup>167</sup>. Por outro lado, tratava-se de “disciplinar” o eleitorado trabalhador e lançar uma alternativa aos restantes partidos, incluindo o republicano, acusado de não servir os interesses dos operários<sup>168</sup>. Daí a necessidade de se aconselhar os operários, durante o período eleitoral, para que procedessem à sua inscrição nos cadernos eleitorais<sup>169</sup>.

Contudo, em múltiplas ocasiões, o partido optou pela abstenção eleitoral. Por exemplo, em 1884, a Federação do Norte do Partido Operário Socialista justificou a sua

---

<sup>160</sup> *O Protesto Operário*, 18.11.1888, p. 2.

<sup>161</sup> Em 1890, a propósito das últimas eleições, previu-se que, num período de dez anos, o Partido Social Democrata alemão ganharia as eleições: “Os socialistas e o Reichstag”. *O Protesto Operário*, 9.3.1890, p. 2. Já em 1893, a Associação dos Trabalhadores recebeu com satisfação a “grande” vitória dos socialistas alemães nas eleições desse ano, organizando, inclusivamente, um banquete para esse efeito: “Festa operária”. *O Protesto Operário*, 9.7.1893, p. 2.

<sup>162</sup> FIGUEIREDO, Luís de – “As eleições”. *O Protesto Operário*, 12.11.1882, p. 3.

<sup>163</sup> “Questão fundamental”. *O Protesto Operário*, 8.7.1884, p. 1.

<sup>164</sup> “Requerermos o voto é tão necessário como desenvolvermos as associações, adquirindo recursos para a greve. Sem organização, as greves falham e os patrões triunfam, escarnecendo da nossa miséria. Sem direitos políticos, o operariado é uma força morta, quase sem ação na vida local do país, quando devia intervir como uma classe forte, orientada para o combate, trabalhada por ideias revivificadoras”: “O voto”. *O Protesto Operário*, 10.1.1892, p. 2.

<sup>165</sup> *O Protesto Operário*, 1.2.1891, p. 1.

<sup>166</sup> No capítulo seguinte analisar-se-á a questão das eleições e da participação eleitoral do Partido Operário Socialista.

<sup>167</sup> “Eleições”. *O Protesto Operário*, 13.10.1889, p. 1.

<sup>168</sup> GRAÇA, Damásio da – “As eleições e o Partido Operário”. *O Protesto Operário*, 20.10.1889, p. 2.

<sup>169</sup> *O Protesto Operário*, 6.2.1887, p. 1. Esta diretriz era, normalmente, acompanhada por uma indignação no que toca à constituição das comissões de recenseamento eleitoral, cabendo ao governo a maioria. Apesar das “trapaças”, aconselhava-se os trabalhadores a “fazerem valer os seus direitos”: *O Protesto Operário*, 12.1.1890, p. 1.

abstenção nas eleições por se entender que o partido não possuía “os elementos eleitorais necessários para se bater vantajosamente na urna”<sup>170</sup>. Noutros casos, apenas se reservava para “ocasião mais oportuna” a entrada no sufrágio eleitoral<sup>171</sup>.

O reduzido número de votos nas várias candidaturas do Partido Operário Socialista não era encarado como um fator de desmoralização. À “vitória material” não conseguida nas eleições opunha-se a “vitória moral”<sup>172</sup>. As justificações para tais resultados passavam por um entendimento de que os trabalhadores não estariam inscritos convenientemente nos cadernos eleitorais, mas também pela “compra” de votos pelos vários partidos, o que prejudicava as candidaturas operárias.

A questão política ou eleitoral e a questão económica (as greves) eram entendidas como formas de “luta” numa fase madura do movimento socialista português. A urgência, numa primeira fase, seria o associativismo, ou seja, a constituição de associações de classe<sup>173</sup>. Apesar de, inicialmente, a greve ter sido incentivada pelo periódico socialista, a partir de 1886-1887<sup>174</sup>, assiste-se a um refreamento do entusiasmo. As opiniões assumem mesmo vários matizes. Considerava-se que a greve, antes de ser levada à prática, teria de ser devidamente organizada pelas associações de classe<sup>175</sup>. Para além de ser considerada uma “espada de dois gumes”, lembrava-se alguma desorientação do movimento grevista de 1872-1873, sendo, por isso, considerada uma “arma” que deveria ser utilizada com todo o cuidado<sup>176</sup>. Além disso, uma greve tornar-se-ia nefasta quando declarada num período de “cofres vazios”, por parte das associações de classe, e de abundância de “braços sem colocação”<sup>177</sup>.

---

<sup>170</sup> “Aos operários”. *O Protesto Operário*, 29.6.1884, p. 2.

<sup>171</sup> *O Protesto Operário*, 3.11.1889, p. 3. Numa outra ocasião, o partido, apesar de se ter absterido, apoiou e indicou o voto em candidaturas espontâneas por parte de operários: “As eleições”. *O Protesto Operário*, 30.10.1892, p. 1.

<sup>172</sup> “Eleições”. *O Protesto Operário*, 27.10.1889, p. 1. Todavia, em 1894, no último ano de publicação do periódico socialista, o reduzido número de votos conseguidos pelo partido nas eleições foi encarado sob a seguinte forma: “Não somos dos que se consolam com as chamadas vitórias morais. Infelizmente, os anos tem-nos por demais ceifado a flor das ilusões. Temos já agora um amargo sorriso para todas essas consolações, que não servem senão para que a nós próprios nos procuremos iludir. As coisas são o que são, não o que deviam ser”: “Atualidades”. *O Protesto Operário*, 22.4.1894, p. 1.

<sup>173</sup> *O Protesto Operário*, 8.10.1882, p. 1. A propósito de uma greve perdida pelos operários de uma fábrica de vidros da Marinha Grande, lembrou-se aos mesmos para se associarem primeiro. “Não sendo assim, é tempo perdido”: *O Protesto Operário*, 5.11.1882, p. 2.

<sup>174</sup> A partir deste período há um novo surto de greves, o que se explicará no capítulo seguinte.

<sup>175</sup> “É por isso que nós não aconselhamos ao povo a greve precipitada ou a arruaça sem jeito, que só aos especuladores pode convir”: “Distingamos...”. *O Protesto Operário*, 10.4.1887, p. 1.

<sup>176</sup> “Mas não devemos deixar que se abuse dessa arma, que nos pode ser perniciosa. Que a solidariedade operária se manifeste, é coisa útil e necessária, mas pautemos a sua manifestação pela medida da conveniência”: “As Greves”. *O Protesto Operário*, 1.11.1891, p. 1.

<sup>177</sup> “A Obra”. *O Protesto Operário*, 18.5.1890, p. 1.

Idealizava-se um partido que se destacasse ativamente em duas frentes, quer na “luta” política quer na económica, devendo perder o seu carácter “exclusivista”<sup>178</sup>. Aliás, fora esse o objetivo do processo de fusão de 1877-1878 entre a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, talhada para as questões económicas, e o Partido Socialista, para a questão política<sup>179</sup>. Por exemplo, eram frequentes os elogios a greves ocorridas em França e na Bélgica, como reivindicação de direitos políticos<sup>180</sup>. Contudo, a prioridade seria a intervenção das associações de classe como forma de atenuar a “questão do trabalho”, através da realização de manifestações, como a do 1.º de Maio, pressionando o governo no sentido da aprovação de medidas legislativas favoráveis aos trabalhadores<sup>181</sup>.

Assiste-se, numa primeira fase de publicação do periódico, a um esforço de coesão interna. Logo em 1884, defende-se que o socialismo português deveria reunir “todas as conclusões positivas obtidas pelas diferentes escolas” para manter a unidade<sup>182</sup>. Aliás, as dissidências “aliancistas” em Portugal, ocorridas durante os anos 70 do século XIX, foram duramente criticadas, posteriormente<sup>183</sup>.

Numa assembleia geral promovida com o intuito de unir os socialistas portugueses, os elementos da União Democrática Social foram mesmo convidados a apresentarem as reformas necessárias ao programa e ao regulamento interno do Partido Operário Socialista<sup>184</sup>. Criticava-se, por exemplo, a fragmentação do movimento socialista francês e, em jeito de lamento, questionava-se “como não seria poderosa a ação do operariado em

---

<sup>178</sup> “[O partido] não deve abandonar nem uma das armas que lhe possam servir para a obra de emancipação que simboliza e representa. No campo político, como no campo económico; na associação de resistência, como no partido operário; na imprensa e no parlamento”: “Em marcha”. *O Protesto Operário*, 30.1.1887, p. 1.

<sup>179</sup> “Questões diversas”. *O Protesto Operário*, 1.10.1883, p. 3-4.

<sup>180</sup> Em 1886, as greves dos mineiros de Decazeville (localidade francesa) foram enaltecidas por terem sido declaradas com o objetivo da emancipação político-económica dos trabalhadores: FRANCO, João – “Uma vitória”. *O Protesto Operário*, 11.7.1886, p. 2. Também na Bélgica, as greves como reivindicações da introdução do sufrágio universal foram vistas com simpatia pelos socialistas portugueses, pois “empregada como arma política, a greve mostrou-se uma potência de primeira ordem”: “Um exemplo”. *O Protesto Operário*, 31.5.1891, p. 1.

<sup>181</sup> “A questão do trabalho”. *O Protesto Operário*, 3.9.1893, p. 1.

<sup>182</sup> “O que temos a fazer III”. *O Protesto Operário*, 27.1.1884, p. 1.

<sup>183</sup> Afirmou-se que, depois da dissensão “aliancista”, nunca mais ninguém se definiu marxista ou bakuninista em Portugal, mas sim socialista. Seria necessário colocar “de parte todo esse palavreado inútil, à sombra do qual marcham e contramarcham os operários, de um lado para outro lado, sem resultado algum para a sua vida presente, nem futura”: “O que temos a fazer II”. *O Protesto Operário*, 20.1.1884, p. 1.

<sup>184</sup> “A união faz a força”. *O Protesto Operário*, 9.2.1884, p. 4. A União Democrática Social tratou-se de uma dissidência protagonizada por Pinto Barbosa, após o abandono da Associação dos Trabalhadores do Porto, em 1880: CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, p. 33.

França” se estas fações estivessem unidas<sup>185</sup>. Tentava demonstrar-se ainda que o socialismo era uno, com uma orientação e objetivo definidos e que, em Portugal, o sectarismo não existia<sup>186</sup>, uma vez que o único recurso do proletariado português consistia na “agremiação num vasto partido revolucionário, com uma ação própria e elevada”<sup>187</sup>, nutrindo-se, mesmo, uma “fobia” à existência de fações no seio do movimento socialista e considerando-se, inclusivamente, que o desaparecimento da I Internacional se deveria à divisão entre marxistas e bakuninistas<sup>188</sup>. A concentração de esforços num sentido comum e a adoção de uma linha de conduta “racional e metódica” era o objetivo dos socialistas portugueses<sup>189</sup>, uma vez que o socialismo era caracterizado como “movimento político-económico, como um movimento filosófico, com uma ciência e arte próprias”<sup>190</sup>.

Em 1889, surgiram, pela primeira vez, rumores de divisões em Portugal entre “marxistas” e “possibilistas”, por parte de um jornal parisiense. A resposta dos socialistas foi perentória: “O partido operário não está tal dividido em duas fações. Não é possibilista, nem guesdista, como não é impossibilista, nem marxista. O que ele é, simplesmente, é socialista. Já não é pouco, vamos lá”<sup>191</sup>.

O “revigoramento” do operariado, a partir de 1887, através da sua mobilização na aprovação da “lei das licenças para trabalhar”<sup>192</sup> foi entendido, pelos dirigentes socialistas, como uma lição de que a união se tornara indispensável, uma vez que o governo as tornara voluntárias, numa primeira fase, abolindo-as, posteriormente<sup>193</sup>.

Também a organização do Congresso Internacional dos Trabalhadores, em 1889, gerara enormes expectativas. Ainda em 1886, se destacara a “união” que se estaria a verificar em torno deste congresso, nomeadamente através da reivindicação de certas

---

<sup>185</sup> Divisão entre “autoritários” (do Partido Operário), “comandistas” (do Partido Revolucionário) e “abstencionistas” (anarquistas): “França”. *O Protesto Operário*, 16.3.1884, p. 4. Já em 1886, a propósito da união dos socialistas franceses nas eleições municipais e da consequente eleição de um deputado em Paris, asseverou-se que “acima de tudo, de todas as rivalidades, de todas as ofensas, está a grande causa do socialismo revolucionário”: *O Protesto Operário*, 21.11.1886, p. 1.

<sup>186</sup> A propósito das comemorações da Comuna, um evento que “diluía” as várias escolas socialistas: “18 de março de 1871”. *O Protesto Operário*, 15.3.1885, p. 1.

<sup>187</sup> “Vida Própria”. *O Protesto Operário*, 26.9.1886, p. 1.

<sup>188</sup> RAMOS, Lourenço – “A Internacional”. *O Protesto Operário*, 20.3.1888, p. 3. Todavia, e uma vez mais, o Partido Social Democrata alemão era considerado como um exemplo de solidez por não se verificarem divisões: “O congresso socialista alemão”. *O Protesto Operário*, 30.10.1887, p. 2.

<sup>189</sup> “A Obra”. *O Protesto Operário*, 18.5.1890, p. 1.

<sup>190</sup> FRANCO, João – “Socialismo”. *O Protesto Operário*, 14.9.1890, p. 2.

<sup>191</sup> “O “Matin””. *O Protesto Operário*, 8.12.1889, p. 1.

<sup>192</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 159.

<sup>193</sup> “O que faz a união”. *O Protesto Operário*, 4.3.1888, p. 1.

medidas laborais<sup>194</sup>. A importância do congresso residia, sobretudo, na tentativa de se estabelecer um “acordo” entre o proletariado dos vários países e de restaurar as suas organizações operárias. Dito por outras palavras, tratava-se de restaurar a Internacional<sup>195</sup>. Mesmo tendo conhecimento das divisões que acabaram por se gerar no congresso, sublinhou-se o encontro de grupos heterogêneos como os Cavaleiros do Trabalho (EUA), as Trade Unions (Reino Unido) e os vários partidos socialistas europeus, menorizando-se as divergências criadas: “Reunimo-nos ali todos, possibilistas e marxistas, como é dado chamar-se em França a uns sujeitos que, sabidas as contas, não são todos eles senão socialistas. A diferença, aparte o que na querela possa existir de pessoal, não vale dois caracóis”<sup>196</sup>.

Igualmente as manifestações do 1.º de Maio, a partir de 1890, se tornaram importantes para o “despertar” do movimento operário. Elogiava-se, sobretudo, a forma “ordeira e pacífica” com que estas manifestações se realizavam, cumprindo-se mais uma etapa para a união dos trabalhadores em torno de um objetivo específico, a reivindicação das 8 horas de trabalho diário<sup>197</sup>. Nesta mesma altura, os socialistas elogiavam o operariado pela sua união em torno de associações de classe, que começaram a proliferar<sup>198</sup>. Também algumas leis de regulação laboral, implementadas no início da década de 90 do século XIX, foram encaradas como resultado do esforço de união entre a classe trabalhadora e o Partido Socialista: “É certo que os governos cedem, porque vão reconhecendo a força do operariado, mas o que é certo também é que os trabalhadores portugueses, coerentes com os seus princípios, estão afirmando dia a dia a sua vitalidade”<sup>199</sup>.

---

<sup>194</sup> Certas disposições que incluíam a proibição de trabalho de menores de 14 anos, proteção especial às mulheres, medidas de higiene e segurança, responsabilidade dos donos das fábricas em caso de acidente, estabelecimento de um salário mínimo em todos os países, entre outras, foram tomadas na Conferência preparatória do Congresso, em Paris: FRANCO, João – “Conferência operária internacional III”. *O Protesto Operário*, 19.9.1886, p. 2.

<sup>195</sup> O Congresso “não é obra de um grupo, nem duma escola partidária, nem de um determinado país: é a obra do operariado de todo o mundo”: “O Congresso de 89”. *O Protesto Operário*, 12.5.1889, p. 1.

<sup>196</sup> “O Congresso de Paris”. *O Protesto Operário*, 11.8.1889, p. 3.

<sup>197</sup> “O 1.º de maio”. *O Protesto Operário*, 8.5.1892, p. 1.

<sup>198</sup> *O Protesto Operário*, 14.6.1891, p. 1. Uma “tendência” que, na verdade, sofreu um crescimento desde a segunda metade dos anos 80 do século XIX.

<sup>199</sup> “A questão operária”. *O Protesto Operário*, 6.9.1891, p. 1.



### 2.1.2. “Sementes” de discórdia

Contudo, desde cedo que se tornara difícil a conciliação de dois “programas” dentro do Partido Operário Socialista, um mais virado para o fomento do associativismo e outro para o confronto político e eleitoral. Até ao Congresso Internacional de Paris, em 1889, verificou-se uma tentativa de diluição das duas tendências. Logo em 1882, a I Conferência Socialista contou com uma grande influência marxista, numa tentativa de se reorganizar o movimento socialista português, com a elaboração de um novo programa (da autoria do marxista José Ribeiro)<sup>200</sup>. Contudo, decisões contrárias foram tomadas, como a de a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa voltar a funcionar autonomamente e a de uma maior descentralização partidária no que toca a tomadas de decisão quanto à participação em eleições. Mas, mesmo em programas anteriores, houve sempre cedências e “flutuações táticas” quanto ao rumo a tomar<sup>201</sup>.

Em 1885, a passagem de Oliveira Martins para o “campo reacionário” (para o campo monárquico constitucional) foi entendida como um sintoma de crise<sup>202</sup>. Contudo, alguns socialistas realçaram mesmo o carácter “burguês” e proudhoniano do intelectual, encarando-se este facto como uma “fatalidade” de alguém que negava a “luta de classes”<sup>203</sup>.

No entanto, é com o início do surto grevista, a partir de 1886<sup>204</sup>, que o debate subiu de tom, com *O Protesto Operário* como palco de um confronto ideológico entre as duas tendências socialistas<sup>205</sup>, opondo um marxista, defensor do voto e da ação política de deputados socialistas<sup>206</sup>, a um anarquista, crítico da conquista do poder com vista à formação de um “Estado operário” e, portanto, “intransigente” no que toca à abstenção

---

<sup>200</sup> A Conferência, que pretendeu “reorganizar e unir o movimento socialista português [...] não conseguiu iludir as diferenças e lutas que há muito dilaceravam o Partido Socialista”: CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, p. 83.

<sup>201</sup> OLIVEIRA, César – *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, p. 158-159.

<sup>202</sup> *O Protesto Operário*, 1.2.1885, p. 3.

<sup>203</sup> “Oliveira Martins”. *O Protesto Operário*, 26.4.1885, p. 1.

<sup>204</sup> PEREIRA, Gaspar Martins; CASTRO, Maria João – “Do corporativismo ao anarco-sindicalismo: sobre o movimento operário no Porto na 2ª metade do século XIX”. In AAVV — *Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. In Memoriam. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999, p. 209.

<sup>205</sup> Apesar de, ainda em 1885, se ter criticado o partido por se “ressentir das doutrinas utópicas” e de não compreender devidamente o “socialismo científico”, ao querer aproximações pontuais com o Partido Republicano Português: GERMANO – “Réplica III”. *O Protesto Operário*, 22.2.1885, p. 3.

<sup>206</sup> O autor considerava ainda ingénuo pensar que a revolução se faria exclusivamente através do parlamentarismo ou, pelo contrário, através da “dinamite”. Cumpre fazer a revolução “quando as circunstâncias lho determinam e apontam”: SÉRIO, José – “Evolução e Revolução”. *O Protesto Operário*, 2.5.1886, p. 3; alegou ainda, a propósito da utilidade do voto, que os anarquistas também votavam nas suas associações: SÉRIO, José – “Conversando...”. *O Protesto Operário*, 11.7.1886, p. 3.

política<sup>207</sup>. Convém referir que esta querela é anterior à formação dos Grupos Comunistas Anarquistas e que, portanto, não é de estranhar a existência de militantes anarquistas no Partido Operário Socialista<sup>208</sup>.

Por sua vez, o Congresso Internacional de Paris representou um momento-chave para o movimento socialista internacional e a sua importância em Portugal não é de somenos. Verifica-se, uma vez mais, uma relação de causalidade entre certas decisões e fenómenos internacionais e a situação nacional, ou seja, o Partido Operário Socialista como reflexo da fratura originada com a realização de dois congressos, um “possibilista” e outro “marxista”. Apesar dos delegados portugueses (Luís de Figueiredo, por parte de *O Protesto Operário*, e Viterbo de Campos, por parte de *O Trabalhador*) terem aderido ao congresso possibilista, o que poderia ser entendido como um sinal de consenso dos socialistas portugueses, a verdade é que esta opção se revelou mais estratégica e menos ideológica e as divergências repercutiram-se em Portugal, pouco depois.

Apesar do momento de união do movimento operário, com as manifestações do 1.º de Maio (votado no congresso possibilista)<sup>209</sup>, o início dos anos 90 do século XIX também representou um abrandamento dos protestos, após o movimento grevista dos anos anteriores e do movimento gerado contra a “lei das licenças para trabalhar”<sup>210</sup>. Em 1890, criticou-se uma certa anomia do país, em comparação com o estado do movimento socialista de outros países europeus<sup>211</sup>. Ainda nesse ano, *O Protesto Operário* deixava transparecer novamente o mal estar entre os socialistas. A propósito da publicação de um estudo sobre a organização de uma futura sociedade coletivista, criticou-se Marx por não ter teorizado devidamente sobre esta questão<sup>212</sup>. Repesca-se ainda uma “velha”

---

<sup>207</sup> Considerou ainda o sufrágio um “elemento burguês”: CARDOSO, J. A. – “Abstenção e revolução”. *O Protesto Operário*, 9.5.1886, p. 3.

<sup>208</sup> CARDOSO, J. A. – “A abstenção”. *O Protesto Operário*, 25.4.1886, p. 3

<sup>209</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 175.

<sup>210</sup> PEREIRA, Gaspar Martins; CASTRO, Maria João – *Do corporativismo ao anarco-sindicalismo*, p. 210-211.

<sup>211</sup> “Nem um povo forte, nem uma burguesia inteligente tendo a consciência da sua missão histórica, nem um proletariado na sua maior parte movido por uma ideia que faça convulsionar as humanas camadas dos explorados, nem uma sociedade viril impelida por um sopro genial de heroísmo, nem indústria, nem comércio, nem artes, nem ciência. Nada! [...] Estamos em 1890, a dez anos do século XX, quase nos últimos momentos desse período glorioso em que o trabalho transformou o mundo, servido pelo vapor e pela electricidade [...] e, contudo, dir-se-á que nos quedamos indiferentes, alheios a todo o convívio civilizador, amarrados ao rochedo do conservantismo e da ignorância”: “Os fins do século”. *O Protesto Operário*, 23.3.1890, p. 1.

<sup>212</sup> “A Sociedade futura segundo os coletivistas I”. *O Protesto Operário*, 6.7.1890, p. 2; num outro capítulo do mesmo estudo, acusou-se o ponto de vista marxista da organização do trabalho (o direito à preguiça), ao contrário dos coletivistas que se “esforçam por escapar a estas tristes necessidades e procuram um mecanismo por meio do qual o preço médio da hora de trabalho em cada profissão, seja regulado por uma

formulação do socialismo emergente de influência proudhoniana: a ideia de que a futura organização da sociedade assenta na Federação, “constituindo as uniões de ofícios e os partidos operários, internacionalmente solidários, sob o aspeto das suas comuns aspirações, mas autónomos quanto aos meios a empregar e aos caminhos a seguir diante das conveniências e das necessidades da existência nacional”<sup>213</sup>. O ano de 1890 foi também marcado por demissões e expulsões na Associação dos Trabalhadores, o que pode ter contribuído para a escalada de crispação no seio do Partido Operário Socialista<sup>214</sup>.

Mas foi em 1891 que a corrente “possibilista” se tornou claramente majoritária no órgão *O Protesto Operário* e, inclusivamente, na Associação dos Trabalhadores. Convém, aliás, perceber as raízes desta tendência “possibilista” a nível internacional e que tanto influenciou os socialistas portugueses. De acordo com António Ventura, a clivagem com os “marxistas” iniciou-se em 1874 por iniciativa do economista Albert Schaeffle, no momento em que criticou a teoria do valor de Marx, dando origem a um conjunto de textos que, posteriormente, foram difundidos pelo “possibilista” francês Paul Brousse que, como se sabe, contou com uma influência considerável em Portugal<sup>215</sup>.

No início do ano, no Congresso das Associações, foi listado um conjunto de medidas de cunho possibilista, desde logo, os meios a empregar para a implantação de uma Bolsa de Trabalho e as relações a estabelecer entre as associações no sentido de se chegar a uma melhoria, estando também explícita a tese de que os trabalhadores deveriam primar pela emancipação económica, em primeiro lugar e, só depois, politicamente<sup>216</sup>.

A nível internacional, realizou-se nesse ano o Congresso de Bruxelas. E, a propósito deste Congresso, definiu-se o conceito de “possibilismo”: “Para nós, o possibilismo é a afirmação que o proletariado deve confrontar a sua tática às necessidades económicas e políticas dos países onde os diversos grupos de trabalhadores vêm

---

forma automática, sem intervenção de nenhum poder”: “A sociedade futura segundo os coletivistas IV”. *O Protesto Operário*, 10.8.1890, p. 3.

<sup>213</sup> “Ao talhar da foice”. *O Protesto Operário*, 17.8.1890, p. 1.

<sup>214</sup> Apesar de tudo, é dito que a demissão de Bartolomeu Constantino e a não recondução de Manuel Joaquim de Sousa (por vontade própria) não tiveram que ver com divergências ideológicas: *O Protesto Operário*, 26. 10. 1890, p. 2; já a expulsão de Augusto de Macedo da Associação dos Trabalhadores terá sido motivada por um desaguizado com Agostinho da Silva, tendo este sido acusado de nutrir “simpatias” pelo Partido Regenerador: *O Protesto Operário*, 21.12.1890, p. 1.

<sup>215</sup> VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*, p. 81.

<sup>216</sup> *O Protesto Operário*, 18.1.1891, p. 3.

combatendo a burguesia”<sup>217</sup>. Ou seja, a tática de cada partido deveria ser adaptada às necessidades de cada país. Ainda num comício realizado no Porto pela Associação dos Trabalhadores, a propósito da questão monetária, os oradores socialistas defenderam a abstenção política, ao mesmo tempo que criticaram os que acusavam a Associação dos Trabalhadores de uma prática de “socialismo de Estado” por reclamar medidas de regulação laboral ao governo<sup>218</sup>. Nesse ano, a propósito da abstenção do Partido Operário Socialista nas eleições municipais de Lisboa<sup>219</sup>, os dirigentes socialistas Nobre França e Azedo Gneco<sup>220</sup> decidiram fazer-se representar nas listas republicanas “sem consultar o partido”, merecendo críticas veementes por parte dos “possibilistas” de *O Protesto Operário*. A justificação de Nobre França da sua adesão à lista republicana, que teve que ver com um protesto do Partido Republicano Português contra a reforma administrativa decretada pelo governo, deu origem a um opúsculo e a uma crítica do mesmo, *As recentes eleições municipais e o povo trabalhador – a carta do Sr. Nobre França e as suas incoerências por um operário socialista*, tendo estado à venda nos quiosques<sup>221</sup>. Já o “marxista” Azedo Gneco foi acusado, numa carta que lhe foi dirigida por um seu “demolidor”, de não ser verdadeiramente um socialista e alguém com “algum talento, muita velhacaria e bastante incoerência”<sup>222</sup>. Segundo César Nogueira, foi a partir destes acontecimentos que Nobre França se aproximou do republicanismo e que Azedo Gneco iniciou a dissidência que levaria à formação do Partido Socialista Português, em 1895<sup>223</sup>. Aliás, no início do ano seguinte foi fundado o órgão “marxista” *O Eco Socialista*, dirigido por Viterbo de Campos, e que teve grande influência no norte do país<sup>224</sup>.

Foi em março de 1892 que, no Congresso das Associações de Classe, de acordo com César Nogueira, se iniciou a divisão definitiva do movimento socialista e operário em Portugal, após os delegados do Sul se terem retirado do congresso por um conjunto

---

<sup>217</sup> Contudo, lamentava-se que as querelas entre “marxistas” e “possibilistas” continuassem vivas por mais tempo. “O Congresso de Bruxelas I”. *O Protesto Operário*, 11.10.1891, p. 1.

<sup>218</sup> “Aquilo que em nós representa uma abdicação dos princípios socialistas, representará nos mais uma prova de puritanismo?": “O comício do Porto”. *O Protesto Operário*, 2.8.1891, p. 3. Nesta altura, constituiu-se uma comissão, liderada pelo “possibilista” Eduardo de Carvalho e Cunha, que reuniu junto do ministro das Obras Públicas, Mariano de Carvalho, a propósito de uma série de questões laborais (como a tentativa para que o negócio do monopólio dos fósforos não se realizasse), gerando algumas críticas internas e por parte de republicanos: “O monopólio dos fósforos”. *O Protesto Operário*, 1.11.1891, p. 2.

<sup>219</sup> “As eleições”. *O Protesto Operário*, 15.11.1891, p. 1.

<sup>220</sup> *O Protesto Operário*, 15.11.1891, p. 1-2.

<sup>221</sup> *O Protesto Operário*, 27.12.1891, p. 3

<sup>222</sup> MORAIS, Albino de – “Carta aberta”. *O Protesto Operário*, 21.2.1892, p. 3.

<sup>223</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 188-191.

<sup>224</sup> *Idem*, p. 192.

de desentendimentos<sup>225</sup>, dando origem à publicação de um manifesto<sup>226</sup>. Este congresso foi considerado “uma página negra” na história do movimento operário: “Nunca chegamos a supor que uma assembleia operária havia de dar tão deplorável espetáculo aos olhos dos nossos inimigos”<sup>227</sup>. O “trauma” provocado pelo congresso foi tal que um líder “possibilista” histórico como Agostinho da Silva ponderou mesmo abandonar a vida ativa no movimento socialista<sup>228</sup>. De resto, a comissão executiva do congresso decidiu convocar um novo congresso das associações do sul, com uma ordem de trabalhos similar ao do Porto<sup>229</sup>.

A partir deste momento, houve, sobretudo no Porto, um agravar das divergências entre “possibilistas” (representados pela Associação dos Trabalhadores do Norte) e “marxistas” (reunidos em torno do Centro Operário de Propaganda Socialista). Nas eleições nacionais realizadas em outubro de 1892, a Associação dos Trabalhadores do Norte, presidida por Eduardo de Carvalho e Cunha, decidiu abster-se. Contudo, o Centro Operário de Propaganda Socialista tomou uma decisão que foi em sentido contrário, isto é, decidiu entrar na luta eleitoral<sup>230</sup>.

Apesar de tudo, foi publicada uma circular instigando os socialistas a comparecerem a uma sessão sobre a necessidade de se acabar com as dissidências entre os diversos elementos do Partido Operário Socialista no norte do país<sup>231</sup>. A Assembleia Geral da Associação dos Trabalhadores do Porto reuniu, com o intuito de discutir o ofício

---

<sup>225</sup> Desentendimentos relacionados com a eleição dos responsáveis pela manifestação do 1.º de Maio, tendo sido proposto que a manifestação portuense fosse entregue a uma comissão de 9 membros, eleitos no Congresso. Ou seja, em vez de entregar à Federação, considerou-se mais justo que a direção da manifestação fosse confiada a delegados saídos do congresso, até porque à frente do movimento operário portuense estavam a Associação dos Trabalhadores, a Federação e o Centro Socialista, tendo sido rejeitada essa proposta. Uma outra, mais conciliadora, também foi impugnada. Outro dos motivos teve que ver com a necessidade de se constituir a Federação em Lisboa. Alguns delegados mostraram-se favoráveis e outros contra e a cisão foi evoluindo para o insulto e a difamação, sendo que os trabalhos foram interrompidos pelos delegados de Lisboa: [Os delegados de Lisboa] – “Congresso das associações de classe: O manifesto distribuído no Porto”. *O Protesto Operário*, 10.4.1892, p. 3.

<sup>226</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 194-198.

<sup>227</sup> Criticou-se ainda a alegada prepotência dos delegados do norte por quererem a “preponderância para a sua seita”, tendo sido acusados de não serem verdadeiros socialistas, pois “quem é amigo do povo que trabalha, não lhe compromete a causa por satisfação a vaidades e a despeitos”: “Congresso do Porto”. *O Protesto Operário*, 10.4.1892, p. 1.

<sup>228</sup> Tendo mesmo sido eleita uma comissão para o dissuadir: *O Protesto Operário*, 10.4.1892, p. 3.

<sup>229</sup> QUINHONES, Guedes [Pela comissão executiva] – “O novo congresso”. *O Protesto Operário*, 10.4.1892, p. 3.

<sup>230</sup> NICETIUS – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 17.7.1892, p. 3.

<sup>231</sup> Nesta circular encontra-se uma lista de questões a responder, desde se o partido teria força para lutar pela causa que defendia, se haveria necessidade de se fazer a união de todos os socialistas, ainda sobre a necessidade de coligação das agrupações e dos semanários do norte e qual a posição em relação aos socialistas do sul: NICETIUS – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 25.9.1892, p. 2.

enviado pela comissão encarregada de conciliar as duas facções, e entendeu que o Partido Operário Socialista, tal como encontrava, não teria força para lutar pela causa que defendia, que deveriam continuar a existir duas agrupações socialistas no Porto mas coligadas por uma junta federal, que os dois semanários – *O Trabalhador* (“possibilista”) e *O Eco Socialista* (“marxista”) – deveriam ser substituídos por um outro e que os socialistas do Porto deveriam continuar a manter relações com os do resto do país<sup>232</sup>. Procedeu-se então à nomeação de duas comissões, uma pela Associação dos Trabalhadores e outra pelo Centro Operário de Propaganda Socialista, tendo sido aprovada por unanimidade a conciliação das duas facções<sup>233</sup>. Com efeito, ao mesmo tempo que era realizado um esforço pela união do movimento operário, *O Eco Socialista* criticava severamente a Associação dos Trabalhadores por organizar um passeio fluvial levado a cabo num “reles vapor do Sr. Burnay”<sup>234</sup>.

No início de 1893 começou a funcionar autonomamente o Conselho Federal do Partido Operário Socialista do Norte<sup>235</sup>, procedendo-se à constituição do seu corpo diretor, a Junta Federal do Norte<sup>236</sup>.

Com a aproximação das manifestações do 1.º de Maio, houve mais uma tentativa de reaproximação entre as duas facções. Em Lisboa, a assembleia federal reuniu com comissão executiva do congresso das associações para tratarem da manifestação. A assembleia decidiu convidar “todas as facções operárias, de modo que a Federação das Associações de Classe, bem como o Centro Operário de Lisboa, se ponham de acordo com a comissão do congresso”, procedendo à nomeação de um corpo diretivo formado por 3 membros de cada uma das duas associações<sup>237</sup>. Contudo, ainda antes dessa data se lamentava: “os primeiros sintomas da coesão operária para a manifestação de maio, são infelizmente bastante desordenados e incoerentes”<sup>238</sup>. Pois, de nada serviram os esforços de união. Mais tarde, na apresentação das contas dos gastos da manifestação, a comissão terá sido dissolvida “terminando assim esse efêmero acordo que naturalmente não

---

<sup>232</sup> NICETIUS – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 2.10.1892, p. 2.

<sup>233</sup> Os trabalhos foram remetidos, de seguida, para as assembleias gerais das duas organizações operárias, procedendo-se à convocação de uma assembleia magna para aclamação do novo conselho federal (constituído por 4 elementos de cada uma das duas organizações): “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 6.11.1892, p. 4; MORENO, Vasco – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 13.11.1892, p. 4.

<sup>234</sup> *O Protesto Operário*, 2.10.1892, p. 1.

<sup>235</sup> MORENO, Vasco – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 29.1.1893, p. 3.

<sup>236</sup> *Idem*, 5.2.1893, p. 3.

<sup>237</sup> “Associações de classe”. *O Protesto Operário*, 26.3.1893, p. 1.

<sup>238</sup> “Para ver...”. *O Protesto Operário*, 9.4.1893, p. 1.

chegará mais a repetir-se, graças à deslealdade insígne com que alguns procederam a pretexto da união”<sup>239</sup>. Quanto à Junta Federal do Norte, exclamava-se: “Morreu como viveu. Que descanse em paz”<sup>240</sup>. Lamentou-se ainda a falta de lealdade demonstrada pelos delegados do Centro Operário de Propaganda Socialista que apenas tinham em vista a fusão das associações operárias do norte e não a coligação, tal como era defendido pela Associação dos Trabalhadores<sup>241</sup>. Outra das prováveis razões para esta dissolução precoce teve a ver com uma greve falhada da classe dos chapeleiros, no Porto, tendo sido entregue o assunto à Federação das Associações. Curiosamente, foram os “possibilistas” do periódico *O Protesto Operário* que criticaram a greve: “Que a lição sirva aos chapeleiros, é o que se torna preciso. A greve custou muitos sacrifícios, muito dinheiro muita fome, muitos dias de prisão, para se perder assim”<sup>242</sup>. Chegou-se à conclusão de que, depois do malogro da greve, a Federação das Associações e os “marxistas” do Centro Operário estariam “desautorizados”<sup>243</sup>.

Por fim, em abril de 1894, realizaram-se eleições para deputados. Ao contrário do que aconteceu em 1892, a “fação” possibilista apresentou candidatos por Lisboa e a “fação” marxista absteve-se<sup>244</sup>. Antes de se saber a resolução do partido quanto ao voto eleitoral, *O Protesto Operário* afirmava que respeitaria e acataria qualquer decisão, aproveitando para atacar o modo de proceder de alguns socialistas que instigavam os operários a votarem nas listas republicanas<sup>245</sup>. Ainda a propósito das eleições, uma comissão eleitoral recém formada com o objetivo de persuadir o então diretor de *O Século*, Magalhães Lima, a apresentar-se ao sufrágio terá motivado ainda mais a ira dos “possibilistas” da Associação dos Trabalhadores<sup>246</sup>. Apesar de um resultado abaixo das

---

<sup>239</sup> “1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 1.10.1893, p. 2. No Porto, apesar do elevado número de trabalhadores na manifestação, *O Protesto Operário* acusou a Federação das Associações de a ter planeado muito tardiamente. Aliás, depois da manifestação propriamente dita, “marxistas” e “possibilistas” realizaram sessões solenes separadamente: BELTRÃO, Cunha – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 7.11.1893, p. 3.

<sup>240</sup> BELTRÃO, Cunha – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 3.9.1893, p. 2.

<sup>241</sup> De seguida, a Associação dos Trabalhadores procedeu à eleição dos seus Conselhos Federais, pondo fim à questão: BELTRÃO, Cunha – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 3.12.1893, p. 1.

<sup>242</sup> [Um chapeleiro] – “Os chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 1.10.1893, p. 3.

<sup>243</sup> BELTRÃO, Cunha – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 26.11.1893, p. 3.

<sup>244</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 210-211.

<sup>245</sup> GRAÇA, Damásio da – “As próximas eleições”. *O Protesto Operário*, 14.1.1894, p. 3. Aliás, o facto de um republicano como Heliodoro Salgado dirigir o Instituto Antero de Quental, no Porto (com ligações ao Centro Operário), foi motivo de reprimendas constantes: *O Protesto Operário*, 25.2.1894, p. 2.

<sup>246</sup> Criticaram “os conluios escuros, que, em nome do princípio socialista, são praticados por homens que nunca tiveram a compreensão sequer de grandeza deste princípio” e, ainda, a propósito dos socialistas fora da Associação dos Trabalhadores, era dito que “convicções não têm, princípios não professam. Hoje, vêm a uma reunião socialista, falam em emancipação operária, em luta de classes. Amanhã vão a um comício

expectativas, não se considerou tratar-se de uma derrota vergonhosa. Tal seria se, em vez de continuarem “impenitentes”, se unissem a republicanos e monárquicos<sup>247</sup>.

Sobre as manifestações desse ano, defendeu-se que tal deveria acontecer, com ou sem união. Esta descrença dever-se-ia à lembrança do sucedido em anos anteriores<sup>248</sup>. Mais uma vez, não se concretizou. A apatia, aquando do final de publicação do periódico, é demonstrativa da cisão que se tornara irreversível no movimento socialista português:

Que fizeram eles depois? Dividir para reinar, sempre! É de ontem a história: quem em 1891 quis fracionar o movimento de maio, especulando com o cadáver do pobre e inofensivo Pardal, foram esses tais, apoiados num grupo de díscolos saídos do campo republicano. Quem depois envergonhou a classe trabalhadora, perturbando-lhe os congressos, quem foi para as portas da casa da Câmara de Lisboa produzir alarido, quem foi ao Porto escangalhar um congresso que devia ter sido importante, quem quis arrastar a classe proletária para as tristes aventuras do 31 de Janeiro, quem fundou jornais só para missionar a aliança híbrida da burguesia com o proletariado, quem tem andado pelas redações dos periódicos inimigos a atirar punhados de lama sobre os caracteres mais impolutos, quem tem feito tudo isso, tem sido os tais pretensos generais, os de galão mareado, os da traição de 1878, os espíões assobiados no velho Casino, os que, contra a opinião do conselho central do partido, apresentavam descaradamente na segunda cidade do reino, recomendando-o, um agente da monarquia, indo ali patrocinar uma traição – dupla traição, feita aos camaradas e armada às ideias<sup>249</sup>.

A cisão tornara-se irrevogável, levando os “marxistas” seguidores de Azedo Gneco a romperem com o Partido Operário Socialista e com a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa.

---

republicano, e fazem a apologia da pátria. Nunca se filiaram – para não pagarem quotas; nunca leram jornais operários – para não desembolsarem o importante da assinatura”: IVAN – “Afirmacões”. *O Protesto Operário*, 4.3.1894, p. 1.

<sup>247</sup> “Atualidades”. *O Protesto Operário*, 22.4.1894, p. 1.

<sup>248</sup> MARIUS [Luís de Figueiredo] – “1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 8.4.1894, p. 1. Contudo, a comissão executiva das associações aderentes ao congresso, tomando a sério as intenções do Centro Operário de Lisboa a respeito da homogeneidade da manifestação de maio, ainda apresentou à assembleia dos delegados a proposta para que se aceitasse o princípio de união de todas as forças operárias para a realização do 1.º de Maio e que a manifestação fosse dirigida por uma comissão de 10 membros, dos quais 5 eleitos pelas associações aderentes ao congresso das associações de classe e que tivessem respondido ao apelo do conselho federal e 5 pelas coletividades que constituíam a União Operária do 1.º de Maio, tendo sido aprovada pelo Centro.

<sup>249</sup> MARIUS [Luís de Figueiredo] – “A desunião”. *O Protesto Operário*, 22.4.1894, p. 1.



## 2.2. O socialismo e o operariado

O processo de industrialização criou uma alteração da composição social, dos seus valores e hábitos culturais<sup>250</sup>. Em primeiro lugar, há que ter em conta a ligação entre o crescimento da classe operária e a dimensão dos partidos socialistas. Contudo, deve compreender-se que o processo de proletarização, isto é, a predisposição para o confronto social e a consciencialização, por parte do operariado, da necessidade de intervir no campo político e económico, não ocorreu de uma forma homogénea. Tal como salienta Augusto de Castro Pereira, “a história do movimento operário português mostra que entre a ideologia e o operariado real ia um grande fosso”<sup>251</sup>.

O caso português reveste-se de algumas especificidades. O Inquérito Industrial de 1881 constitui uma importante fonte de análise do operariado em Portugal. Laboravam, nessa altura, cerca de 90.000 operários, mais de metade no setor têxtil<sup>252</sup>, sendo que, nos finais da década, apenas 20.000 trabalhadores estariam organizados<sup>253</sup>. Por exemplo, para o caso do Porto, apesar do “salto industrial” que a cidade experimentou a partir dos anos 70 do século XIX, com algumas importantes unidades fabris a surgirem neste período, permaneceu uma articulação destas com o sistema doméstico, incentivando-o<sup>254</sup>. Um outro fenómeno visível, sobretudo no Porto, foi o da existência de uma “semiproletarização” que se baseou no recrutamento de camponeses que, embora laborando, durante a semana, na indústria têxtil portuense, mantinham o seu “torrão de terra”, o que dificultava a sua consciencialização como classe<sup>255</sup>. Ou seja, pela sua dispersão em unidades fabris, pequenas oficinas e um sistema doméstico, estes operários encontraram mais obstáculos em organizar-se<sup>256</sup>. Para além disso, coexistiram setores em que a industrialização alterou de forma drástica o processo de fabrico e outros que permaneceram manuais<sup>257</sup>, o que originou enormes disparidades entre uma “aristocracia

---

<sup>250</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *A Formação da Classe Operária*, p. 10-11

<sup>251</sup> PEREIRA, Augusto de Castro – *O Operariado no Noroeste Português (1834-1934)*. Guimarães e Viana do Castelo. Porto: FLUP, 2010, p. 19-20.

<sup>252</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *O Movimento Socialista em Portugal*, p. 24.

<sup>253</sup> Este número sofreu um lento incremento até aos finais da Monarquia Constitucional: MÓNICA, Maria Filomena – *Artesãos e Operários*, p. 15-16.

<sup>254</sup> PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: FLUP, 1993, p. 84-94.

<sup>255</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 82.

<sup>256</sup> Devendo-se também esta dificuldade a salários reduzidos e ao trabalho infantil e feminino que, em 1881, ocupava cerca de metade da mão de obra do distrito: SANTOS, Maciel Morais – “O Partido Socialista nos seus primeiros anos”, p. 293-294.

<sup>257</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *Artesãos e Operários*, p. 13.

operária”, constituída por artesãos que transitava do mundo pré-industrial, e os novos operários<sup>258</sup>.

*O Protesto Operário* conclui, logo no início da sua publicação, que nem todos os indivíduos se encontrariam no mesmo nível de desenvolvimento<sup>259</sup>. Aliás, mais à frente assumiu-se mesmo que apenas uma classe atingira o período de “exploração” capitalista em Portugal, a dos manipuladores do tabaco<sup>260</sup>. Todavia, asseverava-se que, em breve, também a tecelagem sofreria o processo de mecanização, levando milhares de pessoas para o desemprego. Aliás, foi com espanto que *O Protesto Operário* noticiou a existência de 4 industriais portuenses que possuíam teares a vapor<sup>261</sup>. Daí a premência na reivindicação de certos direitos ancestrais perdidos com o advento do liberalismo<sup>262</sup>. Por exemplo, através da defesa da igualdade de tratamento entre os ofícios artesanais e as belas artes<sup>263</sup> ou, ainda, com nostalgia nutrida pelos exames de habilitações, entretanto abolidos pelo liberalismo<sup>264</sup>. Mais tarde, concluiu-se mesmo que a proliferação de secções de classe das Associações dos Trabalhadores correspondia ao renascer das “velhas” corporações de artes e ofícios, desta vez com o objetivo de confronto com o capital<sup>265</sup>. De resto, havia a preocupação de sublinhar o valor artístico de certos setores como a chapelaria, a sapataria e a tipografia<sup>266</sup>. Outra reivindicação importante teve que ver com a regulação da aprendizagem, sobretudo entre a classe tipográfica, uma vez que as queixas

---

<sup>258</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *A formação da classe operária*, p. 16. Segundo E. P. Thompson, foram os artesãos que mais contribuíram para a formação de uma consciência de classe, tendo também preponderância no processo de industrialização.

<sup>259</sup> J. R. [José Ribeiro] – “A produção moderna”. *O Protesto Operário*, 2.4.1882, p. 2.

<sup>260</sup> “Os manipuladores do tabaco”. *O Protesto Operário*, 10.6.1883, p. 3. No que toca à classe dos manipuladores, convém ter em conta o estudo de Fernando Piteira Santos que demonstra a existência precoce de uma combatividade e capacidade de organização desta classe, dada a importância desta indústria no conjunto da indústria portuguesa, durante a segunda metade do século XIX, bem como a marginalização a que estaria submetida, com uma elevada mortalidade e uma mão de obra barata. Em 1879, é criado o órgão da classe *A Voz do Operário* como resposta à necessidade dos tabaqueiros se instruírem, dando início à sua consciencialização: SANTOS, Fernando Piteira – “A Fundação de *A Voz do Operário* – do abstencionismo político à participação no congresso possibilista de 1889”. *Análise Social*. Lisboa, Vol. XVII, 1981, p. 682-686.

<sup>261</sup> *O Protesto Operário*, 5.9.1886, p. 3.

<sup>262</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *A Formação da classe operária*, p. 25

<sup>263</sup> DELERUE, Joseph – “Le Cabinet Piperlin”. *O Protesto Operário*, 27.8.1882, p. 3-4.

<sup>264</sup> J. S. L. – “Aos industriais de tecidos”. *O Protesto Operário*, 3.12.1882, p. 1.

<sup>265</sup> “A legislação do trabalho”. *O Protesto Operário*, 26.3.1893, p. 1.

<sup>266</sup> “Qualquer tendeiro, em disponibilidade, abre hoje, num vão de escada, uma imprensa, como se o manusear tipos fosse o mesmo, precisamente o mesmo, do que pesar açúcar: qualquer ignorante enlulado arvora-se em apreciador de trabalhos tipográficos, com um desplante e uma insensatez dignas de lástima”: “Classe tipográfica”. *O Protesto Operário*, 8.10.1893, p. 3. Maria Filomena Mónica, para o caso específico dos chapeleiros, refere-se a certas “atitudes típicas de artesãos em vias de proletarização” para demonstrar que, apesar de não trabalharem em oficinas suas, ainda controlavam o processo de fabrico através da sua arte e do seu saber: MÓNICA, Maria Filomena – *Artesãos e Operários*, p. 23.

eram múltiplas no que toca ao aproveitamento dos aprendizes pelos industriais, em detrimento dos oficiais<sup>267</sup>.

Durante a segunda metade do século XIX assistiu-se a um aumento da importação de produtos genericamente mais baratos do que os nacionais, tendo, como consequência, uma reação veemente por parte da classe operária<sup>268</sup>. São inúmeras as reações presentes no periódico socialista acerca da “conspiração” da burguesia contra a pequena indústria nacional ao privilegiar a concorrência estrangeira, resultado dos tratados de comércio com a França<sup>269</sup>. Para este efeito, reuniram múltiplas vezes as várias associações de classe, desde os chapeleiros, metalúrgicos, fabricantes de fósforos e tipógrafos. Contudo, os primeiros foram os mais ativos contra a concorrência de chapéus alemães<sup>270</sup>. Outro caso paradigmático foi o da indústria têxtil que, embora tenha encontrado um mercado de exportação nas colónias ultramarinas, ainda nos finais do século XIX se insurgira contra a introdução nessas colónias de fazendas de algodão fabricadas noutros países, a um preço substancialmente mais baixo<sup>271</sup>. Outro caso modelar de mal-estar, entre o operariado da indústria corticeira, residia na crítica à exportação de grande quantidades de cortiça em prancha, uma matéria prima abundante em Portugal, e da consequente importação sob a forma de rolha entretanto manufaturada, o que originava escassez de trabalho neste setor. Foram múltiplas as representações ao Parlamento e aos sucessivos governos para que tomassem as devidas providências sobre esta questão<sup>272</sup>.

A verdade é que a crise se instalou a partir de finais dos anos 80 do século XIX, através da crescente substituição de mão de obra masculina pela feminina, das reduções salariais e do aumento do desemprego, levando os operários (e grande parte dos industriais) a mobilizarem-se a favor de uma nova pauta alfandegária. Por exemplo, no Porto a “bandeira do protecionismo” foi desfraldada como reivindicação para a solução

---

<sup>267</sup> FARIA, Eduardo de – “A exploração tipográfica exercida em alta escala no Correio da Noite”. *O Protesto Operário*, 15.2.1885, p. 2-3.

<sup>268</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *Artesãos e Operários*, p. 64.

<sup>269</sup> “Para que servem, pois, os estabelecimentos do estado, se eles não produzem para as necessidades do país? Aparentemente para nada”: “Questões caseiras”. *O Protesto Operário*, 8.11.1885, p. 1.

<sup>270</sup> “A chapelaria nacional é um indústria morta, pode assim dizer-se. Não conspirou contra a sorte dos operários a grande indústria nacional, mas sofrem a consequência do desenvolvimento do grande industrialismo estrangeiro, servido por fortes máquinas, aplicando matérias primas mais baratas, aproveitando-se nas fábricas do trabalho das mulheres. [...] Onde não se constituem grandes companhias do trabalho, aparece a concorrência dos produtos similares fabricados no estrangeiro”: “Os chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 25.5.1890, p. 2.

<sup>271</sup> *O Protesto Operário*, 11.10.1891, p. 1.

<sup>272</sup> “A indústria corticeira”. *O Protesto Operário*, 25.1.1891, p. 2.

da crise<sup>273</sup>. De resto, os socialistas acreditavam que a crise acabaria por relegar os pequenos proprietários e uma parte do campesinato, bem como uma certa classe média e pequena burguesia, para o campo do “salariado” e do “proletariado”. Por exemplo, defendia-se a tese de que o desenvolvimento da educação provocaria a formação de um proletariado intelectual<sup>274</sup> e a crença de que os pequenos comerciantes, “sacudidos” pela crise, adeririam ao socialismo<sup>275</sup>, bem como a convicção de que, com o aumento da filantropia e das “sopas sociais”, os taberneiros, sem trabalho, engrossariam a fileira dos operários<sup>276</sup>. Estas teses enquadraram-se, aliás, numa política de tentativa de aliciamento destas classes por parte do Partido Operário Socialista, sem grandes resultados. Verificou-se mais depressa o contrário, isto é, a adesão de uma parte do operariado aos partidos liderados pela pequena burguesia<sup>277</sup>.

Embora a questão do proteccionismo tenha suscitado uma aparente aproximação entre a classe operária e o patronato<sup>278</sup>, a verdade é que, pelo menos, os líderes socialistas se mantiveram suficientemente distantes e críticos da ação dos industriais. A propósito, afirmava-se que a concorrência estrangeira servia apenas como desculpa, por parte dos industriais, para a redução dos preços da mão de obra de tecelões<sup>279</sup>. Mais tarde, aquando da discussão sobre as pautas alfandegárias, a Associação Industrial Portuguesa reuniu várias associações de classe, sendo que a posição dos socialistas foi de enorme cautela, advertindo que os interesses do operariado continuavam irreconciliáveis com o da “burguesia”<sup>280</sup>.

### 2.2.1. Da expectativa à frustração

As agitações operárias de 1872-1873 foram determinantes para a génese do socialismo em Portugal. Contudo, seguiu-se um esmorecimento: “um ano depois da Fraternidade Operária ter filiado quase 3.000 membros, já só tinham 300; o número de greves feitas em 1872 só seria ultrapassado em 1895!”<sup>281</sup>. No aniversário dos 15 anos da Fraternidade Operária, lembrava-se “a mais potente organização que o proletariado

---

<sup>273</sup> PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na Viragem do Século*, p. 91.

<sup>274</sup> FRANCO, João – “O proletariado científico”. *O Protesto Operário*, 14.8.1887, p. 2.

<sup>275</sup> “Primeiros tiros”. *O Protesto Operário*, 7.2.1892, p. 1.

<sup>276</sup> “A sopa”. *O Protesto Operário*, 1.1.1894, p. 1.

<sup>277</sup> SANTOS, Maciel Morais – “O Partido Socialista nos seus primeiros anos”, p. 288.

<sup>278</sup> MÓNICA, Maria Filomena – *Artesãos e Operários*, p. 208.

<sup>279</sup> “A baixa dos salários”. *O Protesto Operário*, 12.11.1882, p. 1.

<sup>280</sup> “Várias notícias”. *O Protesto Operário*, 11.9.1892, p. 2.

<sup>281</sup> SANTOS, Maciel Morais – “O Partido Socialista nos seus primeiros anos”, p. 296.

português teve até hoje”, continuando presente no imaginário do movimento operário, apesar deste ter sido “abalado”<sup>282</sup>. Por conseguinte, assistiu-se a um reforço do incentivo ao associativismo, por parte da redação do semanário socialista, através da fundação de secções de classe, durante os primeiros anos da década de 80 do século XIX (sobretudo, até 1887), bem como à solidariedade entre todos os trabalhadores.

São constantes os artigos que destacam a importância das associações, federadas nacionalmente no Partido Operário Socialista<sup>283</sup>, como forma dos trabalhadores deixarem de ser “escarnecidos” pelos industriais<sup>284</sup> e para a melhoria das suas condições materiais<sup>285</sup>. Deveriam apenas constituir-se associações de operários, ao invés de montepios “conservadores” fomentados e organizados pelo patronato<sup>286</sup>. Por outro lado, a preferência era dada a certo tipo de associações, ou seja, as que apresentassem similitudes com as câmaras sindicais francesas e as trade unions inglesas<sup>287</sup>. O objetivo último seria a constituição de uma federação que aglutinasse a organização de todas as classes, tal como as Bolsas de Trabalho em França<sup>288</sup>, tratando-se ainda de suma importância a necessidade de constituição de órgãos de classe<sup>289</sup>. Considerava-se que o Estado, tal como estava organizado, era uma instituição “conservadora” e defensora dos interesses da “burguesia”<sup>290</sup>. Pelo contrário, a utilidade das associações era demonstrada em exemplos concretos: no caso de uma greve<sup>291</sup>, da falência de uma fábrica<sup>292</sup>, contra certos abusos praticados pelos industriais<sup>293</sup>, entre outros<sup>294</sup>.

Contudo, nestes primeiros anos de publicação do periódico, a descrença no que toca à organização do movimento operário em Portugal fora enorme. Surgem lamentos constantes pelo facto das classes não se encontrarem devidamente organizadas<sup>295</sup> e da preferência dos trabalhadores pelas atividades “ociosas”: por exemplo, alguns operários

---

<sup>282</sup> RAÚL – “A Fraternidade Operária”. *O Protesto Operário*, 30.1.1887, p. 3.

<sup>283</sup> “Organizemo-nos!”. *O Protesto Operário*, 15.6.1884, p. 2.

<sup>284</sup> *O Protesto Operário*, 15.10.1882, p. 2.

<sup>285</sup> “Unamo-nos apesar de tudo”. *O Protesto Operário*, 20.5.1883, p. 2-3.

<sup>286</sup> *O Protesto Operário*, 19.11.1882, p. 3.

<sup>287</sup> “Associações de classe”. *O Protesto Operário*, 12.7.1885, p. 2.

<sup>288</sup> *O Protesto Operário*, 14.7.1889, p. 1.

<sup>289</sup> [Um operário tipógrafo] – “Liga tipográfica”. *O Protesto Operário*, 4.10.1885, p. 3.

<sup>290</sup> “Resposta”. *O Protesto Operário*, 9.11.1884, p. 4.

<sup>291</sup> Afirmava-se que só através da associação seria possível manter os ganhos da greve: “Greve”. *O Protesto Operário*, 26.8.1883, p. 2.

<sup>292</sup> “Catástrofe”. *O Protesto Operário*, 2.9.1883, p. 4.

<sup>293</sup> [Um tipógrafo explorado] – “A exploração dos tipógrafos e o *Correio da Manhã*”. *O Protesto Operário*, 4.1.1884, p. 2-3.

<sup>294</sup> Nomeadamente, precauções contra reduções salariais, concorrência estrangeira e suspensão das carreiras.

<sup>295</sup> *O Protesto Operário*, 12.3.1882, p. 4.

foram severamente repreendidos por participarem em cerimónias católicas, como o viático<sup>296</sup>; houve ainda quem acusasse os operários de preferirem “andar embriagados”, em vez de contribuírem para a sustentação do jornal<sup>297</sup>; pode ainda destacar-se uma crítica a alguns manipuladores do tabaco que, em vez de se instruírem e fomentarem o bem-estar da sua classe, “empregam o tempo do seu ócio em passatempos torpes e lascivos, vagueando pelas ruas públicas de cítara em punho, frequentando as tabernas e as casas de prostíbulo, promovendo desordens e desacatos”<sup>298</sup>. Por outro lado, lastimava-se o défice de representação associativa noutras regiões do país, em parte, devido à pouca instrução e à “opressão” e “fanatização” exercida pelos padres nestas cidades<sup>299</sup>. A principal acusação feita ao operariado, nesta altura, era a de “indiferentismo”, ou seja, uma certa permissividade no que toca às relações com os industriais, descuidando, por sua vez, o associativismo:

Afrontados pela canga do capital, que os deslumbra com as cintilações doiradas do seu reflexo, os operários descuidam a associação, abandonam a urna onde deviam ir votar em representantes da sua classe, esquecem os seus mais raros interesses, deixando-se morrer, numa quietação idiota, como crentes imbecis curvados ante o bezerro de ouro<sup>300</sup>.

A falta de solidariedade entre os operários era outra preocupação constante dos socialistas, por exemplo, evidenciado em casos de término de greves por desentendimentos entre operários ou pela recusa de subscrição, por parte de alguns trabalhadores, de representações ao Parlamento elaboradas pela Associação dos Trabalhadores<sup>301</sup>. Aqueles que, de forma propositada, pusessem fim a uma greve eram considerados “traidores de classe”<sup>302</sup>. No Porto, por exemplo, entre a classe dos tecelões, lastimava-se a falta de união entre os operários do Bairro Oriental, por comparação com a atividade “enérgica” dos do Bairro Ocidental<sup>303</sup>. Uma das razões apontadas para esta

---

<sup>296</sup> *O Protesto Operário*, 22.4.1883, p. 2-3.

<sup>297</sup> A. F. – “O Sr. Silva Pereira de Magalhães, os seus caixeiros e os operários”. *O Protesto Operário*, 16.12.1883, p. 4.

<sup>298</sup> PEREIRA, Alves – “Os manipuladores do tabaco”. *O Protesto Operário*, 4.10.1885, p. 4.

<sup>299</sup> “Faro”. *O Protesto Operário*, 23.3.1884, p. 3; FERNANDES – “Évora”. *O Protesto Operário*, 1.3.1885, p. 1-2.

<sup>300</sup> “Grandes e pequenos”. *O Protesto Operário*, 2.1.1887, p. 1.

<sup>301</sup> B. C. [ourives] – “Consequências...”. *O Protesto Operário*, 26.3.1882, p. 1-2.

<sup>302</sup> Logo em 1883 elaborou-se uma lista com os nomes dos “traidores” da classe dos manipuladores do tabaco por quase terem acabado com a greve, poupando-se os nomes das mulheres por serem “ignorantes”: *O Protesto Operário*, 18.3.1882, p. 3.

<sup>303</sup> J. S. L. – “A classe dos tecidos”. *O Protesto Operário*, 19.11.1882, p. 2.

atitude por parte do operariado tinha a ver com a ideia de que viviam “eternamente na expectativa de ser patrões”<sup>304</sup>, explicada pela preferência no voto monárquico e republicano<sup>305</sup>, e pelas “humilhações” junto do governo, do governador civil e da família real, em períodos de crise de trabalho, em vez de reclamarem “de cabeça erguida”<sup>306</sup>. Escarnecia-se, pois, dos operários que “mandam rezar missas” em nome do patrão “explorador”<sup>307</sup>.

Por vezes, destacava-se o desenvolvimento do movimento operário de outros países, por comparação com a suposta frouxidão dos portugueses: a propósito de alguns dados revelados sobre o crescimento do movimento operário em França, os trabalhadores portugueses foram criticados, pois “passam fome, rebentam com trabalho, sustentam a burguesia, dizem mal uns dos outros, e dão graças a Deus”<sup>308</sup>; ainda a propósito do elogio aos grevistas tipógrafos espanhóis, por comparação com os portugueses que “intrigam” uns contra os outros e que servem de “escolta aos exploradores da boa fé popular”<sup>309</sup>; e, por exemplo, sobre uma greve de milhares de refinadores de açúcar nos EUA, argumentou-se que “lá os operários não se deixam explorar docilmente, como acontece em Portugal”<sup>310</sup>. A par do “indiferentismo” dos operários, algumas associações eram consideradas inócuas e indiferentes aos conselhos que eram dados pelos socialistas<sup>311</sup>.

### 2.2.2. O renascer do “espírito” de 1872

É, contudo, a partir de 1886-1887 que a atitude dos líderes socialistas de *O Protesto Operário* face ao operariado se altera<sup>312</sup>. Em 1886, a respeito de um projeto de lei apresentado pelo ministro das Obras Públicas sobre a regulação do trabalho de menores, o periódico advertia que tal não seria possível se a classe operária não se unisse

---

<sup>304</sup> FRANÇA [Nobre França] – “A guarda do domingo”. *O Protesto Operário*, 1.10.1882, p. 1.

<sup>305</sup> *O Protesto Operário*, 13.5.1883, p. 1.

<sup>306</sup> “Acham mole – carregam”. *O Protesto Operário*, 16.3.1884, p. 3.

<sup>307</sup> FIGUEIREDO, Luís – “Um bom homem...”. *O Protesto Operário*, 2.4.1882, p. 1.

<sup>308</sup> *O Protesto Operário*, 17.12.1883, p. 2.

<sup>309</sup> *O Protesto Operário*, 15.11.1885, p. 3.

<sup>310</sup> *O Protesto Operário*, 2.5.1886, p. 1.

<sup>311</sup> Por exemplo, no que toca à “inutilidade” da Associação de Melhoramentos da Classe dos Chapeleiros por não ter conseguido travar o declínio desta classe: Q. – “A classe dos chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 26.10.1884, p. 3. Quanto à Associação Tipográfica, por exemplo, era acusada de reclamar mais do Estado, ao invés de apelar à união dos trabalhadores: “A classe tipográfica”. *O Protesto Operário*, 1.2.1885, p. 4.

<sup>312</sup> Ainda anteriormente se reagira favoravelmente à fundação de associações de classe como a Associação Cooperadora de Tecidos e Artes Correlativas (1882) e a Sociedade Cooperativa dos Operários Marceneiros e Artes Correlativas (1885). Em 1885 já se frisava que a classe dos manipuladores o tabaco, outrora fundamental para as greves de 1872-1873, parecia estar a renascer: “Crónica portuense”. *O Protesto Operário*, 16.8.1885, p. 3.

em torno dessa questão<sup>313</sup>. O que é certo é que, pouco tempo depois, a Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas elaborou, como resposta, uma representação ao Parlamento sobre a questão do estabelecimento das 8 horas do dia normal de trabalho, entre outros assuntos<sup>314</sup>.

Ainda nesse ano, outra questão que satisfaz os socialistas foi a agitação desencadeada pela classe dos manipuladores do tabaco contra o monopólio então criado<sup>315</sup>. A propósito de um comício de manipuladores no Porto, afirmou-se que “desde 1872 que não assistíamos a uma tão grande reunião operária na segunda cidade do país”<sup>316</sup>. Vários outros “meetings” foram realizados pela classe dos manipuladores, como, por exemplo, no Teatro do Rato, em Lisboa, a favor da “régie” do Estado<sup>317</sup>.

Também se procedeu, nesta altura, a uma campanha pela unificação do preço da mão de obra, por parte da Associação dos Operários Tecelões em concertação com os industriais da classe, através de reuniões e representações ao Parlamento<sup>318</sup>.

A verdade é que se percecionava um “ressurgimento do movimento operário” em Portugal<sup>319</sup>. Por um lado, testemunhava-se a realização de reuniões de operários com o intuito de organizarem secções de classe, bem como a sua realização em zonas periféricas das grandes cidades. Por exemplo, após a Associação Cooperadora dos Operários Tecelões ter realizado uma reunião em Rio Tinto, asseverou-se que um “grande número” de ouvintes acabou por se associar<sup>320</sup>. Por outro, eram cobertos, pelo periódico, alguns comícios socialistas com um número significativo de operários presentes, como, por

---

<sup>313</sup> “Reunião Operária”. *O Protesto Operário*, 7.2.1886, p. 2.

<sup>314</sup> “Horas de trabalho”. *O Protesto Operário*, 2.5.1886, p. 4.

<sup>315</sup> FRANCO, João – “O monopólio do tabaco”. *O Protesto Operário*, 14.11.1886, p. 2. Realizou-se, inclusivamente, para gáudio dos socialistas, um comício que contou com a presença de 600 manipuladores: *O Protesto Operário*, 14.11.1886, p. 3.

<sup>316</sup> *O Protesto Operário*, 23.1.1887, p. 3. Outros comícios foram realizados nesta cidade como um que terá reunido “vinte mil homens” de todas as classes trabalhadoras, em auxílio dos manipuladores. Este número parece manifestamente exagerado, quando comparada com outros “meetings” que terão reunido, segundo a fonte, entre 2000 a 3000 homens: “Agitação operária”. *O Protesto Operário*, 3.4.1887, p. 3.

<sup>317</sup> E que contou, segundo dados do periódico, com a presença de cerca de 3000 operários: FRANCO, João – “O monopólio do tabaco”. *O Protesto Operário*, 6.3.1887, p. 2. Mesmo depois da Comissão da Fazenda da Câmara dos Deputados ter introduzido algumas emendas ao projeto de lei relativo ao tabaco, como a obrigatoriedade das fábricas conservarem o pessoal empregado, os “meetings” continuaram: *O Protesto Operário*, 14.8.1887, p. 3.

<sup>318</sup> *O Protesto Operário*, 23.1.1887, p. 2. Mais de 2000 operários tecelões, segundo *O Protesto Operário*, participaram numa reunião liderada pelo socialista Eduardo de Carvalho e Cunha: *O Protesto Operário*, 6.4.1887, p. 1. Mais tarde, a classe dos chapeleiros também reivindicaria as mesmas condições: *O Protesto Operário*, 27.5.1888, p. 2.

<sup>319</sup> FRANCO, João – “Movimento operário”. *O Protesto Operário*, 13.3.1887, p. 2.

<sup>320</sup> *O Protesto Operário*, 1.5.1887, p. 1.



exemplo, o comício realizado no Monte das Antas para exigir do governo a ab-rogação de um código que dizia respeito às coligações operárias<sup>321</sup>.

O ano de 1888 foi de extrema importância para o “ressurgir” do movimento operário. A questão em torno da “lei das licenças” originou uma enorme agitação nas principais cidades do país<sup>322</sup>. Tratou-se de um dos primeiros movimentos populares, liderado pelos socialistas, e que resultou numa vitória, uma vez que o governo cedeu, tornando as mesmas voluntárias, numa primeira fase, eliminando-as, finalmente<sup>323</sup>. Os operários socialistas portugueses tomaram aqui consciência de que valia a pena unirem-se em torno de um objetivo específico. Pode dizer-se, pois, que o ano de 1888 representou um ponto alto da ligação do Partido Operário Socialista ao movimento operário. Contudo, não duraria muito mais tempo.

Também o movimento entre a classe dos caixeiros que se gerou a partir de 1887, com o objetivo de reclamar o encerramento das lojas ao domingo, merece ser referido pois contou com a participação e o auxílio dos socialistas<sup>324</sup>.

Uma outra vitória alcançada pelo movimento operário teve a ver com a questão do “livrete”, isto é, a obrigatoriedade dos fabricantes de pão de se inscreverem num registo através de um despacho do governador civil<sup>325</sup>. A associação desta classe reagiu ativamente contra esta imposição, tendo sido elogiada pelos socialistas<sup>326</sup>.

---

<sup>321</sup> *O Protesto Operário*, 24.4.1887, p. 1.

<sup>322</sup> O novo sistema de contribuição industrial por meio de licenças para trabalhar, em vigor desde o dia 15 de julho de 1887, motivou uma série de comícios que, na verdade, tiveram origem ainda no final de 1887, tendo sido criadas várias “comissões de resistência” para o efeito e juntando várias secções de classe nos diversos pontos do país. O primeiro comício registado pelo periódico, realizado no Porto, terá tido a participação de cerca de 8000 operários: *O Protesto Operário*, 11.12.1887, p. 3. As manifestações prosseguiram durante o ano de 1888, inclusivamente em pequenas localidades da periferia: “Movimento operário”. *O Protesto Operário*, 8.1.1888, p. 2-3. Noutro, presidido por Eduardo de Carvalho e Cunha, resolveu enviar-se uma representação à Câmara dos Pares, exigindo a revogação da lei: *O Protesto Operário*, 5.2.1888, p. 1. Em Lisboa, reuniram igualmente cerca de 8000 operários liderados, uma vez mais, pelos oradores socialistas, apesar dos “meios torpes” da polícia para os despistar: “O comício de domingo”. *O Protesto Operário*, 5.2.1882, p. 3. Voltar-se-á a este assunto no próximo capítulo.

<sup>323</sup> “O que faz a união”. *O Protesto Operário*, 4.3.1888, p. 1.

<sup>324</sup> Em 1892, felicitava-se os caixeiros pela maior parte dos comerciantes ter cedido, encerrando as suas lojas ao domingo: *O Protesto Operário*, 7.8.1892, p. 2.

<sup>325</sup> “Os Livretes”. *O Protesto Operário*, 4.11.1888, p. 3.

<sup>326</sup> “Moços de padeiro”. *O Protesto Operário*, 28.10.1888, p. 1.

O alargamento do associativismo a outras regiões afastadas dos grandes centros urbanos constituiu mais um sinal de fortalecimento do movimento operário<sup>327</sup>. O mesmo se pode dizer acerca do aumento do número de periódicos operários no país<sup>328</sup>.

Em 1889, no rescaldo do Congresso Internacional de Paris, admitiu-se que a reclamação da fixação das 8 horas de trabalho diário deveria ser a grande questão social a alcançar pelos socialistas, devendo Portugal acompanhar o movimento internacional<sup>329</sup>. Pouco tempo depois, várias classes começaram a reivindicar uma redução no número de horas de trabalho diário, como, por exemplo, os operários dos arsenais da Marinha que, embora não tenham alcançado o desejado, conseguiram fixar as 9 horas<sup>330</sup>. Mais tarde, constatava-se a importância da redução do número de horas de trabalho, uma vez que “não é só um ato de justiça inteira e absoluta, é também o reconhecimento de uma necessidade fisiológica, instante a instante constatada pela ciência”<sup>331</sup>. O 1.º de Maio de 1890, realizado pela primeira vez em Portugal, como em outros países, foi uma resposta a este apelo<sup>332</sup>. Num editorial regozijava-se com a “certeza” de que a união estaria a dar os seus frutos e que o associativismo, finalmente, estaria tão vital como em 1872<sup>333</sup>. Num outro, apesar do tom otimista, advertia-se para que a concentração de forças necessária não desse origem a uma abdicação dos princípios socialistas<sup>334</sup>.

A fase final de publicação de *O Protesto Operário* coincidiu com uma atividade legislativa que transpareceu certas preocupações sociais e que, segundo Manuel Villaverde Cabral, dotou o movimento operário de um enquadramento legal que, até então, não possuía<sup>335</sup>. O Decreto de 9 de Maio de 1891, talvez o mais importante deste período, autorizava a formação de associações operárias, limitando os seus direitos ao foro profissional<sup>336</sup>. Na verdade, estas disposições legais tiveram início em 1889, com a criação dos árbitros avindores. Em 1891 admitia-se mesmo que a “luta” tinha trazido

---

<sup>327</sup> Como, por exemplo, a reunião de alguns operários em Santiago do Cacém com vista à constituição de uma associação socialista: *O Protesto Operário*, 30.12.1888, p. 3. O que, de facto, se concretizou no ano seguinte: *O Protesto Operário*, 25.5.1890, p. 3.

<sup>328</sup> *O Protesto Operário*, 14.4.1889, p. 3.

<sup>329</sup> “Horas de trabalho”. *O Protesto Operário*, 15.9.1889, p. 1.

<sup>330</sup> *O Protesto Operário*, 13.10.1889, p. 1.

<sup>331</sup> “Horas de trabalho”. *O Protesto Operário*, 27.4.1890, p. 1.

<sup>332</sup> “1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 11.5.1890, p. 2. No ano seguinte, destacou-se a forma “cordata” e a “grandiosidade” com que as manifestações do 1.º de Maio ocorreram: “As Manifestações do 1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 3.5.1891, p. 1.

<sup>333</sup> “A União”. *O Protesto Operário*, 22.12.1889, p. 1.

<sup>334</sup> “A Obra”. *O Protesto Operário*, 18.5.1890, p. 1.

<sup>335</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX*, p. 75-76. Até então, como o autor refere, a existência das associações dependia da conjuntura e da “boa vontade” da Polícia.

<sup>336</sup> *Ibidem*.

benefícios à classe trabalhadora, como, por exemplo, o estabelecimento do dia normal de trabalho para algumas classes, a portaria que estabeleceu nas obras públicas um horário igual ao adotado nas construções particulares, bem como a regulação do trabalho de mulheres e crianças e, ainda, a possibilidade de organização de uma Bolsa de Trabalho em Portugal<sup>337</sup>. De facto, alguns dirigentes socialistas trabalharam conjuntamente com as instituições estatais<sup>338</sup>, como, por exemplo, na comissão para a Bolsa de Trabalho, constituída por quatro elementos eleitos pelas associações de classe e um presidente eleito pelo governo<sup>339</sup>. E, ainda, na comissão que procedeu ao Inquérito Industrial de 1891, da qual fez parte Eduardo de Carvalho e Cunha, como representante da classe operária no Porto<sup>340</sup>. Em 1892, finalmente, asseverava-se a força e a importância decisiva que o movimento operário adquirira na sociedade portuguesa<sup>341</sup>.

### 2.2.3. A mulher operária

Resta-nos abordar as representações da mulher trabalhadora que, durante o século XIX, adquiriu uma maior relevância<sup>342</sup>. Apesar do trabalho assalariado feminino não ter começado apenas com o processo de industrialização, a verdade é que, a partir daí, assumiu novas e mais duras condições<sup>343</sup>. Aliás, a maior alteração na vida da mulher trabalhadora decorreu da passagem do trabalho artesanal doméstico para o trabalho fabril, passando a mulher a estar associada ao trabalho barato, ainda que supostamente adequado à sua “condição”. Tratou-se, portanto, de uma “institucionalização” da divisão sexual do trabalho, limitando a mulher a certo tipo de empregos e desviando-se de questões relacionadas com as suas condições de trabalho e os seus salários no limite da subsistência<sup>344</sup>.

---

<sup>337</sup> “A questão operária”. *O Protesto Operário*, 6.9.1891, p. 1.

<sup>338</sup> CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX*, p. 77.

<sup>339</sup> *O Protesto Operário*, 4.10.1891, p. 3. Sabe-se que os dirigentes Manuel Luís de Figueiredo e Guedes Quinhones fizeram parte desta comissão.

<sup>340</sup> *O Protesto Operário*, 1.6.1890, p. 2.

<sup>341</sup> A propósito da Associação Industrial ter pedido auxílio às várias associações de classe: “A lição dos factos”. *O Protesto Operário*, 2.10.1892, p. 1.

<sup>342</sup> SCOTT, Joan W. – “A mulher trabalhadora” in FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (coord.) – *O Século XIX* in DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.) – *História das Mulheres*. Edições Afrontamento, 1991, p. 443-475.

<sup>343</sup> SILVA, José Gentil da – “A Mulher e o Trabalho em Portugal”. In AAVV – *A Mulher na Sociedade Portuguesa – visão histórica e perspectivas atuais*. Vol. 1. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras, 1986, p. 275-281.

<sup>344</sup> SCOTT, Joan W. – “A mulher trabalhadora”, p. 449-455.

Verificam-se, no periódico socialista, dois tipos de discurso acerca do papel da mulher operária e que, embora não sejam totalmente antagônicos, nos permitem asseverar a existência de matizes na abordagem a esta questão. Por um lado, assistiu-se a uma crítica à “concorrência” da mulher para com operários do sexo masculino. Por exemplo, a propósito da admissão de elementos do sexo feminino numa chapelaria do Porto, instigou-se os chapeleiros para que tomassem as devidas precauções, uma vez que “as mulheres, como se sabe, são muito mais submissas às prepotências dos patrões, vencendo além disso um salário diminutíssimo”<sup>345</sup>. A mulher, considerada um ser mais “dócil” por natureza e “não tendo uma noção bem definida dos deveres e direitos da humanidade”, estaria mais rapidamente refém dos desvarios dos industriais e, além do mais, contribuiria para o “desmembramento” da família<sup>346</sup>. Mesmo a ingressão de mulheres no ensino profissional, como, por exemplo, a admissão de alunas externas na Escola Profissional Maria Pia, era temida, pois previa-se que provocaria, mais tarde, uma concorrência “mortífera” à classe dos tipógrafos<sup>347</sup>. Culpava-se ainda a mulher, por vezes, de afastar o marido das associações de classe e do socialismo, uma vez que estas não entenderiam as verdadeiras causas da destruição dos lares<sup>348</sup>.

Por outro lado, houve um claro repúdio à exploração e a algumas atrocidades praticadas nas fábricas por parte dos industriais a elementos do sexo feminino, ao mesmo tempo que se defendia o trabalho digno para todas as mulheres e ainda a igualdade salarial entre estas e os operários do sexo masculino, sendo ainda exortadas pelos socialistas a associarem-se<sup>349</sup>. Por exemplo, a propósito da Áustria ter proibido o trabalho noturno das mulheres, afirmou-se que a solução não passava por submeter as mulheres à fome, mas sim pelo emprego consoante as suas “faculdades” e em harmonia “com as suas forças e capacidade”, uma vez que “o trabalho das mulheres não é um crime”<sup>350</sup>.

O apelo ao associativismo surtiu pouco efeito, mas a verdade é que algumas mulheres operárias começavam a mostrar algum interesse, ainda que em número muito mais diminuto do que os homens. Por exemplo, em 1882, a nova Associação Cooperadora dos Operários Tecelões do Porto e Artes Correlativas contava já com 8 mulheres inscritas

---

<sup>345</sup> *O Protesto Operário*, 28.8.1887, p. 3.

<sup>346</sup> LOURENÇO, Ramos. *O Protesto Operário*, 11.03.1888, p. 3.

<sup>347</sup> *O Protesto Operário*, 20.8.1886, p. 1.

<sup>348</sup> PEREIRA, Alves – “A mulher do proletário”. *O Protesto Operário*, 18.4.1886, p. 4.

<sup>349</sup> J. S. L. – “À classe dos tecelões”. *O Protesto Operário*, 17.9.1882, p. 1-2.

<sup>350</sup> “O que é um crime, é a exploração iníqua do capital que força as mulheres a um trabalho insano, pagando-lhes um preço inferior ao arbitrado para os homens, e levando-as assim a lançarem na miséria os próprios pais e esposos”: “Trabalho das mulheres”. *O Protesto Operário*, 30.8.1885, p. 3.

no Bairro Ocidental<sup>351</sup>. Nas conferências organizadas pelas secções filiadas na Associação dos Trabalhadores contava-se já com algumas mulheres presentes<sup>352</sup>. Ainda em 1891, uma operária, Margarida Queirós, intervieio numa assembleia geral da Associação dos Operários Manipuladores de Fósforos do Porto, protestando contra o monopólio<sup>353</sup>. Mais tarde, os socialistas receberam com regozijo a notícia da vontade das lavadeiras de Lisboa em organizarem a sua associação de classe, apelando-se mesmo para a necessidade de constituição de outras associações operárias femininas, como a das costureiras e das tecedeiras: “A mulher tem de se preparar também para a luta pela sua emancipação económica”<sup>354</sup>.

#### 2.2.4. A instrução

A necessidade de instrução da classe operária foi outra prioridade para os socialistas. Esta deveria seguir três diretrizes fundamentais: a publicação de obras de propaganda democrática, a realização de conferências sobre as exigências e direitos da classe operária e, ainda, a criação de uma escola regulada de acordo com o método positivo<sup>355</sup>. A verdade é que foram publicados vários excertos de obras de propaganda, bem como artigos sobre ciência, como biologia, física e astronomia<sup>356</sup>. Da mesma forma se difundiu a Biblioteca de Estudos Sociais, necessária para “fornecer à classe operária os meios da sua orientação”<sup>357</sup>, bem como, mais tarde, a Biblioteca Operária, no Porto, constituída em 1886<sup>358</sup>. Foram fundadas algumas instituições que tiveram também como principal objetivo a instrução operária através da abertura de aulas e conferências, como a Sociedade Recreio Operário, o Grémio Popular e, ainda, outras ligadas ao Partido

---

<sup>351</sup> *O Protesto Operário*, 17.12.1882, p. 2.

<sup>352</sup> “Centro Operário Escolar de Alcântara”. *O Protesto Operário*, 12.4.1885, p. 3.

<sup>353</sup> Esta operária que, inclusivamente, incentivou outras mulheres a saírem de casa e a intervirem em favor dos seus interesses, foi bastante elogiada pela imprensa socialista local, nomeadamente pelo órgão *O Trabalhador: O Protesto Operário*, 13.9.1891, p. 2.

<sup>354</sup> “As lavadeiras”. *O Protesto Operário*, 30.7.1893, p. 2.

<sup>355</sup> SALGADO, Heliodoro – “Propaganda de instrução”. *O Protesto Operário*, 23.12.1884, p. 2-3.

<sup>356</sup> Maioritariamente da autoria ou traduzidos por Heliodoro Salgado. Por exemplo, num deles, o autor propôs-se instruir o povo sobre o funcionamento do sistema solar: “Secção científica”. *O Protesto Operário*, 30.3.1884, p. 4.

<sup>357</sup> “Biblioteca de Estudos Sociais”. *O Protesto Operário*, 31.08.1884, p. 3. Através de obras que tiveram como objetivo explicar as “aspirações” do socialismo às classes produtoras: *O Protesto Operário*, 31.7.1887, p. 2.

<sup>358</sup> A primeira obra publicada foi a tradução de *Socialismo utópico, socialismo científico*, de Engels: “Biblioteca Operária”. *O Protesto Operário*, 10.2.1889, p. 1. Seguiram-se outras, como a *Lei dos salários*, de Jules Guesde, e o próprio *Manifesto do Partido Comunista: O Protesto Operário*, 8.9.1889, p. 2.

Operário Socialista, como o Centro Operário de Lisboa<sup>359</sup> e, no Porto, o Instituto Antero de Quental<sup>360</sup> que, de acordo com o periódico socialista, foram “bastante concorridas”.

No mesmo sentido, os socialistas preocuparam-se com a instrução primária oficial e as condições precárias dos respetivos professores, considerados “os apóstolos da luz”, tendo sido expostas, nomeadamente, as suas dificuldades na obtenção dos salários de vários meses em atraso, um pouco por todo o país<sup>361</sup>. A indignação pela forma como o país tratava os professores foi uma constante no periódico socialista, relatando-se alguns casos em concreto, como o de um professor primário que teria sido obrigado a procurar um trabalho braçal para não “morrer à fome”<sup>362</sup>. Parte da justificação para o estado em que estes se encontravam, segundo a carta de um professor enviada à redação do jornal, teria a ver com a nova lei que transferia para as Câmaras Municipais a obrigação de pagar o ordenado aos professores<sup>363</sup>. Por outro lado, criticava-se o poder central por canalizar o dinheiro para a sustentação da família real através das dotações, os subsídios à Igreja e os “rios de dinheiro” concedidos aos cursos superiores, “apenas acessíveis aos indivíduos das classes remediadas”<sup>364</sup>.

### 2.2.5. A emigração

A crescente emigração de portugueses, na sua maioria para o continente americano, foi outra das preocupações representadas pelos socialistas portugueses. Encontra-se, por vezes, no periódico, a indicação do elevado número de emigrantes que

---

<sup>359</sup> Responsável pela realização de aulas de desenho e de instrução primária: VASCONCELOS, Carlos d’Almeida e – “Centro Operário de Lisboa”. *O Protesto Operário*, 8.2.1885, p. 2.

<sup>360</sup> Este instituto, ligado ao Centro de Propaganda Socialista do Porto, abriu aulas de instrução primária, de francês e de história, esta última lecionada por Heliodoro Salgado: [Um Operário] – “Carta de Alcácer do Sal”. *O Protesto Operário*, 15.10.1893, p. 4; BELTRÃO, Cunha – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 3.12.1893, p. 1.

<sup>361</sup> Por exemplo: *O Protesto Operário*, 16.4.1882, p. 2; *O Protesto Operário*, 25.2.1883, p. 3; “É profundamente revoltante!”. *O Protesto Operário*, 19.4.1885, p. 2; *O Protesto Operário*, 10.10.1886, p. 3.

<sup>362</sup> *O Protesto Operário*, 21.5.1882, p. 1.

<sup>363</sup> GUIMARÃES, Manuel Duarte Alves – “O professorado a morrer de fome”. *O Protesto Operário*, 15.10.1885, p. 3.

<sup>364</sup> *O Protesto Operário*, 13.11.1887, p. 2. A este propósito, os estudantes universitários eram, por vezes, encarados como uma classe privilegiada e conservadora. Por exemplo, o uso de traje académico chegou a ser criticado por representar o passado, ao invés do suposto vanguardismo da “buliçosa” e “revolucionária” juventude estrangeira: *O Protesto Operário*, 4.3.1888, p. 2. Chegou a haver uma querela com alguns operários, tendo estes sido insultados e agredidos pelos académicos de Coimbra: [Conselho Federal do Sul] – “Carta aos operários de Coimbra”. *O Protesto Operário*, 23.11.1884, p. 1. Foi mesmo publicado um manifesto por parte dos operários de Coimbra em protesto contra a violência de que teriam sido alvo: “Ao país”. *O Protesto Operário*, 23.11.1884, p. 2.

saíam do porto de Lisboa e de Leixões numa determinada semana ou mês<sup>365</sup>, bem como os que davam entrada em certas regiões do Brasil<sup>366</sup>. Houve, em primeiro lugar, uma tentativa de explicação deste fenómeno, tendo sido encarado como uma consequência da pobreza e da miséria sentidas pela população, sobretudo nas zonas interiores do país e nos Açores<sup>367</sup>.

De resto, transmitia-se uma total descrença quanto aos resultados da emigração para uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Aliás, a propósito da chegada de um navio ao Tejo que levaria emigrantes para as ilhas Sandwich, criticaram-se “os incautos, que estão sempre à espera de ir encontrar mundo e fundos, em resultado da emigração”<sup>368</sup>. A oposição era ainda mais notória no que dizia respeito à emigração clandestina, considerada uma “indústria perfeitamente burguesa” que apenas procurava o lucro através do tráfico e da falsificação de documentos<sup>369</sup>. Não raras vezes se utilizava a expressão “escravos brancos” para caracterizar esta emigração do pequeno agricultor para a América, em substituição do “braço de negros libertos”<sup>370</sup>.

Há, contudo, uma segunda crítica relativamente ao processo da emigração, considerado um obstáculo à emancipação dos trabalhadores e, por isso, incentivada pela burguesia: “O homem que emigra, foge à luta”<sup>371</sup>. Além do mais, tratar-se-ia de um fenómeno que levaria o trabalhador a “aburguesar-se”<sup>372</sup>. Pelo contrário, a classe operária em vez de “fugir”, deveria apossar-se dos meios de produção e destruir o capital individual, pois instaurado o socialismo, a emigração forçada deixaria de ser necessária e

---

<sup>365</sup> *O Protesto Operário*, 29.3.1891, p. 1; “Emigração”. *O Protesto Operário*, 5.4.1891, p. 3.

<sup>366</sup> *O Protesto Operário*, 14.6.1891, p. 2.

<sup>367</sup> “A Emigração”. 18.11.1888, p. 3.

<sup>368</sup> *O Protesto Operário*, 9.7.1882, p. 3.

<sup>369</sup> *O Protesto Operário*, 26.6.1887, p. 1; *O Protesto Operário*, 26.6.1892, p. 3. Ainda a propósito do vapor que levaria centenas de emigrantes para as ilhas Sandwich, tal não chegou a acontecer, porque a polícia do porto soube que, de acordo com *O Protesto Operário*, iam ser levados por “engajadores” para trabalharem em condições deploráveis, tendo sido presentes ao Governador Civil e reenviados para as suas aldeias: A. B. — “Os traficantes de carne humana”. *O Protesto Operário*, 16.7.1882, p. 1.

<sup>370</sup> “Muito dinheiro”. *O Protesto Operário*, 30.9.1888, p. 1. Por exemplo, a propósito do Estado brasileiro ter requisitado 2000 mulheres solteiras da Europa para serviços domésticos, afirmou-se que a emigração “branca” desqualificada seria a “nova escravatura”: “A escravidão”. *O Protesto Operário*, 30.12.1888, p. 1.

<sup>371</sup> “A República no Brasil”. *O Protesto Operário*, 24.11.1889, p. 1.

<sup>372</sup> *O Protesto Operário*, 27.5.1883, p. 3.

os povos encontrariam o bem-estar no seu país de origem<sup>373</sup>. A saída de populações teria ainda outras consequências nefastas para o país, como a despovoação do interior<sup>374</sup>.

Por outro lado, a emigração de povos orientais e africanos para o ocidente era mal-vista, uma vez que, ao trabalharem a um custo inferior, provocariam ainda mais a exploração da classe operária nativa<sup>375</sup>. Contudo, distanciaram-se de posições mais radicais, como a expulsão ou a sobrecarga de impostos para os estrangeiros (que, no seu entender, apenas engrossaria os cofres da burguesia), preferindo-se a fixação internacional do preço do trabalho<sup>376</sup>.

### 2.3. Socialismo e republicanismo

O republicanismo surgiu com o objetivo de pugnar por uma mudança de regime, protagonizando uma prévia revolução das mentalidades através da propaganda e da instrução popular. Foi ainda durante a década de setenta de oitocentos que o movimento republicano lançou as suas bases no país, sendo favorecido pelas sucessivas crises monárquicas<sup>377</sup>. Apesar de ainda não constituir um movimento uno até aos anos oitenta, a verdade é que foi capaz de aumentar a sua militância e a sua organização, através da constituição de uma rede de clubes, centros eleitorais e órgãos de comunicação<sup>378</sup>. O seu sucesso deveu-se ao intento de aprofundamento das tradições iluministas e liberais. Fernando Catroga, aliás, definiu o republicanismo como uma “doutrina sociopolítica de raiz humanista, que inseriu a defesa dos direitos individuais num horizonte de sociabilidade cívica”<sup>379</sup>.

O tripcentenário centenário camoniano, a indignação gerada contra o Tratado de Lourenço Marques, a campanha anticlerical e a contestação a “manejos” financeiros

---

<sup>373</sup> LAFARGUE, Paul – “Os que não têm pátria”. *O Protesto Operário*, 9.7.1893, p. 1. A propósito dos limites à emigração pelos Estados Unidos da América, nos finais do século XIX, acreditava-se que tal se tratava de “um presságio bom acerca da iminência da revolução socialista. Não tendo para onde fugir, o operário revoltar-se-á”: *O Protesto Operário*, 3.2.1889, p. 2.

<sup>374</sup> “Daqui a pouco, indo as coisas como vão, o reino terá só duas povoações habitadas, as quais ficarão sendo Lisboa e Porto”: *O Protesto Operário*, 29.3.1891, p. 1.

<sup>375</sup> Sobre a possibilidade, momentaneamente abortada, da vinda de 2000 chineses para trabalhar no porto de Lisboa: “Os chins e o porto de Lisboa”. *O Protesto Operário*, 31.7.1887, p. 2.

<sup>376</sup> *O Protesto Operário*, 24.7.1887, p. 2.

<sup>377</sup> CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras, vol. 1, 1991, p. 11-13.

<sup>378</sup> *Idem*, p. 28-35.

<sup>379</sup> *Idem*, vol. 2, p. 170. E, ainda, como uma “espécie de messianismo simbolizado por uma *ideia-força*, possuía a *vis épica* característica dos grandes movimentos sociais de vocação redentora”: *Idem*, p. 193.



irregulares perpetrados pelo rotativismo monárquico ajudaram a engrossar o militantismo republicano, entre 1880 e 1883, e à constituição definitiva do Partido Republicano Português<sup>380</sup>. Este momento revelou-se crucial na medida em que possibilitou a coexistência de diversas tendências e facções republicanas, desde federalistas (como Manuel de Arriaga, Magalhães Lima e Teófilo Braga) a “moderados” (Elias Garcia, Bernardino Machado, entre outros)<sup>381</sup>.

Até 1871 não seria, certamente, difícil encontrar um republicano que se assumisse como socialista, e vice-versa<sup>382</sup>. Aliás, algumas associações republicanas desta época apresentavam um “teor federalista e socializante”<sup>383</sup>. Contudo, os fracassos da República em Espanha e da Comuna de Paris operaram no republicanismo português uma mudança fundamental através do reforço da corrente mais “contemporizadora”<sup>384</sup>, com uma proposta integradora, procurando diluir os interesses específicos de uma determinada classe no interesse da Nação<sup>385</sup>. Por isso, os republicanos afastaram-se gradualmente das posições que exigissem uma rutura, levando a cabo uma retórica mais liberal radical e evolucionista<sup>386</sup>. A República seria então entendida como uma plataforma de consenso entre a burguesia e o proletariado<sup>387</sup> e a única capaz de resolver a questão social, tendo estes, no seu entender, todo o interesse em reforçar a tática do Partido Republicano Português, recusando uma atitude abstencionista. Daí o primado da luta política sobre a luta económica, defendido pelos republicanos<sup>388</sup>.

---

<sup>380</sup> *Idem*, vol. 1, p. 46-47.

<sup>381</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho – “O Avanço do Republicanismo e a Crise da Monarquia Constitucional” in ROQUE, João Lourenço; TORRAL, Luís Reis (coord.) – *O Liberalismo (1807-1890)* in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. v, p. 117.

<sup>382</sup> Antero de Quental, no opúsculo *Portugal perante a revolução de Espanha*, evidencia esta fluidez ideológica inicial entre socialismo e republicanismo: “Quem diz democracia diz naturalmente república. Se a democracia é uma ideia, a república é a sua palavra; se é uma vontade, a república é a sua ação; se é um sentimento, a república é o seu poema”: QUENTAL, Antero de – *Prosas sócio-políticas*, p. 221-222.

<sup>383</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho – “O Avanço do Republicanismo e a Crise da Monarquia Constitucional”, p. 111.

<sup>384</sup> “O significado internacionalista e socialista do federalismo foi-se esbatendo na mesma medida em que a vinculação do ideal republicano às tradições do radicalismo pátrio foi ganhando expressão dominante”: HOMEM, Amadeu Carvalho – “O Avanço do Republicanismo e a Crise da Monarquia Constitucional”, p. 112.

<sup>385</sup> Tendo o Estado a função de agente aglutinador: CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal*, vol. 2, p. 168-169.

<sup>386</sup> *Idem*, p. 203.

<sup>387</sup> Aliás, como assevera Amadeu de Carvalho Homem, entendia-se o proletariado como parte da burguesia remanescente e a luta de classes considerada, por conseguinte, “fraticida”: HOMEM, Amadeu Carvalho – “O republicanismo e o socialismo” in ROQUE, João Lourenço; TORRAL, Luís Reis (coord.) – *O Liberalismo (1807-1890)* in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. V, p. 211-213.

<sup>388</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho – “O republicanismo e o socialismo”, p. 213-314.

### 2.3.1. A “burguesia democratizada”

Ao contrário do Partido Operário Socialista, que se constituiu como uma espécie de “confederação” socioeconómica de classe, o movimento republicano privilegiou a intervenção política através do apelo a uma base “interclassista”<sup>389</sup>.

A principal crítica endereçada aos republicanos centrava-se na tese de que estes apenas se interessavam pela questão política. Já os socialistas, pelo contrário, entendiam que uma verdadeira mudança passaria, indubitavelmente, por uma revolução ao nível económico e social. Estes previam que uma eventual implantação da República não alterasse o estado do país<sup>390</sup>. Numa sarau promovido pela Associação dos Trabalhadores de Lisboa, em honra da Comuna de Paris, Azedo Gneco mostrou-se perentório ao analisar o objetivo estritamente político do Partido Republicano Português: “Para quê duas revoluções? Para quê dois partidos?”<sup>391</sup>. Pela sua suposta inércia quanto à resolução da questão económica, a República era considerada, para muitos socialistas, como um “paliativo” que não poderia interceder a favor dos operários<sup>392</sup>. Aliás, o Partido Republicano Português era acusado, muitas vezes, de se servir do “sentimentalismo patriota” em vez de discutir as desigualdades sociais da sociedade portuguesa<sup>393</sup>. Ao “sentimentalismo patriota”, por vezes, era acrescentada uma crítica ao “messianismo inconsequente” dos republicanos que acreditavam que a implantação da República resolveria todas as dificuldades do país<sup>394</sup>. Além disso, eram acusados de boicotarem a “luta pelas ideias”, travada pelos socialistas, para se concentrarem excessivamente no culto dos homens, tal como os monárquicos<sup>395</sup>. A enorme ênfase que davam ao “despotismo” da realeza era incompreensível para os socialistas, pois, para estes, tratavam-se apenas de “fantoques” da burguesia<sup>396</sup>. Além do mais, a República, a surgir,

---

<sup>389</sup> CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal*, vol. 1, p. 21.

<sup>390</sup> J. R. [José Ribeiro] – “A civilização e a política”. *O Protesto Operário*, 3.9.1882, p. 1.

<sup>391</sup> “Sarau socialista”. *O Protesto Operário*, 6.5.1884, p. 4. Ainda Azedo Gneco, mais tarde, numa outra conferência, expôs a necessidade dos socialistas conquistarem paróquias, uma vez que os republicanos nada fizeram. A acusação de inércia aos republicanos foi uma constante no discurso dos socialistas: “Conferência”. *O Protesto Operário*, 8.3.1885, p. 3.

<sup>392</sup> Esta foi a opinião de um antigo militante republicano que aderiu ao Partido Operário Socialista: SILVA, José Manuel da – *O Protesto Operário*, 27.4.1884, p. 2.

<sup>393</sup> M. J. S. – “Explorados somos, explorados seremos”. *O Protesto Operário*, 29.3.1885, p. 3.

<sup>394</sup> “O nosso dever”. *O Protesto Operário*, 10.5.1885, p. 1. Ainda a propósito da derrota dos republicanos nas eleições municipais do Porto, em 1886, afirmou-se que “o republicanismo burguês tomou entre nós uma feição messiânica consubstanciando toda a sua exigência numa palavra, todo o seu ideal num velho termo jacobino e inexplicável. É a continuação tradicional do sebastianismo indígena”: *O Protesto Operário*, 21.11.1886, p. 3.

<sup>395</sup> “O que é certo é que um fanatismo substitui outro fanatismo”: QUINHONES, Guedes – “Tolerância ou intolerância”. *O Protesto Operário*, 10.10.1886, p. 3.

<sup>396</sup> *O Protesto Operário*, 2.9.1882, p. 3.

deveria ser por mérito próprio e não por “desgraça alheia”, quer dizer, pelos escândalos em que a Monarquia se viu envolvida<sup>397</sup>.

Encarava-se como nula toda e qualquer agitação ou revolução que não procedesse à expropriação da propriedade privada e à sua posterior coletivização, o que estaria nos antípodas do pensamento da maioria dos líderes republicanos<sup>398</sup>. Estes, no entender dos socialistas, apenas se limitavam a exigir “direitos cívicos” incompatíveis com a miséria dos trabalhadores<sup>399</sup>. Alguns dos seus clubes eram, inclusivamente, duramente criticados por apenas se focarem nas eleições, descurando a instrução do proletariado<sup>400</sup>.

As críticas eram, muitas vezes, dirigidas especificamente ao Diretório do Partido Republicano Português. Após uma forte pujança do republicanismo que, no início da década de 80 do século XIX, por ocasião do tricentenário camoniano e da postura face ao Tratado de Lourenço Marques, terá conseguido agregar o descontentamento popular, asseverava-se que tal fazia parte do passado, uma vez que se tornara uma instituição dominada por uma “oligarquia” conservadora que apenas aderira ao republicanismo no momento em que este se tornara popular<sup>401</sup>. Os socialistas foram exímios em demonstrar o carácter “conservador” do Diretório: por exemplo, pela frouxidão com que combateram os impostos, durante o ano de 1890, acusando-os de apenas protestarem nos jornais<sup>402</sup>, e de se apartarem do movimento internacional pela redução do dia normal do trabalho<sup>403</sup>. Por outro lado, a não existência de uma homogeneidade doutrinal entre os republicanos era, muitas vezes, explorada pelo periódico socialista para demonstrar o “vazio programático” e a incoerência do Partido Republicano Português<sup>404</sup>.

---

<sup>397</sup> “A situação”. *O Protesto Operário*, 5.8.1882, p. 1.

<sup>398</sup> “Revoluções políticas”. *O Protesto Operário*, 4.9.1887, p. 1.

<sup>399</sup> *O Protesto Operário*, 30.10.1887, p. 3. Apesar de admitirem que a perspectiva de uma República traria uma maior soberania popular através do sufrágio universal, tratar-se-ia apenas da “vontade dos grandes e nada mais”: MACEDO, Augusto – “No nosso caminho”. *O Protesto Operário*, 23.12.1888, p. 2.

<sup>400</sup> “Num Club. Discussão contraditória”. *O Protesto Operário*, 3.2.1889, p. 2.

<sup>401</sup> “A crise do partido republicano”. *O Protesto Operário*, 10.11.1889, p. 2. Em 1889, na nova lista do Diretório, pontuavam nomes como Alves da Veiga e Elias Garcia: “Quando se pedia a vassoura, cresce o lixo – o lixo que ameaça sepultar os últimos restos de esperança e de dignidade desse partido que já foi o primeiro entre os primeiros”: “Lista do diretório”. *O Protesto Operário*, 13.10.1889, p. 1.

<sup>402</sup> “Os impostos”. *O Protesto Operário*, 15.6.1890, p. 2.

<sup>403</sup> *O Protesto Operário*, 29.6.1890, p. 1. Mais tarde, destacou-se o “desdém” com que a imprensa republicana abordou o decreto que estabeleceu um novo horário de trabalho nas obras públicas, uma reivindicação do 1.º de Maio: [Um carpinteiro] – “Um horário nas obras públicas”. *O Protesto Operário*, 13.9.1891, p. 2.

<sup>404</sup> *O Protesto Operário*, 29.4.1883, p. 2; SOUSA, Victor de – “A República e os intransigentes”. *O Protesto Operário*, 21.10.1883, p. 1-2. Por vezes, os socialistas mantinham-se na expectativa pela divisão gerada entre conservadores e radicais republicanos: “O programa republicano”. *O Protesto Operário*, 21.12.1884, p. 1-2.

O combate à oposição “democrática” passava também por uma crítica às suas associações. As campanhas anticlericais levadas a cabo por associações lideradas pelos republicanos eram criticadas pela sua passividade. Por exemplo, por mais de uma vez se lamentou a “falta de ativismo” da Associação dos Livres Pensadores, presidida por Teófilo Braga<sup>405</sup>. Em 1888, uma comissão anti-jesuítica – liderada por republicanos mas que contava também com a participação dos socialistas – fora criticada pela falta de assiduidade dos republicanos nas reuniões e diversas atividades<sup>406</sup>. Pouco depois, o socialista Domingos Nunes da Silva demitiu-se da comissão, acusando os líderes republicanos de relevarem demasiado a “retórica declamativa”<sup>407</sup>. Os vários congressos das associações, liderados pelos republicanos durante a década de 80 do século XIX, foram os mais visados. Em 1883, os socialistas lamentavam a perda gradual da sua relevância devido à eleição de “indivíduos incompetentes”<sup>408</sup>. No ano seguinte, lastimava-se o estado deplorável do congresso devido a erros acumulados durante anos sucessivos<sup>409</sup>. Em 1885, a crítica sobe de tom com acusações de “fiasco” e de “aniquilação” do congresso, pelo Partido Republicano, que terá contado com uma média de 25 delegados por dia<sup>410</sup>.

De resto, os socialistas esforçaram-se, ao longo da publicação do periódico, por provar a existência de um certo conluio tático entre o Partido Republicano e o regime da Monarquia Constitucional, tentando demonstrar que este seria compatível com a democracia propalada pelos republicanos<sup>411</sup>. Por vezes, acusava-se o Partido Republicano Português de alinhamento político e conluio com o Partido Progressista<sup>412</sup> e de se

---

<sup>405</sup> *O Protesto Operário*, 17.12.1882, p. 2.

<sup>406</sup> *O Protesto Operário*, 25.11.1888, p. 2.

<sup>407</sup> “Comissão antijesuítica. Uma demissão”. *O Protesto Operário*, 3.3.1889, p. 2.

<sup>408</sup> “Congresso das associações portuguesas”. *O Protesto Operário*, 10.6.1883, p. 1. Note-se que a Junta do Congresso das Associações desse ano foi liderada pelo republicano Elias Garcia. Nesse mesmo congresso destacou-se a “atitude enervadora do Partido Republicano que, esforçando-se por intervir em todas as coisas, nada faz nem deixa fazer”: “Associação dos trabalhadores”. *O Protesto Operário*, 1.7.1883, p. 1.

<sup>409</sup> “Congresso das associações”. *O Protesto Operário*, 22.6.1884, p. 2-3. Nesse congresso terão sido eleitos para a Junta, segundo dados de *O Protesto Operário*, 15 republicanos, 8 regeneradores e apenas 2 socialistas: “Junta departamental do sul”. *O Protesto Operário*, 22.6.1884, p. 4.

<sup>410</sup> “Congresso das associações”. *O Protesto Operário*, 21.6.1885, p. 2-3.

<sup>411</sup> Servindo como “instrumento nas mãos da burguesia monárquica, isto é, nas mãos da alta burguesia”: GERMANO – “Réplica I”. *O Protesto Operário*, 1.2.1885, p. 2-3. Por exemplo, realçou-se o facto de Latino Coelho ter sido, outrora, ministro de D. Luís: “O grande partido”. *O Protesto Operário*, 19.10.1884, p. 2-3. E, ainda, um líder do Diretório, Ernesto Loureiro, ter sido nomeado para primeiro oficial do Ministério da fazenda: *O Protesto Operário*, 22.8.1886, p. 4.

<sup>412</sup> “Lamentações e escribas”. *O Protesto Operário*, 12.8.1883, p. 1-2.

encontrar capturado por “grandes funcionários monárquicos”<sup>413</sup>. Em 1892, por ocasião de uma greve dos vendedores de jornais, lamentou-se a “união” entre as administrações de jornais republicanos e monárquicos<sup>414</sup>. Os socialistas foram sempre críticos no que toca à adesão dos republicanos às comemorações do 1.º de Dezembro, considerado uma farsa “que arrancou Portugal do seu túmulo honrado, para o entregar a uma família que há mais de dois séculos o arrasta pelas lamas da Europa”<sup>415</sup>. Mais tarde, lamentaram a “indiferença do Partido Republicano Português” face à “festa monárquica” a propósito do casamento do príncipe real, considerado “uma afronta à miséria popular”<sup>416</sup>.

Um outro fator de desentendimento entre os dois partidos teve que ver com a crispação entre os proprietários de certas oficinas republicanas e os tipógrafos. Por vezes, *O Protesto Operário* frisava a “exploração” que se operava em periódicos republicanos, lembrando que o advento da República não seria capaz de mitigar as desigualdades sociais. Por exemplo, em 1884, lamentou-se a baixa dos salários na oficina “democrática” da *Era Nova* liderada por Silva Lisboa, um republicano e antigo socialista<sup>417</sup>. Também a *Folha do Povo* foi acusada de explorar os seus trabalhadores<sup>418</sup>. Já *A Vanguarda* era descrita como fazendo parte do “jacobinismo indígena” por reduzir ao preço da mão de obra dos trabalhadores<sup>419</sup>. Esta acusação não se limitava às oficinas tipográficas, mas também a certas indústrias e empresas públicas lideradas por republicanos<sup>420</sup>.

A composição socioprofissional dos líderes republicanos motivou também a existência de algum atrito nas relações com os socialistas. Para estes, o Partido Republicano Português não representava verdadeiramente o povo por ser “um partido de *endormeurs*, de capitalistas, militares, empregados públicos e ambiciosos”<sup>421</sup>. Para além disso, lamentavam a escassez de operários no Diretório e nas listas republicanas às eleições<sup>422</sup>.

---

<sup>413</sup> “Falemos claro”. *O Protesto Operário*, 4.11.1888, p. 1.

<sup>414</sup> “Os vendedores de jornais”. *O Protesto Operário*, 12.6.1892, p. 1.

<sup>415</sup> *O Protesto Operário*, 17.12.1882, p. 2.

<sup>416</sup> “Depois das festas”. *O Protesto Operário*, 6.6.1886, p. 1.

<sup>417</sup> “A exploração dos tipógrafos”. *O Protesto Operário*, 21.9.1884, p. 2.

<sup>418</sup> [Um tipógrafo] – “A exploração dos tipógrafos na *Folha do Povo*”. *O Protesto Operário*, 11.11.1885, p. 3-4.

<sup>419</sup> “A imprensa republicana”. *O Protesto Operário*, 14.5.1893, p. 1.

<sup>420</sup> O republicano Consiglieri Pedroso, vereador municipal de Lisboa, foi duramente criticado pelos socialistas por ter engrossado a direção da Companhia dos Americanos: “Moralidade administrativa”. *O Protesto Operário*, 24.3.1889, p. 2. Aliás, um socialista lamentou ter sido preso por protestar contra o novo cargo do republicano: JUDICIBUS, Luís de – “O monopólio da viação”. *O Protesto Operário*, 13.7.1890, p. 1.

<sup>421</sup> CARDOSO, J. A. – “A fusão dos clubs”. *O Protesto Operário*, 5.12.1886, p. 3.

<sup>422</sup> *O Protesto Operário*, 27.2.1887, p. 1.

Os socialistas tentaram desconstruir a ideia de que uma célere implantação da República seria útil aos trabalhadores<sup>423</sup>. Mas a verdade é que o projeto republicano começara a ganhar adeptos entre o operariado, constatando-se que pouco poderia ser feito, já que o republicanismo soubera aproveitar o “sentimento de indignação inspirado no mal-estar económico”<sup>424</sup>.

Os operários foram também criticados por terem cedido à suposta demagogia dos republicanos, uma vez que apenas o Partido Operário Socialista seria capaz de levar a cabo uma revolução social<sup>425</sup>, tentando demonstrar-se, inclusivamente, a negação da luta de classes pelos republicanos<sup>426</sup>. Por isso mesmo, acentuava-se a destrição entre “partido operário”, representado pelos socialistas, e “partido burguês”, do qual fariam parte monárquicos e republicanos<sup>427</sup>.

O ano de 1891 representou, por duas causas distintas, um momento-chave nas relações entre socialistas e republicanos. Por um lado, a tentativa de golpe militar republicano de 31 de janeiro foi recebida com hostilidade pelos líderes socialistas, criticando a imprudência e a leviandade dos que o planearam, tendo levado apenas, no seu entender, a um aumento da repressão<sup>428</sup>, considerando-se ainda como positiva a não intervenção do operariado na “insurreição das casernas”<sup>429</sup>. Uma das justificações para a não intervenção dos socialistas na tentativa de golpe fora devido ao “caráter militar”, uma vez que se mostravam contra a existência de exércitos permanentes<sup>430</sup>. Já a sua maior preocupação teve que ver com o desemprego de tipógrafos, como consequência da supressão de alguns periódicos republicanos<sup>431</sup>. A propósito de um suposto intento de se proibirem associações de classe, frisou-se as diferenças entre estas e os clubes

---

<sup>423</sup> *O Protesto Operário*, 1.4.1883, p. 1-2. Os socialistas resumiam o apelo republicano às classes trabalhadoras da seguinte forma: “Abaixo a monarquia e viva a república! – isto é, ajudem-nos a subir, e vocês continuem trabalhando e pagando como trabalham e como pagam!”: TELMO, João – “A Revolução”. *O Protesto Operário*, 19.4.1885, p. 1.

<sup>424</sup> B. V. – “Apostolado rapublicano”. *O Protesto Operário*, 7.12.1884, p. 4.

<sup>425</sup> *O Protesto Operário*, 25.5.1884, p. 3.

<sup>426</sup> Por exemplo, através do relevo a uma conferência proferida por Teófilo Braga, em que terá defendido que a burguesia seria a parte ilustrada do operariado, não existindo diferença de classes: *O Protesto Operário*, 16.4.1882, p. 4.

<sup>427</sup> “Todas as instituições governativas de burguesia conservadora ou democrata têm por base o direito de exploração do homem pelo homem. Desde o mais fanático absolutista até ao mais radical democrata burguês”: GERMANO – “Preparo”. *O Protesto Operário*, 6.9.1885, p. 3.

<sup>428</sup> *O Protesto Operário*, 7.12.1890, p. 3. Contudo, lamentaram as vítimas e os “atropelos” policiais, bem como as penas severas aos insurretos: “Os conselhos de guerra”. *O Protesto Operário*, 29.3.1891, p. 1.

<sup>429</sup> “O operariado e os sucessos no Porto”. *O Protesto Operário*, 15.2.1891, p. 1.

<sup>430</sup> “O exército e os acontecimentos do Porto”. *O Protesto Operário*, 22.2.1891, p. 1.

<sup>431</sup> Nomeadamente, *A República e República Portuguesa*: OLIVEIRA – Fernandes d’ – “A Liga do Porto”. *O Protesto Operário*, 12.4.1891, p. 3.

republicanos, bem como a desnecessidade de repressão aos trabalhadores, uma vez que estes “não embarcam em aventuras partidárias”<sup>432</sup>.

O empenhamento das autoridades na melhoria das condições dos trabalhadores levou, por outro lado, a um novo desaguizado entre socialistas e republicanos. Os primeiros tentaram desmascarar uma suposta campanha dos periódicos republicanos que afirmara a existência de um acordo alargado entre monárquicos e republicanos, a propósito da tentativa de instalação de uma Bolsa de Trabalho no Porto<sup>433</sup>. Chegou-se à conclusão de que o despertar do movimento operário não agradaria aos dirigentes republicanos, pois procuravam “semear a zizania e a discórdia entre os operários” e “atrasar o movimento do quarto estado, lançando sobre os dirigentes desta grande luta a calúnia e a intriga!”<sup>434</sup>.

Finalmente, a questão internacional ocupou um lugar de destaque no semanário socialista através de múltiplas referências e notícias sobre as Repúblicas suas contemporâneas – a Suíça, os Estados Unidos da América e a França – que realçavam o seu carácter conservador, tentando passar a ideia de que estas não representavam nenhuma mudança substancial em relação às Monarquias. Desde logo, demonstrando a necessidade de greve por parte do operariado dessas Repúblicas<sup>435</sup>. Destacava-se também a sua miséria, através das reduções salariais e emprego de menores nas suas indústrias como acontecia, por exemplo, nos Estados Unidos da América que, para os socialistas, representava o “protótipo” do regime capitalista, não havendo grandes diferenças entre este e o czarismo russo, pois tratavam-se de “países governados um pela tirania

---

<sup>432</sup> GONÇALVES, Joaquim A. – “O critério político”. *O Protesto Operário*, 1.3.1891, p. 2. Manuel Villaverde Cabral sustenta a tese de que se tratou de uma tentativa da classe política monárquica de afastar o operariado da agitação republicana: CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do século XX*, p. 105.

<sup>433</sup> Até se desmentiu uma alegada acusação, por parte do diário *O Século*, à Associação dos Trabalhadores de ter auferido uma elevada quantia de dinheiro do Ministério do Reino para a instalação da Bolsa de Trabalho: “Segundo emprazamento”. *O Protesto operário*, 19. 7.1891, p. 1. Afirmou-se, aliás, que o mal-estar dos republicanos se deveu ao facto de não terem sido incluídos na comissão para a criação da mesma: “As Bolsas do Trabalho”. *O Protesto Operário*, 19.3.1893, p. 2. Desmentiu-se ainda o mesmo periódico republicano por este ter alegadamente insinuado que uma reunião entre Eduardo de Carvalho e Cunha e o ministro Mariano de Carvalho se deveria à ida do Rei ao Porto, uma vez que se tratou de garantir os direitos dos operários no regime de monopólio dos fósforos: “A dignidade da imprensa”. *O Protesto Operário*, 25.10.1891, p. 2.

<sup>434</sup> “A questão operária”. *O Protesto Operário*, 6.9.1891, p. 1.

<sup>435</sup> Logo em 1882, uma enorme greve de 25.000 a 30.000 operários metalúrgicos americanos que, segundo dados do periódico, terá paralisado o setor, o que levou os socialistas a constatarem que os operários “não gozam a felicidade que muitos por aqui antevêm na república burguesa”: *O Protesto Operário*, 16.7.1882, p. 3. A indignação tornava-se maior quando as greves era reprimidas pelos governos da República, como acontecera em França durante uma greve dos mineiros: *O Protesto Operário*, 16.7.1882, p. 3.

autocrática e outro pela burguesia democrática, que se vão aproximando nos seus processos, tratando igualmente os miseráveis forçados à servidão capitalista”<sup>436</sup>. Por vezes, insurgiam-se contra a prisão de socialistas e anarquistas em França<sup>437</sup>, bem como em relação à pena de morte registada nesses países<sup>438</sup>. O julgamento e condenação à pena capital de alguns anarquistas nos tribunais de Chicago motivou uma grande indignação e mobilização por parte dos socialistas portugueses, o que terá ajudado a consolidar a ideia de que a “burguesia”, quer fosse republicana quer fosse monárquica, se situava no campo oposto ao dos trabalhadores<sup>439</sup>.

### 2.3.2. Socialismo: republicanismo social

Apesar das críticas, admitia-se que a República representava um estágio mais avançado e uma forma mais racional de governo do que a Monarquia, uma vez que pretendia abolir o princípio “retrógado e revoltante” da hereditariedade<sup>440</sup>. A instauração da República representaria também uma evolução no que toca ao progresso científico e cultural<sup>441</sup>. Chegou mesmo a afirmar-se que o republicanismo assumira a dianteira da democracia em Portugal, necessitando da atividade de consciencialização dos socialistas junto do operariado<sup>442</sup>. Mais, pensava-se o Partido Operário Socialista como uma força de pressão junto dos republicanos, com mais meios políticos, no sentido do progresso e da melhoria das condições dos trabalhadores. Admitia-se, por sua vez, que os regimes republicanos seus contemporâneos, como a França, teriam adotado algumas reformas que acompanhavam a reivindicação social<sup>443</sup>. Ainda a propósito de uma alegada ameaça à República Francesa, por parte dos boulangistas para repor a Monarquia, os socialistas

---

<sup>436</sup> *O Protesto Operário*, 12.9.1886, p. 2.

<sup>437</sup> Como Jules Guesde, Lafargue, Louise Michel e o anarquista russo Kropotkine.

<sup>438</sup> A propósito de uma condenação à pena capital em França, questionou-se como podia ser considerada a “nação mais civilizada do mundo”: *O Protesto Operário*, 18.4.1886, p. 3. Lamentaram também a introdução da pena de morte num cantão da Suíça: *O Protesto Operário*, 24.12.1882, p. 2.

<sup>439</sup> *O Protesto Operário*, 5.9.1886, p. 1. Por ocasião do 1.º aniversário dos “mártires de Chicago”, condenaram o “carrasco da república”, lembrando “a demonstração inequívoca de que a burguesia, como classe dominadora, é a nossa inimiga mortal, a inimiga do povo, em todos os países, sob todas as crenças, debaixo das mais variadas formas de governo”: *O Protesto Operário*, 11.11.1888, p. 1.

<sup>440</sup> SOUSA, Victor de – “Nós e os republicanos”. *O Protesto Operário*, 2.12.1883, p. 1-2.

<sup>441</sup> “O nosso programa”. *O Protesto Operário*, 28.5.1882, p. 2. Em 1889, recebe-se a notícia da implantação da República no Brasil como mais uma etapa na “conquista dos povos” na senda do progresso: *O Protesto Operário*, 17.11.1889, p. 3.

<sup>442</sup> “O que temos a fazer IV”. *O Protesto Operário*, 2.2.1884, p. 1.

<sup>443</sup> FIGUEIREDO, Luís de – “Governos e povos”. *O Protesto Operário*, 23.4.1882, p. 1. Num outro artigo, criticou-se a ausência de regulação quanto ao trabalho de menores, como nas “nações civilizadas”: *O Protesto Operário*, 3.9.1882, p. 3.



afirmaram que tal representaria um retrocesso, subscrevendo, inclusivamente, uma deliberação do Partido Socialista Francês de defesa à República<sup>444</sup>.

De resto, republicanos e socialistas uniram-se em certas alturas pontuais, nomeadamente em algumas comemorações, comícios e manifestações. Por exemplo, a perspetiva de uma subida dos impostos em 1882 levou a um protesto que se materializou numa manifestação liderada por alguns elementos republicanos e socialistas<sup>445</sup>. Nesse mesmo ano, realizou-se um comício de protesto contra o tratado do “sindicato de Salamanca” promovido por socialistas e por elementos do republicanismo federal, como Manuel de Arriaga, Eduardo Maia e Magalhães Lima<sup>446</sup>. As comemorações do centenário da morte do Marquês de Pombal aglutinaram um grande número de entidades e associações cívicas, incluindo as de republicanos e socialistas. Em 1884, a cerimónia de trasladação dos restos mortais de José Fontana contou com a presença de muitas associações do país, independentemente das “susceptibilidades políticas”<sup>447</sup>. Mais tarde, já em 1887, o protesto contra o “monopólio” do tabaco, levado a cabo pelos socialistas, contou também com o apoio de republicanos federais, como o diretor de *O Século*, Magalhães Lima, e o médico Eduardo Maia<sup>448</sup>. Alguns líderes republicanos também se solidarizaram com o movimento contra a “lei das licenças para trabalhar”: Os socialistas elogiaram Elias Garcia por ter combatido a lei no Parlamento<sup>449</sup> e, além disso, *O Século* terá aberto uma subscrição para cobrir as despesas da comissão de resistência criada contra a lei<sup>450</sup>. Um ano depois, o clube Fraternidade Republicana endereçou um convite à Associação dos Trabalhadores para participar num *meeting* antijesuítico, que foi prontamente aceite<sup>451</sup>. Por fim, em 1889, um comício contra o governo, “um dos mais concorridos em Lisboa”, terá juntado líderes socialistas e republicanos<sup>452</sup>. Resta apenas

---

<sup>444</sup> “A reação em França”. *O Protesto Operário*, 27.4.1884, p. 1.

<sup>445</sup> “Contra os impostos”. *O Protesto Operário*, 18.3.1882, p. 2.

<sup>446</sup> *O Protesto Operário*, 9.7.1882, p. 4.

<sup>447</sup> Os socialistas chegaram mesmo a agradecer aos republicanos de *O Século* pela prontidão com que aderiram à cerimónia: OLIVEIRA, A. Joaquim d’ – “José Fontana”. *O Protesto Operário*, 6.4.1884, p. 4.

<sup>448</sup> FRANCO, João – “O monopólio do tabaco”. *O Protesto Operário*, 6.3.1887, p. 2; *O Protesto Operário*, 3.4.1887, p. 2. Num dos *meetings* contra o monopólio, Magalhães Lima terá declarado ser socialista: *O Protesto Operário*, 10.4.1887, p. 1.

<sup>449</sup> *O Protesto Operário*, 5.2.1888, p. 2.

<sup>450</sup> *O Protesto Operário*, 12.2.1888, p. 1.

<sup>451</sup> *O Protesto Operário*, 13.5.1888, p. 1. O *meeting*, que terá mobilizado cerca de 7000 pessoas, terá sido presidido por Magalhães Lima, contando com a presença na comissão central de nomes como Agostinho da Silva, Manuel de Arriaga, Luís de Figueiredo, entre outros: “O comício de domingo”. *O Protesto Operário*, 20.5.1888, p. 1.

<sup>452</sup> O comício terá reunido entre 10 a 12 mil pessoas, segundo *O Protesto Operário*: “O Comício: Impressões e reparos”. *O Protesto Operário*, 21.4.1889, p. 3.

referir que muitos destes líderes se reuniam em ocasiões como aniversários ou fundações de associações e cooperativas<sup>453</sup>.

Os socialistas foram também bastante ativos na exigência da libertação de presos políticos republicanos. Logo em 1882, mostraram-se indignados com a prisão de quatro membros republicanos do Clube Fernandes Tomás, associação republicana de Lisboa, participando, aliás, numa manifestação de solidariedade, juntamente com vários republicanos, e que envolveu uma visita à prisão<sup>454</sup>. Mais tarde, insurgiram-se contra um julgamento do diretor do diário republicano *O Século*, Magalhães Lima, “acusado do nefasto crime de escrever e ter opiniões”<sup>455</sup>. E, mesmo, aquando do golpe militar de 31 de janeiro, apesar de ter adotado uma posição bastante crítica, *O Protesto Operário* lamentou as prisões que se seguiram, recebendo com regozijo a posterior amnistia para os envolvidos<sup>456</sup>.

Apesar da demarcação ideológica dos socialistas em relação ao republicanismo, como vimos no ponto anterior, a verdade é que o movimento republicano nunca se mostrou uno, pelo menos durante os anos oitenta do século XIX, sendo visível alguma preferência e, até, pontos de conexão entre socialistas e republicanos federais. A propósito das candidaturas republicanas aos círculos de Lisboa, em 1882, os socialistas, que decidiram não apresentar candidatura própria, teceram elogios à candidatura com “ideias revolucionárias” de Magalhães Lima<sup>457</sup>. Aliás, aconselharam a votação em candidatos “cujas ideias se aproximem das do nosso partido”<sup>458</sup>. Mais tarde, a redação do diário *O Século* lançou um apelo para uma “aliança revolucionária”, tendo sido vista como favorável pelo periódico socialista<sup>459</sup>. Todavia, lamentava-se que os republicanos federais se encontrassem, por vezes, manietados pelos “oportunistas”, isto é, pelo Diretório do Partido Republicano Português, devendo, antes, aliar-se aos socialistas, visto que teriam mais ideias em comum<sup>460</sup>. Em 1889, criticou-se os jornais republicanos por combaterem

---

<sup>453</sup> Como, por exemplo, o jantar de aniversário da Cooperativa Indústria Social que terá juntado socialistas, republicanos e, até, elementos regeneradores, como Augusto Fuschini: “Jantar operário”. *O Protesto Operário*, 9.12.1888, p. 2.

<sup>454</sup> *O Protesto Operário*, 2.7.1882, p. 2.

<sup>455</sup> “Magalhães Lima”. *O Protesto Operário*, 21.12.1884, p. 3.

<sup>456</sup> *O Protesto Operário*, 7.6.1891, p. 1.

<sup>457</sup> *O Protesto Operário*, 5.11.1882, p. 1. O próprio Magalhães Lima foi, posteriormente, considerado “o mais sincero chefe republicano, como aquele que mais merece a confiança popular”: “Club Escolar José Estêvão”. *O Protesto Operário*, 21.9.1882, p. 3.

<sup>458</sup> “Eleições suplementares”. *O Protesto Operário*, 5.11.1882, p. 1.

<sup>459</sup> Apesar de tudo, esta ideia nunca terá sido concretizada: “A união revolucionária”. *O Protesto Operário*, 7.12.1884, p. 1.

<sup>460</sup> “Uma carta”. *O Protesto Operário*, 29.11.1885, p. 3.

os candidatos republicanos radicais e socialistas, fazendo campanha pelos “oportunistas”, como Elias Garcia<sup>461</sup>. Um ano depois, apelava-se aos republicanos para que se manifestassem contra a política do Diretório, votando apenas nos “verdadeiros” republicanos, como Manuel de Arriaga e Magalhães Lima<sup>462</sup>. Mais tarde, o republicano Eduardo Maia era elogiado por “estar quase sempre em desacordo com a ortodoxia dos papas daquele partido” e por aceitar a República como apenas “uma escalada para chegar à cúpula do edifício social”<sup>463</sup>.

Resta ainda apontar dois casos ilustrativos de uma certa permeabilidade entre o Partido Operário Socialista e alguns elementos mais radicais do republicanismo: Heliodoro Salgado e Angelina Vidal. Quanto ao primeiro, desde cedo que colaborou junto do periódico socialista e, apesar das críticas que lhe eram endereçadas por socialistas à sua ideologia “dúbia”, bem como a enorme ênfase que o autor dava ao “despotismo” da realeza<sup>464</sup>, a verdade é que se declarou um “socialistas convicto, confesso e impenitente”<sup>465</sup>, vindo a filiar-se na Federação do Norte do Partido Operário Socialista, em 1885<sup>466</sup>, alegando, inclusivamente, que a República não serviria os interesses do povo<sup>467</sup>. Contudo, as críticas por parte de membros do Partido Operário Socialista subiram de tom, acusando-o de ser um “místico” do movimento operário<sup>468</sup> e de colaborar, em simultâneo, na imprensa operária e na republicana “burguesa”<sup>469</sup>. Mais tarde, entrou para a redação do jornal *O Século*<sup>470</sup> e, ainda a propósito de uma conferência em que este terá considerado ser novamente republicano, ripostou-se: “Já se declarou socialista, depois republicano, depois outra vez socialista, agora de novo republicano, de forma que por este caminho promete não ir longe. Chegará à monarquia?”<sup>471</sup>. Depois do seu afastamento, a verdade é que esteve, já nos anos 90 do século XIX, no centro da

---

<sup>461</sup> *O Protesto Operário*, 20.10.1889, p. 3. “Entre os oportunistas e os radicais, mostramo-nos sempre por aqueles que estão mais próximos de nós”: “A votação republicana”. *O Protesto Operário*, 27.10.1889, p. 1.

<sup>462</sup> Neste artigo, acusou-se uma vez mais o Diretório do Partido Republicano Português de traição por ter acordado com os monárquicos em Lisboa, em vez de apresentarem figuras como Manuel de Arriaga, Magalhães Lima ou Latino Coelho: JUDICIBUS, Luís de – “O Diretório”. *O Protesto Operário*, 30.3.1890, p. 3.

<sup>463</sup> “A conferência do Sr. Dr. Maia”. *O Protesto Operário*, 21.12.1890, p. 3.

<sup>464</sup> SALGADO, Heliodoro – “À rabiça do arado”. *O Protesto Operário*, 8.2.1885, p. 3-4.

<sup>465</sup> SALGADO, Heliodoro – “Carta ao ex.º Sr. Amâncio Pinheiro”. *O Protesto Operário*, 28.9.1884, p. 3-4.

<sup>466</sup> CUNHA, Eduardo de Carvalho e – “Declaração”. *O Protesto Operário*, 15.3.1885, p. 2.

<sup>467</sup> SALGADO, Heliodoro – “A farsada republicana”. *O Protesto Operário*, 19.4.1885, p. 3.

<sup>468</sup> CARDOSO, J. A. – “Amigo dos nossos inimigos”. *O Protesto Operário*, 20.6.1886, p. 3.

<sup>469</sup> SPARTACUS – “Heliodoro Salgado”. *O Protesto Operário*, 22.8.1886, p. 3.

<sup>470</sup> *O Protesto Operário*, 21.10.1888, p. 1.

<sup>471</sup> *O Protesto Operário*, 9.12.1888, p. 3.

querela entre as alas “marxista” e “possibilista”<sup>472</sup>. Também Angelina Vidal foi uma colaboradora do semanário socialista, realizando, inclusivamente, diversas conferências e cursos nas mais diversas associações operárias do país, sendo uma presença constante nas atividades da Associação dos Trabalhadores. Bastante próxima do republicanismo federal, assumiu, em 1893, a defesa da revolução, o que terá colhido a simpatia dos socialistas<sup>473</sup>. Aliás, após uma alegada tentativa de suicídio da poetisa, *O Protesto Operário*, num ato de solidariedade, abriu uma subscrição de apoio à sua correligionária, destacando o seu percurso desde o “partido dos comerciantes” à adesão ao socialismo<sup>474</sup>.

O Ultimato britânico de 1890 abriu novas pontes de diálogo com os socialistas<sup>475</sup>. A criação da Liga Patriótica do Norte, presidida por Antero de Quental, e da Liga Liberal são disso exemplo<sup>476</sup>. Aliás, a emergência do anticlericalismo nos finais do século XIX revelou-se também um promotor de ligações entre estas diversas tendências. Na Associação dos Livre-Pensadores (1880) e na Associação Propagadora do Livre-Pensamento (1885), estiveram presentes elementos republicanos e socialistas (Azedo Gneco e Guedes Quinhones). Mais tarde, envolver-se-iam conjuntamente no Congresso Anticatólico de 1895 e nos círios civis<sup>477</sup>.

### 2.3.3. A “questão religiosa”

Logo em 1882, as comemorações do Centenário Pombalino, que os socialistas apoiaram, terão suscitado reações virulentas por parte de alguns setores católicos como, por exemplo, o periódico portuense *A Palavra*, gerando um protesto por parte das associações promotoras do centenário<sup>478</sup>. Há que destacar também o comício

---

<sup>472</sup> Estes últimos acusaram os “marxistas” portuenses do Centro Operário de terem colocado na liderança do Instituto Antero de Quental um republicano, Heliodoro Salgado: *O Protesto Operário*, 25.2.1894, p. 2.

<sup>473</sup> “Conferência”. *O Protesto Operário*, 10.9.1893, p. 3.

<sup>474</sup> “D. Angelina Vidal”. *O Protesto Operário*, 11.3.1894, p. 2.

<sup>475</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho – “O republicanismo e o socialismo”, p. 207. A questão colonial assumiu um papel fulcral ao longo das duas últimas décadas do século XIX. Para se perceber as suas representações no periódico socialista, deve consultar-se a dissertação que trata precisamente deste assunto: SILVA, João – *Representações da questão colonial no periódico socialista O Protesto Operário (1882-1891)*. Porto: FLUP, 2017.

<sup>476</sup> CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal*, p. 115.

<sup>477</sup> VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 42.

<sup>478</sup> *O Protesto Operário*, 14.5.1882, p. 1. Vale a pena destacar uma obra pioneira relacionada com a perspetiva do movimento operário católico, a partir do jornal *A Palavra*: POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento Social do Grupo Católico A Palavra (1872-1913)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

antijesuítico, a que já aludimos, porventura o maior realizado durante este período, em vários pontos do país, durante o ano de 1888. Com efeito, o primeiro *meeting*, organizado pelo Clube Fraternidade Republicana, e liderado pelo republicano Malgahães Lima (mas que contou com a presença de socialistas na comissão central, como Agostinho da Silva e Luís de Figueiredo), terá contado com a presença de cerca de 7000 pessoas. O objetivo passou por representar ao Parlamento para que se aplicassem as leis que condenavam as corporações religiosas instaladas no país<sup>479</sup>. Outros se seguiram em vários pontos do país como, por exemplo, no Porto, em Aveiro, Santarém e Setúbal. Este último, para além de republicanos e socialistas, contou com a presença de homens ligados ao rotativismo monárquico, como Augusto Fuschini e Tomás Ribeiro, e cujo objetivo foi “combater a influência do clericalismo nas relações familiares e sociais” e reivindicar algumas reformas como o registo civil obrigatório, a abolição do juramento político e jurídico, a secularização do ensino e a separação da Igreja do Estado<sup>480</sup>.

Em finais do século XIX, a “questão religiosa” alcançou uma importância fulcral, nomeadamente nos vários setores republicanos e socialistas. Durante o período da Regeneração, a política eclesiástica definiu-se através das teses regalistas, isto é, pela sobreposição do poder civil sobre o religioso, utilizando, todavia, o seu aparato administrativo numa lógica de consenso social. Ou seja, através de uma tentativa de compatibilização dos dois poderes e da necessidade de se continuar a legimar a Monarquia como emanção do poder divino, mantendo-se o catolicismo como “religião oficial” do Estado<sup>481</sup>. Contudo, nem sempre se conseguiu que a Igreja obedecesse completamente às diretrizes do regime liberal, até porque continuava a exercer uma influência considerável sobre uma grande parte da população portuguesa<sup>482</sup>.

Os socialistas denunciaram a promiscuidade entre a Igreja e os governos liberais, bem como a suposta dependência do monarca para com a Companhia de Jesus<sup>483</sup>. Ainda em 1893, lamentava-se a “criminosa transigência do espírito liberal”, a propósito do

---

<sup>479</sup> “O comício de domingo”. *O Protesto Operário*, 20.5.1888, p. 1.

<sup>480</sup> *O Protesto Operário*, 27.5.1888, p. 2; *O Protesto Operário*, 3.6.1888, p. 2.

<sup>481</sup> CATROGA, Fernando – “Cientismo, Política e Anticlericalismo” in ROQUE, João Lourenço; TORGAL, Luís Reis (coord.) – *O Liberalismo (1807-1890)* in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. V, p. 499.

<sup>482</sup> NETO, Vítor – “O Estado e a Igreja” in ROQUE, João Lourenço; TORGAL, Luís Reis (coord.) – *O Liberalismo (1807-1890)* in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. V, p. 233.

<sup>483</sup> “O snr. Mazella”. *O Protesto Operário*, 26.11.1882, p. 1; *O Protesto Operário*, 8.4.1883, p. 4; SOUSA, Victor de – “Fanatismo”. *O Protesto Operário*, 7.11.1883, p. 1-2.

recrudescimento da campanha clerical<sup>484</sup>. A reintrodução de certas congregações e ordens religiosas em Portugal durante a segunda metade de oitocentos, nomeadamente as Irmãs da Caridade e as Irmãs Hospitaleiras, bem como a reorganização dos jesuítas, deu origem a uma intensa campanha anticlerical protagonizada pelos livre-pensadores republicanos e socialistas e que se intensificou nas últimas duas décadas do século, através da imprensa e dos *meetings* políticos<sup>485</sup>. O regime monárquico-constitucional foi mais uma vez visado por contemporizar com o congreganismo. A propósito, a redação de *O Protesto Operário* indignou-se com a aprovação no Parlamento de um projeto que concedia um edifício às Irmãs da Caridade<sup>486</sup>. Aliás, a preocupação foi sendo crescente com o número de instituições de ensino ministradas pelas congregações religiosas<sup>487</sup>. Apesar da lei prever a extinção das ordens religiosas do país, advertia-se para o “perigo” dos colégios jesuíticos que funcionavam como verdadeiras “comunidades religiosas”<sup>488</sup>.

Há uma crítica a toda a moral católica<sup>489</sup>, partilhada igualmente pelos republicanos, bem como à inutilidade de certas manifestações exteriores de religiosidade popular, como, por exemplo, as procissões ao santuário do Sameiro, em Braga<sup>490</sup>, e as peregrinações de portugueses ao santuário de Lourdes, em França<sup>491</sup>. A intransigência era ainda maior quando praticada por operários, como os que participavam nas cerimónias do Viático: “no entanto a culpa é deles – associem-se, ilustrem-se, deixem-se de patetices, e verão como a situação melhora”<sup>492</sup>.

Todavia, no entender de Carlos da Fonseca, a distinção entre socialistas e republicanos no que concerne à “questão religiosa” residiu na crítica materialista que os primeiros dirigiram, entendendo a Igreja como parte da classe exploradora e capitalista<sup>493</sup>

---

<sup>484</sup> “A política”. *O Protesto Operário*, 23.4.1893, p. 1.

<sup>485</sup> NETO, Vítor – “O Estado e a Igreja”, p. 238-239.

<sup>486</sup> *O Protesto Operário*, 27.5.1883, p. 4.

<sup>487</sup> *O Protesto Operário*, 4.6.1883, p. 2.

<sup>488</sup> *O Protesto Operário*, 27.5.1888, p. 2.

<sup>489</sup> Por exemplo, são recorrentes os exemplos de situações que ridicularizavam a pretensa moral católica, como o caso de um padre de uma aldeia que decidiu fugir com uma freira: *O Protesto Operário*, 16.4.1882, p. 2. Ou a notícia, aliás retirada de *O Século*, que dava conta da prisão de um capelão de um regimento da guarnição de Lisboa por, alegadamente, ter seduzido um soldado da guarda municipal: *O Protesto Operário*, 23.4.1882, p. 2. Ainda a referência a uma jovem que terá engravidado num “hospício do jesuitismo”: *O Protesto Operário*, 11.6.1882, p. 3-4.

<sup>490</sup> *O Protesto Operário*, 20.8.1882, p. 3; [Justus] – “Um vergonha nacional”. *O Protesto Operário*, 29.11.1885, p. 4.

<sup>491</sup> *O Protesto Operário*, 20.5.1888, p. 3.

<sup>492</sup> *O Protesto Operário*, 22.4.1885, p. 2-3.

<sup>493</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. III, p. 88.

e “inimiga da classe trabalhadora”<sup>494</sup>. Os artigos que mais desenvolveram a “questão religiosa” eram, regra geral, da autoria de Heliodoro Salgado que, como republicano federalista, partilhava com os socialistas a ideia do “absurdo da fé teológica”, ao rejeitar a divindade de Jesus e ao comparar o cristianismo a outras religiões ancestrais nos seus princípios fundamentais<sup>495</sup>. Mais, opôs o cristianismo ao socialismo como conceitos inconciliáveis<sup>496</sup>. Num ensaio traduzido sobre a questão da superioridade do materialismo contra o idealismo, defendeu-se que a emancipação deveria ser contrária à animalidade que caracteriza o Homem e que o desenvolvimento humano acabaria por mitigar a influência da fé nos indivíduos<sup>497</sup>. Apesar de se ter considerado pouco provável a sua existência histórica e a “lenda evangélica”, a personalidade de Jesus teria a importância de se tratar de um transformador social. Contudo, o cristianismo esteve longe de ser “um elemento de progresso”, pela sua “imperfeita noção de igualdade”<sup>498</sup>. Os socialistas entendiam que não deveria haver distinção entre jesuítas e o resto da religião, cabendo apenas combater o “sentimento religioso”<sup>499</sup>. Esta posição dos socialistas mereceu um desentendimento com alguns setores republicanos que colocavam precisamente a tónica no jesuitismo como o responsável pelo atraso da sociedade<sup>500</sup>.

A publicação da encíclica *Rerum Novarum* pelo Papa Leão XIII, em 1891, gerou uma nova fase nas relações do poder eclesiástico com a classe trabalhadora. Embora rejeitando o socialismo, a Igreja discutiu as condições da classe trabalhadora, admitindo a ineficácia do sistema caritativo individual e permitindo que as reivindicações operárias se concretizassem, sob a tutela do Estado<sup>501</sup>. Contudo, não se tornou tão influente em Portugal como nos países em que a religião católica não se encontrava indissociável do Estado e se manifestava mesmo como movimento de oposição, como nos Estados Unidos da América, na Irlanda e na Alemanha<sup>502</sup>. Um ano antes, após o conhecimento de que o Vaticano se preparava para a publicação de uma encíclica sobre questões operárias, os

---

<sup>494</sup> “A nossa comemoração”. *O Protesto Operário*, 20.8.1882, p. 1.

<sup>495</sup> SALGADO, Heliodoro – “A morte de Deus”. *O Protesto Operário*, 2.9.1883, p. 3-4.

<sup>496</sup> SALGADO, Heliodoro – “Cristo-socialistas”. *O Protesto Operário*, 14.10.1883, p. 3.

<sup>497</sup> BAKUNIN, Mikhail – “A religião I”. *O Protesto Operário*, 14.11.1886, p. 3.

<sup>498</sup> SALGADO, Heliodoro – “Visão retrospectiva do cristianismo”. *O Protesto Operário*, 18.6.1893, p. 2.

<sup>499</sup> FRANCO, João – “A questão religiosa”. *O Protesto Operário*, 31.10.1886, p. 2.

<sup>500</sup> Neste contexto, o periódico republicano *Folha Nova* referiu-se aos socialistas de *O Protesto Operário* como “jesuítas vermelhos”: *O Protesto Operário*, 30.1.1886, p. 3.

<sup>501</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. III, p. 114.

<sup>502</sup> *Idem*, p. 104-105.

socialistas declararam que uma “cataplasma de ladaínhas” não resolveria a questão da exploração capitalista<sup>503</sup>.

O combate pelo registo civil e pela abolição do juramento religioso foi uma das vertentes assumidas pelos socialistas e pelos republicanos. Aliás, é impossível abordar-se o anticlericalismo da segunda metade de oitocentos sem referir a campanha pelo laicismo. A primeira Associação do Registo Civil nasceu em 1876 e foi precisamente a partir desse ano que se iniciou a realização de cerimónias civis (nascimentos, matrimónios e funerais), por parte de militantes socialistas e republicanos<sup>504</sup>. *O Protesto Operário* lembrava regularmente nas suas páginas a realização de cerimónias pelo registo civil, sobretudo de familiares de militantes<sup>505</sup>, bem como algumas cerimónias civis inaugurais em certas localidades da província<sup>506</sup>.

Apesar da publicação do Regulamento do Registo Civil, em 1878, este continuou a ser a exceção à regra até à instauração da República e o catolicismo continuou a vigorar como “religião do Estado”. Por vezes, lamentava-se a pressão exercida pelas autoridades locais contra o registo civil. Por exemplo, terá sido julgado no Porto um cidadão que se atrasou a registar civilmente uma filha, sendo insultado pelo delegado pelo facto de não ser católico<sup>507</sup>. Em 1888, os socialistas insurgiram-se contra a “falcatrúia” decorrente do facto dos administradores de bairros e concelhos terem exigido indevidamente emolumentos superiores a quem se registasse pelo civil, favorecendo dessa forma o clericalismo<sup>508</sup>.

---

<sup>503</sup> *O Protesto Operário*, 9.3.1890, p. 3.

<sup>504</sup> FONSECA, Carlos da - *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*. Vol. III, p. 74.

<sup>505</sup> Alguns filhos de militantes socialistas receberam nomes de figuras ilustres do socialismo ou que remetiam para a luta pelo cientismo e pelo laicismo ao longo dos tempos, como Proudhon, Fernando Lassale, Garibaldi, Futuro, Galileu Fontana da Silva, Kropotkine, José Fontana, Igualdade, Liberdade, entre muitos outros. Por exemplo: *O Protesto Operário*, 15.1.1888, p. 3; *O Protesto Operário*, 19.6.1892, p. 3. Todavia, até aos anos 90, o registo civil foi usado por uma pequeníssima franja da população, incluindo poucos republicanos, socialistas e anarquistas. “Alguns deles, reagindo ao casamento católico, acabarão por casar civilmente. Raro, o casamento civil, através do registo na Administração dos dois Bairros em que a cidade se dividia (após a lei de 28.11.1878), apenas conhece uma progressão significativa nas vésperas da implantação da República. Até lá, o número anual de casamentos civis conta-se pelos dedos em cada um dos Bairros”: PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*, p. 233-234.

<sup>506</sup> Por exemplo, registou-se com agrado o primeiro funeral civil em Odemira: *O Protesto Operário*, 6.8.1882, p. 3. Ainda o primeiro registo civil efetuado na localidade de Moura: *O Protesto Operário*, 5.11.1882, p. 4.

<sup>507</sup> *O Protesto Operário*, 25.6.1882, p. 3.

<sup>508</sup> “Registo civil”. *O Protesto Operário*, 26.8.1888, p. 3.



Por fim, o ano de 1895 revelou-se primordial para a luta anticlerical levada a cabo pelos socialistas. Para além da fundação da Associação de Beneficência Propagadora da Lei do Registo Civil (destinada ao auxílio ao registo civil nos nascimentos, matrimónios e óbitos), os socialistas organizaram um congresso anticatólico no verão desse ano, bem como o início do movimento dos cívicos civis<sup>509</sup>.

## 2.4. Socialismo e anarquismo

O pensamento anarquista manifestou-se em Portugal desde os inícios dos anos 70 de oitocentos<sup>510</sup> e, segundo João Freire, a sua implantação no movimento operário revelou-se um processo gradual, obedecendo a duas fases distintas, ou seja, uma primeira fase entre a fundação da secção da Associação Internacional dos Trabalhadores em Lisboa e os finais do século XIX, caracterizada por uma maturação ideológica e uma separação com a “social-democracia”, representada pelo Partido Operário Socialista e, uma segunda fase, com a viragem do século, representada por uma nova atitude face ao movimento operário<sup>511</sup>. Para Maria João Castro, o sucesso dos anarquistas resultou da “aposta” nas associações operárias, do contacto direto e sem intermediários com o operariado (que se revelou ser mais eficaz do que o programa eleitoral socialista) e da propaganda bastante eficiente<sup>512</sup>.

O individualismo inicial marcou o anarquismo português (e europeu), sobretudo a partir do Congresso de Londres, realizado em 1881, no qual a violência e a “propaganda pelo facto” ficaram consagradas. De resto, a recorrência ao terrorismo por grupos anarquistas tornou-se particularmente visível nesta época. Contudo, nunca tiveram em Portugal o mesmo impacto que noutros países europeus<sup>513</sup>. No período de publicação do

---

<sup>509</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. III, p. 82.

<sup>510</sup> César Oliveira afirma que a doutrinação do socialismo português se baseou na filosofia social de Proudhon: OLIVEIRA, César – *O Socialismo em Portugal 1850-1900*, p. 187; também Maria João Castro salienta a coincidência entre as tendências libertárias e a origem do pensamento socialista em Portugal. Aliás, refere a colaboração dos líderes do primeiro anarquismo português (Ermelindo Martins, Manuel José Martins, José Martins Gonçalves Viana) na Associação dos Trabalhadores e no Partido Operário Socialista, até 1881: CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, p. 91; António Ventura vai mais longe ao afirmar que uma parte considerável das figuras de proa do anarquismo “intervencionista” se manteve no Partido Operário Socialista até uma fase tardia, em 1893: VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*, p. 80.

<sup>511</sup> FREIRE, JOÃO – *100 anos de anarquismo em Portugal 1887-1987*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987, p. 19-20.

<sup>512</sup> CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, p. 105.

<sup>513</sup> VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*, p. 85.

periódico socialista, ocorreram apenas alguns incidentes, como as “bengaladas na cabeça” ao escritor e político Manuel Pinheiro Chagas (1888), o assassinato do industrial Cipriano de Oliveira e Silva (1888), o lançamento de um engenho explosivo contra o Governo Civil do Porto (1889), entre outros. Contudo, após uma série de outros atentados, incluindo a tentativa de agressão ao próprio Rei, foi publicada, em 1896, uma lei repressiva contra os anarquistas<sup>514</sup>.

A maior objeção aos anarquistas emergentes foi sintetizada, logo no início da publicação do periódico, pelo marxista José Ribeiro, que entendia o objeto do socialismo “sem sonhos estéreis de sociedades ideais”, tal como era propalado, no seu entender, pelos anarquistas, considerados uma “seita”<sup>515</sup> que, desde o Congresso de Haia, teria como objetivo instaurar a “desordem” e o “ódio” entre a classe trabalhadora<sup>516</sup>. Aliás, face aos métodos de ação de alguns grupos anarquistas, em vários pontos da Europa, através das “explosões de dinamite”, os socialistas entendiam que, pelo contrário, o uso da força seria o “supremo recurso” a ser utilizado<sup>517</sup>. Apesar de compreenderem os métodos violentos onde não existisse liberdade de imprensa ou de associação<sup>518</sup>, não se entendia que tal se aplicasse na Europa ocidental, onde a existência de instituições parlamentares permitia outros métodos de ação.

Todavia, para os socialistas, a “propaganda pelo facto” não estaria a produzir qualquer efeito em Portugal<sup>519</sup> e, ao contrário dos anarquistas que “apregoam a destruição de todo o poder”, os socialistas assumiam a herança e o “trabalho progressivo” das gerações anteriores<sup>520</sup>. Aliás, o anarquista era considerado um “produto mórbido da

---

<sup>514</sup> FONSECA, Carlos da – *Para uma análise do movimento libertário e da sua história*. Lisboa: Edições Antígona, 1988, p. 15-16.

<sup>515</sup> J. R. [José Ribeiro] – “O objeto do socialismo”. *O Protesto Operário*, 21.1.1883, p. 1. É possível que se estivesse a referir à Associação União dos Trabalhadores, liderada pelo serralheiro Ermelindo Martins.

<sup>516</sup> “O que temos a fazer”. *O Protesto Operário*, 13.1.1884, p. 1.

<sup>517</sup> “Dinamite”. *O Protesto Operário*, 12.7.1885, p. 2.

<sup>518</sup> Por vezes, tinha-se a convicção de que encobriam “uma miserável intriga burguesa para comprometer a revolução proletária”: “Dinamite”. *O Protesto Operário*, 1.2.1885, p. 3-4. Aliás, são constantes os lamentos face à condenação à pena de morte de nihilistas russos, considerados “obreiros do progresso”: “Rússia subterrânea”. *O Protesto Operário*, 22.10.1882, p. 2. Todavia, para António Ventura, os nihilistas não se inserem na propaganda “pelo facto” anarquista, cujo ideal teria de ser compreendido mais como um “estado de espírito” do que tendo uma doutrina bem definida: VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*, p. 87-88.

<sup>519</sup> “Os anarquistas”. *O Protesto Operário*, 19.2.1888, p. 1.

<sup>520</sup> “Questões da moda”. *O Protesto Operário*, 29.9.1889, p. 1.

evolução social” (excetuando alguns teóricos como Kropotkine, Réclus e Louise Michel)<sup>521</sup> e um “derivado extremo do liberalismo burguês”<sup>522</sup>.

Todavia, foi sendo expressa a vontade para uma conciliação entre socialistas e anarquistas. Havia a noção de que o socialismo poderia chegar mais longe nalguns países europeus se se colocassem de parte as distinções e as querelas sobre métodos de ação a utilizar<sup>523</sup>. Por vezes, face ao “indiferentismo” da sociedade portuguesa, considerava-se que “o anarquismo tem razão de ser nestas situações comatosas”<sup>524</sup>. Além disso, via-se com simpatia a adesão de anarquistas à “luta política”<sup>525</sup>. E, apesar dos mesmos apregoarem a abstenção, defendia-se que isso, por si só, já era considerado uma forma de intervenção política<sup>526</sup>.

Se é verdade que o Partido Operário Socialista exerceu uma influência inicial significativa junto do operariado, a fusão ocorrida em 1878 entre a esfera política (representada pelo Partido Socialista) e a esfera económica (a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa)<sup>527</sup> esteve na origem da primeira dissidência anarquista, em abril de 1881, com a demissão do serralheiro Ermelindo Martins do Partido Operário Socialista e da Associação dos Trabalhadores e a posterior fundação da Associação União dos Trabalhadores<sup>528</sup>. A cisão anarquista de 1881 liderada por Ermelindo Martins, no Porto, provocou um certo desconforto no Partido Operário

---

<sup>521</sup> “Atualidades”. *O Protesto Operário*, 17.12.1893, p. 1. Aliás, os socialistas insurgiram-se aquando da prisão de anarquistas como Kropotkine, pela República de França: FIGUIREDO, Luís de – “Direitos políticos”. *O Protesto Operário*, 28.1.1883, p. 1. O periódico socialista publicou, inclusivamente, fragmentos de textos teóricos de Kropotkine, Bakunine e Réclus.

<sup>522</sup> “O congresso socialista alemão”. *O Protesto Operário*, 30.10.1887, p. 2.

<sup>523</sup><sup>523</sup> FELICIDADE, M. M. da – “A classe operária”. *O Protesto Operário*, 6.5.1883, p. 3-4.

<sup>524</sup> “As eleições”. *O Protesto Operário*, 1.6.1884, p. 1.

<sup>525</sup> Como, por exemplo, na eleição do anarquista Carlo Cafiero ao Parlamento italiano: *O Protesto Operário*, 11.6.1882, p. 3. E, mais tarde, também Andréa Costa: *O Protesto Operário*, 10.5.1889, p. 1.

<sup>526</sup> “Eleições em França”. *O Protesto Operário*, 6.10.1889, p. 1.

<sup>527</sup> VIANA, J. M. Gonçalves – *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 16. Esta informação encontra-se presente no estudo preliminar de Carlos da Fonseca sobre a génese do anarquismo em Portugal. O autor é da opinião que a dissidência no ano anterior, em 1880, provocada por Pinto Barbosa – a União Democrática Social –, fora motivada pela hostilidade com que os líderes socialistas receberam uma greve dos chapeleiros portuenses em 1897, não se tratando de uma formação de tipo anarquista, mas, pelo contrário, identificada com o “possibilismo” e com o sindicalismo: *Idem*, p. 21. Aliás, a questão eleitoral foi outro dos principais motivos das dissidências sindicalistas. Já a Associação União dos Trabalhadores estaria imbuída de influência coletivista anarquista: PEREIRA, Gaspar Martins; CASTRO, Maria João – *Do corporativismo ao anarco-sindicalismo*, p. 208-209. Seria ainda deste grupo inicial que nasceria o Grupo Comunista-Anarquista do Porto, liderado por Gonçalves Viana. Para António Ventura, trata-se de “organizações ambíguas, que navegam entre o sindicalismo e o possibilismo, matizadas por um socialismo moderado e anticoncentrador”: VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*, p. 85.

<sup>528</sup> CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, p. 99. Esta dissidência teria como objetivo um regresso ao espírito que norteara a fase inicial da Internacional.

Socialista. Um ano depois, num comício que teve como um dos principais oradores o serralheiro portuense, era já notória a hostilidade com que o órgão socialista se referia a Ermelindo Martins, criticando as suas posições abstencionistas<sup>529</sup>. Apesar de tudo, é possível que tenha havido um reaproximar de posições pouco antes da sua morte, já que elogiou mesmo o Partido Operário Socialista e o seu órgão, *O Protesto Operário*, por “não se deixar vender”<sup>530</sup>. A verdade é que a Associação União dos Trabalhadores não sobreviveria após a sua morte<sup>531</sup>.

A formação dos primeiros grupos comunistas-anarquistas, de Lisboa, liderada pelo caixeiro José António Cardoso, e do Porto, pelo serralheiro José Martins Gonçalves Viana, em 1887, é contemporânea do surto de greves e da proliferação de “secções de ofício” da Associação dos Trabalhadores<sup>532</sup>. A influência de Réclus terá sido preponderante para essa formação. Aliás, o sucesso obtido por estes grupos dever-se-ia à sua influência, bem como à de Kropotkine, na transformação ideológica do anarquismo em Portugal<sup>533</sup>. Ainda em 1886, a estadia em Portugal de Elisée Réclus, um dos redatores do jornal anarquista francês *Revolté*, para uma missão de estudos geográficos, foi noticiada pelo periódico socialista<sup>534</sup>, tendo sido considerado, aliás, como um “amigo”<sup>535</sup>. Contudo, as dissidências que se geraram após a sua visita, e que tiveram como consequência a criação dos grupos comunistas-anarquistas, foram encaradas pelo Partido Operário Socialista com maior agressividade. Gonçalves Viana, um dos dissidentes, que se manifestara favorável a uma mudança do programa socialista de 1882, foi criticado por querer substituí-lo por outro programa anarquista, “esquecendo-se de que o proletariado português nunca até hoje abraçou essas ideias, que tanto e tão ingloriamente tem impedido a marcha universal do socialismo contemporâneo”<sup>536</sup>. O mesmo dissidente anarquista foi alvo de sarcasmo pela sua crença protestante<sup>537</sup>. A propósito da abertura de uma igreja

---

<sup>529</sup> *O Protesto Operário*, 30.4.1882, p. 2.

<sup>530</sup> E. [Ermelindo Martins] – *O Protesto Operário*, 1.6.1884, p. 3. Foi enviada uma carta à redação assinada com a inicial E. seguido da profissão serralheiro, o que nos leva a supor tratar-se de Ermelindo Martins.

<sup>531</sup> CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, p. 99.

<sup>532</sup> PEREIRA, Gaspar Martins; CASTRO, Maria João – *Do corporativismo ao anarco-sindicalismo*, p. 209.

<sup>533</sup> *A Revolução Social*, o órgão do Grupo Comunista-Anarquista do Porto, influenciado pelo periódico francês *Revolté*, terá tido uma tiragem de 3000 exemplares, logo no seu número-programa. Nessa mesma altura, a publicação da obra de Kropotkine, *A anarquia na evolução socialista*, terá esgotado: *Idem*, p. 209.

<sup>534</sup> *O Protesto Operário*, 11.4.1886, p. 1.

<sup>535</sup> No momento em que se deslocou para o Porto: *O Protesto Operário*, 11.4.1886, p. 4.

<sup>536</sup> FRANCO, João – “Uma questão interessante”. *O Protesto Operário*, 26.12.1886, p. 2.

<sup>537</sup> Por exemplo, que “anda pregando a sua cruzada”: *O Protesto Operário*, 27.4.1887, p. 2.

protestante no Bairro do Bom Sucesso, no Porto, ministrada por Gonçalves Viana, passaram a denominá-lo “Pedro Eremita” e “apóstolo da anarquia”<sup>538</sup>.

O diferendo entre anarquistas e socialistas teve como um dos palcos preferenciais o próprio semanário dos socialistas<sup>539</sup>. O marxista José Sérgio opôs-se à “intransigência sectária” propalada pelos anarquistas, entendendo a revolução, pelo contrário, como uma consequência de um processo natural<sup>540</sup>. Manifestou-se também contra a abstenção política, tal como defendera Réclus, alegando que nenhum deputado socialista eleito na Europa traiçoeiro o seu ideal<sup>541</sup>. Por outro lado, o caixeiro José António Cardoso respondeu às críticas ao abstencionismo, defendendo que um “Estado operário” nunca seria capaz de pugnar pela liberdade e igualdade absolutas<sup>542</sup>. Argumentou ainda que os anarquistas se mostravam intransigentes no que toca à abstenção política: “O voto é conferir a alguns o direito de impor a sua vontade à massa”<sup>543</sup>. A anarquia passaria, pois, pela anulação de toda a autoridade e, por conseguinte, do Estado<sup>544</sup>. A derrocada da autoridade deixaria os indivíduos entregues à sua vontade e livre iniciativa. Por sua vez, os agrupamentos, através do princípio federativo, dar-se-iam de forma espontânea.

Inicialmente, a criação dos grupos comunistas-anarquistas terá sido desvalorizada pelos socialistas, que os acusaram de ter uma “errada concepção do ideal socialista” e que nunca conseguiriam preponderar nas associações operárias do país. As escassas e assertivas palavras que o semanário socialista lhes dedicou denotam uma enorme crispação:

Não o quer entender assim um grupo pequeno e sem importância, que, saído de nós por questões pequeninas como são todas as questões pessoais, e trazidas a lume por uma vaidade injustificada e sem limites, faz acreditar que os tais grupos pomposamente denominados Comunistas-Anarquistas, foram criados com o propósito firme de, a pretexto de tudo, combater e caluniar os membros do partido operário, que não duvidam

---

<sup>538</sup> *O Protesto Operário*, 17.7.1887, p. 2.

<sup>539</sup> Esta discussão mereceu o destaque do *Revolté*, que apoiou os “anarquistas trânsfugas”, representados por José António Cardoso: VIANA, J. M. Gonçalves – *A Evolução Anarquista em Portugal*, p. 31.

<sup>540</sup> SÉRIO, José – “Um manifesto”. *O Protesto Operário*, 18.4.1886, p. 3.

<sup>541</sup> SÉRIO, José – “Evolução e Revolução”. *O Protesto Operário*, 2.5.1886, p. 3. Para o marxista, votar não era sinónimo de abdicar mas de exercer um direito. A ação política do operariado era inseparável da ação económica: SÉRIO, José – “Conversando...”. *O Protesto Operário*, 11.7.1886, p. 3.

<sup>542</sup> CARDOSO, J. A. – “A abstenção”. *O Protesto Operário*, 25.4.1886, p. 3.

<sup>543</sup> CARDOSO, J. A. – “Abstenção e revolução”. *O Protesto Operário*, 9.5.1886, p. 3.

<sup>544</sup> CARDOSO, J. A. – “A anarquia I”. *O Protesto Operário*, 1.8.1886, p. 4. “O Estado desaparece, pois, para dar lugar à federação universal da humanidade” e, desta forma, “chegaremos à concepção racional e prática da sociedade futura, sem autoridade, sem eleição e sem imposição”: CARDOSO, J. A. – “A anarquia II”. *O Protesto Operário*, 8.8.1886, p. 3.

um só momento em se sacrificar, chamando constantemente o proletariado à luta pelos seus interesses<sup>545</sup>.

A historiografia clássica aponta a transição do século XIX para o século XX como o período de adesão do movimento anarquista nas associações de classe<sup>546</sup>. Todavia, para António Ventura, o início da adesão começa a operar-se ainda no período entre 1893 e 1895<sup>547</sup>. Esta tese é reforçada pelo periódico socialista que, ainda em 1892, afirmou que uma das causas para o “indiferentismo” dos operários nas eleições ficou a dever-se à propaganda abstencionista dos anarquistas de *A Revolta*, periódico do Grupo Comunista-Anarquista de Lisboa<sup>548</sup>. No 1º de Maio do ano seguinte, a participação de anarquistas era já visível num comício na capital<sup>549</sup>. Em 1894, a propósito de alguns operários se terem declarado “abstencionistas”, numa assembleia em Alfama, onde marcaram presença alguns líderes anarquistas, os socialistas mostraram-se equidistantes face ao “critério burguês”, que entendia o sufrágio universal como ponto de chegada, e ao “critério anarquista”, abstencionista. O caminho a seguir era, pois, o da conquista eleitoral como forma de difundir os “princípios revolucionários”<sup>550</sup>.

Por fim, o episódio da condenação dos anarquistas de Chicago revelou-se importante para a introdução e entronização dos “mártires da revolução” no movimento operário e socialista internacional. Os socialistas portugueses manifestaram-se prontamente solidários com os executados pela República americana, não obstante as suas discordâncias com os princípios anarquistas<sup>551</sup>. Contudo, pouco tempo depois, os anarquistas seriam expulsos da II Internacional, em 1891, no Congresso de Bruxelas. O Partido Operário Socialista manifestou simpatia por esta tomada da decisão, uma vez que, tendo ainda sido tolerados no congresso parisiense de 1889, “os anarquistas estavam

---

<sup>545</sup> CAMPOS, Viterbo de – “A propaganda pelo facto”. *O Protesto Operário*, 26.2.1888, p. 2. Contudo, alguns anarquistas mantiveram-se, pelo menos nesta fase inicial, no Partido Operário Socialista, como foi o caso de Conceição Pires: “O comício de domingo”. *O Protesto Operário*, 27.12.1891, p. 2.

<sup>546</sup> Carlos da Fonseca aponta o ano de 1897, coincidente com o último ano de hegemonia do Partido Operário Socialista: VIANA, J. M. Gonçalves – *A Evolução Anarquista em Portugal*, p. 35-36.

<sup>547</sup> Para o autor, este “aparente vanguardismo” dever-se-ia ao peso diminuto dos partidários da acracia em Portugal, ao contrário do que sucedera em França, onde os trabalhos de alguns anarquistas nas associações sindicais resultaram de uma transformação tática entre 1894 e 1895, após a formação de Bolsas do Trabalho impulsionadas por Fernand Pelloutier, e que se federaram em 1894: VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*, p. 97-99.

<sup>548</sup> *O Protesto Operário*, 6.11.1892, p. 1.

<sup>549</sup> VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*, p. 99.

<sup>550</sup> “A eleição de candidatos socialistas, a conquista das tribunas municipais e nacionais, têm feito fortes e poderosos os partidos socialistas”: MARIUS [Manuel Luís de Figueiredo] – “A respeito das eleições”. *O Protesto Operário*, 1.1.1894, p. 1.

<sup>551</sup> “Os Mártires da Revolução”. *O Protesto Operário*, 20.11.1887, p. 1.

naturalmente excluídos de um congresso para que só tinham sido convocados os partidos operários e as agrupações de classe que aceitassem a legislação protetora do trabalho”<sup>552</sup>.

---

<sup>552</sup> “O Congresso de Bruxelas I”. *O Protesto Operário*, 11.10.1891, p. 1. Criticaram ainda os anarquistas por partirem do “princípio burguês da autonomia individual”, ao contrário dos socialistas que colocavam a primazia no “critério da soberania coletiva, absorvendo o individualismo”.

### 3. O movimento socialista em Portugal

#### 3.1. A 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional Socialista (1882)

O período entre a fundação do Partido Operário Socialista, em 1875, e a realização da 1.<sup>a</sup> Conferência Nacional Socialista, em 1882, foi bastante profícuo na realização de congressos e elaboração de programas<sup>553</sup>. Para além desta Conferência, o período entre 1882 e 1894 não conheceu a realização de qualquer congresso partidário. Contudo, torna-se relevante explanar a sua conjuntura e o seu significado, já que o novo programa e regulamento geral do partido aí aprovados vigoraram durante todo o período de publicação de *O Protesto Operário*.

Entre 11 e 15 de fevereiro de 1882, Lisboa foi palco de uma Conferência Socialista que reuniu numerosos delegados de agrupamentos e associações, bem como a direção do Partido Operário Socialista<sup>554</sup>. Já aqui se referiu a existência de cedências nos vários programas socialistas entre uma ala mais alinhada no reforço do associativismo laboral e outra que salientava a importância da intervenção política. Foi também explicitada anteriormente a influência marxista nesta Conferência, cujo programa aprovado, “um dos mais importantes [...] da organização socialista portuguesa”, foi escrito por José Ribeiro<sup>555</sup>.

Tal como referiu Carlos da Fonseca, registou-se um declínio no número de organizações e delegados representados ao longo dos vários congressos, entre 1877 e 1882, marcando presença nesta Conferência 9 delegados e 12 organismos<sup>556</sup>. O Anexo 2 identifica os delegados das várias associações com voto deliberativo.

Relativamente à ordem do dia, para além da revisão do programa e regulamento geral do partido, resolveu-se discutir qual a postura do partido face ao então atual “movimento democrático”, bem como a necessidade de reorganização da imprensa

---

<sup>553</sup> Em 1877, realizou-se o I Congresso Socialista Português, em Lisboa, tendo sido aprovado o primeiro programa do partido, da autoria de Nobre França: NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 72-73; em 1878 e 1879 realizaram-se no Porto e em Lisboa, respetivamente, os II e III Congressos Socialistas: *Idem*, p. 77-98; em 1880, seguiu-se o IV Congresso Socialista, tendo sido votado um novo programa partidário: *Idem*, p. 107-115.

<sup>554</sup> OLIVEIRA, César – *O Socialismo em Portugal (1850-1900)*, p. 131.

<sup>555</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 131-132.

<sup>556</sup> No I Congresso estiveram representados 48 delegados e 23 associações; no II Congresso, 22 delegados e 17 associações; no III Congresso, 21 delegados e 10 associações; FONSECA, Carlos – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. II, p. 16.



partidária<sup>557</sup>. Deste último ponto resultou a fusão dos periódicos socialistas do Porto e de Lisboa num periódico nacional, *O Protesto Operário*, tendo uma redação no Sul e outra no Norte do país. Quanto às resoluções políticas, reforçou-se a necessidade de manter um partido operário distinto dos demais e intransigente ao seu ideário, ainda que “pela fatalidade da própria existência, tenha de moldar a sua ação revolucionária às circunstâncias em que se encontra e às fases por que passar a sociedade portuguesa”<sup>558</sup>. Ou seja, há o reforço de um pragmatismo moldado às necessidades do país.

Inicialmente, o Grémio Operário determinou aos seus delegados que propusessem a “completa abstenção política do movimento e a sua reorganização económica”<sup>559</sup>. Não obstante, um dos seus delegados, António Sotto Maior Júdice, num tom mais contemporizador, advertiu para a necessidade de se privilegiar a educação dos “espíritos” e, só depois, lançar-se no campo político<sup>560</sup>. Inicialmente, parece ter havido alguma pressão por parte da linha “possibilista”, representada pelo Grémio Operário, para se fazer ouvir na Conferência<sup>561</sup>. Contudo, as organizações socialistas do Porto, sem dúvida influenciadas por José Ribeiro, e com o apoio de Azedo Gneco, fizeram valer a sua posição ao aprovarem por maioria um parecer que destacou o imperativo de representação nas várias manifestações políticas e sociais do país e, em caso de eleições, a exigência da apresentação de candidaturas operárias e socialistas, ainda que esta decisão coubesse aos agrupamentos locais<sup>562</sup>.

O programa aprovado nesta Conferência inicia com uma pequena introdução que expõe de forma indelével a dupla necessidade da emancipação económica e política da classe trabalhadora. De resto, apresenta 34 medidas que exprimem um conjunto de liberdades individuais, tais como a premência de uma maior democratização da política, das eleições e do acesso aos cargos de poder, bem como medidas que frisam a importância

---

<sup>557</sup> “Partido Operário Socialista: Resumo oficial das atas da Conferência de Lisboa”. *O Protesto Operário*, 13.8.1882, p. 1.

<sup>558</sup> “Partido Operário Socialista: Resumo oficial das atas da Conferência Socialista de Lisboa”. *O Protesto Operário*, 15.10.1882, p. 3-4.

<sup>559</sup> “Partido Operário Socialista: Resumo oficial das atas da Conferência de Lisboa”. *O Protesto Operário*, 13.8.1882, p. 1.

<sup>560</sup> “Enquanto, pois, não tivermos as nossas fileiras compactas, e fortes, para entrarem na luta política prática, fuja-mos de dar o espetáculo, para nós todos doloroso, de apresentarmos candidatos a deputados em círculos onde se obtêm quatro ou cinco votos, como ainda não há muito sucedeu”: “Partido Operário Socialista: Resumo oficial das atas da Conferência de Lisboa”. *O Protesto Operário*, 1.10.1882, p. 3-4.

<sup>561</sup> Por exemplo, através da aprovação de uma subscrição em favor dos manipuladores do tabaco em greve: *Ibidem*.

<sup>562</sup> “Partido Operário Socialista: Resumo oficial das atas da Conferência Socialista de Lisboa”. *O Protesto Operário*, 15.10.1882, p. 3-4.

dos municípios (e da sua federação numa assembleia nacional) como células-base da sociedade, mas também exigências relacionadas com a secularização, com a instrução e com as condições materiais dos trabalhadores. Por fim, salienta-se a proposta de nacionalização dos solos e consequente exploração por sociedades de operários agrícolas<sup>563</sup>. Ou seja, trata-se de um programa mais resumido do que os anteriores<sup>564</sup> e com medidas mais estruturais, uma consequência, como já foi dito, de alguma hegemonia que os “marxistas” obtiveram nesta Conferência. Contudo, certas medidas transitórias, como a criação de cooperativas de produção, continuam presentes. Ainda a decisão de uma maior autonomia da Associação dos Trabalhadores face ao Partido Operário Socialista comprova que, mais uma vez, houve a necessidade de cedências entre as várias tendências<sup>565</sup>.

No que concerne ao novo regulamento geral aprovado na Conferência, há a permanência de artigos referentes à organização interna, nomeadamente a importância da federação das associações distritais (do norte, centro e sul)<sup>566</sup>, bem como as liberdades e os deveres das associações federadas<sup>567</sup>, salientando-se certo tipo de disposições relacionadas com as greves (que deveriam ser, tanto quanto possível, nacionais), bem como a organização de cofres especiais de resistência em todas as associações, com uma quotização prevista de cada membro para socorrer os grevistas<sup>568</sup>. A intervenção “marxista” no novo Regulamento Geral é mais notória na possibilidade de se prever a não autorização de greves pelo partido, podendo estas gozar, quanto muito, de apoio facultativo<sup>569</sup>. Resta ainda acrescentar o reforço da defesa da intervenção do partido na política nacional, bem como a criação de um jornal nacional “que o representará no país, sustentado por todos os seus membros”<sup>570</sup>.

Nas páginas de *O Protesto Operário* destacou-se a importância desta Conferência para a introdução de um argumentário de natureza científica, “não só na crítica dos factos

---

<sup>563</sup> “Programa do Partido Operário Socialista votado na Conferência de Lisboa”. *O Protesto Operário*, 21.5.1882, p. 1-2.

<sup>564</sup> O Programa de 1877, aprovado no I Congresso, e o de 1880, no IV Congresso do Partido Socialista.

<sup>565</sup> CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*, p. 83.

<sup>566</sup> Cada federação distrital era composta por 3 membros com determinado tipo de funções internas. A primeira Federação Socialista do Centro, com sede em Coimbra, foi fundada em 1885: NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 153.

<sup>567</sup> Para uma determinada associação poder federar-se no Partido Operário Socialista teria apenas de aceitar o seu programa e cumprir o regulamento geral.

<sup>568</sup> “Regulamento Geral do Partido Operário Socialista”. *O Protesto Operário*, 11.11.1883, p. 3-4.

<sup>569</sup> *Ibidem*.

<sup>570</sup> Bem como outro tipo de publicações locais ou de classe profissional e certo tipo de propaganda oral: “Regulamento Geral do Partido Operário Socialista”. *O Protesto Operário*, 18.11.1883, p. 1-2.

económicos como na fórmula das reivindicações a estabelecer em face desses factos”<sup>571</sup>. A verdade é que a reação não se fez esperar e, ainda em 1883, o Centro Operário de Lisboa, um importante bastião do movimento operário no sul, aceitou o programa e o regulamento geral do partido<sup>572</sup>. Pouco depois, houve uma campanha de divulgação do programa na restante imprensa democrática<sup>573</sup>, bem como uma promessa de resposta aos leitores sobre quaisquer dúvidas que o programa suscitasse<sup>574</sup>. O programa foi comparado a outros, nomeadamente com o programa socialista italiano, uma vez que “a luta no campo político e económico, assim como a classe operária constituída em partido militante, distanciado por completo de todos os partidos burgueses” seria uma aspiração partilhada por todas as “escolas socialistas”<sup>575</sup>.

Resta ainda salientar o impacto e a simpatia com que este programa foi acolhido na ala radical e federalista do movimento republicano que, pela voz de Carrilho Videira, contrapôs a coerência do Partido Operário Socialista com a atitude contemporizadora dos republicanos “moderados” em relação aos monárquicos progressistas<sup>576</sup>. Contudo, os socialistas mostraram-se intransigentes quanto a uma possível união com os federalistas. À *Folha do Povo*, periódico republicano federalista portuense, que questionou os socialistas de não pactuarem com os republicanos para o derrube da monarquia, visto ambos os programas serem idênticos, a redação do periódico socialista respondeu, por sua vez, que tudo os diferenciava quer da monarquia quer da “república burguesa”<sup>577</sup>.

### 3.2. Participação eleitoral

Como já se percebeu, a questão eleitoral foi central no Partido Operário Socialista e marcou, de forma indelével, a vida interna e as dinâmicas de ação no movimento socialista em Portugal<sup>578</sup>. Apesar de algumas posições mais ideológicas e radicais sobre

---

<sup>571</sup> Ao contrário do Programa de 1880, cujas medidas foram consideradas, na sua maior parte, “impraticáveis”: “O nosso Programa I”. *O Protesto Operário*, 28.5.1882, p. 2.

<sup>572</sup> “Centro Operário de Lisboa”. *O Protesto Operário*, 2.12.1883, p. 1. Esta mesma associação realizou, pouco tempo depois, uma série de conferências para a análise do programa socialista: “Programa do Partido Operário Socialista”. *O Protesto Operário*, 26.10.1884, p. 4.

<sup>573</sup> “Programa do Partido Socialista”. *O Protesto Operário*, 3.8.1884, p. 3-4.

<sup>574</sup> “O Programa Socialista I”. *O Protesto Operário*, 10.8.1884, p. 1. Neste artigo, a “burguesia inteligente” foi acusada de não compreender verdadeiramente o programa socialista.

<sup>575</sup> “Notas internacionais”. *O Protesto Operário*, 11.9.1892, p. 2.

<sup>576</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. II, p. 131.

<sup>577</sup> “O nosso programa (críticas)”. *O Protesto Operário*, 10.8.1884, p. 1-2.

<sup>578</sup> Motivando mesmo graves diferendos entre militantes socialistas, como as eleições de 1877 e 1878 que provocaram um corte provisório de relações entre as organizações do Porto e de Lisboa: SANTOS, Maciel

esta questão, a verdade é que o Partido Operário Socialista acabou quase sempre por manter uma atitude tática. O Anexo 3 identifica a posição do partido nas diversas eleições ocorridas entre 1882 e 1894.

Desde o início que se protestou de forma veemente contra os abusos praticados nos recenseamentos eleitorais, acusados de marginalizarem um grande número de eleitores<sup>579</sup>. Não obstante, a redação do periódico socialista apelou, por mais de uma vez, para que os operários promovessem a sua inscrição nos recenseamentos durante os prazos estabelecidos<sup>580</sup>.

Nas eleições legislativas suplementares, em Lisboa, realizadas em novembro de 1882, o partido resolveu abster-se, ainda que tenha apelado ao voto nos candidatos “cujas ideias mais se aproximem das do nosso partido”<sup>581</sup>, isto é, nos candidatos republicanos Magalhães Lima e Eduardo Maia<sup>582</sup>.

Em 1883 realizaram-se eleições distritais, municipais e paroquiais, sendo que o Partido Socialista resolveu uma vez mais abster-se, deixando liberdade de ação aos seus filiados e correligionários, apesar de sublinhar a importância do municipalismo para a organização de revolucionários nas juntas comunais, numa primeira fase de uma hipotética revolução socialista<sup>583</sup>. Os socialistas terão sido mais amistosos com certas candidaturas republicanas, como no Porto (considerada uma lista de “nomes respeitáveis”)<sup>584</sup>, do que com outras, nomeadamente a de Lisboa (pelo facto de os republicanos terem feito uma coligação com os progressistas)<sup>585</sup>. Quanto às eleições paroquiais, algumas foram ganhas pelos republicanos. Todavia, nas que perderam, lamentou-se a falta de coerência e a desunião, tendo sido expectável a elaboração de listas em que participassem “todos os elementos avançados da freguesia”, isto é, que incluíssem socialistas, o que acabou por não se verificar<sup>586</sup>.

---

Morais – “O Partido Socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas”, como ficou já patente no primeiro capítulo, uma das causas para o agravamento das dissidências entre “possibilistas” e “marxistas”, nos princípios dos anos 90 de oitocentos, terá sido a questão eleitoral.

<sup>579</sup> *O Protesto Operário*, 5.3.1882, p. 3.

<sup>580</sup> “Direitos políticos”. *O Protesto Operário*, 28.1.1883, p. 1.

<sup>581</sup> “Eleições suplementares”. *O Protesto Operário*, 5.11.1882, p. 1.

<sup>582</sup> Victor de Sousa, numa carta enviada à redação, negou ter participado na comissão de candidatura do republicano Eduardo Maia, ainda que estivesse presente no seu comício e ponderado votar nessa candidatura: SOUSA, Victor de – “Carta”. *O Protesto Operário*, 29.10.1882, p. 2.

<sup>583</sup> *O Protesto Operário*, 13.5.1883, p. 3.

<sup>584</sup> Incitando, até, ao voto nessa lista: “Eleições camarárias”. *O Protesto Operário*, 28.10.1883, p. 4.

<sup>585</sup> Aliás, o deputado eleito Elias Garcia foi severamente criticado por não ter um programa definido e por ter tentado atrair a classe trabalhadora: “Que pena!...”. *O Protesto Operário*, 11.11.1883, p. 1.

<sup>586</sup> “Eleições paroquiais”. *O Protesto Operário*, 25.11.1883, p. 4.

No ano seguinte, os Conselhos das Federações do Norte e do Sul do Partido Operário Socialista optaram, de forma unânime, pela abstenção nas eleições legislativas, expondo através de manifestos os motivos para tal decisão, uma vez que o partido “não possui os elementos eleitorais necessários para se bater vantajosamente na urna”, recusando, por sua vez, uma aliança com a “burguesia liberal”<sup>587</sup>. Também em 1885 o partido se absteve de concorrer às eleições de dezembro, alegando a prioridade da questão do associativismo<sup>588</sup>. Para além da Federação do Norte, que se absteve totalmente de apresentar candidatos ao município do Porto, também a Federação do Sul (em conformidade com uma conferência regional realizada para avaliar, entre outros assuntos, a posição a ter nas eleições) se absteve, lamentando a “decadência” das listas monárquicas e republicanas pela ausência de um programa e pela sobrevalorização que teriam dado à questão do regime<sup>589</sup>. A propósito da vitória dos progressistas em grande número de municípios do país, *O Protesto Operário* afirmou que estes outrora teriam pertencido ao Partido Regenerador e que, no futuro, cairiam nas mãos dos republicanos, o que mostra que “a vontade popular é nula” e “o que manda é o capricho onipotente do influente local, do proprietário ou do capitalista, que é quem faz as eleições e nomeia os delegados do poder”<sup>590</sup>.

Em 1886 foram anunciadas eleições legislativas, mas apenas se concretizaram em março do ano seguinte<sup>591</sup>, resolvendo o Partido Operário Socialista abster-se novamente. O Conselho Federal do Sul distribuiu um manifesto a justificar a sua abstenção, em conformidade com as deliberações aprovadas pelas assembleias dos agrupamentos socialistas<sup>592</sup>, alegando que, apesar de não abandonarem a luta política, teriam de lidar primeiramente com a situação desfavorável da maior parte dos trabalhadores se encontrarem fora dos recenseamentos eleitorais<sup>593</sup>.

No ano de 1888 realizaram-se eleições extraordinárias pela círculo plurinominal n.º 70, em Lisboa, para disputar o lugar vago deixado pela morte do deputado Tomás Bastos. O Partido Operário Socialista absteve-se, “aguardando ocasião mais oportuna

---

<sup>587</sup> [Federação do Norte do Partido Operário Socialista] – “Aos operários”. *O Protesto Operário*, 29.6.1884, p. 2.

<sup>588</sup> CAMPOS, Viterbo de – “Questões necessárias IV”. *O Protesto Operário*, 27.9.1885, p. 3.

<sup>589</sup> “As eleições municipais”. *O Protesto Operário*, 13.12.1885, p. 1.

<sup>590</sup> *O Protesto Operário*, 21.11.1886, p. 1.

<sup>591</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, p. 157.

<sup>592</sup> “Conselho Federal do Sul”. *O Protesto Operário*, 27.2.1887, p. 3.

<sup>593</sup> [Conselho Federal do Sul] – “As eleições”. *O Protesto Operário*, 6.3.1887, p. 1.

para afirmar na urna o seu ideal de regeneração social”, embora não se tenha coibido de comentar a escolha do candidato republicano<sup>594</sup>.

O ano de 1889 marcou uma viragem de uma posição abstencionista para a intervenção em eleições, com candidaturas próprias, apresentadas pelos socialistas. As justificações para o sucedido são variadas. Por um lado, o que se verificou a partir de 1886-1887, com o “renascer” do movimento operário, pode ter motivado uma mudança de estratégia. Ora, uma vez reforçado o associativismo, era altura dos socialistas se virarem para a questão política, tal como sempre defenderam. Por outro lado, a realização do Congresso Internacional de Paris, nesse ano, funcionou, certamente, como elemento-chave para esta nova atitude. Ainda no início do ano, alertou-se várias vezes os trabalhadores para que procedessem à sua inscrição como eleitores nas correspondentes secções e comissões de recenseamento político<sup>595</sup>.

Nas eleições legislativas de outubro, o partido apresentou oficialmente as candidaturas de Nobre França e de Luís de Figueiredo, pelo círculo n.º 70 de Lisboa<sup>596</sup>. Apesar de não acreditarem na vitória, justificou-se esta participação pelas “circunstâncias especiais em que se encontra a sociedade portuguesa”, apelando ao voto dos “sinceros revolucionários” e “trabalhadores conscientes”<sup>597</sup>. Salientou-se ainda que esta entrada nas eleições constituía “uma afirmação de honestidade” e um “meio disciplinar”<sup>598</sup>. O escasso número de votos não impediu que o Partido Operário Socialista reivindicasse uma “vitória moral”, explicando as razões para o escasso resultado<sup>599</sup>. O serralheiro Luís Soares também se candidatou pelo Porto, ainda que sem a chancela oficial do partido<sup>600</sup>. Já nas eleições municipais de novembro, o partido resolveu abster-se, embora tendo aguardado “ocasião mais propícia para apresentar ao sufrágio o nome de alguns operários”. Sem embargo, um grupo de operários de Peniche resolveu apresentar uma candidatura

---

<sup>594</sup> Os republicanos apresentaram Teófilo Braga nesta eleição; todavia, os socialistas sugeriram nomes como Magalhães Lima e Latino Coelho: *O Protesto Operário*, 26.2.1888, p. 2.

<sup>595</sup> “É escusado dizermos que não esperamos que a revolução saia da urna. Sem embargo, aconselhamos a todos os nossos amigos que reclamem o voto, aproveitando assim esse pequeno direito que as leis burguesas lhe conferem”: “Recenseamento eleitoral”. *O Protesto Operário*, 20.1.1889, p. 2.

<sup>596</sup> “Eleições de deputados”. *O Protesto Operário*, 13.10.1889, p. 1.

<sup>597</sup> “Eleições”. *O Protesto Operário*, 13.10.1889, p. 1. Foi aberta ainda uma subscrição de apoio aos candidatos nas páginas do periódico socialista: “Subscrição eleitoral”. *O Protesto Operário*, 13.10.1889, p. 3.

<sup>598</sup> GRAÇA, Damásio da – “As Eleições e o Partido Operário”. *O Protesto Operário*, 20.10.1889, p. 2.

<sup>599</sup> Como a diminuta representação de operários conscientes inscritos nos recenseamentos, a fraca organização de que o partido dispunha e, ainda, a insuficiente propaganda: “Eleições”. *O Protesto Operário*, 27.10.1889, p. 1.

<sup>600</sup> “Eleições”. *O Protesto Operário*, 27.10.1889, p. 1.

espontânea, obtendo uma “votação excelente”, o que motivou a afirmação, pelos socialistas, da necessidade de se organizar uma associação socialista nessa cidade<sup>601</sup>.

Nas eleições legislativas de 1890, apenas a Federação do Norte apresentou candidatos às eleições, isto é, os socialistas Viterbo de Campos e Eduardo de Carvalho e Cunha, pelo Porto, e Luís Soares, por Vila Nova de Gaia. Aliás, o expressivo número de votos oficiais alcançados por este último suscitou algum regozijo pelo periódico socialista, que lamentou ainda os votos que não teriam sido contados pelas mesas “facciosamente burguesas”<sup>602</sup>. No entanto, a Federação do Sul, sob proposta de Victor de Sousa, em assembleia da Associação dos Trabalhadores, resolveu abster-se nestas eleições<sup>603</sup>, considerando mesmo que estas tomaram “o aspeto de uma simples briga entre pessoas da mesma família”<sup>604</sup>.

Em novembro de 1891, a propósito de uma reforma administrativa decretada pelo Governo, realizaram-se novas eleições municipais em Lisboa<sup>605</sup>. O Partido Operário Socialista absteve-se oficialmente, justificando a sua decisão pela suposta exclusão de operários socialistas nos recenseamentos eleitorais, pelas comissões<sup>606</sup>, embora tivessem participado alguns elementos socialistas nas listas republicanas, o que terá contribuído para um agudizar das divisões internas<sup>607</sup>.

Nas eleições legislativas de 1892, o partido absteve-se oficialmente e em concordância com o decidido nas assembleias da Associação dos Trabalhadores de Lisboa e Porto. Contudo, alguns socialistas de Lisboa decidiram apresentar uma lista operária, sem que tivessem sido sancionados pelo partido<sup>608</sup>. Alguns eleitores das províncias também votaram no candidato redator do periódico socialista, Luís de Figueiredo<sup>609</sup>. O agravamento das dissidências entre as duas facções socialistas teve nestas eleições um dos episódios mais importantes, uma vez que o Centro Operário de Propaganda Socialista, no Porto, alinhado com a ala “marxista”, tomou uma decisão

---

<sup>601</sup> *O Protesto Operário*, 10.11.1889, p. 3.

<sup>602</sup> *O Protesto Operário*, 13.4.1890, p. 3.

<sup>603</sup> *O Protesto Operário*, 23.3.1890, p. 1.

<sup>604</sup> Ou seja, referindo-se à aliança entre progressistas e republicanos contra a lista regeneradora: “As Eleições”. *O Protesto Operário*, 30.3.1890, p. 1.

<sup>605</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, p. 188.

<sup>606</sup> “Eleições municipais”. *O Protesto Operário*, 8.11.1891, p. 1.

<sup>607</sup> Eudócio Azedo Gneco, pelo círculo 3, e José Nobre França, pelo círculo 6: NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, p. 188-189. Esta desinteligência provocada no Partido Operário Socialista foi já aflorada no capítulo 2.

<sup>608</sup> “As eleições”. *O Protesto Operário*, 30.10.1892, p. 1.

<sup>609</sup> Em Silves, por exemplo, o candidato terá obtido 57 votos. “Candidaturas operárias”. *O Protesto Operário*, p. 1.

contrária à Associação dos Trabalhadores e decidiu entrar na luta eleitoral, propondo os candidatos a deputados Francisco Viterbo de Campos e Garcia e Silva, pelo Porto, e Luís Soares, uma vez mais por Vila Nova de Gaia<sup>610</sup>.

Por fim, nas eleições legislativas de abril de 1894, registou-se o contrário do sucedido dois anos antes. Ou seja, o Partido Operário Socialista decidiu intervir oficialmente nas eleições, apresentando candidatos “possibilistas” pelos círculos de Lisboa, ao mesmo tempo que os seguidores de Azedo Gneco decidiram abster-se<sup>611</sup>. Sabe-se que, para além dos votos obtidos em Lisboa, Luís de Figueiredo obteve ainda 84 votos em Silves<sup>612</sup>. Contudo, os socialistas lamentaram a totalidade do resultado obtido, algo inédito ao longo das eleições decorridas, deixando uma nota de desânimo perante o sucedido: “Não somos dos que se consolam com as chamadas vitórias morais. [...] As coisas são o que são, não o que deviam ser”<sup>613</sup>.

### 3.3. Associativismo laboral, greves e movimentações

No período entre as movimentações operárias de 1872-1873 e o Congresso Internacional de Paris, realizado em 1889, terá havido um incremento de cerca de 18.000 trabalhadores “sindicalizados”<sup>614</sup>. Porém, terá de perceber-se de que forma se procedeu este fenómeno e quais os principais vetores do fomento do associativismo laboral entre 1882 e 1894. O Anexo 4 é ilustrativo do número de associações de classe constituídas durante o período em análise, algumas das quais como secções da Associação dos Trabalhadores, bem como a realização dos Congressos das Associações de Classe. Por sua vez, os Anexos 5 e 6 traduzem, respetivamente, as greves e as ações/manifestações registadas pelo periódico socialista em igual período.

---

<sup>610</sup> NICETUS – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 17.7.1892, p. 3. Para além do mais, o candidato Garcia e Silva foi encarado com bastante renitência pelo semanário operário, uma vez que era proprietário de uma oficina tipográfica.

<sup>611</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 211.

<sup>612</sup> *O Protesto Operário*, 22.4.1894, p. 1.

<sup>613</sup> “Atualidades”. *O Protesto Operário*, 22.4.1894, p. 1.

<sup>614</sup> Em 1872, o número rondava os 3000 trabalhadores; já em 1889, estariam associados no Partido Operário Socialista, Associação dos Trabalhadores e respetivas Associações de Classe, cerca de 21.000 operários: MÓNICA, Maria Filomena – *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, p. 191.



### 3.3.1. Um período de certa acalmia: 1882-1885

O nascimento das associações de classe situa-se, em grande medida, na década de 1880, apesar da sua regulação datar apenas do início da década seguinte, com o Decreto de 9 de maio de 1891<sup>615</sup>. O período entre as movimentações operárias de 1872-1873 (motivadas, em grande medida, contra os “serões”, os salários diminutos e o atraso nos pagamentos) e os anos 1886-1887 (tendo sido considerado no capítulo anterior como o “renascer” do movimento operário) reflete alguma acalmia do ponto de vista do associativismo, das agitações e das greves laborais. Podem apontar-se algumas causas, como a crise de 1876 e a decadência da Associação Internacional dos Trabalhadores<sup>616</sup>. Apesar de tudo, não se tratou de uma página em branco.

Em 1882, realizou-se um Congresso das Associações Operárias, nos salões da Câmara Municipal de Lisboa, tendo aderido várias associações, como, por exemplo, a Associação dos Trabalhadores do Porto, através de Azedo Gneco<sup>617</sup>. Sabe-se que a sua realização (que contou com elementos republicanos, como Teófilo Braga e Consiglieri Pedroso) terá sido do agrado dos socialistas, uma vez que se discutiram assuntos relacionados com a reorganização das associações de socorros mútuos, mas também a questão do ensino<sup>618</sup>. Apesar de tudo, lamentou-se a escassez de representatividade operária nos eleitos das juntas do Norte e do Sul<sup>619</sup>. Logo de seguida, apelou-se para que todas as classes trabalhadoras constituíssem a sua associação através de secções anexas à Associação dos Trabalhadores, como forma de combater a desvalorização gradual do trabalho<sup>620</sup>. Aliás, as reuniões que antecederam a constituição da Associação Cooperadora dos Operários Tecelões do Porto e Artes Correlativas (secção da Associação dos Trabalhadores, ambas sediadas no Largo da Fontinha) tiveram uma motivação relacionada com a urgência de “pôr termo à baixa dos salários”<sup>621</sup>. Foram criadas, inclusivamente, comissões organizadoras nos vários bairros do Porto que se dedicaram a

---

<sup>615</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. II, p. 31.

<sup>616</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 68-69.

<sup>617</sup> Antero de Quental foi igualmente nomeado delegado. Contudo, não terá comparecido por motivos de saúde: *O Protesto Operário*, 11.6.1882, p. 3.

<sup>618</sup> “Congresso das Associações”. *O Protesto Operário*, 25.6.1882, p. 2.

<sup>619</sup> *O Protesto Operário*, 3.12.1882, p. 3.

<sup>620</sup> Tal como terá acontecido em 1872-1873: E. [tecelão] – “A crise na indústria dos tecelões”. *O Protesto Operário*, 27.8.1882, p. 2

<sup>621</sup> *O Protesto Operário*, 30.9.1882, p. 1-2.

reconstituir as antigas secções de tecelões federadas na Associação dos Trabalhadores<sup>622</sup>. A verdade é que, pouco depois, registou-se um progresso nos trabalhos destas comissões, com a inscrição de centenas de novos sócios<sup>623</sup>.

No ano seguinte, foi apresentado ao Parlamento um projeto de lei que visava regulamentar o dia normal de trabalho, mas também o trabalho de menores e de mulheres, da autoria do ministro Saraiva de Carvalho. Na realidade, tratava-se de uma antiga reivindicação da Associação dos Trabalhadores, defendendo esta que a mesma teria sido “adulterada” pelo ministro progressista<sup>624</sup>. Em junho, reuniu-se pela segunda vez o Congresso das Associações Operárias. Da ordem de trabalhos constavam princípios gerais a respeito do funcionamento das associações, bem como disposições acerca das relações associativas com as instituições estatais<sup>625</sup>. Apesar de insistirem no argumento da perda de importância do Congresso, “devido à eleição de indivíduos incompetentes”, leia-se republicanos<sup>626</sup>, os dirigentes socialistas Nobre França e Azedo Gneco emitiram pareceres ao Congresso, o primeiro sobre “relações associativas com as instituições do Estado”<sup>627</sup> e o segundo sobre os “meios de garantir a permanência dos indivíduos nas indústrias a fim de não padecerem injustiças”<sup>628</sup>. Aliás, o Congresso das Associações nascera na sequência das comemorações camonianas, daí a presença de múltiplos delegados republicanos.

Fundaram-se ainda importantes bastiões associativos durante esse ano, como a Sociedade Cooperativa *A Voz do Operário* e a Associação Emancipadora do Trabalho, que, mais tarde, passou a designar-se Centro Operário de Lisboa, ambas sediadas em Alfama<sup>629</sup>. De registar ainda a união da classe dos ferreiros, em outubro, na Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas<sup>630</sup>. Sem embargo, lamentava-se a tímida participação dos operários nas associações, em comparação com outros países. Admitia-se também as

---

<sup>622</sup> J. C. L. – “A classe dos tecelões”. *O Protesto Operário*, 22.10.1882, p. 2.

<sup>623</sup> Em Dezembro desse ano contava-se já com a inscrição de 232 novos sócios, alguns deles mulheres tecelãs: *O Protesto Operário*, 17.12.1882, p. 2.

<sup>624</sup> PEREIRA, Constantino – “O trabalho dos menores”. *O Protesto Operário*, 11.2.1883, p. 1.

<sup>625</sup> “Congresso das associações portuguesas: 2ª reunião”. *O Protesto Operário*, 3.6.1883, p. 1.

<sup>626</sup> “Congresso das associações portuguesas”. *O Protesto Operário*, 10.6.1883, p. 1.

<sup>627</sup> “Relações associativas com as instituições do Estado”. *O Protesto Operário*, 17.6.1883, p. 2-3.

<sup>628</sup> “Meios de garantir a permanência dos indivíduos nas indústrias afim de não padecerem injustiças”. *O Protesto Operário*, 17.6.1883, p. 3-4.

<sup>629</sup> Esta última acabou mesmo por se filiar no Partido Operário Socialista: NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, p. 144.

<sup>630</sup> “Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas”. *O Protesto Operário*, 30.9.1883, p. 4.

enormes dificuldades em reerguer o movimento associativo, desde a época de liderança da Fraternidade Operária<sup>631</sup>.

No Congresso das Associações de 1884 estiveram representados os delegados socialistas Conceição Fernandes e Azedo Gneco, pelo Porto, Nobre França e Luís de Figueiredo, por Lisboa<sup>632</sup>. A crítica ao rumo tomado pelo Congresso tornou-se ainda mais audível do que nos anos anteriores, lamentando-se o estado “deplorável” e os sucessivos erros tomados pelos líderes republicanos<sup>633</sup>. Este ano também contou com algumas reivindicações, como a da classe dos carpinteiros e pedreiros, sobre a necessidade de regulamentação dos andaimes e bailéus, devido ao número elevado de acidentes<sup>634</sup>, e a da exigência de regulamentação dos aprendizes de artesãos, por parte de classes como a tipográfica<sup>635</sup>.

No dia 23 de março de 1885 realizou-se o primeiro Congresso Operário totalmente promovido pela classe dos ferreiros, reunido na Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas, com o objetivo de verem ser “tratadas as questões de interesse geral da classe trabalhadora, e onde se promova a mais íntima solidariedade entre as associações populares”<sup>636</sup>. Das teses apresentadas ao Congresso destacam-se algumas relacionadas com a proteção da indústria pelo Estado, a necessidade de regulamentação da aprendizagem e da diminuição das horas de trabalho, bem como a projeção da organização de câmaras sindicais de ofício. Quanto ao Congresso das Associações desse ano, pouco mais há a assinalar de que o agravar das dissidências com os republicanos<sup>637</sup>. De resto, o Congresso só voltaria a reunir em 1890, já com uma maior preponderância das associações socialistas.

---

<sup>631</sup> Numa estatística, admiu-se existirem cerca de 5000 associados, 3000 dos quais reunidos em Lisboa e 2000 no Porto: “As associações de classe”. *O Protesto Operário*, 22.6.1883, p. 1-2.

<sup>632</sup> “Congresso das Associações”. *O Protesto Operário*, 8.6.1884, p. 3.

<sup>633</sup> “Congresso das Associações”. *O Protesto Operário*, 22.6.1884, p. 2-3. Na verdade, a maioria dos eleitos do Congresso nas juntas eram republicanos. Por exemplo, para a Junta Departamental do Sul foram eleitos 15 republicanos, 8 regeneradores e apenas 2 socialistas: “Junta departamental do sul”. *O Protesto Operário*, 22.6.1883, p. 4.

<sup>634</sup> “Ação do Partido Operário Socialista: Andaimes e Bailéus”. *O Protesto Operário*, 14.9.1884, p. 1. Esta foi uma reivindicação constante ao longo da década de 80 e início da de 90 de oitocentos.

<sup>635</sup> “Questões tipográficas II”. *O Protesto Operário*, 19.10.1884, p. 3. Em 1885, foi enviada uma nova representação à Câmara Municipal de Lisboa por parte de uma comissão composta por delegados do Centro Operário de Lisboa, Conceição Pires e Almeida Vasconcelos, e da União dos Carpinteiros Civis, Guedes Quinhones: “Aindaimes e Bailéus”. *O Protesto Operário*, 13.12.1885, p. 2.

<sup>636</sup> “Congresso Operário”. *O Protesto Operário*, 10.5.1885, p. 1-2.

<sup>637</sup> “Uns restos do Congresso das Associações, morto, mais estúpida que criminosamente, pelo Partido Republicano”: “Congresso”. *O Protesto Operário*, 14.6.1885, p. 3.

As ações de agitação ocorridas durante o ano inaugural do periódico socialista foram, regra geral, manifestações mais amplas, abrangendo toda a oposição “democrática” contra, por exemplo, o aumento de impostos e os “esbanjamentos” por parte do governo chefiado por Fontes Pereira de Melo<sup>638</sup>, bem como a revolta contra as alterações do Código Penal (nomeadamente contra a proibição de constituição de associações)<sup>639</sup> e, ainda, a realização de um comício anticatólico no Porto por parte de algumas associações participantes no cortejo comemorativo do centenário pombalino<sup>640</sup>. De resto, a oposição socialista e republicana protagonizou um conjunto de *meetings* de protesto contra a “questão da *Salamancada*”<sup>641</sup>, isto é, contra alegadas irregularidades associadas a grupos privados, o *sindicato bancário*, em obras públicas, como foi o caso da construção do caminho de ferro até Salamanca<sup>642</sup>.

A referência à realização de greves é bastante escassa neste período entre 1882 e 1885. Registou-se a greve levada a cabo pela classe dos manipuladores de tabaco de Lisboa, em 1882, a maior deste período, realizada pela classe profissional com mais meios e maior “poder” nesta altura. *O Protesto Operário* empenhou-se numa campanha de solidariedade para com os manipuladores grevistas<sup>643</sup>, condenando as supostas intimidações levadas a cabo pela polícia<sup>644</sup> e repreendendo os “traidores” da greve<sup>645</sup> e a cedência, pelo facto da Associação União Fraternal dos Manipuladores de Tabaco ter reunido com o ministro na tentativa de se chegar a um consenso<sup>646</sup>, o que, na verdade, acabou por acontecer<sup>647</sup>. De resto, outras greves menores sucederam-se até 1886, sem o impacto da dos manipuladores de tabaco. Algumas terminaram de uma forma negativa, na perspetiva dos socialistas, como a dos condutores da Companhia de Carris de Lisboa, acusando-se mesmo os operários de não se associarem e de não sustentarem os seus periódicos, resultando num mau planeamento das greves<sup>648</sup>. Por exemplo, a propósito da

---

<sup>638</sup> “Comício contra os impostos”. *O Protesto Operário*, 12.3.1882, p. 2.

<sup>639</sup> “Comício”. *O Protesto Operário*, 20.4.1884, p. 3.

<sup>640</sup> “Comício anticatólico no Porto”. *O Protesto Operário*, 14.5.1882, p. 3.

<sup>641</sup> *O Protesto Operário*, 11.10.1882, p. 4.

<sup>642</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho – “O avanço do Republicanismo e a Crise da Monarquia Constitucional”, p. 116.

<sup>643</sup> O periódico socialista abriu, inclusivamente, uma subscrição de apoio aos grevistas: *O Protesto Operário*, 26.3.1882, p. 4. Foi ainda criada uma comissão para a promoção de um sarau de beneficência em favor dos grevistas.

<sup>644</sup> *O Protesto Operário*, 12.3.1882, p. 3.

<sup>645</sup> *O Protesto Operário*, 18.3.1882, p. 3. Aliás, recorreram mesmo a uma lista discriminatória dos operários que acabaram por desistir da greve.

<sup>646</sup> *O Protesto Operário*, 18.3.1882, p. 4.

<sup>647</sup> *O Protesto Operário*, 4.6.1882, p. 3.

<sup>648</sup> “Greves”. *O Protesto Operário*, 9.9.1883, p. 2.

greve dos operários do porto de Leixões, em 1884, afirmou-se que “de um dia para o outro não se faz coisa nenhuma”<sup>649</sup>. Por outro lado, temia-se que a burguesia aliciasse alguns operários de outros pontos do país e, até, estrangeiros (maioritariamente espanhóis) para ocuparem o lugar dos revoltosos. Por exemplo, na greve dos operários torneiros da Empresa Industrial Portuguesa, em 1886, foi evidente a enorme preocupação com esta questão: “O que pedimos aos operários do país e do estrangeiro, é que NEM UM venha ocupar os postos dos grevistas, atraíndo a causa do trabalho”<sup>650</sup>.

### 3.3.2. O “renascer” do movimento operário: 1886-1890

As representações com certo tipo de reivindicações de classe enviadas a instituições políticas tornaram-se cada vez mais comuns neste período. A Associação dos Ferreiros dirigiu uma representação ao Parlamento, em 1886, sobre a necessidade de se estabelecer o horário do dia normal de trabalho, bem como a regulação do trabalho de menores e a criação de comissões entre operários e industriais, a determinação de responsabilidades pelos desastres ocorridos, entre outras questões<sup>651</sup>. Na verdade, algumas destas medidas só foram regulamentadas mais tarde, como veremos.

De resto, o ano de 1886 representou, por um lado, uma continuidade ao nível das reivindicações anteriores, como a proposta que a Associação dos Trabalhadores enviou à Câmara Municipal do Porto acerca da regulamentação de andaimes e bailéus, tal como acontecera em Lisboa<sup>652</sup>. Ainda no Porto, destaca-se a fundação de uma nova associação socialista de carácter instrutivo, a Biblioteca Operária<sup>653</sup>. Todavia, é também neste ano que se encontram as sementes daquilo que viria a ser, no ano seguinte, o “renascer” do movimento associativo em Portugal, com a constituição, por exemplo, da Federação dos Trabalhadores, em Lisboa, que contou, na sua comissão federal, com a liderança de socialistas destacados, como Guedes Quinhones<sup>654</sup>. Por outro lado, a constituição da Associação de Classe dos Manipuladores de Tabaco no Porto nasceu da necessidade de se analisar a questão da fusão das fábricas de tabaco ou, melhor, uma reação à proposta do governo progressista de alterar o regime dos tabacos através do reforço da Companhia

---

<sup>649</sup> “Greve no Porto”. *O Protesto Operário*, 7.12.1884, p. 3-4.

<sup>650</sup> *O Protesto Operário*, 15.8.1886, p. 1.

<sup>651</sup> “Horas de trabalho”. *O Protesto Operário*, 2.5.1886, p. 4.

<sup>652</sup> *O Protesto Operário*, 7.11.1886, p. 1.

<sup>653</sup> *O Protesto Operário*, 29.8.1886, p. 3.

<sup>654</sup> *O Protesto Operário*, 12.12.1886, p. 3.

Nacional. Isto é, a possibilidade de constituição do monopólio<sup>655</sup>, o que deu origem à publicação de um manifesto pela classe no Porto e em Lisboa<sup>656</sup>, bem como a uma série de reuniões<sup>657</sup>.

Normalmente, as greves eram motivadas por uma diminuição salarial, pela prepotência dos industriais ou, ainda, por uma exigência de redução do número de horas do dia normal de trabalho, o que começou por ser uma reivindicação comum em 1886, a partir do exemplo dos operários norte americanos que, nesse ano, protagonizaram uma enorme agitação pelas 8 horas de horário de trabalho diário<sup>658</sup>. Aliás, pouco depois desta agitação, defendeu-se que os “ventos favoráveis” poderiam dar origem a uma reorganização da sociedade<sup>659</sup>.

E os “ventos”, em 1887, pareciam estar mesmo a mudar. A questão dos horários e dos salários contribuiu para a agitação do operariado que se fez sentir nesse ano<sup>660</sup>. Ainda no início do ano, o Conselho Geral da Associação Cooperadora dos Operários Tecelões do Porto resolveu começar uma campanha junto dos industriais pela unificação do preço da mão de obra e pela regularização da aprendizagem<sup>661</sup>. Numa das reuniões, em que teriam participado mais de 2000 operários, Eduardo de Carvalho e Cunha propôs a nomeação de uma comissão para negociar junto dos industriais esta questão, tendo sido aprovada, ficando ainda decidido enviar uma representação ao Parlamento para reivindicar a criação de câmaras sindicais, a regulamentação do trabalho de menores e mulheres, a criação de tribunais de árbitros avindores, a sustentação de escolas industriais, a fixação do dia normal de trabalho em 9 horas para a indústria mecânica, a responsabilidade direta dos proprietários das oficinas em caso de acidentes, entre outras questões<sup>662</sup>. Sabe-se que a comissão apenas conseguiu do Ministro das Obras Públicas a promessa de unificação dos salários entre homens e mulheres e a criação dos árbitros

---

<sup>655</sup> *O Protesto Operário*, 7.11.1886, p. 1.

<sup>656</sup> FRANCO, João – “O monopólio do tabaco”. *O Protesto Operário*, 14.11.1886, p. 2.

<sup>657</sup> Numa das quais estiveram presentes cerca de 600 operários manipuladores, segundo números de *O Protesto Operário*, tendo votado a constituição de um cofre de resistência, entre outras resoluções: *O Protesto Operário*, 14.11.1886, p. 3.

<sup>658</sup> *O Protesto Operário*, 25.4.1886, p. 3. Utilizando, sobretudo, o recurso às greves e à criação de cofres sólidos de resistência: “Paralelos”. *O Protesto Operário*, 2.5.1886, p. 1. Alguns trabalhadores americanos declararam-se vitoriosos, mas com prejuízo de várias mortes: *O Protesto Operário*, 9.5.1886, p. 1.

<sup>659</sup> “Movimento social”. *O Protesto Operário*, 15.8.1886, p. 1.

<sup>660</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 96.

<sup>661</sup> *O Protesto Operário*, 23.1.1887, p. 2.

<sup>662</sup> *O Protesto Operário*, 6.2.1887, p. 1.

avindores<sup>663</sup>. De resto, esta agitação terá servido, pelo menos, para engrossar as fileiras de operários na Associação Cooperadora, bem como para aumentar a sua influência nos arrabaldes do Porto<sup>664</sup>.

Outras classes secundaram a iniciativa dos tecelões, como os serralheiros que promoveram a constituição da Associação das Classes Metalúrgicas, ainda que, inicialmente, estivessem agregados à Associação Cooperadora dos Operários Tecelões<sup>665</sup>. Também os caldeireiros promoveram a sua secção de classe, em Lisboa<sup>666</sup>, bem como os operários da construção civil no Porto e em Grijó<sup>667</sup>.

A manifestação realizada no Monte das Antas, em que estiveram presentes cerca de 3000 operários do Porto, para a ab-rogação do código que proibia as coligações operárias, também merece algum destaque, pois fez parte de um corolário de reivindicações de carácter legislativo que culminaria no início da década de 90 de oitocentos<sup>668</sup>.

Todavia, foi a “guerra” do operariado contra o monopólio dos tabacos e contra a “lei das licenças para trabalhar” que melhor caracterizou este período em ebulição. De acordo com Carlos da Fonseca, estas reacções superaram até as agitações do período da Fraternidade Operária (1872-1873), pela sua maior e mais eficiente organização<sup>669</sup>.

Como se verificou, a ameaça do governo progressista de alterar a lei dos tabacos levou a reuniões de emergência dos manipuladores de tabaco, ainda em 1886. Em janeiro do ano seguinte, os receios dos manipuladores concretizaram-se com a publicação de um decreto-lei que proibia a montagem de novas fábricas, ao mesmo tempo que restringia a autonomia aos estabelecimentos mais pequenos, o que levou à recolocação de vários manipuladores noutras fábricas e, até, ao desemprego de muitos outros<sup>670</sup>. Esta decisão abrupta levou à imediata reacção por parte da classe dos manipuladores do Porto, que

---

<sup>663</sup> “Reunião dos tecelões”. *O Protesto Operário*, 14.8.1887, p. 3. De resto, os árbitros avindores tiveram existência efetiva a partir de 1894: FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. II, p. 42.

<sup>664</sup> Por exemplo, começaram a ser mais frequentes as reuniões da Associação em locais da periferia, como, por exemplo, em Rio Tinto: *O Protesto Operário*, 24.4.1887, p. 1.

<sup>665</sup> *O Protesto Operário*, 3.4.1887, p. 3. Aliás, os operários serralheiros que se juntaram nas primeiras reuniões no Largo da Fontinha decidiram criar a sua própria associação no dia em que conseguissem agremiar 200 operários, o que veio a acontecer no final do ano: *O Protesto Operário*, 11.9.1887, p. 2.

<sup>666</sup> *O Protesto Operário*, 17.7.1887, p. 2.

<sup>667</sup> *O Protesto Operário*, 4.9.1887, p. 3.

<sup>668</sup> *O Protesto Operário*, 24.4.1887, p. 1.

<sup>669</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. II, p. 39.

<sup>670</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 103.

protagonizou uma grande reunião: “desde 1872 que não assistíamos a uma tão grande reunião operária na segunda cidade do país”<sup>671</sup>. Dias depois, organizou-se um *meeting* no Porto para reivindicar certos direitos dos manipuladores, como o aumento do salário e a limitação do horário normal de trabalho diário, tendo sido secundado por uma greve de cerca de seiscentos trabalhadores da Fábrica Lealdade<sup>672</sup>. Apesar de os diretores da Companhia Nacional de Tabacos terem respondido aos manipuladores da Fábrica Lealdade de que só aumentariam os salários depois da nova Companhia se constituir e de que esse aumento não poderia ser igual à tabela que os operários tomaram por base<sup>673</sup>, a Comissão Administrativa da Associação da Classe dos Manipuladores do Tabaco do Porto fez distribuir um impresso em que declarava não se conformar com as pequenas promessas concedidas pela Companhia<sup>674</sup>. A prisão de alguns operários levou à organização de uma enorme manifestação de cerca de “vinte mil homens” de todas as classes trabalhadoras, no Monte das Antas, em auxílio dos manipuladores de tabaco, exigindo a sua libertação e o fim do monopólio<sup>675</sup>. De resto, a Companhia Nacional, face ao sucedido, acabou por admitir todos os grevistas nos postos de trabalho.

Também os manipuladores de tabacos de Lisboa tentaram acompanhar os do Porto. Numa das reuniões organizadas pela Associação dos Manipuladores de Tabaco em que estiveram presentes “uns 400 ou 500 operários de ambos os sexos”, os socialistas criticaram a apatia e a sua inércia face aos manipuladores do Porto<sup>676</sup>.

Contudo, o clima de paz durou pouco tempo. Por um lado, a Companhia não terá cumprido o acordo estabelecido e, pouco depois, despediu 60 operários que teriam participado na greve<sup>677</sup>. A classe dos revendedores começava a posicionar-se contra o monopólio. Numa das reuniões no Porto, decidiu-se dirigir ofícios à comissão de revendedores de Lisboa, pedir à Associação Comercial que se manifestasse contra o monopólio, apelar às diversas classes para que cooperassem com os manipuladores e,

---

<sup>671</sup> *O Protesto Operário*, 23.1.1887, p. 3.

<sup>672</sup> *O Protesto Operário*, 6.2.1887, p. 2; FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 103.

<sup>673</sup> *O Protesto Operário*, 13.2.1887, p. 2.

<sup>674</sup> *O Protesto Operário*, 27.2.1887, p. 3. Por exemplo, as operárias charuteiras não seriam igualadas no preço da mão de obra.

<sup>675</sup> “Agitação operária”. *O Protesto Operário*, 3.4.1887, p. 3. Carlos da Fonseca detalhou os principais acontecimentos deste *meeting* que foi sucedido por um cortejo com contornos de alguma violência entre alguns manifestantes e as autoridades: FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 103-104.

<sup>676</sup> *O Protesto Operário*, 20.2.1887, p. 3.

<sup>677</sup> *O Protesto Operário*, 17.4.1887, p. 2.



ainda, fechar portas de tabacarias quando o monopólio fosse decretado e promover um espetáculo de teatro<sup>678</sup>. Para Carlos da Fonseca, tal significou a entrada da burguesia no combate contra o monopólio dos tabacos, sobretudo após a convocação de um comício promovido pela comissão de revendedores, no Chale do Rato, a 3 de abril<sup>679</sup>. Esta questão criou uma onda de solidariedade em todo o movimento operário. Algumas classes chegaram mesmo a enviar quantias consideráveis aos manipuladores, resultado de subscrições abertas, por exemplo, pela classe dos tipógrafos<sup>680</sup>.

A classe dirigente, uma vez acossada com o alcance dos protestos (sobretudo pela adesão dos republicanos e, mesmo, alguns monárquicos), tentou algumas cedências. O governo progressista propôs aos descontentes um projeto de reforma do monopólio, bem como um imposto único sobre o tabaco<sup>681</sup>. Por outro lado, os diretores da Fábrica Lealdade tentaram seduzir os operários com um proposta de criação de um fundo de socorro e doença, sem grandes resultados<sup>682</sup>. Todavia, a proposta de reforma do monopólio parece ter agradado a alguns setores da classe dos manipuladores, pois decidiram enviar ao Parlamento uma representação mais contemporizadora, tentando um acordo que beneficiasse ambas as partes, ainda que se mantivessem críticos do monopólio<sup>683</sup>. Contudo, os socialistas demarcaram-se desta posição, acusando-os de desconhecerem os “interesses antagónicos” entre o capital e o trabalho.

As manifestações sucederam-se durante o verão, até que a Comissão da Fazenda da Câmara dos Deputados decidiu introduzir algumas emendas ao projeto de lei relativo ao tabaco, como, por exemplo, a obrigatoriedade das fábricas conservarem o pessoal, a paridade de preços entre homens e mulheres e a criação de comissões mistas de operários e patrões responsáveis pelo regulamento interno das fábricas<sup>684</sup>. *O Protesto Operário* considerou mesmo que “parte destas disposições” estariam “em harmonia” com as reivindicações dos manipuladores<sup>685</sup>. Apesar de tudo, os *meetings* e as representações ao

---

<sup>678</sup> *O Protesto Operário*, 27.3.1887, p. 2.

<sup>679</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 105-106. Este comício juntou mais de 4000 pessoas, segundo dados do periódico socialista, contando com a participação de oradores socialistas e republicanos como Agostinho da Silva, Luís de Figueiredo e Magalhães Lima: *O Protesto Operário*, 10.4.1887, p. 1.

<sup>680</sup> *O Protesto Operário*, 8.5.1887, p. 2.

<sup>681</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 106.

<sup>682</sup> *O Protesto Operário*, 5.6.1887, p. 3.

<sup>683</sup> *O Protesto Operário*, 31.7.1887, p. 1.

<sup>684</sup> *O Protesto Operário*, 14.8.1887, p. 2.

<sup>685</sup> *Ibidem*.

Parlamento prolongaram-se após as emendas, sobretudo devido à “indisciplina” de alguns industriais da Companhia Nacional que resistiam à introdução dos “encargos sociais”, despedindo, por exemplo, grande parte do operariado feminino<sup>686</sup>. Finalmente, o Governo, pressionado quer pelos manipuladores quer pelos industriais, depois de ter formado uma comissão de inquérito sobre a indústria dos tabacos, decidiu constituir a *régie*, em maio de 1888<sup>687</sup>, para gáudio dos manipuladores de tabaco que, desta forma, conquistaram a primeira grande vitória do movimento operário em Portugal.

Outro foco de protesto deveu-se a uma questão coeva à do monopólio dos tabacos, isto é, a “lei das licenças para trabalhar”. Em julho de 1887, o governo progressista apresentou ao Parlamento a nova lei da contribuição industrial e, em dezembro, o imposto tornou-se extensivo a setores até então isentos<sup>688</sup>. A contribuição chegava ao trabalhador por meio da licença para trabalhar, ficando o patrão responsável por garantir o seu pagamento.

Numa sessão pública da Associação dos Trabalhadores, em dezembro, formou-se uma comissão de resistência contra o novo imposto<sup>689</sup>. Na realidade, esta comissão era composta pelas subcomissões do Norte (exclusivamente constituída por operários socialistas) e do Sul (constituída por socialistas e republicanos)<sup>690</sup>. Ainda no final de 1887, foi organizado um comício no Porto no qual participaram cerca de 8000 operários, bem como alguns intervenientes socialistas destacados<sup>691</sup>. Apesar do tom moderado da subcomissão do Norte, que submeteu uma proposta mais conciliadora à aprovação, os comícios continuaram no início do ano seguinte, não só nas grandes cidades, mas em pequenas localidades da província, como em Santiago do Cacém, Sines, Peniche, Figueira da Foz, entre outras, que nomearam também as suas comissões de reivindicação<sup>692</sup>. *O Protesto Operário* tornou-se mais contundente nos protestos, apontando o dedo à monarquia burguesa que “carrega na plebe com o fisco e com o imposto”<sup>693</sup>. As emendas

---

<sup>686</sup> No caso da Fábrica Portuense: FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 107.

<sup>687</sup> *Idem*, p. 107-108.

<sup>688</sup> *Idem*, p. 119.

<sup>689</sup> *O Protesto Operário*, 4.12.1887, p. 1.

<sup>690</sup> Nesta obra encontram-se discriminados os nomes dos membros da comissão de resistência: FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 120.

<sup>691</sup> *O Protesto Operário*, 11.12.1887, p. 3. Outros comícios secundaram o do Porto no final do ano de 1887, como o de Lisboa, que juntou cerca de 6000 pessoas, e o de Coimbra, com mais de 2500: “Movimento operário: Os comícios”. *O Protesto Operário*, 25.12.1887, p. 2-3.

<sup>692</sup> “Movimento operário”. *O Protesto Operário*, 8.1.1888, p. 2-3.

<sup>693</sup> “Leis e factos da monarquia”. *O Protesto Operário*, 8.1.1888, p. 1-2.

à lei prometidas pelo Governo (desde logo, a concessão de certas isenções e a redução de taxas, tornando-as, numa fase posterior, voluntárias) não conseguiram desmobilizar os manifestantes, que continuaram a convocar comícios em muitos pontos do país, como Campo Maior, Lixa, Guimarães, Braga e Gaia<sup>694</sup>, mas também no Porto e em Lisboa. Neste último, marcaram presença cerca de 8000 operários, apesar dos “meios torpes” dos agentes da polícia que tentaram obstar aos trabalhos da comissão de resistência<sup>695</sup>, o que demonstrou o receio crescente e o descontrolo cada vez maior das autoridades governativas sobre esta questão. Finalmente, a 23 de fevereiro de 1888, a lei foi definitivamente revogada pelo Governo<sup>696</sup>. O Partido Operário Socialista tirou imediatamente algumas ilações deste combate, assegurando que “a união faz a força” ao realçar a importância das manifestações operárias para a ab-rogação da “lei das licenças para trabalhar”<sup>697</sup>.

Outra questão que agitou alguns setores operários, durante este período, foi a do protecionismo económico, uma reivindicação partilhada igualmente pela burguesia industrial, ainda que, como realça Carlos da Fonseca, no caso da classe operária, esta exigência tenha sido ainda acompanhada por um reforço do investimento no setor público<sup>698</sup>. Uma das classes que protagonizou esta agitação em torno do protecionismo foi a dos chapeleiros que, ainda em 1887, se organizou em torno da Associação Federal dos Operários Chapeleiros em Portugal<sup>699</sup>. A greve protagonizada pelos chapeleiros da Casa do industrial Manuel Fernandes Paulo, no Porto, devido aos baixos salários, foi um sintoma do mal estar da classe<sup>700</sup> e, em maio do mesmo ano, uma comissão de chapeleiros da Associação dos Trabalhadores de Lisboa enviou uma representação crítica ao Ministro da Fazenda, a propósito da importação de chapéus alemães que começavam a concorrer com os nacionais, uma vez que “o consumidor olha mais para o preço do que para a qualidade do produto que compra”<sup>701</sup>.

---

<sup>694</sup> *O Protesto Operário*, 29.1.1888, p. 2. Procedeu-se ainda à abertura de uma subscrição a pedido da comissão de resistência: “Contra as licenças para trabalhar: Subscrição”. *O Protesto Operário*, 22.1.1882, p. 3.

<sup>695</sup> “O comício de domingo”. *O Protesto Operário*, 5.2.1888, p. 3.

<sup>696</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, v. IV, p. 124.

<sup>697</sup> “O que faz a união”. *O Protesto Operário*, 4.3.1888, p. 1.

<sup>698</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 126-127.

<sup>699</sup> *O Protesto Operário*, 27.2.1887, p. 2.

<sup>700</sup> *O Protesto Operário*, 13.2.1887, p. 2.

<sup>701</sup> *O Protesto Operário*, 8.5.1887, p. 3.

No ano seguinte, alguns chapeleiros da secção da Associação dos Trabalhadores voltaram a reunir para encontrarem uma alternativa à “invasão” de chapéus estrangeiros como resultado do tratado de comércio com a França, assinado anos antes, ao mesmo tempo que comunicavam um convite dos chapeleiros franceses para participarem no Congresso Internacional de Paris<sup>702</sup>. Nesse ano, importaram-se 246.913 chapéus, um número muito superior aos 14.203 de 1872<sup>703</sup>. Decidiram, portanto, enviar mais uma representação ao Governo com exigências de proteção para a classe<sup>704</sup> e, pouco depois, foi apresentado à Câmara dos Deputados um projeto de lei que visava modificar os direitos de importação de algumas mercadorias<sup>705</sup>. Todavia, os socialistas reagiram com indiferença a estas cedências, alegando que tal apenas beneficiaria os industriais e, na realidade, o descontentamento prosseguiu sob a forma de greves, como a de 32 operários chapeleiros da Casa Pereira Braga, no Porto, em abril de 1889, motivada pelos baixos salários<sup>706</sup>. No verão desse ano, outros chapeleiros de diversas casas do Porto seguiram o exemplo, em virtude dos industriais não terem atendido as suas reclamações, isto é, um aumento de 30 réis<sup>707</sup>, levando a reações de total solidariedade dos Conselhos Federais do Norte e Sul do Partido Operário Socialista (com o chapeleiro Manuel Joaquim de Oliveira a exercer um papel de destaque), tendo sido convocados vários comícios de apoio aos grevistas, como o do Salão da Porta do Sol, no Porto, em que foi nomeada uma comissão encarregada de pressionar o governador civil a resolver a questão<sup>708</sup>.

Pouco depois, também os chapeleiros de Braga secundaram os do Porto na adesão à greve. Já os de Lisboa abriram uma subscrição em solidariedade com os grevistas (bem como a redação de *O Protesto Operário*), procedendo ainda à convocação de um comício de todas as classes “para ser exposta a situação da indústria da chapelaria em Portugal”<sup>709</sup>. Em agosto, alguns indústrias portuenses já teriam aceitado o aumento de 30 réis, enquanto outros continuavam intransigentes<sup>710</sup>, permanecendo em greve cerca de 150 chapeleiros

---

<sup>702</sup> “Os chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 7.4.1889, p. 2.

<sup>703</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 93.

<sup>704</sup> *O Protesto Operário*, 21.4.1889, p. 2.

<sup>705</sup> “Projeto de lei”. *O Protesto Operário*, 9.6.1889, p. 3.

<sup>706</sup> *O Protesto Operário*, 16.6.1889, p. 3.

<sup>707</sup> “Greve dos chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 7.7.1889, p. 1.

<sup>708</sup> *O Protesto Operário*, 7.7.1889, p. 3. Foi ainda aprovada uma representação ao Parlamento favorável à legalização plena das associações de classe.

<sup>709</sup> “Greve dos chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 14.7.1889, p. 1.

<sup>710</sup> *O Protesto Operário*, 11.8.1889, p. 1.

de várias fábricas<sup>711</sup>. Em finais de setembro, o número reduziu-se para 75 operários e, pouco depois, a greve cessava<sup>712</sup>, ficando na história como uma das maiores greves do setor da chapelaria, durante este período.

Também a classe dos corticeiros sentiu os efeitos da livre concorrência, reivindicando através de uma representação ao Parlamento a elevação do tributo sobre a cortiça em prancha exportada, tendo-lhes sido negado<sup>713</sup>. Tal como no caso dos chapeleiros, esta representação foi igualmente precedida por uma greve de 17 operários rolheiros da Casa de Eduardo Jubert, em Lisboa, ainda que a justificação fosse a da elevada carga horária laboral a que estariam sujeitos<sup>714</sup>. Da mesma forma, as artes metalúrgicas, nomeadamente a Associação dos Ferreiros, reuniram no ano seguinte com o intuito de representar ao governo sobre a necessidade de se estimular a produção de todos os trabalhos encomendados pelo Estado nos estabelecimentos industriais do país, alegando não se tratar de um assunto de patriotismo mas, pelo contrário, de um grave problema económico que deveria ser resolvido<sup>715</sup>.

O ano de 1888 ficou ainda marcado pela oposição dos “moços de padeiro” à imposição do “livrete”, isto é, o registo obrigatório dos auxiliares de comércio e indústria<sup>716</sup>. Por isso, decidiram constituir a sua associação de classe, a Associação dos Operários Manipuladores de Pão, que liderou a realização de vários comícios de protesto contra o “livrete”<sup>717</sup>. Esta questão ficou finalmente resolvida em despacho do governador civil, como resposta ao requerimento da Associação, e os moços de padeiro viram atendidas as suas pretensões, sendo considerados operários e ficando ainda isentos do registo, até então obrigatório<sup>718</sup>.

O ano de 1889 ficou marcado pela realização de um comício contra o Governo. Apesar de “apartidária”, a manifestação que juntou entre 10 a 12 mil pessoas, segundo dados de *O Protesto Operário*, terá contado com a participação de oradores socialistas e republicanos<sup>719</sup>. Aliás, o prolongamento da agitação operária fez com que o Governo

---

<sup>711</sup> “Greves”. *O Protesto Operário*, 25.8.1889, p. 3.

<sup>712</sup> *O Protesto Operário*, 29.9.1889, p. 2.

<sup>713</sup> *O Protesto Operário*, 4.9.1887, p. 1.

<sup>714</sup> *O Protesto Operário*, 6.2.1887, p. 1.

<sup>715</sup> “Reunião Operária”. *O Protesto Operário*, 11.11.1888, p. 1.

<sup>716</sup> “Moços de padeiro”. *O Protesto Operário*, 28.10.1888, p. 1.

<sup>717</sup> Num deles, reuniram cerca de 1000 “moços de padeiro”: “Os moços de padeiro”. *O Protesto Operário*, 11.11.1888, p. 3.

<sup>718</sup> “Os Livretes”. *O Protesto Operário*, 11.11.1888, p. 2.

<sup>719</sup> “O Comício (impressões e reparos)”. *O Protesto Operário*, 21.4.1889, p. 3.

cedesse numa das bandeiras dos socialistas desde há muito, ou seja, a criação dos tribunais de árbitros avindores, cujo projeto de lei entrou em discussão nas Câmaras em maio desse ano, tendo sido posteriormente aprovado<sup>720</sup>.

De resto, a questão do horário laboral voltou a ser discutido com uma série de reuniões de numerosos operários do Arsenal da Marinha, na sala da Associação dos Trabalhadores, decididos a reivindicarem a redução do número de horas de trabalho diário. Resolveram nomear uma comissão de 5 membros para negociarem com o superintendente e, numa fase posterior, com o governo, a fixação das 8 horas de trabalho, ao invés das 13 horas que ainda vigoravam<sup>721</sup>. Num artigo de primeira página, destacava-se a importância da fixação das 8 horas de trabalho no movimento socialista e operário internacional, tendo os socialistas portugueses a obrigação de o secundar<sup>722</sup> e, embora os operários do arsenal não tenham conseguido obter o que desejavam, conseguiu-se fixar em 9 horas o tempo de trabalho diário<sup>723</sup>.

Finalmente, há ainda que considerar a união dos sapateiros em torno da Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Calçado, procedendo-se a representações às autoridades políticas, em que se expôs o declínio a que esta classe estaria sujeita, recordando-se ainda com uma certa nostalgia o tempo em que se trabalhava diretamente com os consumidores e se recolhia o inteiro produto do trabalho. Por sua vez, criticou-se os efeitos nefastos do comércio na desvalorização do preço dos produtos, na extensão dos horários de trabalho diário e na admissão de menores nas fábricas<sup>724</sup>. Da mesma forma reuniram os carpinteiros civis, impulsionados pelo socialista Guedes Quinhones, para melhor lidarem com questões relacionadas com o elevado número de braços atraídos da província para a capital, a perspectiva de melhores salários, a reclamação das 8 horas de trabalho diário e a responsabilidade de patrões e mestres nos acidentes de trabalho<sup>725</sup>.

---

<sup>720</sup> *O Protesto Operário*, 28.4.1889, p. 3. Aliás, lembrou-se que se tratava de uma reivindicação da classe dos tecelões, desde 1887. Contudo, mantiveram-se reticentes com o facto da presidência dos tribunais ter permanecido na órbita do governo: “Árbitros avindores”. *O Protesto Operário*, 12.5.1889, p. 2.

<sup>721</sup> *O Protesto Operário*, 30.6.1889, p. 1.

<sup>722</sup> “Horas de trabalho”. *O Protesto Operário*, 15.9.1889, p. 1.

<sup>723</sup> “Horas de trabalho”. *O Protesto Operário*, 13.10.1889, p. 1.

<sup>724</sup> G. – “Reunião dos sapateiros”. *O Protesto Operário*, 14.7.1889, p. 3. Resta ainda acrescentar que esta classe contribuiu para a emergência de socialistas destacados, como Conceição Pires, Nunes da Silva e Damásio da Graça.

<sup>725</sup> “Carpinteiros civis”. *O Protesto Operário*, 17.11.1889, p. 2.

Resta ainda referir a realização da Exposição Operária, na Caixa Económica Operária, durante o mês de maio de 1889, fazendo-se nela representar várias cooperativas e associações, incluindo a Associação dos Trabalhadores, e que agregou várias tendências do movimento operário em Portugal, como se pode verificar pelo testemunho da redação de *O Protesto Operário*, igualmente presente na exposição: “Viam-se ali todos os que mais ou menos se interessam pelo princípio associativo, desde os seguidores da velha escola sentimental de 1848, até aos mais característicos representantes do socialismo moderno e revolucionário”<sup>726</sup>.

O movimento operário e socialista iniciou o ano de 1890 com a realização de dois congressos operários. Por um lado, o Congresso das Associações de Socorros Mútuos, realizado no início do ano (e no qual participaram numerosos militantes socialistas), terá sido essencial para o delinear de uma “agenda” reivindicativa, tendo sido aprovadas resoluções sobre a necessidade de proteção do Estado às associações e, ainda, a regulamentação das condições de trabalho através de uma legislação especial para esse efeito<sup>727</sup>. Por outro lado, o novo Congresso das Associações Operárias (que não reunia desde 1885) aprovou várias disposições, como a necessidade de diminuição do dia normal de trabalho para as 8 horas, bem como a aprovação da criação de bolsas de trabalho em Lisboa e no Porto<sup>728</sup>. Houve, de resto, uma primeira tentativa de discussão, por parte de várias associações de classe (como a dos estucadores e dos fabricantes de calçado), para a instalação de uma Bolsa de Trabalho em Portugal. Numa das sessões, da iniciativa da classe dos estucadores (e na qual participaram diversas associações de classe, bem como os periódicos *O Protesto Operário*, *O Trabalho* e *O Século*), Luís de Figueiredo propôs com sucesso a nomeação de uma comissão de 5 membros das diversas associações, encarregada de levar a cabo os esforços necessários para a criação da Bolsa<sup>729</sup>. No que toca às horas de trabalho, uma comissão composta pelos socialistas Luís de Judicibus, Agostinho da Silva e Luís de Figueiredo enviou à Câmara Municipal da Lisboa uma representação que apelava ao estabelecimento do regime das 8 horas nas obras e oficinas da Câmara, assim como a regulamentação do trabalho de menores que estabelecia o limite mínimo de 14 anos de idade. Pela primeira vez em muito tempo, as autoridades políticas

---

<sup>726</sup> “A Exposição Operária”. *O Protesto Operário*, 2.6.1889, p. 2.

<sup>727</sup> “Congresso das associações de socorros mútuos”. *O Protesto Operário*, 9.2.1890, p. 3. Na sessão preparatória votou-se uma moção de reprimenda ao governo do Reino Unido, a propósito do Ultimato.

<sup>728</sup> “Congresso das associações operárias”. *O Protesto Operário*, 27.1.1890, p. 1.

<sup>729</sup> Luís de Figueiredo foi eleito em representação do seu periódico: “Bolsa do Trabalho”. *O Protesto Operário*, 12.1.1890, p. 3.

e administrativas começavam a interessar-se pela “questão social”, seja porque se sentira acossada ou por um genuíno interesse. Aliás, a própria comissão administrativa da Câmara convidou os comissionados socialistas a assistirem às reuniões promovidas com os chefes e encarregados de pessoal, no intuito de se proceder a um inquérito<sup>730</sup>. Uma das principais greves deste ano, a de 60 tipógrafos da Companhia Nacional Editora, terá sido motivada pela questão do horário laboral, mais concretamente por terem de laborar durante 10 horas seguidas, alegadamente<sup>731</sup>. A descrição da greve (que saiu vencedora) feita pelo periódico socialista fala por si:

As oficinas da rua da Rosa estão desertas, as máquinas paradas, o movimento interrompido. Vê-se que falta ali o elemento principal: o trabalho. O capital vale muito, é certo. Mas sem os braços dos operários é como farinha sem água e sem lume: não há pão possível<sup>732</sup>.

Da mesma forma, os trabalhadores da construção civil reclamaram a fixação do dia normal de trabalho, acabando com o horário “de sol a sol”, como resposta às dificuldades inerentes à sazonalidade do trabalho em questão:

A febre das edificações tende a passar na capital, num período mais breve do que se julga. Nessa ocasião a crise será terrível, se não for prevista a tempo. As últimas obras empreendidas têm chamado a Lisboa grande número de braços, que por cá ficarão. Em tais circunstâncias, não reduzindo o número de horas da produção, não regulamentando o trabalho, deixando as coisas irem correndo ao sabor do acaso, o que será o dia de amanhã?<sup>733</sup>

Ainda neste ano, a classe dos caixeiros desenvolveu uma campanha pelo encerramento das lojas aos domingos, uma antiga reivindicação que já se fazia notar desde 1887, enviando, para isso, uma representação com tal exigência ao Parlamento, bem como a regulamentação das horas de trabalho<sup>734</sup>. Algumas classes, como a dos estucadores, começaram a ser ouvidas quanto a esta questão, cujos mestres de várias obras

---

<sup>730</sup> “Horas de trabalho”. *O Protesto Operário*, 20.4.1890, p. 3.

<sup>731</sup> “Greve de tipógrafos”. *O Protesto Operário*, 13.4.1890, p. 3.

<sup>732</sup> “Greve dos tipógrafos”. *O Protesto Operário*, 20.4.1890, p. 3. A greve gerou ainda uma “onda” de solidariedade em diversas tipografias do Porto e Lisboa, como o Ateneu Tipográfico, socorrendo-se mesmo de manifestos de apoio e adesão. De resto, é também por esta altura que é fundada a Liga das Artes Gráficas, no Porto.

<sup>733</sup> “Os construtores civis”. *O Protesto Operário*, 22.6.1890, p. 1.

<sup>734</sup> *O Protesto Operário*, 13.6.1890, p. 1.



anuíram sem relutância à fixação das 8 horas diárias de trabalho<sup>735</sup>. Ainda no que toca à questão da regulamentação do trabalho de menores, o governo comprometeu-se a iniciar um conjunto de medidas que a levariam à prática. Neste contexto, o ministro das Obras Públicas convidou a comissão eleita pela Associação dos Trabalhadores para que se inteirasse acerca do trabalho já realizado, que estaria em consonância com as diretrizes da Conferência de Berlim sobre a designada “questão social”<sup>736</sup>.

Igualmente relevante foi a continuação das reivindicações da classe dos chapeleiros através, nomeadamente, de uma nova representação ao Parlamento, por uma comissão de chapeleiros do Porto, Lisboa e Braga, acerca do estado “miserável” da classe face à desproteção do Governo “que lhe dispensam as pautas”, a propósito da concorrência “excessiva” de produtos estrangeiros<sup>737</sup>. E foi neste cenário que se procedeu à fundação de uma associação de classe dos chapeleiros por indivíduos militantes da Associação dos Trabalhadores, como os socialistas Manuel Joaquim de Oliveira e José de Figueiredo<sup>738</sup>.

Outro fenómeno relevante protagonizado pelo movimento operário e socialista portuenses foi a constituição da Federação das Associações Operárias, no verão de 1890, que agregou numerosas associações de classe<sup>739</sup>.

### **3.3.3. O impulso legislador: 1891-1894**

É deste período que datam os principais documentos legislativos favoráveis à organização e regulação da classe operária em Portugal. Por outro lado, a crise financeira que irrompeu em 1891 determinou o rumo que o movimento socialista tomou nesta última década de oitocentos. Desde logo, pelo seu impacto no crescimento do desemprego e, consequentemente, no aumento do número de emigrantes para o Brasil, bem como o aumento dos impostos e a “tendência” monopolizante, por “sindicatos” e companhias nacionais, de variadas atividades económicas<sup>740</sup>. E foi neste contexto que se gerou um

---

<sup>735</sup> “A classe dos estucadores”. *O Protesto Operário*, 20.4.1890, p. 1.

<sup>736</sup> *O Protesto Operário*, 30.3.1890, p. 1. A comissão pressionou ainda o ministro, que se mostrou interessado, para a cedência de um espaço destinado a albergar a futura Bolsa do Trabalho.

<sup>737</sup> “As reclamações dos chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 20.7.1890, p. 2.

<sup>738</sup> *O Protesto Operário*, 31.8.1890, p. 3.

<sup>739</sup> *O Protesto Operário*, 20.7.1890, p. 2.

<sup>740</sup> FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. IV, p. 17-19.

enorme consenso, desde o operariado à burguesia industrial, em relação à necessidade de aplicação de pautas alfandegárias, concretizadas pelo governo em 1892.

O início de 1891 ficou marcado por uma greve dos marceneiros de algumas oficinas de Lisboa devido à tentativa de revogação, por parte dos industriais, dos horários laborais estabelecidos no anto anterior<sup>741</sup>. A solidariedade do movimento operário a esta greve chegou, inclusivamente, a Espanha, tendo as associações operárias espanholas garantido que não se disponibilizariam para repor a mão de obra em falta<sup>742</sup>. Já a classe dos tipógrafos do Porto, auxiliada pela Associação dos Trabalhadores, alcançou um objetivo de há muito, isto é, o término do trabalho aos domingos<sup>743</sup>.

O Congresso das Associações, realizado a 4 de janeiro de 1891, no salão da Câmara Municipal de Lisboa, no qual estiveram presentes 90 delegados em representação de diversas associações do Porto, Lisboa e outros pontos do país<sup>744</sup>, foi crucial para pressionar o Governo a tomar medidas relacionadas com as horas de trabalho, a implantação das bolsas de trabalho, a revogação da legislação da imprensa que então vigorava e, ainda, o direito de reunião, associação e greve (o que originou o envio de uma representação às respetivas instituições políticas)<sup>745</sup>. Estes congressos tornaram-se gradualmente mais relevantes, pois, como salienta César Nogueira, representavam uma “extensão” do movimento socialista<sup>746</sup>, o que se confirma pelo impacto que terá tido em alguma imprensa generalista como, por exemplo, *O Século* e o *Diário de Notícias*, que enviaram representantes especiais, bem como o relevo suscitado na imprensa francesa<sup>747</sup>. Ainda no que toca à exigência de medidas protecionistas neste congresso (como o aumento dos direitos sobre a exportação da cortiça em prancha), os socialistas garantiram não existir nenhuma incompatibilidade entre um Congresso que se proclamava internacionalista e a reivindicação de medidas de proteção das indústrias nacionais<sup>748</sup>.

Apesar dos socialistas se terem insurgido contra uma eventual proibição das associações de classe, no contexto da revolta de 31 de Janeiro de 1891, tal acabou por não se concretizar (ao contrário de muitas associações e clubes republicanos)<sup>749</sup>. Pelo

---

<sup>741</sup> *O Protesto Operário*, 20.7.1890, p. 2.

<sup>742</sup> *O Protesto Operário*, 25.1.1891, p. 2.

<sup>743</sup> “1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 22.2.1891, p. 2.

<sup>744</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 183-184.

<sup>745</sup> *O Protesto Operário*, 18.1.1891, p. 3.

<sup>746</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 186.

<sup>747</sup> *O Protesto Operário*, 25.1.1891, p. 2.

<sup>748</sup> “Pedindo...”. *O Protesto Operário*, 18.1.1891, p. 1.

<sup>749</sup> *O Protesto Operário*, 18.1.1891, p. 1.

contrário, a regulamentação das associações de classe foi publicada por decreto no dia 9 de maio desse ano, ainda que com prévia aprovação dos estatutos pelo governo (num prazo de um ano), ficando igualmente sujeitas à “vigilância” das autoridades administrativas<sup>750</sup>. Para além desta medida, o Governo mostrou ainda sinais positivos quanto à esperada regulamentação do trabalho de mulheres e menores e à instalação da bolsa de trabalho. De facto, o Ministério das Obras Públicas enviou um ofício à Associação dos Trabalhadores para que procedesse à eleição de 5 delegados no intuito de colaborarem para este fim<sup>751</sup>. Neste contexto, a Associação dos Trabalhadores convocou uma reunião com os representantes das várias associações para que tomassem conhecimento do conteúdo do ofício e elegessem a comissão que, aliás, foi composta por quatro elementos das associações de classe e um presidente nomeado pelo Governo<sup>752</sup>.

De resto, os efeitos da crise começavam a surtir efeito através do aumento do número de desempregados, levando várias associações de classe a prestarem auxílio, nomeadamente através de abertura de registos para os sócios sem trabalho, no intuito de lhes encontrar postos de trabalho<sup>753</sup>, procedendo ainda à abertura de subscrições (por exemplo, entre a classe dos manipuladores)<sup>754</sup> e à realização de sessões solenes de beneficência (como foi o caso da classe dos pedreiros)<sup>755</sup>.

A pressão junto do Governo para a instalação de pautas aduaneiras também se intensificou neste período. A classe dos chapeleiros reclamou uma vez mais para que se tomassem providências quanto ao estado das chapelarias, tendo em conta a concorrência alemã e inglesa, advertindo ainda que a situação “não serve nem para os industriais, que tem fábricas suas, nem para os operários”<sup>756</sup>. Outras associações, como as dos sapateiros e dos tecelões do Porto, tomaram o exemplo dos chapeleiros e exigiram igualmente a reforma das pautas<sup>757</sup>. Num comício organizado pela Federação das Associações de Classe do Porto, a respeito da crise monetária, exigiu-se a reposição dos trabalhos

---

<sup>750</sup> “Associações de classe”. *O Protesto Operário*, 17.5.1891, p. 2. Aliás, cada associação estaria limitada a um número mínimo de vinte sócios da mesma profissão, o que, para Carlos da Fonseca, significava uma enorme restrição. Por exemplo, continuava afastada a hipótese de constituição de associações interprofissionais, bem como a dificuldade da sua implantação na província: FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. II, p. 31.

<sup>751</sup> *O Protesto Operário*, 7.6.1891, p. 1.

<sup>752</sup> *O Protesto Operário*, 4.10.1891, p. 3.

<sup>753</sup> “As associações de classe”. *O Protesto Operário*, 17.5.1891, p. 3.

<sup>754</sup> *O Protesto Operário*, 31.5.1891, p. 1.

<sup>755</sup> *O Protesto Operário*, 14.6.1891, p. 1.

<sup>756</sup> “Comissão dos chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 31.5.1891, p. 3.

<sup>757</sup> *O Protesto Operário*, 2.8.1891, p. 1.

encomendados pelo Estado nas oficinas do Porto e Lisboa, protegendo-se, dessa forma, a indústria nacional<sup>758</sup>. Poucos dias depois, protestaram os tecelões do Porto contra a introdução, nas colónias ultramarinas, de fazendas de algodão fabricadas noutros países a um preço mais diminuto, protegendo-se, assim, as 8000 famílias que viveriam da indústria algodoeira (3000 delas situadas no Porto)<sup>759</sup>. Pelos mesmos motivos protestou a Liga das Artes Metalúrgicas de Lisboa, constituída recentemente, para que os navios (que o Estado adquirisse) fossem construídos nos estaleiros portugueses<sup>760</sup>.

A perspetiva da criação de um monopólio da indústria dos fósforos levou esta classe a reunir-se e a organizar comícios para reclamar do Governo certas medidas de proteção. Aliás, foi nomeada uma comissão, presidida por Eduardo de Carvalho e Cunha, que reuniu com o ministro Mariano de Carvalho, tendo este garantido que o monopólio não se faria sem que os interesses dos operários manipuladores de fósforos estivessem assegurados<sup>761</sup>.

Resta ainda acrescentar a vitória alcançada com a fixação em portaria dos horários dos serviços de obras públicas nas cidades do Porto e Lisboa, tendo sido atendidas as reclamações do Congresso das Associações e da manifestação do 1.º de Maio desse ano<sup>762</sup>. Por fim, há que realçar a greve de cerca de 200 corticeiros da fábrica Bonneville, no Braço de Prata (Lisboa), que exigiram um aumento salarial, tendo sido atendidos<sup>763</sup>, ainda que o industrial, segundo os socialistas de *O Protesto Operário*, tivesse tentado “arrebatar” alguns alentejanos incautos<sup>764</sup>.

O ano de 1892 ficou marcado de forma indelével pelo acentuar das divisões entre “possibilistas” e “marxistas” no Congresso das Associações (já detalhado no capítulo anterior), realizado no Porto e inaugurado no dia 24 de março, marcando presença 59 delegados de 34 associações de classe<sup>765</sup>. A ordem de trabalhos, similar às anteriores, centrou-se em questões relacionadas com a organização das manifestações do 1.º de Maio, as reclamações já expressas em anos anteriores, bem como a posição a ter em relação às greves e à organização operária em geral<sup>766</sup>. Contudo, pelo facto de ter

---

<sup>758</sup> “O comício do Porto”. *O Protesto Operário*, 2.8.1891, p. 3.

<sup>759</sup> *O Protesto Operário*, 11.10.1891, p. 1.

<sup>760</sup> *O Protesto Operário*, 18.10.1891, p. 1.

<sup>761</sup> “O monopólio dos fósforos”. *O Protesto Operário*, 1.11.1891, p. 2.

<sup>762</sup> *O Protesto Operário*, 30.8.1891, p. 1.

<sup>763</sup> *O Protesto Operário*, 1.11.1891, p. 2.

<sup>764</sup> “A dignidade da imprensa”. *O Protesto Operário*, 25.10.1891, p. 2.

<sup>765</sup> “Congresso das associações de classe”. *O Protesto Operário*, 17.1.1892, p. 3.

<sup>766</sup> “O Congresso”. *O Protesto Operário*, 13.3.1892, p. 3.

terminado abruptamente, por razões a que já aludimos anteriormente, a comissão executiva decidiu convocar um novo Congresso das Associações de Classe do Sul, em Lisboa, que se deveria realizar previamente às manifestações do 1.º de Maio, mantendo praticamente na íntegra a ordem de trabalhos do congresso portuense<sup>767</sup>. Todavia, o Congresso, que teve o apoio da Associação dos Trabalhadores da Região do Norte<sup>768</sup> (igualmente alinhada com a ala “possibilista”) foi adiado e celebrado no dia 17 de junho, tendo como conclusões principais a absoluta necessidade de separar o movimento operário dos partidos “burgueses”, o seu reforço nas manifestações do país “como força própria” e, ainda, a conjugação da ação política com a económica<sup>769</sup>. Deste congresso resultou ainda a constituição da Assembleia Federal das Associações de Classe, responsável pela representação das associações de Lisboa (através dos delegados que as representaram no Congresso)<sup>770</sup>.

Neste ano, os manipuladores de tabaco do Porto voltaram a reunir-se, desta vez para criticarem o novo regulamento das fábricas, considerado opressor das suas liberdades fundamentais<sup>771</sup>. Também a classe dos padeiros de Lisboa se viu confrontada com uma situação idêntica, manifestando-se num comício a favor da remodelação da postura sobre o peso do pão<sup>772</sup>. Para além da continuação da multiplicação de associações de classe, o ano que ficou marcado pela introdução da pauta alfandegária foi ainda agitado pelos operários desempregados, manifestando-se através de comícios e representações ao Ministro das Obras Públicas<sup>773</sup>. Em setembro despoletara mais uma greve dos corticeiros, desta vez nas fábricas de Almada, tendo sido formada uma comissão das várias associações operárias para auxiliar os operários em greve<sup>774</sup>. Num artigo de destaque do dia 6 de novembro, os socialistas anunciavam a derrota dos grevistas, que acabaram por se submeter. Apesar de terem levantado como hipótese de justificação o regresso de

---

<sup>767</sup> QUINHONES, Guedes [Pela comissão executiva] – “O novo congresso”. *O Protesto Operário*, 10.4.1892, p. 3.

<sup>768</sup> NICETIUS – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 7.8.1892, p. 3.

<sup>769</sup> “Congresso operário”. *O Protesto Operário*, 7.8.1892, p. 2.

<sup>770</sup> “Assembleia federal”. *O Protesto Operário*, 6.11.1892, p. 3.

<sup>771</sup> “Nas fábricas de tabacos”. *O Protesto Operário*, 17.1.1892, p. 3.

<sup>772</sup> “O roubo no peso do pão”. *O Protesto Operário*, 14.2.1892, p. 3.

<sup>773</sup> Alguns acabaram mesmo na prisão por não poderem pagar as multas: “Operários presos”. *O Protesto Operário*, 4.9.1892, p. 2.

<sup>774</sup> *O Protesto Operário*, 6.11.1892, p. 1. Esta comissão levou à prática a realização de comícios de apoio aos corticeiros de Almada: “Comício operário”. *O Protesto Operário*, 30.10.1892, p. 3.

alguns “judas” aos postos de trabalho, colocaram ainda em causa a eficácia e a falta de organização da greve<sup>775</sup>.

O ano de 1893 representou, de alguma forma, o culminar da legislação social, com a publicação do decreto com o regulamento das bolsas de trabalho<sup>776</sup>. Procedeu-se ainda à revisão dos estatutos de múltiplas associações, em conformidade com a nova lei que passou a autorizar o direito de reunião e associação<sup>777</sup>. O início do ano ficou ainda marcado pela realização de um comício, no dia 5 de fevereiro, organizado pela Federação das Associações do Porto, para lutar contra as novas medidas da Fazenda e em que estiveram presentes cerca de 5000 pessoas<sup>778</sup>. Um mês depois, era a vez de alguns operários exigirem providências face à crise do trabalho, sustentando ainda que o governo deveria pôr cobro a este flagelo através da abertura de trabalhos por conta do Estado, tal como procedia com os inúmeros funcionários públicos existentes<sup>779</sup>.

Tratou-se ainda de um ano de continuidade no que toca à proliferação de associações de classe, destacando-se muitas associações de corticeiros que se constituíram em várias localidades do Sul do país, como em Silves, Portalegre, Setúbal, Faro, Azambuja, entre outras<sup>780</sup>. Contudo, o que distinguiu este ano dos antecessores foi a realização de greves espontâneas, nesses mesmos locais, pelos corticeiros, reivindicando aumentos salariais<sup>781</sup>. Toda esta agitação da classe dos corticeiros teve o seu ponto alto numa “imponente” manifestação, no final do ano, dos operários das fábricas do Poço do Bispo, Belém, Almada e Barreiro, que se reuniram na Praça do Comércio (Lisboa) com o intuito de exporem a débil situação da sua classe<sup>782</sup>.

Por último, importa também destacar a continuação do movimento de contestação levado a cabo pelos chapeleiros. Depois de terem assistido a uma reivindicação antiga, isto é, a introdução de pautas alfandegárias, constituiu-se uma comissão de chapeleiros

---

<sup>775</sup> “A greve”. *O Protesto Operário*, 6.11.1892, p. 1.

<sup>776</sup> *O Protesto Operário*, 25.6.1893, p. 1.

<sup>777</sup> “Associações de classe”. *O Protesto Operário*, 28.5.1893, p. 2.

<sup>778</sup> MORENO, Vasco – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 5.2.1893, p. 3. Neste comício, vigiado pelas autoridades policiais, decidiu-se ainda enviar uma representação à Câmara dos Deputados: MORENO, Vasco – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 12.2.1893, p. 2.

<sup>779</sup> “A crise”. *O Protesto Operário*, 5.3.1893, p. 3.

<sup>780</sup> No que toca ao desenvolvimento do associativismo na província, há ainda que relevar a constituição de uma secção da Associação dos Trabalhadores em Évora, tendo dado um contributo fundamental para a sua prossecução os socialistas Agostinho da Silva e Luís de Figueiredo, que para lá se dirigiram várias vezes em missão de propaganda: [Um Descalço] – “Carta de Évora”. *O Protesto Operário*, 16.7.1893, p. 3.

<sup>781</sup> Verificou-se a existência de greves na região do Algarve, nomeadamente em Silves, Faro e Portimão: [Um Roto] – “Carta de Silves”. *O Protesto Operário*, 28.5.1893, p. 2.

<sup>782</sup> “Operários corticeiros”. *O Protesto Operário*, 17.12.1893, p. 3.

fulistas para exigirem dos industriais o aumento dos preços da mão de obra, tendo estes acedido com pouca relutância<sup>783</sup>. Todavia, pouco depois, numa carta enviada por um socialista portuense, referia-se que se avizinhava uma nova greve dos chapeleiros “em virtude da grande união e disciplina que existe na classe”<sup>784</sup>. A verdade é que a greve irrompeu na chapelaria do industrial Costa Braga, em junho, contando com a colaboração de chapeleiros de outras oficinas<sup>785</sup>. Aliás, a Federação das Associações do Porto, que entretanto tomara a dianteira dos protestos, organizou um comício de solidariedade de todas as classes para com os grevistas e em que estiveram presentes, segundo dados de *O Protesto Operário*, entre 4000 a 5000 pessoas<sup>786</sup>. Em agosto, vislumbra-se já um desfecho da greve, através da intervenção do governador civil<sup>787</sup>. Contudo, as tentativas de conciliação não resultaram, pois, no entender dos socialistas, os industriais persistiam em impôr condições de trabalho que não poderiam ser aceites<sup>788</sup>. A conservação da greve por várias semanas motivou uma nota de elogio por parte do semanário socialista, destacando a energia “não muito vulgar em nós” com que lutavam, ainda que tivessem que contar “com o poderio dos patrões, com as traições de alguns levianos e com a má vontade das autoridades”. Adiantava ainda que, quer saísse vencedora ou vencida, a greve serviria como exemplo “para ensinar aos nossos operários como uma classe luta, como uma classe morre, se tanto for preciso”<sup>789</sup>. Contudo, passadas 14 semanas, os operários chapeleiros voltaram aos locais de trabalho com as antigas condições estipuladas pelos industriais, deixando ainda cerca de 90 operários sem trabalho<sup>790</sup>. Apesar do tom otimista com que se encarara a greve, a verdade é que foram assacadas responsabilidades à Federação das Associações do Porto pelo malogro da greve, por parte da tendência “possibilista” da redação de *O Protesto Operário* e pela Associação dos Trabalhadores<sup>791</sup>.

A publicação de *O Protesto Operário* cessou antes da realização do Congresso Nacional das Associações de Classe, no Porto e em Lisboa, durante o dia das

---

<sup>783</sup> “Chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 4.6.1893, p. 1.

<sup>784</sup> BELTRÃO, Cunha – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 18.6.1893, p. 2.

<sup>785</sup> BELTRÃO, Cunha – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 25.6.1893, p. 2.

<sup>786</sup> “Comícios operários”. *O Protesto Operário*, 23.7.1893, p. 1. Para além do comício, foram organizados saraus e abertas subscrições por diversas classes, como a dos corticeiros (também bastante ativa durante esse ano): “Corticeiros”. *O Protesto Operário*, 23.7.1893, p. 1; “Sarau”. *O Protesto Operário*, 23.7.1893, p. 1.

<sup>787</sup> “A greve do Porto”. *O Protesto Operário*, 13.8.1893, p. 2.

<sup>788</sup> “Chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 20.8.1893, p. 1.

<sup>789</sup> “Chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 10.9.1893, p. 1.

<sup>790</sup> “Chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 17.9.1893, p. 1.

<sup>791</sup> [Um chapeleiro] – “Chapeleiros”. *O Protesto Operário*, 1.10.1893, p. 3. O desentendimento motivado pela greve dos chapeleiros foi já aclarado no capítulo anterior.

manifestações de maio. Ainda assim, as instituições responsáveis pela organização do Congresso (planeado e consumado pelos “marxistas” seguidores de Azedo Gneco, numa altura de crescente crispação) sofreu várias críticas por parte dos redatores “possibilistas” do semanário socialista, desde logo a Federação das Associações, que estaria desacreditada pelo malogro da greve dos chapeleiros, o Centro Operário de Propaganda Socialista e o Instituto Antero de Quental<sup>792</sup>. Foi no decorrer deste congresso que se constituiu a Confederação Nacional das Associações de Classe, reunindo num só organismo as federações e associações de classe do país<sup>793</sup>.

### 3.4. Reflexos da II Internacional em Portugal

Durante os anos oitenta do século XIX assistiu-se a um alargamento das fronteiras do socialismo na Europa, bem como ao seu desenvolvimento nos Estados Unidos da América. Aumento de base territorial, como se disse, mas também um crescimento do sindicalismo, resultado do aumento do número de operários nas indústrias (muitas delas geraram, inclusivamente, novas categorias profissionais). Cabe ainda relevar o desenvolvimento de formas de socialismo organizado, sobretudo através da ascensão de partidos socialistas nos vários parlamentos nacionais. Aliás, verificou-se simultaneamente esta dimensão cada vez mais internacional do socialismo e a sua “institucionalização” como partido político<sup>794</sup>.

Como realçou Annie Kriegel, os socialistas coevos, ao depararem com todas estas novas variáveis, insistiram na hipótese da necessidade de se recriar uma instituição socialista de âmbito internacional mas que tivesse em conta as várias idiossincrasias de cada país ou região<sup>795</sup>. Por conseguinte, foram várias as tentativas para reconstituir a Associação Internacional dos Trabalhadores entre 1876 e 1888, todas malogradas devido à persistente oposição dos marxistas que privilegiavam a adoção de táticas específicas para determinada conjuntura nacional<sup>796</sup>.

---

<sup>792</sup> BACELAR, Hugo – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 8.4.1894, p. 3.

<sup>793</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 212.

<sup>794</sup> DROZ, Jacques (dir.) – *História Geral do Socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte. Vol. VI, 1974, p. 778-779.

<sup>795</sup> KRIEDEL, Annie – *As Internacionais Operárias (1864-1943)*. Amadora, Livraria Bertrand, 1974, p. 39-44.

<sup>796</sup> *Idem*, p. 45-46.



### 3.4.1. O Congresso Internacional de Paris (1889)

A partir de meados dos anos 1880 registaram-se alguns movimentos para a realização de um congresso internacional em Paris, a propósito das celebrações do centenário da tomada da Bastilha. Uma das iniciativas teve como protagonistas o Partido Social Democrata Alemão e o Partido Operário Francês (de Jules Guesde), ambos marxistas. Já outra iniciativa, de tendência “possibilista”, foi protagonizada pela Federação dos Trabalhadores Socialistas da França, contando com a adesão das poderosas trade unions britânicas. De resto, as tentativas de reunião das várias sensibilidades num único congresso foram em vão, acabando mesmo por se verificar a realização de dois congressos paralelos em Paris, entre os dias 14 e 21 de julho de 1889<sup>797</sup>. Importa ainda referir a enorme agitação operária que se fez sentir durante estes anos, um pouco por todo o lado, o que contribuiu para aumentar ainda mais as expectativas: desde as reivindicações pela jornada das 8 horas de trabalho nos Estados Unidos da América, às greves dos mineiros na Bélgica e, sobretudo, no palco do Congresso Internacional, com a forte intensidade das greves dos mineiros de Saint Étienne, dos operários de remoção de terras em Paris e dos tecelões de Amiens<sup>798</sup>.

Em Portugal, em meados de 1886, *O Protesto Operário* referiu-se pela primeira vez a estas movimentações iniciais, aludindo para a necessidade dos socialistas portugueses se fazerem representar numa conferência internacional que se realizaria em Paris, com intuito de se debater “a grande exposição operária de 1889”. Da ordem de trabalhos constava a legislação internacional do trabalho, a instrução integral e internacional, as coligações operárias, a situação política e económica dos trabalhadores nos diversos países e, ainda, a possibilidade da realização de um congresso internacional coincidente com a exposição operária (o qual ficaria a cargo do Partido Operário Francês)<sup>799</sup>. De resto, durante esse ano foram ainda esmiuçados alguns extratos dos relatórios apresentados à conferência pelos partidos socialistas de diversos países<sup>800</sup>. Em 1888, destacou-se a importância do Congresso Internacional do ano seguinte que teria como objetivo o reafirmar de um acordo entre os socialistas dos diversos países para que,

---

<sup>797</sup> *Idem*, p. 47-48.

<sup>798</sup> *O Protesto Operário*, 12.8.1888, p. 3.

<sup>799</sup> *O Protesto Operário*, 8.8.1886, p. 4.

<sup>800</sup> FRANCO, João – “Conferência operária internacional II”. *O Protesto Operário*, 12.9.1886, p. 2.

caso um deles proclamasse a revolução social, os restantes pudessem organizar uma ação coletiva<sup>801</sup>.

A perspectiva de uma nova associação que restabelecesse os contactos internacionais era encarada, portanto, com um enorme otimismo pelos socialistas portugueses. No final desse ano, o socialista francês (e delegado das associações operárias federadas nas bolsas de trabalho) André Gely enviou uma circular a convidar os socialistas portugueses a enviarem delegados ao Congresso Internacional de Paris<sup>802</sup>. O mesmo André Gely esteve, no ano seguinte, de visita a Portugal, obtendo os apoios necessários dos socialistas portugueses para que se fizessem representar no congresso “possibilista”<sup>803</sup>. A nomeação dos delegados ao congresso ocorreu paralelamente com a escolha (por parte das Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto) dos operários que iriam representar o país na Exposição Operária de Paris, celebrada entre 15 de julho e 15 de agosto<sup>804</sup>. As organizações socialistas do Norte, reunidas em assembleia na Associação dos Trabalhadores, nomearam o socialista marceneiro Francisco Viterbo de Campos como delegado ao congresso<sup>805</sup>; as organizações socialistas do Sul, reunidas de igual forma, procederam à nomeação do tipógrafo Manuel Luís de Figueiredo<sup>806</sup>; e o próprio André Gely foi nomeado como delegado em representação da Sociedade e do jornal *A Voz do Operário*<sup>807</sup>. No congresso guesdista (que juntava marxistas e blanquistas) figurava também um português, o poeta republicano Xavier de Carvalho, apesar de não ter recebido qualquer delegação das organizações socialistas portuguesas (recusando estas a sua assinatura como representante das associações operárias portuguesas)<sup>808</sup>.

---

<sup>801</sup> GALIMENT, Henri – “Reconstituição da Internacional”. *O Protesto Operário*, 25.3.1888, p. 2.

<sup>802</sup> “Congresso de 1889”. *O Protesto Operário*, 30.12.1888, p. 3.

<sup>803</sup> O jantar entre o delegado socialista francês e os membros do Conselho Federal do Sul (com a presença da imprensa operária) terá sido fundamental para esta adesão: “André Gely”. *O Protesto Operário*, 24.3.1889, p. 3.

<sup>804</sup> *O Protesto Operário*, 7.4.1889, p. 1. De resto, os socialistas mostraram-se indignados pela escolha de representantes de montepios “que nunca quiseram saber da questão industrial”, em detrimento das associações socialistas, como a Associação dos Trabalhadores, e de outras, como a dos manipuladores de tabaco e a dos ferreiros: *O Protesto Operário*, 7.4.1889, p. 2. Ainda assim, seguiram para Paris alguns comissários operários socialistas, como Nunes da Silva (que fez questão de escrever uma carta de saudação à redação do semanário socialista do cimo da Torre Eiffel) e Conceição Fernandes, onde apelaram à “revolução social”: “Operários portugueses”. *O Protesto Operário*, 6.10.1889, p. 1. À chegada a Portugal, realizaram ainda diversas conferências onde expuseram o ponto da situação das suas indústrias nas respetivas associações de classe: *O Protesto Operário*, 24.11.1889, p. 2.

<sup>805</sup> *O Protesto Operário*, 7.7.1889, p. 1.

<sup>806</sup> *O Protesto Operário*, 19.5.1889, p. 1.

<sup>807</sup> SANTOS, Fernando Piteira – “A Fundação de *A Voz do Operário*”, p. 692-693.

<sup>808</sup> *Ibidem*. O poeta terá rumado a França ainda em 1885, estreitando relações com alguns socialistas franceses. Em 1888, marcou presença como representante português nas celebrações da Comuna de Paris (organizadas pelo Partido Operário Francês): *O Protesto Operário*, 8.4.1888, p. 2.

Numa nota ao jornal *O Século* sobre as impressões do congresso internacional, o poeta destacou a preponderância do congresso “possibilista” da Rua Lancry, ao qual aderira a Inglaterra, a Espanha, a Rússia, a Bélgica e parte dos socialistas alemães e franceses, como Brousse e Joffrin<sup>809</sup>.

Daí que *O Protesto Operário* tenha relevado algumas informações respeitantes à organização do congresso “possibilista” em detrimento do “marxista”, nomeadamente algumas diretrizes, como a responsabilidade dos delegados de cada nacionalidade para verificarem a validade do mandato das associações do seu país e a ordem de trabalhos a ser discutida, que o periódico socialista respigou da seguinte forma: limitação internacional das horas de trabalho e os meios adequados para se estabelecerem as relações entre as organizações operárias de todos os países, sem prejuízo para a sua autonomia. Além do mais, cada nacionalidade teria direito a um voto<sup>810</sup>. Na sessão de abertura de 15 de julho, o socialista francês Joffrin, após saudar os delegados estrangeiros, lamentou a realização de dois congressos e adiantou que “já que a divisão existe, faça-se com que ela não seja nociva à causa socialista. Que cada congresso, esquecendo o outro, proceda em harmonia com os interesses dos proletários”<sup>811</sup>. No dia seguinte, alguns delegados ainda tentaram em vão alguns esforços no sentido da fusão dos dois congressos<sup>812</sup>. A resposta de Viterbo de Campos reflete as dificuldades de reunião das duas tendências, uma vez que o delegado socialista se insurgiu contra alguns delegados do congresso marxista “que não receberam mandato de agrupação alguma operária”<sup>813</sup>. O delegado em causa era Xavier de Carvalho que, posteriormente, admitiu não ter tomado assento no congresso por não estar autorizado para esse fim.

Contudo, pode adiantar-se que a posição dos socialistas portugueses foi, de certa forma, o da desvalorização das divergências dos delegados dos dois congressos, uma vez que ambos teriam chegado praticamente às mesmas conclusões. A divisão teria então ocorrido não por divergências puramente ideológicas, já que se considerava os “possibilistas” tão seguidores das doutrinas socioeconómicas de Karl Marx como os próprios “marxistas”, mas por outras razões (que nunca chegaram a desenvolver)<sup>814</sup>. A

---

<sup>809</sup> Já os socialistas portugueses acusaram Xavier de Carvalho de ser um republicano, colocando ainda a hipótese de que Paul Lafargue, tendo-o convidado a participar no congresso “marxista”, não teria conhecimento prévio da sua ideologia: “Os jornais”. *O Protesto Operário*, 28.7.1889, p. 3.

<sup>810</sup> “Congresso de Paris”. *O Protesto Operário*, 24.2.1889, p. 3.

<sup>811</sup> “O Congresso de Paris III”. *O Protesto Operário*, 25.8.1889, p. 3.

<sup>812</sup> “O Congresso de Paris V”. *O Protesto Operário*, 8.9.1889, p. 3.

<sup>813</sup> “O Congresso de Paris VI”. *O Protesto Operário*, 29.9.1889, p. 3.

<sup>814</sup> “Os jornais”. *O Protesto Operário*, 11.8.1889, p. 2.

verdade é que o próprio Viterbo de Campos, delegado do congresso da Rua Lancry, esteve na década seguinte ao lado de Azedo Gneco no diferendo entre os “possibilistas” da Associação dos Trabalhadores e os “marxistas” da Federação das Associações e dos Centros Operários do Porto e de Lisboa.

Apesar de ambos os congressos terem proclamado a necessidade de voltarem a reunir periodicamente, as dissensões entre os possibilistas (algo que foi aproveitado por Engels) levou a que se realizasse um único congresso em Bruxelas, entre 18 e 23 de agosto de 1891<sup>815</sup>. O Conselho Geral do Partido Operário Belga convidou, por isso, as associações operárias de vários países a participarem no congresso internacional, a seu cargo, detalhando ainda a sua ordem de trabalhos, que passaria pela legislação do trabalho, direito de associação e de greve, bem como a posição da classe operária face ao militarismo. Recebeu-se ainda com regozijo a notícia da celebração de um único congresso: “O que resta é pôr de lado as questões de personalidades, sempre irritantes, fazendo com que o congresso de Bruxelas venha a revestir o carácter que deve ter, sendo antes de tudo mais o complemento natural do ato iniciado em Paris há dois anos”<sup>816</sup>. Ao contrário do assumido pela historiografia, isto é, a afirmação da predominância de uma linha marxista “no plano dos princípios e no da prática”<sup>817</sup>, os socialistas de *O Protesto Operário* relevaram o “carácter francamente possibilista” e sem “tendências de absorção de escolas” das resoluções do Congresso de Bruxelas<sup>818</sup>. Uma das possíveis explicações deve-se ao facto de, já no início da década seguinte, *O Protesto Operário* ter começado a servir de veículo à linha “possibilista”, querendo valorizar a sua tendência em detrimento da “marxista”.

Durante a última década de oitocentos, a II Internacional teve que enfrentar duas realidades. Por um lado, o anarquismo, procedendo à sua exclusão nos Congressos de Bruxelas (1891) e de Zurique (1893), tendo estes sido definitivamente expulsos no Congresso de Londres (1896). Por outro lado, reagiu de forma ambígua com a possibilidade de incluir as organizações sindicais, o que explica também o diferendo, durante a década de noventa, que opôs “possibilistas” e “marxistas” na Europa e em

---

<sup>815</sup> DROZ, Jacques – *História Geral do Socialismo*, vol. VI, p. 785

<sup>816</sup> “Congresso Operário Internacional”. *O Protesto Operário*, 12.4.1891, p. 2.

<sup>817</sup> KRIEGER, Annie – *As Internacionais Operárias (1864-1943)*, p. 48.

<sup>818</sup> “O Congresso de Bruxelas I”. *O Protesto Operário*, 11.10.1891, p. 1; “O Congresso de Bruxelas II”. *O Protesto Operário*, 18.10.1891, p. 1.

Portugal<sup>819</sup>. Teve ainda de resistir ao esforço coordenado entre os líderes de vários países para mitigar a questão das desigualdades e das condições de trabalho na célebre Conferência de Berlim, celebrada em 1890, que teve como um dos propósitos dar resposta às questões lançadas no Congresso Internacional de Paris, através de algumas concessões estatais em domínios relacionados com o horário normal de trabalho diário, o trabalho de mulheres e crianças e ainda os acidentes no local de trabalho. Todavia, lamentou-se a ausência de qualquer trabalhador na conferência e acusou-se a burguesia de “fingir” interessar-se pela questão social, “reunindo-se para mostrar ao mundo que as classes dirigentes são incapazes de sacrificar o seu egoísmo aos interesses legítimos dos trabalhadores”<sup>820</sup>.

Para concluir, a II Internacional caracterizou-se, sobretudo entre a década final de oitocentos e a primeira do século seguinte, como uma federação de partidos nacionais autónomos, revelando-se importante para uma “coabitação” entre várias tendências e sensibilidades (ao contrário da AIT, que se revelou uma organização centralista).

### **3.4.2. O 1.º de Maio em Portugal**

O Congresso Internacional de Paris, alinhado com o movimento que se gerara anos antes nos Estados Unidos da América pela Federação Americana do Trabalho, aprovou uma resolução a favor da fixação das 8 horas de trabalho diário. Neste contexto, ficou decidido (por iniciativa do sindicalista francês Lavigne) a organização de uma manifestação internacional de reivindicação das 8 horas de trabalho para o 1.º de Maio do ano seguinte<sup>821</sup>.

Por conseguinte, os delegados portugueses presentes no Congresso de Paris, votando em consonância com a proposta de Lavigne, reuniram esforços para que a manifestação do 1.º de Maio de 1890 se concretizasse. Logo no início do ano, no dia 18 de janeiro, o Congresso das Associações Operárias discutiu e aprovou esta resolução<sup>822</sup>. Nas vésperas da data, os socialistas encontravam-se otimistas, esperando que o

---

<sup>819</sup> Os socialistas alemães foram mais permissivos quanto à entrada de sindicalistas e à sua associação com a ação política, ao contrário do defendido pelos franceses: DROZ, Jacques – *História Geral do Socialismo*, vol. VI, p. 787-789.

<sup>820</sup> “A Conferência de Berlim”. *O Protesto Operário*, 6.4.1890, p. 2.

<sup>821</sup> DROZ, Jacques – *História Geral do Socialismo*, vol. VI, p. 785.

<sup>822</sup> Na verdade, aprovou todas as resoluções do Congresso Internacional de Paris: NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 175-177.

movimento adquirisse enormes proporções na Europa e nos Estados Unidos da América. Contudo, reiteraram desde logo aquilo que os distinguiu dos anarquistas e de alguns sindicalistas, no que concerne à organização das manifestações: “O primeiro de Maio será um dia de festa universal para o proletariado socialista. Não será uma greve monstruosa; será um movimento disciplinado, eloquente, eficaz”<sup>823</sup>. Portanto, a greve geral e as manifestações violentas não fizeram parte do plano dos socialistas, deixando claro, desde o início, a sua preferência pelo modelo de “Festa dos Trabalhadores”, uma espécie de certame ordeiro e pacífico. No manifesto de apelo à manifestação, publicado posteriormente no periódico socialista, sublinhou-se a importância do carácter legal e digno, advertindo os trabalhadores para que não cedessem à “arruaça” e a cenas de violência, considerando-se este movimento pelas 8 horas de trabalho como o herdeiro direto do maio de 1871 (a Comuna de Paris)<sup>824</sup>.

Há um debate em torno do verdadeiro promotor da primeira manifestação do 1.º de Maio em Portugal. Por um lado, César Nogueira realça a iniciativa da Associação dos Trabalhadores na organização das manifestações em Lisboa e no Porto<sup>825</sup>. Já Carlos da Fonseca é da opinião de que a iniciativa partira da secção dos carpinteiros civis da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil de Lisboa, “cuja festa anual se desenrolava tradicionalmente à entrada de Maio”<sup>826</sup>.

Seja como for, na descrição feita por Carlos da Fonseca, a Associação dos Trabalhadores (secção do Sul) nomeou Luís de Judicibus e Duarte Pereira para negociar a obtenção do local do comício. Já Agostinho da Silva e Luís de Figueiredo foram tratar do assunto com o comissário geral da polícia para transferir o comício do Príncipe Real para a Rua Nova da Piedade, “na intenção de afastar a presença de elementos menos dóceis”. O programa da homenagem a José Fontana terá sido também combinado. A frouxa manifestação lisboeta terminaria com uma visita ao campo, ao mesmo tempo que se exigia ao Parlamento a fixação das 8 horas de trabalho diário<sup>827</sup>. Já para *O Protesto Operário* (que, nesta altura, começava a assumir-se como o órgão dos possibilistas do Sul, portanto, dos líderes da secção do Sul da Associação dos Trabalhadores), a manifestação que reunira cerca de 8000 operários “de todas as classes”, ocorreu sem

---

<sup>823</sup> “1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 13.4.1890, p. 3.

<sup>824</sup> “Operários!”. *O Protesto Operário*, 4.5.1890, p. 1.

<sup>825</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 177-179.

<sup>826</sup> FONSECA, Carlos da – *O 1.º de Maio em Portugal (1890-1990): crónica de um século*. Lisboa: Edições Antígona, 1990, p. 23.

<sup>827</sup> *Idem*, p. 24-25.

grandes precalços, evidenciando a unidade das aspirações dos trabalhadores portugueses<sup>828</sup>.

No Porto, pode afirmar-se que o 1.º de Maio de 1890 se revelou um sucesso, tendo sido organizadas reuniões preparatórias e distribuídos manifestos de adesão às manifestações que ocorreram no Monte Aventino, na zona das Antas. Na realidade, houve mesmo duas manifestações na cidade, pois os anarquistas do Grupo Comunista-Anarquista do Porto reuniram-se na Praça de D. Pedro<sup>829</sup>. Todavia, foi no Monte Aventino, numa manifestação liderada por elementos da Associação de Trabalhadores da região portuense, como Eduardo de Carvalho e Cunha e Luís Soares, que se reuniu uma considerável massa de operários, resultado do encerramento de inúmeras fábricas da cidade e de outras que cederam voluntariamente o dia<sup>830</sup>. O 1.º de Maio foi ainda celebrado em núcleos urbanos mais reduzidos como Silves (cerca de 200 operários), Santiago do Cacém e Tomar.

No rescaldo das manifestações, asseverou-se que a reivindicação pela redução das horas de trabalho começava finalmente a dar os seus frutos em muitas indústrias do país, obrigando os mestres e os patrões a procurarem acordar nas concessões. Contudo, lamentava-se alguma “timidez dos esforços operários no nosso país” quando comparado com outras realidades além fronteiras e, por isso, o 1.º de Maio deveria continuar como reivindicação pelas 8 horas<sup>831</sup>. Ainda como resposta às tentativas dos grupos comunistas-anarquistas na introdução da “propaganda pelo facto” neste 1.º de Maio, os socialistas rematavam: “Não foram o tumultuar insensato de uma turbamulta inconsciente, sem ideias, que se lança avidamente no vozear das ruas, perdendo e estragando as melhores causas; foram antes a afirmação da força de uma classe”<sup>832</sup>.

No ano seguinte, os socialistas portugueses destacaram o “caráter internacional” de uma manifestação que não se restringia a uma ou duas reivindicações. Aspiravam, por isso, à “institucionalização” da data como o ponto alto do movimento operário. Pelo

---

<sup>828</sup> “1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 4.5.1890, p. 2.

<sup>829</sup> De acordo com Carlos da Fonseca, houve um “estratagema” perpetrado pelos republicanos (em que o papel do poeta Xavier de Carvalho não terá sido de somenos importância) que tinham como objetivo canalizar os operários para este comício “libertário” feito pela “classe académica” para, dessa forma, colher os dividendos políticos: FONSECA, Carlos da – *O 1.º de Maio em Portugal (1890-1990)*, p. 26.

<sup>830</sup> Carlos da Fonseca aponta para uma presença entre 20.000 a 30.000 pessoas: *Idem*, p. 26; Já *O Protesto Operário* acrescentou mais 10.000 trabalhadores à manifestação. De realçar o número considerável de mulheres na manifestação, cerca de 2000, ainda segundo dados de *O Protesto Operário*: “O 1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 4.5.1890, p. 2.

<sup>831</sup> “Interesses do Trabalho”. *O Protesto Operário*, 8.6.1890, p. 1.

<sup>832</sup> “Maio, 1891”. *O Protesto Operário*, 2.11.1890, p. 1.

contrário, os anarquistas encaravam-na sob um ponto de vista menos amistoso, isto é, como um jornada de luta por meio da greve geral, daí que ainda em 1891 alguns segmentos associativos, como a Liga das Artes Gráficas, a Associação de Classe dos Pintores, a União Fraternal dos Operários dos Tabacos e a Associação dos Operários da Companhia das Águas, tenham renunciado às manifestações dos socialistas, preferindo celebrar nas suas sedes<sup>833</sup>.

Esta preocupação dos socialistas pelo “caráter internacional” do 1.º de Maio esteve na base do interesse com que acompanhavam a organização das manifestações pela Federação Americana do Trabalho, nomeadamente a greve prevista de cerca de meio milhão de operários americanos<sup>834</sup>. De resto, num artigo de primeira página, destacou-se o elevado número de participantes e a forma pacífica como decorreram as manifestações nas duas principais cidades do país. Todavia, lamentou-se que nem todos tenham abandonado as fábricas para se juntarem à manifestação<sup>835</sup>.

Em 1892, no ano em que se acentuaram as divergências entre “possibilistas” e “marxistas”, as celebrações do 1.º de Maio contaram com a presença de Francisco Mora (um dos emissários espanhóis da Associação Internacional dos Trabalhadores que esteve em Portugal em 1871) que ficou bastante impressionado com as manifestações organizadas pelos socialistas<sup>836</sup>. Ainda se tentou amenizar a críspação com a tentativa de um consenso à volta da constituição da União Operária 1.º de Maio, uma comissão organizadora das celebrações do dia dos trabalhadores<sup>837</sup>. Todavia, os possibilistas do *O Protesto Operário* lamentavam, nas vésperas do Dia do Trabalhador, a impertinência de uns “despeitados que põem as pessoas acima dos princípios, comprometendo tudo, de caso pensado”, numa referência ao sucedido no último Congresso das Associações<sup>838</sup>.

Nas vésperas do 1.º de Maio de 1893, tentou-se novamente reunir as várias tendências numa só manifestação. Foi neste espírito conciliador que o Conselho Federal do Sul, em consonância com a Comissão Executiva do Congresso das Associações (possibilistas), convidou “todas as fações operárias”, isto é, a Federação das Associações de Classe e o Centro Operário de Lisboa, para que acordassem quanto à nomeação de um

---

<sup>833</sup> FONSECA, Carlos da – *O 1.º de Maio em Portugal (1890-1990)*, p. 30.

<sup>834</sup> “1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 19.4.1891, p. 1.

<sup>835</sup> “As Manifestações do 1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 3.5.1891, p. 1.

<sup>836</sup> NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 191-192.

<sup>837</sup> FONSECA, Carlos da – *O 1.º de Maio em Portugal (1890-1990)*, p. 26-27.

<sup>838</sup> “1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 10.4.1892, p. 1. Aliás, uma das causas para que o congresso não tivesse terminado da melhor forma deveu-se à discussão sobre a liderança da organização do 1.º de Maio de 1892, como já se disse no capítulo anterior.



corpo diretivo formado por três membros de cada um desses grupos<sup>839</sup>. Portanto, as “malquerenças” do passado deveriam ser postas de lado em prol da união operária, garantindo-se ainda que a manifestação não seria liderada por pessoa alguma<sup>840</sup>.

Os festejos ocorreram de uma forma pacífica e “sem a mínima nota discordante”. Para além da cessação do trabalho nas oficinas e da habitual homenagem a José Fontana, a realização do comício contou com representantes das associações operárias e alguns militantes anarquistas, tendo decorrido de forma serena. Ocorreram ainda manifestações no Porto (que não terão tido o impacto dos anos anteriores), em Silves, Portimão, Lagos, Faro, Setúbal e Almada<sup>841</sup>. Contudo, no final do ano rompeu-se o acordo estabelecido e a comissão dissolveu-se, “terminando assim esse efêmero acordo que naturalmente não chegará mais a repetir-se, graças à deslealdade insigne com que alguns procederam a pretexto da união”<sup>842</sup>.

Daí que, no ano seguinte, o mesmo Conselho Federal do Sul tenha convidado apenas associações de classe<sup>843</sup>, defendendo-se que a manifestação ocorresse com ou sem união, já que, segundo o possibilista Luís de Figueiredo, os esforços feitos no passado terão sido em vão devido à deslealdade de alguns “patifes”<sup>844</sup>. Ainda se tentou, sem qualquer efeito, criar uma unanimidade aparente por parte da Comissão Executiva das Associações aderentes ao Congresso que, tomando a sério as intenções do Centro Operário de Lisboa a respeito da homogeneidade das manifestações de maio, apresentou à assembleia uma proposta de nomeação de uma comissão organizadora composta por 5 membros pelas associações aderentes ao congresso e outros 5 eleitos pela União Operária 1.º de Maio<sup>845</sup>. A divisão estava consumada, ainda para mais depois da criação da Confederação Nacional das Associações de Classe, por Azedo Gneco, que comemorou o seu 1.º de Maio à margem da “velha” Associação dos Trabalhadores, liderada pelos possibilistas<sup>846</sup>.

---

<sup>839</sup> “Associações de classe”. *O Protesto Operário*, 26.3.1893, p. 1. Ao todo, foram nomeados 24 delegados de associações de classe, 3 de centros operários e 3 de cooperativas: “1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 23.4.1893, p. 1.

<sup>840</sup> BELTRÃO, Cunha – “Carta do Porto”. *O Protesto Operário*, 9.4.1893, p. 2.

<sup>841</sup> “O Primeiro de Maio”. *O Protesto Operário*, 7.5.1893, p. 1-2. No caso de Setúbal, a “imponente” manifestação foi devidamente acompanhada pelo periódico socialista através de missivas enviadas para a redação: S. R. N. – “Carta de Setúbal”. *O Protesto Operário*, 14.5.1893, p. 3.

<sup>842</sup> “1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 1.10.1893, p. 1.

<sup>843</sup> *O Protesto Operário*, 25.3.1894, p. 1.

<sup>844</sup> MARIUS [Luís de Figueiredo] – “1.º de Maio”. *O Protesto Operário*, 8.4.1894, p. 1.

<sup>845</sup> “Atualidades”. *O Protesto Operário*, 15.4.1894, p. 1. Já se aludiu anteriormente a este episódio.

<sup>846</sup> FONSECA, Carlos da – *O 1.º de Maio em Portugal (1890-1990)*, p. 31.

Apesar de todas as divergências, a verdade é que o movimento socialista português se revelou vanguardista quanto às celebrações de uma data central para o operariado e que soube resistir ao tempo como nenhuma outra efeméride.

### 3.5. Comemorações e homenagens

Apesar do 1.º de Maio ter assumido uma importância primordial no calendário anual das festividades dos socialistas, outras datas marcaram de forma indelével o movimento socialista português e contribuíram, de alguma forma, para o toldar. Ano após ano, o 18 de março foi sendo comemorado pelos socialistas, que consideravam a tomada de Paris pela classe operária em 1871 como um momento determinante na mudança operada no socialismo. De resto, foi uma data que escandalizou alguma burguesia, nomeadamente a portuguesa, que utilizou a imprensa para a combater. Aliás, a literatura queirosiana, sobretudo no romance *O Crime do Padre Amaro*, é suficientemente mordaz no que toca à ridicularização destas reações:

Mas espalhara-se que o Ministério recebera outro telegrama mais desolador; toda a linha do Boulevard da Bastilha à Madalena ardia, e ainda a Praça da Concórdia, e as avenidas dos Campos Elísios até ao Arco de Triunfo. E assim tinha a revolta arrasado, numa demência, todo aquele sistema de restaurantes, cafés-concertos, bailes públicos, casas de jogo e ninhos de prostitutas! [...] Oh, que infâmia! O mundo acabava! Onde se comeria melhor que em Paris? Onde se encontrariam mulheres mais experientes? Onde se tornaria a ver aquele desfilar prodigioso de uma volta do Bois, nos dias ásperos e secos do inverno, quando as vitórias das cocotes resplandeciam ao pé dos faetontes dos agentes da Bolsa? Que abominação! Esqueciam-se as bibliotecas e os museus; mas a saudade era sincera pela destruição dos cafés e pelo incêndio dos lupanares. Era o fim de Paris, era o fim da França!<sup>847</sup>

Mais do que um facto, há que salientar a importância da construção do mito que serviu os interesses de grupos específicos, por razões distintas. Os monárquicos lembraram que o “caos” se seguiria a uma eventual implantação da república, como em França. Entre os republicanos, a opinião não foi consensual, quer se tratasse de unitários (defensores da III República Francesa e das tropas de Thiers) quer de federalistas

---

<sup>847</sup> QUEIRÓS, Eça de – *O Crime do Padre Amaro*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003, p. 365.

(admiradores dos comunistas de Paris). Já os socialistas encontraram uma sustentação prática para a sua base ideológica, ao provar-se que a classe operária seria capaz de conquistar o poder, contribuindo, dessa forma, para o aperfeiçoamento do designado “socialismo científico” (ainda que houvesse vários matizes entre os socialistas que lideraram a Comuna, durante cerca de 2 meses)<sup>848</sup>. A Comuna era igualmente integrada na lógica do progresso social e uma etapa fulcral no movimento que se iniciara em 1879 em França, considerada a “Jerusalém do pensamento moderno”<sup>849</sup>.

Como refere Ana Maria Alves, apesar da enorme improbabilidade da tomada do poder em Portugal pelos membros da Associação dos Trabalhadores, os acontecimentos em França foram transportados para Portugal, tornando-se numa luta nacional que se manifestou, por exemplo, num “aportuguesamento” de certas expressões reivindicativas utilizadas pelos comunistas parisienses<sup>850</sup>.

De facto, o aniversário do estabelecimento da Comuna em Paris foi o acontecimento anual mais celebrado pelos socialistas portugueses até ao surgimento das manifestações do 1.º de Maio, ficando, a partir de 1890, relegado para segundo plano. As comemorações e homenagens promovidas pelos socialistas portugueses passavam, regra geral, pela realização de sessões solenes e saraus organizados por comissões nomeadas para o efeito, normalmente nas sedes da Associação dos Trabalhadores do Porto e de Lisboa, exceto no seu 20.º aniversário, em 1891, que foi celebrado no Teatro Avenida<sup>851</sup>. Estas celebrações incluíam sempre um elogio dos principais feitos da Comuna, como a sua responsabilidade no “acender” das lutas da classe operária noutros locais, como Portugal<sup>852</sup>, marcando também “um ponto de partida” para o estabelecimento do operariado como partido político distinto<sup>853</sup> e, também, como o início do movimento socialista revolucionário ao terminar “com todo esse passado de erros que havia enredado o povo com mentirosas esperanças” (socialismo “utópico”, “jacobinismo”, constitucionalismo)<sup>854</sup>. Considerava-se que o “radicalismo burguês” tentara em vão reduzir os feitos da Comuna a um movimento de simples afirmação republicana

---

<sup>848</sup> ALVES, Ana Maria – *Portugal e a Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971, p. 89.

<sup>849</sup> “18 de março”. *O Protesto Operário*, 17.3.1889, p. 1.

<sup>850</sup> ALVES, Ana Maria – *Portugal e a Comuna de Paris*, p. 171-172.

<sup>851</sup> *O Protesto Operário*, 25.1.1891, p. 1. Os programas dos festejos eram, normalmente, disponibilizados pelo periódico socialista.

<sup>852</sup> SILVA, Alfredo da [esteireiro] – *O Protesto Operário*, 26.3.1882, p. 2.

<sup>853</sup> “Sarau socialista”. *O Protesto Operário*, 6.5.1883, p. 4. Aliás, consideravam mesmo o Partido Operário Socialista como “filho” da Comuna de Paris: “18 de março”. *O Protesto Operário*, 16.3.1884, p. 1.

<sup>854</sup> “18 de março”. *O Protesto Operário*, 16.3.1884, p. 1.

federalista<sup>855</sup>. Finalmente, nos derradeiros dias da Comuna, lembravam-se os “mártires” comunalistas que foram reprimidos e fuzilados pelo Governo de Versailhes<sup>856</sup>.

Outra das comemorações que animou os socialistas portugueses foi o aniversário do seu próprio partido, fundado em 1875, um dos primeiros partidos socialistas europeus. As sessões solenes decorriam na sede da Associação dos Trabalhadores, a 10 de janeiro, lembrando-se a importância da organização do proletariado num partido de classe “oposto a todos os partidos, fazendo da política um meio e não um fim”<sup>857</sup>. Em menor grau, lembrava-se, no início de cada ano, a fundação da Fraternidade Operária que continuava no imaginário dos socialistas portugueses como um exemplo de força e resiliência ainda que tal não fosse, nos finais de oitocentos, “o ideal de emancipação operária”, uma vez que se considerava como úteis todas formas de luta, isto é, “no campo político como no campo económico, pela greve e pela revolução”<sup>858</sup>. Tal assumia ainda maior importância num contexto de fraco industrialismo e com um operariado “amortecido” pelo catolicismo (e que acabou mesmo por “abalar”)<sup>859</sup>.

Mais efusivas foram as homenagens anuais em honra de um dos maiores impulsionadores do socialismo português (fundador da Fraternidade Operária, em 1872, e do Partido Socialista, em 1875), o relojoeiro suíço emigrado em Portugal, José Fontana, que se suicidou em 1876. Em 1882, foi constituída uma comissão pela Assembleia Geral da Associação dos Trabalhadores de Lisboa com o objetivo de erguer um monumento em honra de José Fontana<sup>860</sup>, tendo sido aberta uma subscrição pelo semanário socialista para esse fim<sup>861</sup>. O projeto da comissão incluía ainda, para além do monumento, a trasladação dos restos mortais do precursor do socialismo em Portugal<sup>862</sup>. Finalmente, a 30 de março de 1884, cumpriu-se o programa elaborado pela comissão executiva e o monumento foi inaugurado, numa cerimónia em que terão estado presentes cerca de 20.000 pessoas e diversas associações, organizações e imprensa periódica<sup>863</sup>. Aliás, no próprio dia, *O*

---

<sup>855</sup> “18 de março”. *O Protesto Operário*, 19.3.1893, p. 1.

<sup>856</sup> *O Protesto Operário*, 19.5.1889, p. 3; “Os mártires da Comuna”. *O Protesto Operário*, 16.3.1890, p. 2-3.

<sup>857</sup> “10 de janeiro”. *O Protesto Operário*, 9.1.1887, p. 1.

<sup>858</sup> *O Protesto Operário*, 16.1.1887, p. 3.

<sup>859</sup> RAÚL – “A Fraternidade Operária”. *O Protesto Operário*, 30.1.1887, p. 3.

<sup>860</sup> “Monumento aos amigos trabalhadores: José Fontana”. *O Protesto Operário*, 28.5.1882, p. 2. Da comissão constavam os socialistas António Joaquim de Oliveira, Alexandre José Canuto, Domingos Nunes da Silva e Constantino Augusto Pereira.

<sup>861</sup> “José Fontana”. *O Protesto Operário*, 2.7.1882, p. 2.

<sup>862</sup> “Programa para a trasladação dos restos mortais de José Fontana”. *O Protesto Operário*, 23.3.1884, p. 1.

<sup>863</sup> NOGUEIRA, César – *Notas Para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, p. 147.

*Protesto Operário* dedicou o seu número ao impulsionador da Fraternidade Operária, recordando o seu notável percurso desde o Centro Promotor para os Melhoramentos da Classe Laboriosa à fundação do Partido Socialista<sup>864</sup>. Convém salientar que, para além dos líderes socialistas, uma parte substantiva dos presentes na cerimónia eram republicanos, como Magalhães Lima e Heliodoro Slgado, e órgãos da imprensa republicana como *O Século*, a quem os socialistas agradeceram a prontidão da cobertura realizada aos discursos proferidos<sup>865</sup>. O eminente socialista foi posteriormente lembrado, quer no aniversário da sua morte (em sessões de homenagem organizadas pela Associação dos Trabalhadores<sup>866</sup>), quer nas manifestações do 1.º de Maio junto ao monumento erguido em sua honra, a partir de 1890.

Há ainda que referir os acontecimentos sucedidos em 1887, com a acusação de conspiração a 8 anarquistas de Chicago após a explosão de uma bomba numa manifestação pela reivindicação da jornada das oito horas de trabalho diário, sendo cinco deles executados no dia 11 de novembro do mesmo ano. Os socialistas portugueses reagiram prontamente, noticiando o acontecimento nove dias depois, num editorial de destaque<sup>867</sup>, e organizando, nesse mesmo dia, em Lisboa, uma sessão fúnebre em honra dos “mártires” da Revolta de Haymarket<sup>868</sup>, distribuindo ainda, nalguns pontos da capital, um manifesto de protesto contra as execuções<sup>869</sup>. Como afirma Carlos da Fonseca, este episódio dramático, que se desenvolveu entre maio e novembro de 1887, apenas ganharia impacto mundial a partir de 1890, no contexto da II Internacional, nas manifestações do 1.º de Maio de 1890<sup>870</sup>. Apesar de tudo, os anarquistas e alguns sindicalistas resistiram às diretrizes da II internacional, assumindo a sua preferência simbólica pela data da execução dos revoltosos de Chicago<sup>871</sup>. Ainda assim, *O Protesto Operário* continuou a lembrar com pesar o 11 de novembro, em vários editoriais<sup>872</sup>.

---

<sup>864</sup> “José Fontana”. *O Protesto Operário*, 30.3.1884, p. 1-2.

<sup>865</sup> OLIVEIRA, António Joaquim de – “José Fontana: Associação dos Trabalhadores”. *O Protesto Operário*, 30.3.1884, p. 4.

<sup>866</sup> SILVA, Nunes da – “Associação dos Trabalhadores: Federação do Sul”. *O Protesto Operário*, 30.8.1885, p. 1. Durante este ano, foi ainda publicado o *Almanaque José Fontana*, que contou com a colaboração de figuras ilustres, como Antero de Quental, Sousa Brandão, Nobre França, Teófilo Braga, entre outros: “Almanaque José Fontana”. *O Protesto Operário*, 1.11.1885, p. 4.

<sup>867</sup> “Os Mártires da Revolução”. *O Protesto Operário*, 20.11.1887, p. 1.

<sup>868</sup> *O Protesto Operário*, 20.11.1887, p. 2.

<sup>869</sup> *O Protesto Operário*, 27.11.1887, p. 1.

<sup>870</sup> FONSECA, Carlos da – *O 1.º de Maio em Portugal (1890-1990)*, p. 15.

<sup>871</sup> FONSECA, Carlos da – *O 1.º de Maio em Portugal (1890-1990)*, p. 29.

<sup>872</sup> “A tragédia de Chicago”. *O Protesto Operário*, 9.11.1890, p. 1; “11 de Novembro de 1887”. *O Protesto Operário*, 13.11.1892, p. 1.

*O Protesto Operário* cobriu um período profícuo em celebrações de centenários de figuras ilustres que, no entender dos socialistas (e de republicanos), contribuíram para o progresso da humanidade e que, portanto, deveriam ser homenageados num esforço de compreensão coletiva. Dois anos após o triplo centenário da morte de Camões (1880), celebrado por vários movimentos republicanos e socialistas, festejou-se o centenário da morte do Marquês de Pombal. Em março de 1882 começava a desenhar-se a possibilidade de se festejar o centenário do estadista português, por parte de múltiplas associações lisboetas<sup>873</sup> e, pouco depois, a Associação dos Trabalhadores de Lisboa nomeou uma comissão, que incluiu os líderes socialistas Azedo Gneco e Luís de Figueiredo, para que tomasse uma posição no que toca à sua participação nas celebrações<sup>874</sup>. Entretanto, as classes académicas de Lisboa e do Porto resolveram aderir, bem como outras associações nortenhas<sup>875</sup>. No mês seguinte, a comissão nomeada pelos socialistas resolveu aderir aos cortejos cívicos, num artigo em que se listaram aos feitos do secretário de Estado de D. José, nomeadamente as disposições tomadas contra o “despotismo teocrático”, não esquecendo alguns dos defeitos da sua governação. Todavia, “seria suficiente a guerra movida pelos clericais ao centenário pombalino, para que se justificasse a nossa adesão”<sup>876</sup>.

A 7 de maio, *O Protesto Operário* dedicou inteiramente o seu número a Sebastião José de Carvalho e Melo, elogiando-o através de uma análise às suas principais medidas, desde a instrução pública, ao decreto sobre a escravatura, passando pela extinção do direito consuetudinário e da diferença entre cristãos novos e velhos, a reforma das finanças e das ordens militares, o fim das prisões por dívidas, o nivelamento das classes sociais e, o mais importante, a subordinação do clero e a expulsão dos jesuítas<sup>877</sup>. Finalmente, o cortejo decorreu com uma considerável participação operária, segundo o

---

<sup>873</sup> *O Protesto Operário*, 12.3.1882, p. 4.

<sup>874</sup> “Aviso: Associação dos Trabalhadores Federação do Sul”. *O Protesto Operário*, 26.3.1882, p. 4; *O Protesto Operário*, 2.4.1882, p. 4.

<sup>875</sup> CONSTANTINO, Bartolomeu – “O centenário pombalino”. *O Protesto Operário*, 2.4.1882, p. 2; *O Protesto Operário*, 2.04.1882, p. 4; “Centenário do Marquês de Pombal”. *O Protesto Operário*, 16.4.1882, p. 2.

<sup>876</sup> “Centenário do Marquês de Pombal”. *O Protesto Operário*, 23.4.1882, p. 1. Os opositores às celebrações do centenário pombalino, sobretudo setores católicos como o grupo e periódico *A Palavra*, reagiram com a publicação de um manifesto lembrando “os atos maus que esse homem praticou”. Esta posição levou à realização de comícios de repúdio por parte dos participantes nos cortejos em honra do Marquês de Pombal, realçados no capítulo anterior: CONSTANTINO, Bartolomeu – “O centenário e a reação”. *O Protesto Operário*, 30.4.1882, p. 1.

<sup>877</sup> CONSTANTINO, Bartolomeu – “Sebastião José de Carvalho e Melo”. *O Protesto Operário*, 7.5.1882, p. 1-2.

periódico socialista<sup>878</sup>, prestando-se homenagem ao homem que “soube corresponder às necessidades daquela época em que viveu”<sup>879</sup>.

A celebração de centenários não se resumiu às figuras de Camões e do Marquês de Pombal. Ainda que com uma dimensão menor, não se esqueceu o centenário da morte do pedagogo alemão Friedrich Froebel (11 de abril de 1882), conhecido pela obra *A Educação do Homem* e por ter criado, inclusivamente, a primeira escola-jardim<sup>880</sup>. Para o efeito, registaram-se vários eventos em sua honra no Porto e em Lisboa, ao longo do dia. Também o escritor iluminista francês Diderot foi lembrado anos mais tarde, em 1884, a propósito do centenário da sua morte, tendo sido aprovada uma moção de homenagem pela Associação dos Trabalhadores à memória de “um dos percussores da grande revolução francesa”<sup>881</sup>. Ainda durante esse ano, a 24 de agosto, o Partido Operário Socialista incorporou o cortejo cívico em homenagem do revolucionário liberal Manuel Fernandes Tomás. Apesar da adesão do povo e do panegírico proferido por um socialista, criticaram-se os “discursos medíocres” dos organizadores republicanos após o cortejo<sup>882</sup>. A justificação para esta adesão dos socialistas baseou-se no princípio de que, apesar de não concordarem com “o código político votado nas cortes que ela originou”, tal representou a primeira ação revolucionária contra a monarquia de direito divino e contra a tutela de Inglaterra<sup>883</sup>. Por fim, há que referir o centenário da Revolução Francesa que, no entender dos socialistas, constituiu uma revolução política, faltando ainda cumprir a revolução económica e social<sup>884</sup>.

Resta ainda salientar os recorrentes elogios fúnebres a ilustres socialistas e progressistas. Destaca-se, em março de 1883, o elogio de Karl Marx que, num editorial posterior à sua morte, foi considerado como o “mais eminente dos socialistas contemporâneos” e ao qual se deveu “o caráter histórico e científico que assumiu o socialismo”<sup>885</sup>, procedendo-se ainda a uma breve análise às suas principais obras e relevando-se o seu contributo para o estudo da sociedade através do materialismo

---

<sup>878</sup> “Ecos do centenário”. *O Protesto Operário*, 14.5.1882, p. 1-3.

<sup>879</sup> FIGUEIREDO, Luís de – “O Marquês de Pombal”. *O Protesto Operário*, 7.5.1882, p. 1.

<sup>880</sup> “Centenário de Froebel”. *O Protesto Operário*, 30.4.1882, p. 2-3.

<sup>881</sup> “Centenário de Diderot”. *O Protesto Operário*, 3.8.1884, p. 1.

<sup>882</sup> “24 de agosto”. *O Protesto Operário*, 31.8.1884, p. 1.

<sup>883</sup> [Conselho Federal do Sul] – “Discurso pronunciado em nome do Partido Operário Socialista na manifestação em honra de Fernandes Tomás”. *O Protesto Operário*, 31.8.1884, p. 1-2.

<sup>884</sup> “1889”. *O Protesto Operário*, 6.1.1889, p. 1.

<sup>885</sup> “Karl Marx”. *O Protesto Operário*, 25.3.1883, p. 1-2.

histórico e da luta de classes<sup>886</sup>. Realizou-se ainda uma sessão fúnebre promovida pela Associação dos Trabalhadores, presidida por socialistas destacados como Constantino Pereira, Azedo Gneco e Luís de Figueiredo<sup>887</sup>.

Também Antero de Quental, após a sua morte, mereceu o devido destaque. Publicou-se, inclusivamente, o seu texto de candidatura pelo Partido Operário Socialista ao círculo 98 nas eleições de 1880<sup>888</sup>. Destacou-se ainda o seu contributo teórico para o desenvolvimento das ideias socialistas em Portugal, bem como as suas principais coordenadas de ação até à fundação do Partido Socialista, em 1875<sup>889</sup>. Foram ainda organizadas sessões por parte de várias associações, como a Liga das Artes Gráficas, a Cooperativa Indústria Social e a Associação dos Trabalhadores, com o intuito de homenagear o poeta, procedendo-se à nomeação de comissões para o efeito<sup>890</sup>.

Realizaram-se ainda outros elogios fúnebres, como o de Victor Hugo (1885), Jules Joffrin (1890), Latino Coelho (1891), Sousa Brandão (1892) e Benoît Malon (1893), bem como certos operários que contribuíram para o desenvolvimento da sua associação de classe.

Para concluir, *O Protesto Operário* registou ainda algumas homenagens e celebrações de aniversário das associações operárias portuguesas mais ilustres, desde logo, a própria Associação dos Trabalhadores, mas também o Centro Operário de Lisboa, a Associação Cooperadora dos Operários Tecelões do Porto, a Caixa Económica Operária, a Sociedade Recreio Operário, a Sociedade e o periódico *A Voz do Operário*, a Cooperativa Indústria Social, bem como muitas secções de classe.

---

<sup>886</sup> “Marx”. *O Protesto Operário*, 15.4.1883, p. 1.

<sup>887</sup> *O Protesto Operário*, 22.4.1883, p. 4.

<sup>888</sup> “Antero de Quental”. *O Protesto Operário*, 27.9.1891, p. 1.

<sup>889</sup> FRANÇA, Nobre – “Antero de Quental”. *O Protesto Operário*, 27.9.1891, p. 2.

<sup>890</sup> “Antero de Quental”. *O Protesto Operário*, 4.10.1891, p. 3.



## Conclusão

A heterodoxia foi uma característica do Partido Operário Socialista durante boa parte da década de 80 do século XIX. Houve um genuíno esforço de coesão interna e de tentativa de convivência entre as várias sensibilidades ideológicas, tendo, como base geral, uma partilha de defesa da emancipação dos trabalhadores e da teoria da “luta de classes” como principal impulsionador da história. Por outro lado, o debate em torno da “luta” política e da “luta” económica como meios de ação esteve longe de se tornar uma questão ideológica, apesar da fundação de vários grupos anarquistas nos anos 80, mas, pelo contrário, pragmática, uma vez que a posição maioritária entendia que todos os meios, quer a participação eleitoral quer o fomento do associativismo, eram considerados credíveis, dependendo do contexto em que se inseriam.

Se o “renascer” do movimento operário, a partir de 1887, veio provar que a união de todas as forças começava a dar alguns resultados, as divergências que se operaram no Congresso Internacional de Paris, realizado em 1889, repercutiram-se em Portugal, assistindo-se, sobretudo a partir de 1891, a um agravar do conflito entre as duas tendências, que teve como “palco” preferencial as eleições, os congressos das Associações de Classe e as manifestações do 1.º de Maio.

Ainda que com o protagonismo de Azedo Gneco e de Nobre França, que representavam os “marxistas” do Sul, as divergências tornaram-se mais profundas no Norte do país. Sem resultar numa cisão até 1895, a verdade é que existiram, de facto, no final do período aqui analisado, dois pólos distintos no Porto: um “possibilista”, representado pela Associação dos Trabalhadores do Norte e pelo periódico *O Trabalhador*, e outro “marxista”, em torno do Centro Operário de Propaganda Socialista e do órgão *O Eco Socialista*. Os motivos foram vários, como se viu, mas cremos que terão tido origem, sobretudo, em questões táticas e pessoais e menos em conflitos ideológicos. Do lado dos “possibilistas”, nunca terá havido um especial repúdio pela participação eleitoral e, pelo contrário, os “marxistas” nunca colocaram de parte o associativismo laboral.

Nas suas relações com o movimento operário, a ação do Partido Operário Socialista enfrentou grandes dificuldades durante grande parte da década de 1880. Era notório o esmorecimento do movimento operário após as greves de 1872-1873, lideradas pela Fraternidade Operária. Percebe-se, aliás, nas páginas do jornal *O Protesto Operário*,

o desânimo dos socialistas no que toca à sua deficiente organização, à inexistência de solidariedade operária e ao repúdio a certas atividades “ociosas” dos trabalhadores.

Todavia, na segunda metade dessa década, com o “renascer” do movimento operário, desde 1887, materializando-se numa série de ações, desde os protestos contra o monopólio dos tabacos à “lei das licenças para trabalhar”, não esquecendo as múltiplas representações enviadas ao Parlamento sobre temas relacionados com o protecionismo económico, bem como questões de segurança no trabalho e salubridade, entre outras, o Partido Operário Socialista assumiu um papel visível tanto de doutrinação ideológica como de organização e de mobilização. Ainda que a organização de secções de classe e de greves se tenha verificado a partir de 1882, a verdade é que houve uma maior adesão a partir de 1887. O final da década contou ainda com a entrada do Partido Operário Socialista nas eleições, depois de anos marcados por abstenções sucessivas. As manifestações do 1.º de Maio, realizadas pela primeira vez em 1890, representaram o culminar do “renascer” operário, tendo estes como principal reivindicação as 8 horas de trabalho diário e os aumentos salariais. Ainda que tenhamos em conta todas as especificidades nacionais conhecidas, podemos afirmar que o Partido Operário Socialista tornou-se, neste período, num partido verdadeiramente popular e num movimento de “massas” ímpar na sua história.

Finalmente, no início da última década de oitocentos, assistiu-se a uma intensa atividade legisladora de regulamentação do trabalho e do associativismo, o que significou uma maior preocupação das entidades governativas face à “questão social”. Por outro lado, tratou-se de uma fórmula que os governos encontraram para estancar um movimento em crescendo.

A relação dos socialistas com o movimento republicano pautou-se por um acentuar das divergências. Desde logo, pela acusação de que os segundos apenas se moviam pela “questão do regime”, em detrimento de uma mudança estrutural da sociedade. Por outro lado, criticava-se o Partido Republicano Português por ser liderado por um Diretório “conservador” que contemporizava com os agentes monárquicos, bem como por utilizar uma retórica “sentimentalista”, “jacobina” e excessivamente centrada no culto do indivíduo.

Além disso, a República era considerada um estágio mais avançado do que a Monarquia Constitucional e uma etapa na senda do progresso. É notória a existência de um alinhamento ideológico entre os socialistas e alguns republicanos federais, tais como

Jaime de Magalhães Lima, Helidoro Salgado e Angelina Vidal, evidentes numa série de ações conjuntas ao longo de todo o período em análise. Houve também posições comuns ou semelhantes a respeito da “questão religiosa”, isto é, uma crítica ao poder que consideravam desmesurado da Igreja em todos os domínios da sociedade. Contudo, o combate dos socialistas dirigiu-se mais para uma crítica materialista das instituições religiosas, enquanto que os republicanos eram acusados de se centrarem no anticlericalismo como resposta a todos os males. É necessário não esquecer também o combate conjunto pelo laicismo, através da reivindicação do registo civil e da abolição do juramento religioso.

Por fim, os socialistas lidaram ainda com o emergente movimento anarquista. O período de publicação do periódico *O Protesto Operário* cobriu parte das duas fases por que o anarquismo passou. Um primeiro momento de maturação ideológica e de separação dos partidos socialistas, marcado pelo individualismo inicial e pela recorrência à “propaganda pelo facto”. Foi, aliás, durante este período, em 1887, que se constituíram os Grupos Comunistas-Anarquistas do Porto e de Lisboa, sendo que *O Protesto Operário* foi um dos palcos do debate que precedeu esta cisão em torno dos caminhos para se chegar à revolução. Por outro lado, a adesão do movimento anarquista ao associativismo laboral data da última década de oitocentos, mais precisamente entre 1892 e 1895, tornando-se crescente a preocupação dos socialistas em torno desta questão.

Com a presente dissertação procurámos contribuir para aprofundar a compreensão da história política e institucional do Partido Operário Socialista, excessivamente dependente de análises generalistas. Por outro lado, as obras mais focalizadas que foram surgindo nos últimos anos tratam, sobretudo, do período fundacional do socialismo enquanto partido político organizado, anterior ao período analisado, ou depois da implantação da República, tornando-se, por isso, premente uma análise mais exaustiva às últimas duas décadas de oitocentos.

Dadas as limitações inerentes às características de uma dissertação de mestrado, não nos foi possível analisar outros periódicos socialistas, entre os quais os órgãos portuenses *O Trabalhador* (1889-1890) e *O Eco Socialista* (1892-1894), podendo estes servir de fontes a futuras investigações sobre o desenvolvimento da querela que dividiu os socialistas portugueses. Por outro lado, e pelos mesmos motivos, não analisámos as informações existentes no periódico *O Protesto Operário* acerca das condições materiais

do operariado e da carestia de vida e que poderão também ser objeto de uma futura investigação.

## Fontes e Bibliografia

### Fonte hemerográfica principal:

*O Protesto Operário. Órgão do Partido Operário Socialista.* Lisboa/Porto, 1882-1894.

### Outras fontes:

*O Pensamento Social.* Lisboa, 1872-1873.

QUEIRÓS, Eça de – *O Crime do Padre Amaro.* Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.

QUENTAL, Antero de – *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Três Últimos Séculos: Discurso pronunciado na noite de 27 de maio na sala do Casino Lisbonense.* Prefácio de Eduardo Lourenço. Lisboa: Tinta-da-China, 2017.

### Bibliografia:

ALVES, Ana Maria – *Portugal e a Comuna de Paris.* Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914.* Lisboa: Editorial Presença, 1988.

CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto.* Porto: FLUP, 1999. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

CATROGA, Fernando – *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de outubro de 1910.* Coimbra: Faculdade de Letras. Vol. 1, 1991.

CATROGA, Fernando – “Cientismo, Política e Anticlericalismo” in ROQUE, João Lourenço; TORGAL, Luís Reis (coord.) – *O Liberalismo (1807-1890)* in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. V, p. 495-504.

CORREIA, Fausto – *Os Socialistas portuenses e a Grande Guerra.* Porto: FLUP, 2016. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

DROZ, Jacques (dir.) – *História Geral do Socialismo.* 9 vol. Lisboa: Livros Horizonte, 1972-1977.

FONSECA, Carlos da – *Integração e ruptura operária. Capitalismo, associativismo, socialismo, 1836-1875.* Lisboa: Estampa, 1975.

FONSECA, Carlos da – *O 1º de Maio em Portugal 1890-1990.* Lisboa: Antígona, 1990.

FONSECA, Carlos da – *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal.* 4 vol. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

FREIRE, João (introd.) — *100 anos de anarquismo em Portugal 1887-1987*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987.

FREITAS, João — *A Casa do Povo Portuense (1900-1914)*. Porto: FLUP, 2014. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

HOBBSBAWM, Eric — *A Era do Imperio: 1875-1914*. Lisboa, Editorial Presença, 1987.

HOMEM, Amadeu Carvalho — “O Avanço do Republicanismo e a Crise da Monarquia Constitucional” in ROQUE, João Lourenço; TORGAL, Luís Reis (coord.) — *O Liberalismo (1807-1890)* in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. V, p. 109-121.

HOMEM, Amadeu Carvalho — “O republicanismo e o socialismo” in ROQUE, João Lourenço; TORGAL, Luís Reis (coord.) — *O Liberalismo (1807-1890)* in MATTOSO, José (dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. V, p. 206-216.

KRIEGLER, Annie — *As Internacionais Operárias (1864-1943)*. Amadora: Livraria Bertrand, 1974.

MARGARIDO, Alfredo — *Introdução do marxismo em Portugal (1850-1930)*. Lisboa: Guimarães e C.<sup>a</sup> Editores, 1975.

MATOS, Luís Salgado; MÓNICA, Maria Filomena — “Inventário da imprensa operária”. *Análise Social*. Vol. XVII, 1981, p. 1013-1078.

MEDINA, João — *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

MÓNICA, Maria Filomena — Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914). *Análise Social*. Vol. XV (60), 1979, p. 859-945.

MÓNICA, Maria Filomena — *A Formação da classe operária portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MÓNICA, Maria Filomena — “Bibliografia sobre o Socialismo em Portugal: 1875-1914”. *Boletim de Estudos Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. N.º 5, maio 1984.

MÓNICA, Maria Filomena — *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

MÓNICA, Maria Filomena — *Artesãos e Operários: Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.

NETO, Vítor – “O Estado e a Igreja” in ROQUE, João Lourenço; TORGAL, Luís Reis (coord.) – *O Liberalismo (1807-1890)* in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, vol. V, p. 233-243.

NOGUEIRA, César – *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália, 1964.

OLIVEIRA, César – *O Socialismo em Portugal 1850-1900*. Porto: Afrontamento, 1973.

PEREIRA, Augusto de Castro – *O Operariado no Noroeste português (1834-1934). Guimarães e Viana do Castelo*. Porto: FLUP, 2010. Dissertação de Doutoramento em História.

PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: FLUP, 1993.

PEREIRA, Gaspar Martins; CASTRO, Maria João – Do corporativismo ao anarco-sindicalismo: sobre o movimento operário no Porto na 2ª metade do século XIX. In AAVV — *Carlos Alberto Ferreira de Almeida*. In Memoriam. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999.

PEREIRA, Joana Dias – *A formação da solidariedade operária: o caso de estudo da Península de Setúbal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013. Dissertação de Doutoramento em História.

PEREIRA, José Pacheco – “A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)”. *Análise Social*. N.º 65, 1981, p. 135-151.

POLICARPO, João Francisco de Almeida – *O Pensamento Social do Grupo Católico A Palavra (1872-1913)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

RÉMOND, René – *Introdução à história do nosso tempo: do Antigo Regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva, 1994.

RIOUX, Jean-Pierre – *A Revolução Industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1973.

SÁ, Víctor de – *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

SÁ, Víctor de – *Movimento Operário e Sindicalismo em Portugal*. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário em Portugal, 1981.

SÁ, Víctor de – *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991.

- SANTOS, Fernando Piteira – “A Fundação de *A Voz do Operário* – do abstencionismo político à participação no congresso possibilista de 1889”. *Análise Social*. Lisboa, Vol. XVII, 1981, p. 681-693.
- SANTOS, Licínio – *Cultura e Lazer. Operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1893-1914)*. Porto: FLUP, 2014. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- SANTOS, Maciel Morais – “O Partido Socialista nos seus primeiros anos – duas eleições perdidas”. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 2ª série. Vol. XI, 1994, p. 287-332.
- SCOTT, Joan W. – “A mulher trabalhadora” in FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (coord.) – *O Século XIX* in DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.) – *História das Mulheres*. Edições Afrontamento, 1991, p. 443-475.
- SERRÃO, Joel – “Socialismo” in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, vol. 6, p. 10-14.
- SILVA, José Gentil – “A Mulher e o Trabalho em Portugal”. In AAVV – *A Mulher na Sociedade Portuguesa – visão histórica e perspectivas atuais*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras, 1986, p. 263-307.
- SILVA, João – *Representações da questão colonial no periódico socialista O Protesto Operário (1882-1891)*. Porto: FLUP, 2017. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- SOUSA, Manuel Joaquim de – *O Sindicalismo em Portugal*. 5ª ed. Porto: Afrontamento, 1976.
- TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.
- THOMPSON, E. P. – *The Making of the English Working Class*. Harmondsworth: Penguin, 1963.
- TOUCHARD, Jean (dir.) – *História das Ideias Políticas*. Vol. IV. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1991.
- VENTURA, António – *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*. Lisboa: Cosmos, 2000.
- VIANA, J. M. Gonçalves – *A Evolução Anarquista em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- WEILL, Georges – *El Periódico: orígenes, evolución y función de la prensa periódica*. Sevilla-Zamora: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2007.



ZENHAS, Eduardo – *O movimento operário portuense no final da Monarquia Constitucional (1909-1910)*. Porto: FLUP, 2016. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.

## **Anexos**

## Anexo 1 – Ficha Hemerográfica<sup>891</sup>

### I. Ficha descritiva

#### A. Cabeçalho:

1. Título: *O Protesto Operário* [Lisboa/ Porto, 1882-1894]
2. Subtítulo: *Órgão do Partido Operário Socialista*.
3. Lemas: Não apresenta.
4. Vinhetas: Não apresenta.

#### B. Datação:

1. Cronologia:
    - a) Primeiro número: 5 de março de 1882.
    - b) Último número: 22 de abril de 1894.
  2. Periodicidade: semanário (domingo).
  3. Momento de aparição: jornal matutino.
  4. Coleção: Biblioteca Nacional de Portugal (biblioteca nacional digital)/ Fundo Geral Jornais. *O Protesto Operário*. Lisboa/ Porto, 1882-1894. Disponível para download em: <http://purl.pt/24870>. Nesta coleção, alguns números apresentam-se incompletos, não sendo possível uma leitura integral dos mesmos: 16 de setembro de 1883, 13 de janeiro, 20 de janeiro e 6 de abril de 1884, 23 de agosto de 1885, 30 de janeiro de 1887 e 1 de maio de 1893.
- Também se encontram disponíveis em papel, para consulta, os números desde 5 de março de 1882 até 8 de julho de 1883, na coleção: Biblioteca Pública Municipal do Porto/ Hemeroteca. *O Protesto Operário*. Lisboa/ Porto, 1882-1883.

---

<sup>891</sup> Utilizou-se como modelo, pela proximidade e pela relevância da investigação, a ficha hemerográfica elaborada na dissertação sobre *O Operário*: CASTRO, Maria João – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*. Porto, 1999, p. 290-299.

## 5. Sede social:

### a) Administração e Redação:

– De 5 de março de 1882 a 28 de dezembro de 1883:

Rua da Paz, 74, 2.º – Lisboa

Largo da Fontinha, 50 – Porto

– De 4 de janeiro de 1884 a 26 de junho de 1887:

Rua de João Braz, 15, 1.º – Lisboa

Largo da Fontinha, 50 – Porto

– De 3 de julho de 1887 a 26 de junho de 1893:

Calçada de S. Francisco, 15, 1.º – Lisboa

Largo da Fontinha, 50 – Porto

– A partir de 3 de julho de 1893 até ao último número<sup>892</sup>:

Calçada de S. Francisco, 15, 1.º – Lisboa

### b) Lugar de impressão:

– Do início da publicação até 25 de março de 1883: Imprensa Civilização, na Rua de Entreparedes, 19 – Porto

– De 1 de abril de 1883 até 13 de dezembro de 1885: Tipografia Gutierres, na Rua do Norte, 92 – Lisboa.

– De 3 de janeiro de 1886 até 29 de agosto de 1886: Ateneu Operário - Cooperativa de Produção Tipográfica, Rua Nova do Loureiro, 38-40 – Lisboa.

– De 5 de setembro de 1886 até 30 de dezembro de 1888: Tipografia Nacional, Rua do Diário de Notícias, 1-7 – Lisboa.

– De 6 de janeiro de 1889 até 12 de janeiro de 1890: Tipografia “Fénix”, Rua Nova do Loureiro, 38-40 – Lisboa.

– De 27 de janeiro de 1890 até 22 de maio de 1892: Tipografia Portuense, Rua de S. Boaventura, 20 – Lisboa.

– De 12 de junho de 1892 até 12 de março de 1893: Tipografia do Repórter, Travessa da Espera, 19 – Lisboa.

– De 19 de março de 1893 até 1 de maio de 1893: Tipografia situada na Rua do Norte, 46, 1.º – Lisboa.

---

<sup>892</sup> A morada referente à sede no Porto desaparece neste último período.

- De 7 de maio de 1893 até 14 de maio de 1893: Tipografia situada na Travessa da Espera, 19 – Lisboa.
- De 21 de maio de 1893 até 25 de junho de 1893: Tipografia situada na Rua do Norte, 46, 1.º – Lisboa.
- De 3 de julho de 1893 até 9 de julho de 1893: Tipografia situada na Rua Serpa Pinto, 101 – Lisboa.
- De 9 de julho de 1893 até 17 de dezembro de 1893: Tipografia situada na Rua de S. Boaventura, 20 – Lisboa.
- De 1 de janeiro de 1894 até ao final da publicação: Tipografia situada na Rua da Atalaia, 38-50 – Lisboa.

### **C. Características técnicas<sup>893</sup>:**

#### **1. Formato:**

a) páginas: 4 páginas/número.

dimensões: 290 x 389 mm.

b) colunas: 4 colunas/ página entre 1882 e 1893; 5 colunas/ página em 1894.

dimensões: 61-62 mm

#### **2. Estrutura:**

a) Superfície impressa redaccional: 82.745 – 85.956 mm<sup>2</sup>; A 1ª página: 67.184 mm<sup>2</sup>.

– cabeçalho: 18.278 mm<sup>2</sup>.

– títulos: variável por número e ao longo do jornal. Normalmente, o corpo dos títulos das notícias de abertura eram maiores que os restantes.

– ilustrações: encontram-se três ilustrações ao longo da publicação do jornal. Uma gravura de Antero de Quental, num artigo em que este aceita candidatar-se pelo círculo 98 (27 de setembro de 1891), outra de Karl Marx, a propósito da comemoração do aniversário da Comuna de Paris (19 de março de 1893) e uma última com os retratos de Marx, Antero de Quental e José Fontana, a propósito das comemorações do 1.º de maio (1 de maio de 1893).

b) Superfície impressa publicitária: A superfície impressa dedicada à publicidade, com a designação de “Anúncios”, variou ao longo da publicação do jornal. Há períodos em que

---

<sup>893</sup> As dimensões do periódico correspondem apenas aos números em papel entre 5 de março de 1882 e 8 de julho de 1883, disponíveis na Coleção da Biblioteca Municipal do Porto.

ocupa toda a 4ª página ou apenas uma parte desta, ou, ainda, números que não apresentam qualquer secção de publicidade.

c) Secções: O semanário apresentou sempre um editorial e vários artigos de opinião (normalmente de socialistas ou de republicanos federais). As restantes secções variaram sempre bastante ao longo dos números. Das mais constantes, pode destacar-se “Avisos” (normalmente, para convocação de assembleias gerais dos conselhos federais do partido ou das secções da Associação dos Trabalhadores), “À última hora”, “Publicações recebidas”, “Folhetim”, “Comunicados” (cartas enviadas à redação do jornal e que foram publicadas posteriormente) e “Revista Estrangeira” (sobre a situação do movimento socialista e operário internacional).

A partir de 1883, pode destacar-se a secção “Boletim das associações” (anúncios de fundação de associações operárias), “Fotografia do dia” (transcrições de excertos de periódicos generalistas sobre a atualidade), “Revolucionários ilustres” (biografias elogiosas de vários revolucionários, normalmente niilistas russos condenados à morte).

Em 1894, foi introduzida uma nova secção, “Atualidades”, sobre a situação do movimento operário e socialista.

A secção “Avisos” manteve-se constante ao longo da publicação do periódico.

## **II. Ficha Analítica**

### **D. Empresa jornalística:**

#### **1. Aspetos jurídicos:**

a) Fundadores: elementos do Partido Operário Socialista.

b) Propriedade: Partido Operário Socialista.

c) Editor responsável: Não foram encontrados registos relativamente ao período até 6 de abril de 1890.

De 13 de abril de 1890 até ao final da publicação: Victor José de Sousa.

#### **2. Aspetos económicos:**

a) Administração: eleita pelo Conselho Central do Partido do Operário Socialista. Não foram encontrados registos sobre os administradores do jornal.

b) Lugares de subscrição: nas sedes de Lisboa e do Porto ou através do correio.

c) Preço da publicação:

- Venda por número avulso: 10 réis.
- Subscrição: preço mensal correspondia a 50 réis, trimestral a 150 réis, semestral a 300 réis e, por fim, anual, a 600 réis. Os entregadores eram os encarregados da cobrança. As assinaturas eram pagas adiantadas para Lisboa e província.
- d) Tarifa de publicidade: 20 réis por linha. Abatia-se ainda em 50% aos anúncios que fossem permanentes (ou pelo preço que os anunciantes convencionassem).

## **E. Equipa redatora:**

### **1. Direção:**

- a) Conselho de redação: comissão redatora eleita pelos Conselhos Federais do Norte (Porto) e do Sul (Lisboa) do Partido Operário Socialista.
- b) Diretor: não há conhecimento da existência dessa figura no jornal<sup>894</sup>.

### **2. Redação:**

- a) Redatores-chefes: Não há conhecimento dessa figura.
- b) Redatores: Difícil de determinar. Sabe-se que houve uma convocatória a todas as agrupações socialistas do Porto que constituíam o Partido Operário Socialista, na Federação do Norte, para uma reunião dia 30 de abril de 1882, com o intuito de proceder à eleição da redação e administração do jornal (bem como do Conselho da Federação). Contudo, não se chegou a saber, nas páginas do periódico, o resultado dessa assembleia. No caso de Lisboa, sabe-se que foram eleitos Azedo Gneco, Luís de Figueiredo e Victor José de Sousa. No entanto, pela frequência com que escrevem, pode supor-se que José Ribeiro, Bessa de Carvalho e Manuel José Martins fariam parte da redação, pelo Porto.

3. Colaboradores: Antero de Quental, Pinto Guimarães, Nobre França, Alfredo da Silva, José da Silva Lino, Nunes da Silva, Agostinho da Silva, Silvestre Pinto Caldeira, Joaquim Martins de Carvalho, Constantino Augusto Pereira, Mário do Vale, Costa Goodolphim, Oliveira Martins, Manuel Duarte Alves Guimarães, José António Cardoso, Viterbo de Campos, Acácio Guedes do Amaral, Jacinto de Oliveira, Pereira Nunes, Eduardo de Carvalho e Cunha, Contantino Pereira, Manuel José Moreira, Marto, Germano, José

---

<sup>894</sup> Apesar da bibliografia referir que *O Protesto Operário* contou com Luís de Figueiredo como seu diretor: SÁ, Vítor de – *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986*. Lisboa: Caminho, 1991.

Maria Garcez, Augusto César, António da Costa, Manuel Batista Pires, J. Costa Ribeiro, Guedes Quinhones.

Colaboraram também alguns socialistas europeus como Benoît Malon, Paul Lafargue e, ainda, alguns republicanos federais, como Heliodoro Salgado, Felizardo Lima e Angelina Vidal.

#### **F. Natureza e Orientação:**

*O Protesto Operário*, como órgão de imprensa do Partido Operário Socialista, veiculava as linhas gerais do seu programa partidário, saído da I Conferência Nacional Socialista, realizada em 1882 (aliás, era frequente a transcrição integral do programa em vários números da publicação).

O foco principal seria o combate à “burguesia”, monárquica ou republicana, apesar de acreditarem que a República era, na sua essência, mais racional que a Monarquia. Também a Igreja Católica, considerada um entrave à instrução e emancipação dos portugueses, era fortemente combatida pelos socialistas.

De resto, acreditavam na emancipação dos trabalhadores, através de uma mudança estrutural da sociedade que implicasse a abolição da propriedade e a coletivização dos meios de produção. Era, portanto, isto que os unia. Contudo, verificou-se, desde sempre, várias tendências divergentes, sobretudo, quanto aos métodos a aplicar. Marxistas, proudhonianos e “obreiristas” conviveram, numa primeira fase, pacificamente.

O semanário reflete esta heterodoxia inicial, ainda que a influência marxista cresça consideravelmente. O programa da I Conferência Nacional Socialista (que vigorou até ao final do período em análise) traduz esse peso, apesar de se ter continuado a apostar em métodos graduais como o cooperativismo.

A fase da primeira metade da década de 80 do século XIX foi marcada por um esforço de união interna e de cedências das várias tendências. Todavia, nos finais dos anos 80 e inícios de 90 de oitocentos, aumentou a críspação entre os que apostavam numa via económica e os que, pelo contrário, davam maior ênfase à participação política. O jornal traduz, portanto, este ambiente conturbado, o que, aliás, implicou o seu término, em 1894. Resta ainda acrescentar que, como órgão de propaganda partidária, por várias ocasiões se afirmou que apenas o Partido Operário Socialista representava os interesses dos trabalhadores, optando por temas dominantes como a carestia de vida, horários de trabalho, salários, e as greves. Classificava-se, portanto, *O Protesto Operário* como “o



único periódico socialista que se publica em Portugal” e o “valente advogado da causa socialista em Portugal”.

## **G. Difusão:**

### **1. Distribuição:**

No Porto, vendiam-se números avulsos na sede do Largo da Fontinha, n.º 50.

Em Lisboa, vendiam-se números avulsos nos quiosques do sul do Rossio, do Patriarcal, do Príncipe Real, da Ribeira Nova, Oriental e Ocidental da Praça do Comércio e na Tabacaria Justino, na Praça de Luís de Camões.

Para o resto do país a distribuição era feita através do correio.

O jornal era ainda enviado gratuitamente, por permuta, para alguma imprensa socialista internacional.

### **2. Zonas de difusão:**

a) Número de edições: uma edição por número.

b) Zona coberta por cada edição: não é possível averiguar com precisão. No entanto, é natural que a afluência fosse muito maior em zonas urbanas e industriais, como Lisboa e Porto, onde residia a maior parte dos operários e artesãos (socialistas). Contudo, sabe-se, através da correspondência (sobretudo, a partir de cartas que leitores enviavam à redação e que, posteriormente, eram publicadas), que o periódico chegava também a zonas do interior do país, tais como Peso da Régua, Lamego, Montemor-o-Velho, S. Tiago do Cacém, Silves, Évora, Covilhã, entre outras zonas do Norte, Centro e Sul do país.

### **3. Leitores:**

a) Número de leitores: indeterminado.

b) Composição dos leitores: não é possível averiguar com precisão. No entanto, sabe-se que, tendo em conta alguns dados, nomeadamente a correspondência e os testemunhos de alguns artigos de opinião, era fundamentalmente constituída por homens, operários e artesãos, militantes (ou afetos) do Partido Operário Socialista e da Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa. Não há registo de subscrições.

### III. Aspetos históricos

#### 1. Fonte histórica:

*O Protesto Operário* teve origem na I Conferência Nacional Socialista, em 1882, que, para além de um conjunto de medidas centralizadoras, tomou a decisão de fundir *O Operário*, órgão da Associação dos Trabalhadores e do Partido Socialista do Porto, com *O Protesto*, o órgão similar de Lisboa. O primeiro órgão nacional do Partido Operário Socialista lançou o seu número inaugural a 5 de março de 1882.

Neste jornal escreveram regularmente nomes importantes do socialismo português do último quartel do século XIX como Azedo Gneco, Luís de Figueiredo, Victor de Sousa, Bessa Carvalho, José Ribeiro e, ocasionalmente, Antero de Quental, Oliveira Martins, entre outros.

Este semanário constitui uma fonte histórica relevante para compreender as opções políticas dos socialistas tomadas numa altura crucial para a História de Portugal. Além do mais, é relevante para entender as posições face à emergência do republicanismo.

*O Protesto Operário* é igualmente fundamental porque sintetiza duas fases importantes do socialismo português: desde uma heterodoxia inicial (não só entre as várias tendências internas, mas também ao abrir um espaço de opinião a republicanos federais) às divergências crescentes a partir de finais dos anos oitenta.

Por fim, constitui uma importante fonte de estudo para a história do movimento operário e socialista.

#### 2. Localização de fundos:

Coleção *online* da Biblioteca Nacional de Portugal: *O Protesto Operário*. Lisboa/ Porto, 1882-1894.

Coleção da Biblioteca Pública Municipal do Porto. *O Protesto Operário*. Lisboa/ Porto, 1882-1883.

## Anexo 2 - Delegados com voto deliberativo na Conferência Socialista

Instituições	Delegados
Associação dos Trabalhadores do Porto	Eduardo de Carvalho e Cunha José Ribeiro
Grémio Operário	António Henrique Sotto Maior Júdice António Lúcio Fazenda
Associação de Trabalhadores de Lisboa	Victor José de Sousa Eudócio César Azedo Gneco
Cooperativa de Tecidos do Porto	Eduardo de Carvalho e Cunha Constantino Augusto Pereira
Clube Democrático Social do Fojo	Agostinho José da Silva Eduardo de Carvalho e Cunha
Clube Democrático Socialista de Lordelo	José Ribeiro Alfredo César da Silva

(Fonte: “Partido Operário Socialista: Resumo oficial das atas da Conferência Socialista”. *O Protesto Operário*, 13.8.1882, p. 1.)

### Anexo 3 - O Partido Operário Socialista nas várias eleições entre 1882 e 1894

Data	Tipo de eleição	Posição oficial do Partido Socialista	Candidatos	Resultados
5.11.1882	Legislativas (Lisboa)	Abstenção	-	-
4.11.1883	Municipais, Distritais e Paroquiais	Abstenção	-	-
29.06.1884	Legislativas	Abstenção	-	-
13.12.1885	Municipais	Abstenção	-	-
6.03.1887	Legislativas	Abstenção	-	-
26.02.1888	Legislativas (círculo plurinominal n.º 70 – Lisboa) *Pela morte do deputado Tomás Bastos	Abstenção	-	-
20.10.1889	Legislativas	Participação	José Correia Nobre França; Manuel Luís de Figueiredo (pelo círculo n.º 70 de Lisboa)  Luís Soares (pelo Porto – não oficial)	110 votos  165 votos
3.11.1889	Municipais	Abstenção	Efetivos: Inácio Luís Caio; Domingos Vidal; Miguel Franco Suplentes: Francisco de Nascimento Rente Júnior; Pacífico José de Oliveira; Francisco Miguel Amador (Por Peniche – não oficial)	100 votos
30.03.1890	Legislativas	Participação	Francisco Viterbo de Campos; Eduardo de Carvalho e Cunha (pelo Porto)  Luís Soares (por Vila Nova de Gaia)	162 votos  500 votos
15.11.1891	Municipais (Lisboa)	Abstenção	Eudócio Azedo Gneco (pela lista republicana ao círculo 3);  José Nobre França (pela lista republicana ao círculo 6)	856 votos  179 votos
23.10.1892	Legislativas	Abstenção	Luís de Figueirido; Agostinho José da Silva; António Francisco Júnior;	163 votos

			José Sérgio Augusto (por Lisboa)  Francisco Viterbo de Campos; Garcia e Silva (pelo Porto) Luís Soares (por Vila Nova de Gaia)	15 votos
15.04.1894	Legislativas	Participação	José Sebastião Sobral; António Conceição Pires; José Sérgio Augusto; Luís de Figueiredo (por Lisboa)	129 votos

(Fonte: *O Protesto Operário* e de MÓNICA, Maria Filomena – *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, p. 185-187.)

#### Anexo 4 – Cronologia do associativismo laboral entre 1882 e 1894

Ano	Mês	Fundação/ Organização
1882	Maio Junho Outubro	Sociedade Cooperativa de Edificações do Porto Congresso das Associações Associação Cooperadora dos Operários Tecelões do Porto e Artes Correlativas
1883	Fevereiro Junho Julho Setembro Outubro	Sociedade Cooperativa <i>A Voz do Operário</i> Congresso das Associações Portuguesas Cooperativa Caixa Económica Capital Operário Sociedade Cooperativa das Artes Tipográficas Associação dos Ferreiros e Artes Correlativas Centro Operário de Lisboa (Alfama)
1884	Fevereiro Junho	Associação dos Operários Carpinteiros e Pedreiros (Beja) Congresso das Associações Portuguesas
1885	Fevereiro Março  Abril Maio  Junho Julho	Federação Socialista do Centro (Coimbra) Sociedade Cooperativa dos Operários Merceneiros e Artes Correlativas do Porto Sociedade de Instrução e Recreio Alcantarense União Fraternal dos Carpinteiros Civis Associação de Classe dos Manipuladores de Tabaco do Porto Congresso Operário dos Ferreiros e Artes Correlativas Congresso das Associações Associação União Fraternal dos Carpinteiros Civis
1886	Março Agosto  Setembro Outubro Novembro Dezembro	Início da publicação do Órgão dos Carpinteiros Civis, <i>A Garlopa</i> Biblioteca Operária do Porto Associação dos Cortadores de Lisboa Sociedade Cooperativa Lisbonense Associação de Classe Tipográfica do Porto Federação dos Trabalhadores em Portugal Associação de Classe dos Corticeiros (Silves) Ateneu Operário (Lisboa) Cooperativa Económica Social
1887	Janeiro  Fevereiro Março Abril  Maio  Julho  Agosto Setembro Outubro Dezembro	Associação dos Estucadores de Lisboa Associação de Classe dos Vendedores de Jornais de Lisboa Associação Federal dos Operários Chapeleiros em Portugal Associação dos Operários da Construção Civil (Porto) Associação das Classes Metalúrgicas (Porto) Associação de Classe dos Marceneiros do Porto Associação de Classe dos Operários Tamanqueiros do Porto (Federação dos Trabalhadores) Associação de Classe dos Canteiros (Federação dos Trabalhadores) Associação dos Caldeireiros de Lisboa Associação das Artes de Construção Civil (Porto) Associação das Classes de Fabrico de Carruagens Associação dos Operários das Artes Metalúrgicas (Porto) Associação de Classe dos Serralheiros do Porto Associação Fraternal dos Operários Conimbricenses Associação de Classe dos Tanoeiros de Vila Nova de Gaia
1888	Julho Setembro	Associação dos Operários Manipuladores de Pão Início da publicação do órgão dos caixeiros, <i>A Voz do Caixeiro</i>
1889	Janeiro	Publicação do órgão da Associação dos Trabalhadores da região do norte, <i>O Trabalhador</i>

	<p>Maio</p> <p>Setembro</p> <p>Outubro</p> <p>Novembro</p> <p>Dezembro</p>	<p>Associação dos Operários das Oficinas Gerais dos Caminhos-de-Ferro do Norte e Leste de Portugal</p> <p>Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Calçado</p> <p>Associação dos Maquinistas Fluviais</p> <p>Associação Auxiliadora dos Cocheiros de Lisboa</p> <p>Associação dos Carpinteiros Civis (Lisboa)</p> <p>Associação de Classe dos Tanoeiros de Vila Nova de Gaia</p> <p>Associação de Classe dos Fogueiros do Mar e Terra</p>
1890	<p>Janeiro</p> <p>Abril</p> <p>Maio</p> <p>Junho</p> <p>Julho</p> <p>Agosto</p> <p>Dezembro</p>	<p>Congresso das Associações Operárias</p> <p>Associação dos Cozinheiros de Lisboa</p> <p>Congresso das Associações de Socorros Mútuos</p> <p>Publicação de <i>A Voz do Trabalho</i>, órgão da Associação dos Fabricantes de Calçado</p> <p>Associação de Classe dos Fundidores</p> <p>Associação dos Pintores da Construção Civil</p> <p>Liga das Artes Gráficas do Porto</p> <p>Associação de Classe dos Fabricantes de Sapatos de Trança</p> <p>Federação das Associações Operárias (Porto)</p> <p>Associação dos Empregados das Companhias de Viação</p> <p>Associação de Classe dos Operários Chapeleiros</p> <p>Classe dos Serradores e Modeladores Mecânicos</p> <p>Publicação de <i>A Obra</i>, órgão de imprensa da Associação de Classe dos Carpinteiros Civis</p> <p>Associação dos Corticeiros (Barreiro)</p> <p>Associação de Classe dos Caixeiros Portugueses</p>
1891	<p>Janeiro</p> <p>Fevereiro</p> <p>Março</p> <p>Maio</p> <p>Junho</p> <p>Julho</p> <p>Agosto</p> <p>Setembro</p> <p>Outubro</p>	<p>Congresso das Associações Operárias (Lisboa)</p> <p>Associação de Classe dos Chapeleiros (S. João da Madeira)</p> <p>Liga das Artes Mecânicas em Madeira</p> <p>Associação de Classe dos Fabricantes de Guarda-Sóis (Porto)</p> <p>União das Associações deos Estucadores</p> <p>Associação Auxiliar dos Polidores de Móveis</p> <p>Decreto de Regulação das Associações de Classe</p> <p>Associação de Classe dos Operários Canalizadores da Água e do Gás</p> <p>Centro Operário de Propaganda Socialista</p> <p>Associação de Classe dos Soldadores (Setúbal)</p> <p>Associação dos Serventes de Construção Civil</p> <p>Associação Fraternal da Classe dos Alfaiates de Lisboa</p> <p>Associação de Classe dos Empregados Menores das Escolas Municipais</p> <p>Associação de Classe dos Latoeiros de Folha Branca</p> <p>Liga das Artes Metalúrgicas de Lisboa</p> <p>Associação de Classe dos Operários Fabricantes de Fósforos</p> <p>Associação dos oficiais de Barbeiro</p> <p>Associação dos Operários Refinadores de Açúcar</p> <p>Associação dos Operários do Círculo Aduaneiro do Sul</p> <p>Associação dos Operários Oleiros</p> <p>Associação de Classe dos Operários do Fabrico de Carruagens</p> <p>Associação de Classe dos Operários Fiandeiros de Ambos os Sexos</p> <p>Associação de Classe dos Calceteiros e Cantoneiros</p> <p>Associação de Classe dos Ourives do Porto</p> <p>Grémio dos Armadores e Estufadores</p> <p>Associação dos Trabalhadores Marítimos do Porto de Lisboa</p> <p>Federação Tipográfica de Lisboa</p> <p>Associação dos Trabalhadores da Alfândega do Porto</p>

	Novembro	Associação dos Canteiros Associação de Classe dos Tanoeiros (Mutela) Fusão das Associações de Classe dos Tecelões do Porto
	Dezembro	Associação de Classe dos Torneiros Mecânicos Associação de Classe dos Serralheiros
1892	Fevereiro	Caixa Económica de Alenquer Início da publicação de <i>O Eco Socialista</i> , órgão do Centro Operário de Propaganda Socialista
	Março	Associação dos Operários Cocheiros Associação de Classe dos Carpinteiros de Machado Associação de Classe dos Canteiros (Porto)
	Abril	Congresso das Associações Operárias (Porto)
	Maio	Associação Fraternidade Tipográfica (Lisboa) Associação dos Operários Soldadores
	Junho	Associação de Classe dos Vendedores de Jornais Associação de Classe dos Encadernadores
	Julho	Congresso Local das Associações Operárias (Sul)
	Agosto	Confederação Operária (Setúbal) Associação de Classe dos Empregados de Comércio do Porto
	Setembro	Associação de Classe dos Empregados de Correio de Lisboa Centro Operário José Fontana (Lisboa)
	Outubro	Associação de Classe dos Forjadores e Ajudantes Associação de Classe dos Forjadores Mecânicos Associação dos Empregados Menores das Secretarias do Estado
	Novembro	Associação de Classe dos Adujantes de Farmácia Associação de Classe dos Operários Municipais
	Dezembro	Assembleia Federal das Associações de Classe
1893	Fevereiro	Início da publicação de <i>A Luz do Operário</i> , órgão dos operários tanoeiros de Vila Nova de Gaia
	Maio	Bolsa de Trabalho Associação de Classe dos Operários Manipuladores de Telha e Tijolo Associação de Classe dos Operários Picadores de Limas Associação de Classe dos Cocheiros e Condutores da Viação Lisbonense
	Junho	Associação de Classe dos Caldeireiros de Ferro e Cobre Associação de Classe União dos Cocheiros Portuenses Associação dos Caixeiros Portugueses Associação dos Corticeiros (Lisboa) Associação dos Trabalhadores Evorenses Cooperativa Popular de Construção Predial (Lisboa)
	Julho	Associação de Classe dos Caldeireiros de Cobre Associação de Classe dos Operários da Indústria Corticeira Silvense Associação de Classe dos Artistas de Orivesaria Associação de Classe dos Litógrafos
	Outubro	Associação de Classe das Lavadeiras de Lisboa Publicação de <i>A Correaria Nacional</i> , órgão da Associação de Classe dos Correeiros Associação Portuguesa dos Relojoeiros do Norte de Portugal Associação de Classe da Indústria Corticeira (Belém e Pedrouços) Associação dos Operários da Indústria Corticeira de Faro Associação dos Corticeiros da Azambuja
	Novembro	Associação de Classe da Indústria Corticeira Portalegrense
	Dezembro	Cooperativa de Consumo de Ramalde



1894	Janeiro	Início da publicação do <i>Rápido</i> , órgão dos Empregados de Caminho de Ferro Portugueses
	Fevereiro	Associação de Classe dos Fabricantes de Calçado (Coimbra)
	Março	Congresso das Associações
	Abril	Associação dos Fabricantes de Fósforos (Oeiras)

(Fonte: *O Protesto Operário* e FONSECA, Carlos da – *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*, vol. I, p. 82-97.)

## Anexo 5 – Greves registadas entre 1882 e 1894

Ano	Mês	Greves
1882	Março	Greve da classe dos manipuladores de tabaco de Lisboa
1883	Ago./ Set.	Greve dos condutores da Companhia de Carris de Lisboa
1884	Novembro	Greve dos operários do porto de Leixões
1886	Ago./ Set. Setembro	Greve de operários torneiros da Empresa Industrial Portuguesa Greve de 80 operários da empresa Vista Alegre
1887	Fevereiro  Abril Maio Novembro	Greve de 17 operários rolheiros da Casa de Eduardo Jubert, em Lisboa Greve dos chapeleiros da casa do industrial Manuel Fernandes Paulo, no Porto Greve de 11 operários tipógrafos da Companhia Tipográfica Greve dos manipuladores de tabaco portuenses Greve dos fragateiros do porto de Lisboa Greve dos operários da fábrica de tabacos Lusitana
1888	Maio Junho Agosto Outubro	Greve dos operários da construção da linha férrea da Beira Baixa Greve dos mineiros das minas de carvão do Cabo Mondego Greve dos operários caldeireiros das obras do porto de Lisboa Greve dos marceneiros da oficina portuense do industrial Venâncio
1889	Maio/Junho Junho Jul./ Set. Setembro Outubro Novembro Dezembro	Greve de 20 chapeleiros da casa Pereira Braga, no Porto Greve dos operários de um matadouro Greve dos chapeleiros do Porto Greve dos operários pregueiros do Porto Greve de operários marceneiros das oficinas portuenses do industrial Cipriano Greve de operários da mobília de ferro do Porto Greve dos tintureiros do Porto
1890	Abril  Junho Jun. / Jul. Julho Agosto	Greve dos sapateiros no Funchal Greve de cerca de 60 tpógrafos da Companhia Nacional Editora Greve de tanoeiros de Vila Nova de Gaia Greve dos cocheiros de praça Greve de operários rolheiros da fábrica do industrial Narciso Vilalonga Greve dos operários das fábricas de fiação e de tecidos portuenses Greves em diversas serralharias de Lisboa Greve dos padeiros Greve dos chapeleiros fulistas da Casa Valente
1891	Jan./ Fev. Abril/ Maio Junho Julho Agosto Setembro  Outubro Out./ Nov.	Greve de marceneiros de algumas oficinas de Lisboa Greve dos operários soldadores de uma fábrica francesa de Setúbal Greve dos tecelões da fábrica José Soares Fernandes, no Porto Greve dos carregadores do caminho de ferro Greve dos chapeleiros da fábrica Esteves & Cª, no Porto Greve de alguns sapateiros do Porto Greve dos mineiros de S. Pedro da Cova Greve de 200 corticeiros da fábrica Bonneville (Braço de Prata), em Lisboa Greve dos operários tanoeiros do armazém de vinhos Romariz & Filho, em Vila Nova de Gaia
1892	Agosto Set./ Nov.	Greve dos operários soldadores de Lagos Greve dos corticeiros em Almada
1893	Janeiro Abril  Maio/ Jun.  Jun./ Jul. Jun./ Set. Outubro	Greve dos corticeiros da fábrica Rankin & Sons, em Almada Greve das costureiras do atelier Alberto Martinho, na Cedofeita Greve dos tecelões do Porto Greve dos operários da fábrica Sandeman & Cª, em Vila Nova de Gaia Greve dos trabalhadores da Companhia do Gás Greve no periódico republicana <i>A Vanguarda</i> Greve de corticeiros em Silves, Portimão e Faro Greve dos soldadores da fábrica Palmeira, em Lagos Greve dos chapeleiros no Porto Greve dos operários tamanqueiros do Porto e Vila Nova de Gaia
1894	Janeiro Fevereiro	Greve dos corticeiros da fábrica Vilalonga, no Poço do Bispo Greve dos tipógrafos do <i>Jornal do Comércio</i>

	Março	Greve dos chapeleiros na casa do industrial Inácio da Costa
	Abril	Greve dos operários alfaiates da Casa de Nunes Correia
		Greve dos vendedores do jornal <i>A Vanguarda</i>

(Fonte: *O Protesto Operário*.)

## Anexo 6 – Outras manifestações e ações operárias entre 1882 e 1894

Ano	Mês	Ações
1882	Mar./ Abr.	Comícios contra as medidas de aumento de impostos do governo de Fontes Pereira de Melo
	Maio	Manifestação anticatólica contra o jornal <i>A Palavra</i>
	Jun./ Jul.	<i>Meetings</i> de protesto contra a construção da linha ferroviária do Douro até Salamanca (a “Salamancada”)
		Manifestação a favor de 4 presos republicanos do Clube Fernandes Tomás
1884	Abril	Comício de protesto contra as reformas do Código Penal
1887	Fev./ Ago.	Agitações contra o monopólio do tabaco
	Abril	Comício no Porto a favor das coligações operárias
	Dezembro	Ações contra as licenças de trabalho
1888	Jan./ Maio	Ações contra as licenças de trabalho
	Abril	Manifestação operária no Porto em homenagem às vítimas do Teatro Baquet
		Participação de socialistas em <i>meetings</i> antijesuíticos
	Maio/ Jul.	Comícios operários no Salão da Laboriosa do Porto
	Outubro Novembro	Comícios contra o aumento do preço do pão
1889	Abril	Participação de socialistas num comício contra o governo
	Julho	Manifestações de solidariedade para com grevistas chapeleiros do Porto
1890	Maio	Manifestações do 1.º de Maio
1891	Maio	Manifestações do 1.º de Maio
	Agosto	Comício no Porto de protesto contra a crise monetária
	Setembro	Comício dos caixeiros para reclamarem o encerramento das lojas aos domingos
		Comício de rolheiros em Cacilhas
	Outubro	Comício de tecelões do Porto em protesto contra a introdução de fazendas de algodão estrangeiras, a um preço mais baixo, nas colónias ultramarinas
		Comício de corticeiros em protesto contra a crise
	Novembro	Comício em Lisboa contra a reforma municipal
	Dezembro	Comício da classe dos manipuladores de fósforos no Porto, a propósito do monopólio
		Comício das classes de construção civil em protesto contra a crise
1892	Janeiro	Comício no Porto dos manipuladores de tabaco, a propósito da questão do regulamento das fábricas
	Fevereiro	Comício na Calçada do Salitre promovido por uma comissão de operários sem trabalho
		Comício dos operários manipuladores de pão, em Lisboa, sobre a necessidade de remodelação da postura sobre o peso do pão
	Maio	Manifestações do 1.º de Maio
	Agosto	Comício da classe dos corticeiros no Barreiro em favor dos interesses de toda a classe
	Outubro	Comício organizado pela Comissão das Associações em solidariedade com os operários corticeiros em greve
1893	Fevereiro	Comício promovido pela Federação das Associações, no Porto, como protesto contra as medidas da Fazenda
	Março	Manifestação operária para exigência de providências face à crise do trabalho
	Maio	Manifestações do 1.º de Maio
	Julho	Comício promovido pela Federação das Associações, no Porto, como demonstração de solidariedade para com os chapeleiros grevistas
	Outubro	Comício promovido pelos operários manipuladores de tabaco no Salão da laboriosa
	Dezembro	Manifestação realizada em Lisboa pela classe dos corticeiros

(Fonte: *O Protesto Operário*.)

## **Anexo 7 – Tentativa de união das várias doutrinas no seio do Partido Operário Socialista<sup>895</sup>**

Não se pode negar a enorme influência que as questões de ordem material exercem nos nossos dias. Mais do que por sentimentos de caráter moral, as sociedades são impelidas por necessidades fatais, necessidades do estômago, de expansão física, de dualismo inconciliável e interesseiro. A revolução futura tem fatalmente de revestir um caráter materialista, frio nas suas concepções, como frias são as conclusões a que tem chegado uma ciência essencialmente experimental, emancipada quase por completo das preocupações metafísicas que inveteraram as anteriores sociedades.

Assim, nos múltiplos aspetos que reveste o movimento operário contemporâneo, sobreleva a todos, como o mais proeminente, o aspeto económico.

Mas enganam-se aqueles que reduzem o socialismo a uma simples questão de estômago, não vendo nele senão uma aspiração das classes proletárias para um melhoramento nas condições do salário, ou para o estabelecimento de umas instituições previdentes e caridosas, que mais se assemelham à tutela vergonhosa do Estado sobre as multidões exploradas — tal é o chamado socialismo catedrático — do que à compreensão nítida de uma elevada noção do direito social.

Nem só de pão vive o homem, — diz um velho rifão antigo.

Nem só à questão económica se pode circunscrever a ação revolucionária e demolidora do proletariado.

Essa ação, saída do jogo complicado dos diversos fatores sociais, abrange na sua extensão todas as esferas da vida, especialmente neste século em que a existência do homem, mercê dos grandes progressos realizados, tende a alargar-se pelos espaços vastíssimos do pensamento, abrindo cada vez mais na sua frente um campo amplíssimo de aspirações não satisfeitas, suscitando um torvelinho de opiniões e de crenças que cada vez mais reclamam a sua aplicação.

É evidente que da resolução do problema económico depende o estado futuro das humanas coletividades. O operário vê por experiência própria que, enquanto permanecer escravizado pela miséria, não pode ter garantias para a sua liberdade religiosa, nem para a sua liberdade civil, nem para a sua liberdade política. Compreende que o monopólio da terra e dos instrumentos do trabalho, estabelecido em proveito de uma classe, é a base da

---

<sup>895</sup> “Meios de ação”. *O Protesto Operário*, 28.4.1889, p. 1.

escravidão contemporânea, dessa servidão afrontosa, mil vezes maldita, que imprime o selo da inferioridade aos filhos do povo, quando ainda no ventre das mães.

Mas nem só para a satisfação das necessidades do estômago tende o socialismo, como ideal supremo de justiça na remodelação das sociedades.

A par dessas, há necessidades intelectuais, de dignidade comum às espécies cultas, que se não podem negar nem esquecer.

O homem caminha para a sua inteira liberdade, fixando a vista nesse outro mundo superior da arte e da ciência, do bem estar e do gozo, que constituiu sempre o fundo das reivindicações humanas, desde os primeiros passos vacilantes que lhe marcaram a saída do animalismo.

A Revolução, pois, aspira à remodelação do organismo político e filosófico, proclamando a soberania social pela igualdade individual, como aspira a atenuar quanto possível a crueza do trabalho, assentando a indústria e a agricultura nas bases da exploração mecânica, substituindo, numa palavra, os homens escravos pelos livres cidadãos que alijem os maiores encargos do labor nesses outros escravos de ferro, cujos braços gigantescos desenham musculaturas de atleta, que se chamam — as máquinas.

É por isso que o movimento operário tem, na sua fase atual, de perder todo o caráter exclusivista, para se desdobrar numa ampla linha de combate, em frente de todas as instituições sociais.

No terreno económico, como no campo político, como na elaboração filosófica, a sua missão é a mesma: procurar elevar a dignidade e a independência do homem, conquistando para ele todos os benefícios e proclamando-o livre em face da humanidade.

Assim se apressará o caminho da evolução.

Atacar só uma das faces do problema, o mesmo é que rolar eternamente a rocha de Sísifo, consumindo esterilmente as forças que é mister empregar num plano concertado e harmónico ...

Uma coisa supõe a outra: a luta económica, a conquista de mais pão e de maior salário, não pode deixar de envolver o esforço pela conquista de mais luz, isto é, de maior independência política e de mais ampla liberdade individual.

Iludem-se os que não pensarem assim.

## **Anexo 8 – O “possibilismo” sustentado à luz da doutrina marxista<sup>896</sup>**

Contava António Vieira que, uma vez, estando sobre uma montanha um guerreiro e um sacerdote, sobreveio ao longe uma trovoadas. Ouvindo os trovões, os dois homens tiveram impressões diversas. O sacerdote pareceu-lhe escutar a voz de Deus, que o admoestava. Ao guerreiro afigurou-se-lhe um barulho de armas, como o tropel de uma batalha, além. Assim, cada qual escutou aquele rumor como melhor lhe quadrava aos ouvidos das próprias preocupações. O caso repete-se muitas vezes. Aí temos nós, agora, que republicanos e monárquicos vêm interpretando também cada um deles, por seu lado, conforme melhor lhes convém, as resoluções do último congresso. É o socialismo uma escola revolucionária? — discutem. Conforme. Revolucionário não é o que mais fala em Revolução. Também aquele que mais grita nem sempre é quem tem mais justiça por seu lado. Revolucionário é o que melhor combate as dificuldades do meio, modificando-as, dominando-as, vencendo-as. Possibilismo e revolução não são termos antagónicos, como muitos supõem. O segundo é o complemento inevitável do primeiro. Como levar a bom êxito um qualquer movimento se a sociedade não estiver preparada para o receber? As revoluções de carácter social e proprietário não se operam por milagre, nem como nos teatros se fazem as mutações, à vista da vara mágica. É preciso que a evolução das forças produtivas, mais ou menos longa, segundo as conquistas da ciência, as prepare e facilite. A natureza não dá saltos. O aforismo é velho, mas vale citar-se. Tudo se encadeia, tudo se funde no cosmos. Os fenómenos etnográficos não escapam a esta lei suprema. Karl Marx exprime perfeitamente esta opinião em poucas palavras: «Quando uma sociedade conseguiu descobrir as leis que presidem ao seu desenvolvimento, não pode galgar de um salto essas leis, nem abolir por decreto as fases em que elas se manifestam. Tudo está em abreviar o período da gestação, atenuando as dores da maternidade». Sob este aspecto, todo o socialismo é revolucionário. Considera a Revolução como a parteira das sociedades. Mas há a notar-se: revolução não é, já agora, uma simples mudança nas formas políticas do governo. Revolução será apenas a que alterar as condições injustas em que a sociedade assenta, destruindo o regime capitalista.

É nisto que muitos divergem: na maneira de considerar a ação revolucionária. Para uns, essa ação está principalmente no ataque às instituições políticas, no assalto ao privilégio dinástico. Esses tais não duvidam chamar revolução à mais insignificante

---

<sup>896</sup> “Socialismo e revolução”. *O Protesto Operário*, 7.8.1892, p. 1.

atoarda. Exemplo: o 31 de Janeiro. Para outros, porém — e nós entraremos neste número —, revolução é apenas o que transforma eficazmente as condições de existência dos povos e das sociedades, vindo corresponder a novas fases tornadas necessárias na expansão coletiva. Revolução pode chamar-se, por exemplo, ao movimento que a França realizou em 1789. Esse movimento foi, no entanto, obra de uma longa evolução anterior. Primeiro, as condições do desenvolvimento da burguesia estavam atingidas. As descobertas e navegações tinham aberto o campo à grande indústria, precedendo o moderno capitalismo. Depois, o enorme movimento intelectual que precedeu aquela época, obra de uma geração de filósofos e de sábios, tinha já cavado o divórcio entre as aspirações individuais e as instituições coletivas em que os indivíduos tinham de agitar-se. O conflito estava aberto; a solução era inevitável. Assim fazem-se revoluções — quando o seu tempo chega. Fazem-se com uma ideia no cérebro e uma bala na espingarda, como disse Kropotkine, esse simpático modelo de anarquistas, que é como a encarnação de toda uma crença sincera. Deverá ser assim a próxima revolução socialista, originada na própria fatalidade que vem a derivar-se do desenvolvimento do capitalismo. Mas supor que o proletariado se deverá deixar arrastar extemporaneamente atrás de um palavreado qualquer, agitando-se sem consciência, como um autômato, levado pela miragem fagueira de uma liberdade que não é compatível com a servidão económica — supor que isso será uma revolução é, pelo menos, tão efêmero como supor que o mundo se regenera a fogo, castigando-se os defeitos sociais com estampidos de dinamite, como Jeová castigava essas antigas cidades corrompidas com os raios sagrados da sua cólera...

Assentemos nisto: visando à transformação das condições sociais, à coletivização da terra, à posse das ferramentas pelos próprios trabalhadores, à abolição do salariado, a ação revolucionária do socialismo é indiscutível. Começa, desde já, pela análise e pela crítica do regime de exploração industrial, mostrando ao operariado a causa das suas misérias, lançando-lhe no cérebro os germes de indignação e revolta contra aqueles que o exploram e aviltam. Terminará amanhã pela conquista do Estado e pela expropriação consequente do sistema capitalista. Mas a revolução operária o que não tem é nada a ver com a aspiração burguesa. Movimento de classe, o socialismo coloca-se a igual distância de monárquicos e republicanos. Para ele é indiferente que o chefe do Estado seja o sr. Carnot ou o sr. D. Carlos. Basta-lhe saber que o Estado é o reflexo dos vícios desta sociedade, onde o pobre não tem direitos para só ter obrigações e encargos. O que ele visa não é a fórmula: é o próprio organismo social. Acima do Estado, vê a posse



privada do capital, o privilégio da propriedade, o monopólio da instrução, o abuso da força, tudo isso, enfim, que determina o caráter e a forma das instituições. Não é este critério profundamente revolucionário? Deverá o operário lançar-se antes nas aventuras ardentes dos que só querem mudar a forma constitucional dos países, deixando de pé as causas da opressão das multidões? Quanto a nós, o operário só tem um caminho amplo: trabalhar pelo melhoramento das suas próprias condições. Já vai longe o tempo em que as árvores da liberdade eram regadas pelo sangue generoso dos proletários, para logo os entusiasmos de 1848 darem nas desilusões de 1851. A revolução religiosa está feita; a revolução política fez-se também. Resta a fazer-se a revolução económica. Liberdades consignadas nos códigos, temo-las bastantes. Mas também temos muita miséria, que é a inimiga natural da liberdade! Vamos a ver se abolimos a miséria, para que as liberdades sejam reais, para que os códigos, como velhas esfinges, não permaneçam vazios de senso, quando se trata de reconhecer direitos aos miseráveis. Tal deve ser a nossa revolução.

## **Anexo 9 – O “indiferentismo” da classe trabalhadora e o apelo ao associativismo<sup>897</sup>**

Centenas de operários fabricantes de tecidos do Porto estão sem trabalho. Saiba-se isto à hora em que se prepara a festa realenga e burguesa na cidade invicta. É conveniente que isto se saiba.

Grande número de fábricas de tecidos acabam de fechar, deixando na miséria os produtores de tudo! Se a dirigir a nossa pena não estivessem as mais arreigadas convicções socialistas, se, pelo contrário, nós fôssemos uns ambiciosos sem crenças e sem princípios, exclamaríamos: *É bem feito!*

Mas, não. Somos socialistas e esses desgraçados que aí andam perecendo à míngua são nossos irmãos! Eis porque temos dó deles e de seus filhos, uns entes que ainda no berço começam já a sentir a maldade e a perfídia desta organização social!

Temos dó deles mas não deixamos de lhes dizer a verdade tal qual a sentimos. A maior parte dos operários que aí estão lutando com a fome foram já membros da Associação dos Trabalhadores e abandonaram-na obtido um pequeno triunfo. Não mais quiseram saber dela. Qual foi resultado? Este que vemos!

Hoje têm de recorrer à caridade pública, quando, se se tivessem conservado na associação, encontrariam hoje ali auxílio para esta e outras crises.

Não o quiseram, aí têm a lição, dura de mais, é verdade, mas, talvez ainda não proveitosa, infrutífera! Façam como entenderem. Nós cá estamos na associação e a porta está aberta para os receber. Associem-se quando tiverem trabalho para prevenir a falta dele. A quantia que darão de quota pouca falta lhes pode fazer e terão o futuro garantido.

Venham a nós que a força resulta da união e o direito é por todos nós. Nada de paliativos, nada de incoerências, nada de servilismos, nada de bajulações. Associem-se e o resto virá naturalmente, logicamente.

— A comissão dos operários sem trabalho veio a esta redação, na terça-feira última, solicitar coadjuvação que, com bastante mágoa, lhe não podemos dar porque, quem não tem seguido os nossos conselhos até aqui, não os seguirá decerto nesta conjuntura.

A coadjuvação tê-la-iam num agrupamento seu, de todos, porque uniriam os seus esforços que, isolados como até aqui, nada têm feito e nada farão. Associem-se. Associem-se. Associem-se, desgraçados.

---

<sup>897</sup> “Os operários fabricantes”. *O Protesto Operário*, 30.7.1882, p. 1-2.

Pois não veem como são desprezados pelos exploradores. Pois não veem que à hora em que gemem com fome, a burguesia prepara imponentes festejos para celebrar a vitória do sindicato, vitória alcançada contra a vontade da maior parte dos contribuintes? Não veem que de esbanjamentos aí vão em paradas, em *lunchs*, em passeios fluviais, em foguetes, em iluminações? Tudo é pago à vossa custa, tudo! E vós não tendes pão! De quem é a culpa? Dos burgueses, decerto que não, porque vós consentis o que eles fazem, votais por eles nas eleições, etc.

A culpa é vossa que não tendes querido ouvir as nossas palavras. Continuamente vos estamos indicando a associação, e vós não seguis os nossos conselhos. Condói-nos a vossa situação, mas nada vos podemos fazer, e sois vós mesmos que assim o quereis, abandonando-nos, abandonando a associação. Que, ao menos, o exemplo vos aproveite e, então, não tenhais receio de crises futuras porque a associação é o baluarte dos vossos interesses.

## **Anexo 10 – O “renascer” do movimento operário – o caso da “lei das licenças para trabalhar”<sup>898</sup>**

Quando se iniciou a campanha contra a celebrada lei das licenças, não faltava quem dissesse que nada se conseguiria, porque o povo não sabe resistir às imposições dos governos. «A união faz a força!» — dizíamos nós aos operários, chamando-os à associação, à luta pelos seus direitos ofendidos. «Não se faz nada!» — repetia o eco da indolência, como que lavrando a condenação das classes salarizadas, que contêm em si as forças vivas e saudáveis do país.

Não obstante, por uma singular intuição da própria dignidade, os operários ouviram, desta vez, a nossa voz, voz de amigos, de companheiros, que tudo têm sacrificado, pela causa dos que trabalham.

Nas salas da «Associação dos Trabalhadores», nos comícios do Rato, no Porto, em Coimbra, por toda a parte, finalmente, o operariado correu a protestar, unindo-se, disciplinando-se, obedecendo aos convites das comissões que ele tinha nomeado, dando-nos o concurso da sua força e o auxílio do seu dinheiro.

O resultado não se fez esperar porque, não tarda sempre, quando o povo quer, quando sabe mandar, quando faz ouvir a sua voz, protestando digna e serenamente. Assim, dizia o artigo 4.º da lei de 15 de julho, essa lei arrogante que era a maior afronta atirada às faces do trabalho nacional:

«É o governo autorizado a estabelecer o lançamento e cobrança da contribuição industrial por meio de licenças, podendo aplicar este sistema a todas ou só a algumas terras, indústrias, profissões, artes ou ofícios e, bem assim, estabelecer novos prazos para a cobrança da mesma contribuição, ficando sempre ressalvada a liberdade do trabalho e da indústria».

Era contra este artigo que se levantava o país. As licenças, acarretando a pena de prisão para os desgraçados que não tivessem por onde pagar, levantaram contra o governo uma tempestade de indignação, chegando a correr o sangue do povo, derramado pela tropa às ordens do capital!

---

<sup>898</sup> “O que faz a união”. *O Protesto Operário*, 4.3.1888, p. 1.

A resistência não afrouxava. Ir-se-ia até ao fim, dizia-se nas reuniões. Jogar-se-iam as últimas, escrevia-se nos jornais populares, postos ao serviço de uma causa de justiça.

O governo tremeu, então, compreendendo que não é impunemente que se luta contra a opinião...

Daí a pouco, o artigo 4.º aparecia-nos assim metamorfoseado:

«Serão voluntárias as licenças de que trata a lei de 15 de julho de 1887:

1. Aos contribuintes, que preferirem este modo de cobrança, será permitido o pagamento em doze prestações mensais, fazendo-se-lhe o abatimento de 2 p. c. na totalidade de coleta anual».

Aqueles que levianamente nos vinham ameaçar com a cadeia, se não aceitássemos as suas determinações, encolhiam as garras, oferecendo já um prémio aos operários que admitissem o novo sistema de cobrança!

Reconheciam, enfim, a nossa força, e tremiam como criminosos vulgares, que se debatem nos estertores da cobardia!

Já era alguma coisa, mas não era tudo ainda. A vitória começava, mas tornava-se urgente uma reparação condigna à vilania que se nos pretendia impor. O governo, mau grado seu, a despeito do capital que o sustenta e da monarquia que o ampara, havia de rasgar essa lei, abolindo o artigo que determinava a criação das licenças para trabalhar!

Por isso, o povo, secundando as comissões, continuou reagindo, como quem tem a consciência da sua missão.

Todos conhecem os episódios que se deram. Abusos de confiança, locais para reuniões pagos a 50.000 réis no Porto, insultos aos membros das comissões, ameaças, infâmias, — tudo se pôs em jogo para desvirtuar um movimento que tinha a sua força na consciência de uma classe que se começava a levantar, seguindo o exemplo dos operários de todo o mundo, que lutara nos comícios e nas barricadas, nas greves e nas manifestações, impondo-se àqueles que vivem do seu trabalho, que são a causa da sua miséria e do seu mal-estar.

O operariado continuava dizendo — não queremos!...

E hoje, finalmente, o que é já esse artigo 4.º, tão ignobilmente perfilhado pelos dirigentes?

Leiam-no abaixo, conforme as modificações aprovadas há dias na Câmara dos Deputados, e vejam acaso se nos parece já o mesmo artigo, se tem ainda as arrogâncias senis de quem se julga forte e dominador, não sendo mais do que um mesquinho ídolo, com frágeis pés de barro!

Ei-lo em seguida:

«Aos contribuintes sujeitos a contribuição industrial, é permitido pagar essa contribuição por uma só vez, ou em prestações mensais, ou em quatro prestações trimestrais».

Foram-se as licenças! A união operária conseguiu o prodígio que opera sempre: humilhou os fortes, elevou os humildes, deu novos alentos aos fracos, mostrou, numa palavra, que o operário tudo deve confiar da sua força, que a união é a primeira e a mais forte arma do grande exército trabalhador:

Não nos queremos envaidecer com a vitória, nem nos inebriam os fumos de um triunfo, que é somente o começo da luz que se há-de fazer no cérebro dos produtores.

Sabemos bem que esse artigo 4.º ainda não corresponde totalmente ao que nós desejamos, porque ainda lá está a preponderância do rico sobre o pobre, do que pode pagar de pronto sobre aquele que só paga em prestações, do que é opulento ou remediado sobre o miserável e o faminto.

Mas foram-se as licenças, esse é o caso! A associação, a solidariedade dos que trabalham, conseguiu o primeiro resultado. Continuem unidos os operários, auxiliem-se mutuamente na cruzada pela sua emancipação, e o resto há-de conseguir-se, porque não há dificuldades onde existe uma vontade forte e uma crença decidida.

Há tudo a fazer, há muito a produzir, porque não podem ser mais desgraçadas as condições de existência das classes populares.

Vítimas do capital, espezinhados nas fábricas e nas oficinas, os operários não têm direitos, para só terem deveres e obrigações. Mais infelizes do que os antigos escravos, só podem ter como esperança a morte pela miséria, quando amanhã, fartos de trabalhar, tiverem de estender a mão à caridade pública.

As suas casas são pocilgas infetas, os seus corpos laboratórios de todas as doenças, os alimentos que comem falsificados e deficientes...

Trabalham doze e quatorze horas por dia e só ganham o bastante para tratarem os filhos nus, rolando pelas calçadas, para esperarem o hospital como recompensa última do seu labor, de uma vida inteira de exploração e de sofrimento!

Sem embargo, tudo isso se pode remediar. Sabeis como? Pela associação. Unam-se os que trabalham, filiem-se nas associações operárias, escutem a voz dos que os chamam para a luta pela existência — e o capitalismo ruirá no pó, como a última expressão de um regime bárbaro de opressão, onde umas classes atropelam as outras, assim como no mar os peixes grandes comem os pequenos.

As lições são frisantes e expressivas. Ponha-se de parte a indolência, despreze-se a intriga e a indiferença, que o futuro será dos que mais valerem, tendo a razão da sua justiça e a intuição da sua força.

Os grandes só nos parecem grandes porque estamos de joelhos. Levantemo-nos, pois, cômicos de que a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores!...

## **Anexo 11 – O protecionismo económico e a aplicação de pautas alfandegárias<sup>899</sup>**

À proporção em que se aproxima a elaboração dos novos tratados de comércio, vai-se desenvolvendo, em certos círculos, uma corrente de simpatia pelos consumidores, cujos interesses se não devem ofender. «Proteja-se o trabalho português até onde for razoável, diz-se para aí baixinho; mas cuidado em não ferir o interesse do consumidor». Jornalistas conspícuos, que advogam a venda das colónias e defendem, com encarniçamento, o livre tráfico constitucional, começam espalhando lágrimas, aqui e ali, como orvalhos da hipocrisia, recomendando ao Estado que tome conta, não suceda que vá parar muito longe a elevação dos direitos nas alfândegas, a proteção às indústrias. É preciso juízo, dizem, com certo ar preocupado. O consumo e, não somente a produção, tem de merecer as nossas atenções... Naturalmente, o interesse do consumidor importanos também a nós. Nem podia deixar de ser assim! Estabelecemos, porém, uma distinção entre a qualidade dos que consomem: a daqueles que não podem consumir senão uma ínfima parte do que produzem, e a dos outros que consomem largamente, muito à sua vontade, sem nada de verdadeiramente útil produzirem. Esta distinção é fundamental. Com efeito, pouco se nos dá saber se o consumidor rico terá amanhã de comprar mais caro um chapéu, ou mesmo uma mobília: o que nos importa é inquirir se o consumidor pobre poderá hoje adquirir uns razoáveis terecos, e comprar, amiúde, diversos chapéus, por mais que a concorrência do industrialismo internacional predomine no mercado...

Falar do consumidor, dos seus interesses, da utilidade de não encarecer, por meio de peias alfandegárias, os produtos da indústria e do trabalho humano, torna-se verdadeiramente uma campanha simpática. Mas não se deve perder de vista que é, sem dúvida, muito mais eficaz, senão muito mais simpático, o cuidar de garantir ao consumidor os meios de consumir. Tratamos do indivíduo que não pode comprar um produto, por mais barato que o anunciem, sem que antes tenha produzido; daquele que apenas no trabalho encontra os precisos recursos para acudir às suas mais urgentes necessidades; falamos do operário, finalmente. De que servirá a esse pobre diabo que as casas de comércio estejam cheias de camisas, que abarrotem de chapéus e de botas vindas de fora, se é certo que ele não pode comprar esses artigos, de que aliás precisa, uma vez que ande vagabundeando pelas ruas, sem ocupação e, por consequência, falho de recursos? A verdade é que sem produção não pode existir consumo. Esta afirmação tem aqui, neste

---

<sup>899</sup> “As pautas”. *O Protesto Operário*, 21.6.1891, p. 1.



caso, um sentido duplo. Nas regiões onde se não trabalha, ou onde se trabalha pouco, o consumo retrai-se, isto é, limita-se ao mínimo, aos produtos genuinamente naturais, que brotam espontâneos do solo ainda não enfeudado a uma oligarquia possuidora. É evidente que abstraímos essas terras do prazer, essas estações da crápula, onde o burguês vai dissipar o trabalho dos míseros salarizados das grandes oficinas ou da agricultura. Essas exceções, motivadas pela bestialidade humana, pela resignação dos oprimidos, não podem constituir lei. Mas, em regra, com as condições atuais da sociedade, sucede isto: o operário consome menos à proporção que ganha menos. O salário nunca o deixa consumir tanto quanto devia, é certo. Mas, tendo abundância de trabalho, conseguindo fazer elevar os salários, a sua situação é melhor, relativamente, embora os produtos que se expõem à venda custem mais caros, por isso mesmo que o seu preço sobe ou baixa, consoante o custo do trabalho desce ou sobe, também. Nisto o interessa como salariado a sua quota na prosperidade da indústria nacional.

Não falamos, pois, em nome da pátria, porque é coisa para nós desconhecida — amanhã pediremos igualmente proteção para o trabalho do país onde estejamos a viver, levados pelos baldões da sorte —, nem fazemos obra de sectarismo, ou de retrocesso económico. Têmo-lo dito muitas vezes: numa organização social civilizada, o livre-câmbio será a fórmula justa; por outro lado, o protecionismo não acaba a exploração, nem evita os conflitos entre os patrões e os operários. Mas o que não podemos é cruzar os braços, no meio deste círculo maldito em que a burguesia nos lançou, quando a fome avança e classes numerosíssimas prometem desaparecer, sumidas na voragem da miséria! Atendam os que nos leem. O nosso internacionalismo afirma-se na grande comunhão de interesses com os miseráveis de todo o mundo. Temos com eles a solidariedade dos grandes ódios contra a canalha infame que nos avilta e que nos reduz à servidão. Como eles, também impetramos desse grande Jove vingador — a consciência popular — os raios potentíssimos da cólera suprema que venham subverter este velho mundo prenhe de iniquidades, esta devassa Salento da exploração capitalista. Mas não podemos permitir, no meio desta desorganização económica, que, em nome do consumo, que se reduz pela opressão e pela situação dependente do povo, se aniquile o trabalho, sacrificando-o aos interesses exclusivos do bandidismo cosmopolita. Se alguma coisa pudessemos aceitar em nome dos interesses gerais, não era que se aniquilasse a indústria local; era que o mercado se desembaraçasse desses intermediários avaros, os comerciantes — aves sinistras de rapina que, sem nenhuma utilidade coletiva, sobrecarregam a produção,

levando quatro ou cinco vezes mais sobre os géneros do que os direitos de alfândega, isto sem nenhum auxílio para a atividade geral, não incitando as indústrias indígenas, mas depreciando-as...

## Anexo 12 – Os socialistas e o republicanismo<sup>900</sup>

É preciso que se saiba e afirme mais uma vez, solene e categoricamente, que nada temos que ver com o Partido Republicano, que é um partido burguês e, como somos da classe operária, e pela classe operária, não queremos que nos confundam com ele. Entre o socialismo e a república burguesa, há mais diferença do que entre esta e a monarquia constitucional. E este facto, que para os ignorantes parece absurdo, é a coisa mais natural que pode existir, porque, da monarquia para a república muda-se apenas na forma administrativa e abole-se o princípio retrógado e revoltante da hereditariedade, enquanto que entre o socialismo e a república há uma guerra de classes, há o proletariado lutando com todos, com a burguesia e com o clero.

Exige-se a reforma da sociedade e não a reforma do governo; e essa só o nosso próprio movimento nos pode dar.

Estes factos, porém, não querem dizer que a nossa atitude não seja benévola e simpática para com os republicanos. Se reconhecemos que, economicamente, a república nada produz que nos satisfaça, antes, pelo contrário, há-de vir acentuar mais o poder da burguesia e o que ela chama os seus direitos, reconhecemos, também, que politicamente é um governo mais racional, e que acarreta consigo um certo número de reformas que preenchem um vácuo e satisfazem, ainda que momentaneamente, a sede de liberdade política que existe.

Depois, o republicanismo em Portugal é, por ora, uma aspiração digna e respeitável, e nada mais; e, portanto, mais simpática se torna.

Têm, porém, os republicanos, correspondido com a mesma generosidade ao nosso procedimento?

Não.

Têm-nos dirigido os insultos mais canalhas e mais vis, têm-nos intrigado e caluniado, pouco às claras e muito no escuro, têm-nos procurado anular, porque este *bando de idiotas*, como eles nos chamam, ainda assim lhes fazem sombra e lhes causam impressão. Ainda há poucos dias um tipo do Porto, que dá pelo nome de *Spada*, e ao qual já em tempo respondemos, nos dirigiu toda a sorte de afrontas. Pois este procedimento acanhado foi confirmado pelo silêncio da imprensa republicana, que assim o declarou bem eloquentemente, melhor do que o faria com longo artigo, ou palavroso discurso.

---

<sup>900</sup> SOUSA, Victor de – “Nós e os republicanos”. *O Protesto Operário*, 2.12.1883, p. 1-2.

E sabem como responderam os socialistas a estas vilanias? Indo logo, poucos dias depois, votar com a lista republicana nas eleições camarárias.

É preciso, porém, que os cidadãos republicanos fiquem sabendo que a paciência tem limites; e que a benevolência e simpatia podem um dia desaparecer perante as agressões e as costumadas desconsiderações que nos dirigem. Pouco perderão com isso, mas creiam que nós ainda menos.

Há dois anos, quando foi a eleição camarária, imaginaram que havíamos de servir de instrumento dócil nas suas mãos, mas enganaram-se. Da atitude digna que tomámos, saiu a exclusão da lista camarária, a que fomos condenados. Daqui nasceu uma represália, com a qual nunca concordámos, mas que foi justa, se bem que inconveniente, porque o povo, que cá fóra ignora estas intrigas mesquinhas, não sabe dar o devido valor às coisas e lança logo o odioso para sobre aqueles a quem exatamente assiste a Justiça e a Razão.

Agora, deu-se um facto parecido e ainda mais revoltante, com um qualquer correligionário nosso, por ocasião das eleições da junta de paróquia, quando esse mesmo indivíduo tinha, pouco antes, trabalhado gostosa e desinteressadamente por eles, na eleição camarária.

E, depois, quando apreciamos mais acremente qualquer ato que praticam e que julgamos ser censurável, fazendo-o com aquela independência que caracteriza os nossos atos, despejam novamente o vocabulário dos insultos, somos canalhas, o diabo, porque *tivemos a audácia* de censurá-los!

É preciso, pois, que saibam que não saímos da nossa autonomia, nem cedemos um ápice da nossa independência; e que se à nossa lealdade respondem covardemente com o fogo das encruzilhadas, também saberemos andar por elas, em busca dos guerrilhas defensores de tão triste causa, a causa do insulto soez, e da traição vilã.

### **Anexo 13 – Os socialistas e o anarquismo<sup>901</sup>**

A nossa divergência com os meios de ação e os princípios preconizados pela escola anarquista é bem conhecida por todos que mais ou menos estudam as questões sociais, sabendo os diversos campos em que se divide por toda a parte o socialismo militante. Nem somos comunistas, nem concordamos com os processos da chamada «propaganda pelo facto», que nenhuns resultados proveitosos tem até agora dado para a causa do proletariado. De resto, repugna-nos o emprego de processos violentos, que, sendo aliás muito bem cabidos na Rússia, onde não existe a liberdade de imprensa, nem a de reunião, não tem razão alguma de ser, quanto a nós, na Inglaterra, ou ainda em Portugal, países onde as instituições parlamentares nos permitem outros modos de ação e de propaganda, mais consentâneos com os fins que temos em vista.

No entanto, digamos as coisas cruamente: o anarquismo é uma consequência fatal do capitalismo. Uma coisa produz a outra. Por mais que os separem, Gessler aparecerá sempre na historia ao lado de Guilherme Tell.

Neste ponto, confessámo-lo ingenuamente, não achamos razão para os assombros que aí se têm manifestado, nem vemos motivos para o estranho pavor de que se deixaram possuir as classes dominantes.

Que proclamam os partidários da teoria anarquista?

A absoluta liberdade do indivíduo, atuando segundo as suas tendências, as suas necessidades, as suas aspirações. Ora, esta teoria é logicamente filiada aos princípios do liberalismo burguês, que cada dia se vão afirmando mais categoricamente neste sentido.

Não é difícil, com efeito, ver como os maiores publicistas contemporâneos se inclinam para a preconização de um meio social onde o Estado seja reduzido à sua expressão mais simples, proclamando-se num maior grau de desenvolvimento pessoal, como termo de perfetibilidade humana.

Para se consolidar, o burguesismo começou por afirmar o “cada um por si”. Liberdade para todos, para os indivíduos e para as coletividades, tal é o grito que vai da revolução do século passado, enchendo o mundo num crescendo de ambições.

Liberdade para o capitalista, que tudo retém nas suas mãos, riqueza, poder, força, superioridade, e que vai aos mercados do trabalho transacionar com o proletário, que nada mais tem senão a força dos seus braços e a miséria hereditária!

---

<sup>901</sup> “Os anarquistas”. *O Protesto Operário*, 19.2.1888, p. 1.

Liberdade para o banqueiro, que se lança sobre as nações, empunhando o saquitel do ouro que possui, absorvendo gradualmente todas as manifestações da riqueza coletiva, minas, caminhos de ferro, telégrafos, máquinas, terras, florestas e habitações!

É em nome da liberdade individual que o Estado não deve intervir nas relações entre salarizados e salarizadores, porque isso seria um atentado contra a independência dos contratos; em nome da liberdade ainda, que se não pode regular o trabalho das mulheres e das crianças e que se não deve garantir a segurança dos operários, porque seria atentar contra a dignidade pessoal. É em nome da liberdade que todas as grandes indústrias se entregam a companhias exploradoras, formando-se monopólios como o da viação e do telégrafo, na América. Essa estranha teoria deixa em face opulentos e famintos, proprietários e miseráveis, milionários e vagabundos, dizendo-lhes — transacionai livremente como potências iguais e semelhantes...

É a luta pela vida dos modernos filósofos.

É o circo dos romanos, onde os escravos, armados de espadas de lata, desciam a combater com os senhores, bem equipados e protegidos!

Que admira então que o anarquismo se previna como pode, com o folheto ou com a pólvora, proclamando a legitimidade da violência, da força brutal, na consecução de um quinhão mais amplo de justiça social?

Nada há nada mais incoerente, mais mistificador, do que este estranho mundo capitalista, amálgama de todos os vícios, justificação de todas as crueldades!

Pois, então, aceita-se o princípio da força, mantem-se a ordem social pela única razão da existência de inumeráveis exércitos, faz-se do canhão um argumento e da granada uma razão — e lastima-se, e condena-se, e estranha-se, que o povo esfaimado recorra a meios semelhantes, opondo o abuso ao abuso, o atentado selvagem à lei mistificada, à pilhagem, à propriedade sequestrada em benefício de uma ínfima minoria social?!

Não, quem pode condenar os anarquistas não são aqueles que mantêm o seu predomínio pela força, que da violência fizeram lei e do trabalho ignomínia!

Os ricos, os grandes, os dirigentes, esses a quem aproveita a atual ordem de coisas, não têm senão a reconhecê-los como o produto do seu próprio meio, como a manifestação mais frisantemente característica do atual momento de confusão e de indisciplina social.

Há longos anos que o socialismo reformista, o socialismo evolucionista, vem pugnando em todos os países pelo melhoramento das condições de existência dos

trabalhadores, apontando aos poderosos as necessidades dos que sofrem e dos que padecem, reclamando profundas modificações no organismo social, pedindo igualdade e justiça. Que tem respondido a isto? Os fuzilamentos de Satory e as brutalidades da burguesia alemã!...

Por isso, o anarquismo se levanta, como a consequência fatal da obcecação de uns e do desespero de outros.

Não concordamos com ele, é certo, nem lhe vemos condições para o triunfo, no estado embrionário das suas opiniões.

Não obstante, digamos sempre que, tal como se apresenta, é o filho dileto da burguesia, a consequência imediata do erro e da intransigência egoísta das classes possuidoras, que esquecem que o cristianismo também foi uma seita antes da ser uma religião, também foi perseguido, amaldiçoado, antes de sagrar reis e fazer imperadores, impondo-se ao respeito e à adoração das multidões.

Baltazar teve o famoso espectro a perturbar-lhe o festim, dizem as lendas.

O fim da burguesia anuncia-se por essa estranha descoordenação social, que nos apresenta uma classe gasta pelos prazeres e materializada pelo deboche, apunhalada pelos próprios desvarios que gerou no seu seio.

Não se queixem dos outros; queixem-se de si próprios!...

## Anexo 14 – O Congresso Internacional de Paris<sup>902</sup>

Dentro em poucos meses deverá abrir em Paris o Congresso Operário Internacional, que a Federação dos Trabalhadores Socialistas anda organizando. Esse congresso não é obra de um grupo, nem de uma escola partidária, nem de um determinado país: é a obra do proletariado de todo o mundo, que na conferência de 1886 e no Congresso de Londres em 1888, manifestou pelos seus representantes legítimos, os delegados a essas assembleias, que um novo congresso era preciso, e que esse devia ser aberto a todos, reunir todos os países, aproveitando-se a um tempo a extraordinária comemoração do centenário de 1789 e a grande exibição industrial que à capital da França atrairá milhares de trabalhadores de todos os países, romeiros do progresso que, de toda a banda, dos continentes mais longínquos e das regiões mais civilizadas, irão em peregrinação numerosa levar a sua oferenda de respeito à Jerusalém do pensamento moderno.

Dizem que há despeitos, cisões, que afastarão alguns povos desses estados gerais do proletariado...

Será assim, talvez. Nem admira que haja cisões, levantadas pela diversidade de modos de ver, num movimento tão colossal como este que o proletariado está operando no século XIX. Essas divergências serão para lastimar: não são para assustar. Respeitam-se as opiniões dos que, em nome da sua liberdade, julgam dever isolar-se, quando todos se unem e concentram, obedecendo a uma inspiração geral; mas, acima de tudo, façam-se também respeitar as decisões, por duas vezes solenemente ratificadas, posto que a grande causa do socialismo, os interesses superiores do operariado, devem estar sempre acima das pequenas considerações pelos homens — pequenas ainda que esses homens tenham uma estatura muito grande, sempre encurtada uma vez que se ponham em confronto com a coletividade universal.

São muito para ponderar os conflitos de escola, que têm a virtude de, ao menos, revelarem em si uma ação considerada, ilustrada, e que sempre se manifesta em nome da santidade da Ideia.

Mas não são menos para atender as necessidades urgentes do proletariado, necessidades fatais, impostas pelas condições do nosso meio social, que se não podem resolver apenas com a pregação mais ou menos bizantina dos sacerdotes, que entre si definem os dogmas, enquanto os crentes combatem pelas religiões.

---

<sup>902</sup> “O Congresso de 89”. *O Protesto Operário*, 12.5.1889, p. 1.



Por isso, porque equivale a uma necessidade, o Congresso de Paris deve ter um grande êxito.

Não corresponderá, contudo, totalmente ao que se devia esperar numa ocasião tão solene?

O futuro o dirá. O futuro é o julgador, como o passado é o mestre. Em todo o caso, muito há a confiar da reunião dessa assembleia a que já aderiram os partidos operários de muitos países, a que, sem dúvida, não deixarão de aderir os socialistas de todas as nações, porque a verdade é que, embora aparentemente isolados por conflitos de escola, os socialistas estão todos unidos pela solidariedade da crença e pelo interesse de que a sua propaganda, o seu trabalho, seja o mais eficaz possível, visando a derrubar quanto antes este infame regime capitalista que a todos nos sufoca, como uma gargalheira de escravos.

Um dos pontos da ordem do dia, o mais importante, visa a estabelecer relações constantes entre as organizações operárias de todos os países. É o velho espírito da Internacional, a sombra de Marx erguendo-se no horizonte das nossas comuns aspirações. A reconstituição da Internacional parece-nos ser uma obra importante, talvez a mais valiosa que no momento há a realizar. Tem dificuldades? É pouco prática a ideia? Basta-nos saber que é útil. As dificuldades mordem-se como o ferro com a lima da tenacidade; a praticabilidade do pensamento deve consistir em deixar toda a autonomia aos partidos regionais, quanto à propaganda e aos meios de ação e de tática a seguir — pois que só eles podem ser julgadores em tal causa —, unindo-os e disciplinando-os todos para a ação concertada que, num dia, possa tornar-se necessária, e levando-os a proceder de acordo, como um só corpo, nas questões gerais de antemão tracejadas, como, por exemplo, num caso de agitação a estabelecer para a criação de uma legislação internacional do trabalho, ou noutras circunstâncias semelhantes.

O que é preciso é que as relações entre os povos se estreitem cada vez mais. Uma miséria comum, uma opressão económica semelhante, uma dominação de classe igualmente vexatória em todos os países, são causas que só podem ter como corretivo a ação comum de todos os que se sentem vitimados por um mal idêntico.

No campo da ideia, nos seus pontos fundamentais, o socialismo é já, agora, uno, proclamando por toda a parte as mesmas conclusões do seu credo revolucionário.

A posse do poder político e a coletivização da terra e dos instrumentos de trabalho, são bases comuns que os programas de todos os partidos operários consignam em todos os países.

Regularizar quanto possível a ação pública, sem prejudicar a autonomia de nenhuma coletividade, parece-nos que deve ser a obra do congresso que se vai reunir, afirmando a viabilidade da Revolução próxima, no momento mesmo em que a burguesia comemora a revolução passada, como um guerreiro alquebrado, abastardado pelo vício, relata os feitos grandiosos que outrora praticara, quando ainda a vida lhe explodia no corpo.

Se o congresso fizer isto, se estabelecer em bases aceitáveis e duradoiras o acordo internacional, estará satisfeita a maior das nossas aspirações.

## **Anexo 15 – Manifesto de apelo às primeiras manifestações do 1.º de Maio<sup>903</sup>**

### **Operários!**

Na história operária, o mês de maio assinala-se duplamente com o grande brilho de uma data cheia de fulgor. Há Maio de 1871 e Maio de 1890. Maio de 1871 foi a repressão da Comuna, o assassinato iníquo de 35.000 trabalhadores, a semana sinistra em que a classe dirigente julgou ter morto as aspirações dos que trabalham, ensopando em sangue o pendão vermelho das reivindicações sociais. Maio de 1890 é a sequência lógica de Maio de 1871. A ideia revivificou ao contacto quente do sangue que escaldara a terra. O sangue que se derrama em prol de uma ideia, o sangue dos mártires e dos apóstolos, é sempre assim: fecundante e revivificador. Que queriam os homens de 1871? Emancipar o trabalho, livrando-o das extorsões do capital. Por isso, morreram. Mas, emancipar o trabalho, é o grito que hoje se escuta por todo o mundo, a palavra de ordem que, por assim dizer, se impuseram os miseráveis de todos os países, os escravos de todas as nações. Em 1871, a bandeira da luta contra o privilégio capitalista tremulava apenas em Paris, a cidade santa do pensamento moderno. Em 1890, essa bandeira levanta-se altiva, ondulando ao vento, ainda nos mais remotos países, nas mais longínquas regiões do mundo. Que se quer agora? Reduzir o número de horas de trabalho. Reduzir o trabalho é começar a emancipar o trabalho. Emancipar o trabalho é dignificar o homem, dando-lhe a consciência do seu próprio ser. Ora, essa consciência é o que a reclamação de agora começa afirmando. Não é consciente o homem que se deixa extenuar como uma besta, consumindo mais forças do que as que lhe é lícito reparar. Não tem consciência do seu valimento quem trabalha para enriquecer os outros, quem desce ao fundo das minas indo lá buscar as mais poderosas riquezas, quem levanta opulentos palácios, quem forma as mais belas cidades, rasga os istmos, perfura as montanhas, ergue formosos monumentos, e guarda para si, em troca de tudo isto, a miséria mais afrontosa, a servidão mais vil e degradante, o sofrimento mais cruel e pungitivo...

### **Operários!**

Reclamar oito horas de trabalho não é senão pedir que se dê pão a muitas famílias, amparo a muitos braços, emprego a muitas aptidões. É mesmo formular uma reclamação mínima das muitas que temos a fazer. Ainda que não fosse isto, a justiça da reclamação estava no interesse de conservar a vida do próprio homem, que não pode consumir forças

---

<sup>903</sup> *O Protesto Operário*, 4.5.1890, p. 1.

excessivas, mal recompensadas pela exiguidade do alimento que o salário permite adquirir. Em oito horas fica ainda tempo de sobra aos nossos exploradores para nos tirarem a pele! É justo trabalhar doze, quatorze horas, em oficinas infetas, ao sol sobre um bailéu, junto de uma forja, na galeria escura de uma mina? É justo que crianças da mais tenra idade se definhem nesse insano labor? É razoável que pobres mulheres desçam à cova, mortas pela tísica, filha do excessivo trabalho nas fábricas, em holocausto ao Baal capitalista? A consciência de cada um que responda, se esse alguém que nos lê tem consciência, em vez de ter uma moeda de ouro no lugar do coração, se é homem em vez de ser explorador! Trabalhar tantas horas não é justo nem necessário.

Na indústria fabril, a máquina excedeu já muitas vezes, multiplicando-as, as forças humanas. O que antigamente se fazia com vinte homens, num esforço árduo e insano, faz-se hoje com um só operário. Desde os fins do século XVIII, em que nasce a grande indústria, as imensas forças produtivas, os grandes meios de transporte e de comunicação, tudo se desenvolve por tal modo que as crises periódicas são o produto duma superabundância que se não extingue, porque a maior parte dos indivíduos não satisfazem senão a uma parte ínfima das suas necessidades, graças à exploração de que são vítimas. A classe dirigente promove as guerras coloniais, rapina os territórios africanos, buscando abrir novos mercados, para que a produção possa seguir o seu curso febril, continuando os proletários jungidos, sem necessidade, ao carro da servidão.

Por toda a parte os braços abundam, lançando-se no mercado.

Em breve o nosso país estará nas mesmas condições dos lá de fora, havendo, já hoje, classes, como a chapelaria, por exemplo, aniquiladas pela concorrência da grande indústria, se não nacional, pelo menos da estrangeira.

O mal de uma classe é o mal de todas...

Economicamente, esta afirmação não pode ser julgada uma coisa sem nexos.

É uma verdade sabida.

Devemos nós cruzar os braços em face desta situação?

Devemos desonrar-nos, não acompanhando os nossos irmãos de todo o universo?

Não pode ser!

Os trabalhadores portugueses não querem, certamente, dar de si esse triste espetáculo mais degradante ainda do que o chicote do capitalismo!

Por isso, eles hão de reclamar também o dia normal do trabalho.

Dizem alguns: diminuindo o trabalho, diminui o salário. É falso. O salário sobe ou desce consoante há muitos ou poucos operários sem trabalho. Ora, diminuindo as horas do labor, os operários que hoje não têm trabalho serão, amanhã, admitidos na indústria. O *género* aumenta de valor consoante abunda ou escasseia. Havendo procura e escasseando a oferta, o valor do produto sobe. Com o *género* braços, a lei de ferro não sofre alteração. O salário não diminuirá, pois.

Daí, não temos nós a associação de classe, esse supremo baluarte a que todos devemos recorrer?

A associação, que é uma lei geral do mundo físico, que as próprias rochas procuram para se defenderem do ataque das ondas, das causas naturais que lhes ameaçam a existência!

É na associação que devemos procurar apoio, caminhando decididos para a conquista do futuro.

### **Operários!**

Não vos chamamos para uma arruaça, nem para uma violência. Não vos dizemos que ataqueis a autoridade, nem que maltrateis o patrão. O nosso intuito é outro. Queremos conquistar um direito, mas sabemos bem que as coisas mais duráveis são as que se alcançam pelas vias do convencimento e da discussão. Chamamo-vos para uma manifestação pacífica, legal, razoável e digna. O que é preciso é que a classe operária portuguesa acompanhe a classe trabalhadora de todas as nações.

Imitando Karl Marx, o grande mestre, nós diremos também como ele disse no final de um manifesto que se tornou célebre:

**Proletários de todos os países, uni-vos!...**

**OPERÁRIOS! Ao comício a favor das oito horas de trabalho, que se realizará domingo, pela 1 hora da tarde, na rua Nova da Piedade, 60, A, (à Praça das Flores).**